

minha terra protegida

histórias das rppns da Mata Atlântica



apoio



FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA

Presidente: Roberto Luiz Leme Klabin

Vice-presidente: Paulo Nogueira-Neto

Diretorias

Captação de Recursos: Adauto Tadeu Basílio

Gestão do Conhecimento: Márcia Makiko Hirota

Mobilização: Mário César Mantovani

R. Manoel da Nóbrega, 456

CEP 0400-001 São Paulo SP

Tel (11) 3055-7888 Fax (11) 3885-1680

e-mail: fosma@sosma.org.br

www.sosma.org.br

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL

Presidente: Gustavo A.B. da Fonseca

Vice-presidentes: José Maria C. Silva,

Carlos Alberto Bouchardet

Programa Mata Atlântica

Luiz Paulo de Souza Pinto (Diretor)

Adriana Paese, Adriano Paglia,

Ivana R. Lamas, Lúcio Bedê,

Mônica Fonseca

Av. Getúlio Vargas, 1300 7º andar

CEP 30112-021 Belo Horizonte MG

Tel/Fax (31) 3261-3889

e-mail: info@conservacao.org

www.conservacao.org

THE NATURE CONSERVANCY-BRASIL

Programa Mata Atlântica

Miguel Calmon (Diretor),

Fernando Veig, Gilberto Tiepolo,

Claudia Picone, Dejanira Fialho,

Vera Lúcia Pires, Milena Ribeiro,

Simone Teixeira, Claudio Klemz,

Rosan Fernandes, Cristiane Azevedo,

Anita Diederichsen

Al. Julia da Costa, 1240 Bigorrrilho

CEP 80730-070 Curitiba PR

Tel. (41) 2111-8777

www.nature.org/brasil

ALIANÇA PARA A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Coordenação: Erika Guimarães

Rua Manoel da Nóbrega, 456

CEP 04001-001 São Paulo SP

Tel. (11) 3055-7899

e-mail: alianca@sosma.org.br

www.aliancamataatlantica.org.br

minha terra protegida

histórias das rppns da Mata Atlântica

TEXTO

Heloisa Bio Ribeiro



PESQUISA HISTÓRICA

Elizabeth Fieri



PESQUISA DE CAMPO

Nilson Máximo

Dolores dos Santos



COORDENAÇÃO

Aliança para a Conservação
da Mata Atlântica



EDITORES

Fundação SOS Mata Atlântica

Conservação Internacional

Coordenação geral

Márcia Hirota, Érika Guimarães,
Mônica Fonseca

Coordenação editorial e edição

Elo Cultural Comunicação

Projeto gráfico e editoração

Estúdio Graal

Texto

Heloisa Bio Ribeiro

Pesquisa de campo

Elizabeth Fieri (coordenadora), Dolores
dos Santos, Nilson Máximo

Revisão

Alessandra Miranda de Sá, Denise de Almeida

Mapas

Arcplan Geoprocessamento/Atlas da Mata
Atlântica SOS Mata Atlântica/INPE

Fotos

Divulgação RPPNs, Arquivo SOS Mata
Atlântica, Nilson Máximo, Elizabeth Fieri,
Dolores dos Santos

São Paulo
2007

Ficha catalográfica: Andrea Godoy Herrera CRB 8/2385

M664 Minha terra protegida: histórias das RPPNs
da Mata Atlântica. – São Paulo : Fundação SOS
Mata Atlântica – Belo Horizonte : Conservação
Internacional, 2007.
272 p. : il., mapas; 20 x 23 cm.

ISBN 978-85-98946-03-0 (Fundação SOS
Mata Atlântica)

ISBN 978-85-98830-08-7 (Conservação
Internacional)

1. Mata Atlântica – Brasil 2. Diversidade
biológica 3. Unidades de Conservação
– R.PPN I. Título

CDD 504.75

um caminho contínuo

Advogados, médicos, biólogos, administradores, artistas e outros. O que essas pessoas têm em comum? Pessoas de várias regiões da Mata Atlântica e do Brasil, que percorreram diferentes caminhos pela vida, agora estão unidos por uma mesma paixão: as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, chamadas simplesmente de RPPNs. São Unidades de Conservação de domínio privado, criadas por iniciativa do proprietário da área, mediante ato de órgão governamental federal, pelo Ibama, ou órgão estadual de meio ambiente, desde que constatado o interesse público. Uma RPPN tem como objetivo principal a conservação da biodiversidade, sendo geralmente reconhecida em função de sua importância para a proteção da fauna e flora, para os mananciais, por seu valor paisagístico ou outras variáveis que dependam de proteção ou restauração do hábitat natural. O Brasil é o único país da América Latina a reconhecer as RPPNs em seu Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

Ao criar uma RPPN, o dono da terra continua sendo o proprietário, e pode contar com o apoio do Ibama e dos órgãos de meio ambiente, assim como das entidades ambientalistas, no planejamento de uso, manutenção e proteção dessas reservas. Mas o que move um cidadão comum a criar uma Unidade de Conservação voluntariamente em suas terras? Quais são os motivos que o fazem pensar no valor biológico e ético em detrimento do valor monetário dessas terras? O que o motiva para enfrentar as dificuldades de manter a integridade dessas áreas protegidas? Com este livro esperamos responder a essas perguntas, trazendo a público 28 histórias de pessoas e famílias, que estão dedicando parte de suas terras e de suas vidas para a proteção de um patrimônio nacional e mundial – a Mata Atlântica.

Foi a percepção do movimento crescente de pessoas interessadas em criar RPPNs que fez a Aliança para a Conservação da Mata Atlântica criar em 2003



o

i

c

a

f

e

r

p

um programa inédito de financiamento direto aos proprietários – o Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica. Com o apoio do Fundo de Parcerias para Ecossistemas Críticos (CEPF) e Bradesco Cartões, o Programa tem a missão de contribuir com o aumento da área protegida da Mata Atlântica e fortalecer essas reservas em áreas estratégicas, como os Corredores de Biodiversidade. Quando se sabe que cerca de 75% dos remanescentes da Mata Atlântica estão na mão de particulares, as RPPNs se confirmam como peças fundamentais dentro do ideal de uma rede de áreas protegidas.

A resposta à iniciativa veio rápida: 85 projetos, sendo 33 de apoio à gestão de RPPNs e 52 de apoio à criação, que irão permitir o estabelecimento de 100 novas reservas na Mata Atlântica. Mais gratificante foi o cálculo do resultado para a Mata Atlântica: somente em três anos do Programa isso representou um aumento de 80% na área total de RPPNs nos dois Corredores de Biodiversidade – o Corredor Central da Mata Atlântica e o Corredor da Serra do Mar. O Programa ficou mais forte em 2006, ao estabelecer a nova parceria com a The Nature Conservancy (TNC). Atraiu também investimento do Bradesco Capitalização. Isso proporcionou a ampliação da nossa atuação, incluindo outras regiões estratégicas, como o Corredor do Nordeste e a Ecorregião Florestas com Araucárias, beneficiando novos projetos. Mais uma vez, o desempenho do Programa se reflete sobre o território da Mata Atlântica, que com a proposta de criação de mais 110 RPPNs no edital de 2007, passa a ter 12,3 mil hectares sob a proteção dos proprietários privados.

A motivação desses proprietários estimula ainda mais a parceria do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica para a criação de um modelo privado de conservação no país. O investimento foi o primeiro passo do caminho contínuo a ser trilhado no esforço de proteção da floresta, cujos resultados não são imediatos, pois o ideal de vida desses proprietários e seu compromisso com a mudança de cenário para a Mata Atlântica repercutirão a longo prazo. Esperamos que o leitor aprecie essas histórias, que é uma homenagem a todos aqueles que contribuem para a proteção de uma das regiões mais ricas em biodiversidade no mundo – a Mata Atlântica.

Márcia Makiko Hirota
Diretora de Gestão do Conhecimento/Fundação SOS Mata Atlântica

Luiz Paulo de Souza Pinto
Diretor do Programa Mata Atlântica/Conservação Internacional

prezado leitor

Este livro apresenta uma viagem muito rica pelo universo das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, as RPPNs.

Essas histórias foram colhidas ao longo dos três últimos anos e seus personagens são proprietários de terras que, por determinação pessoal e compromisso com as gerações atuais e futuras, estão assegurando a proteção de vários “pedacinhos” da Mata Atlântica e de toda a sua riqueza.

Os proprietários apresentados neste livro desenvolveram pequenos projetos de gestão de suas reservas e foram beneficiados pelo Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica. Os recursos financeiros recebidos contribuíram para a realização de benfeitorias nas propriedades, como proteção e fiscalização, melhoria nos acessos, abertura de trilhas, construção de centros de apoio a visitantes e infra-estrutura para ações de educação ambiental.

Os relatos mostram uma variedade de experiências únicas: diferentes motivações e histórias de vida, influências familiares, relacionamentos com parceiros, amigos, comunidades... Ao longo do livro vão emergindo as histórias das propriedades, o desejo de seus proprietários de protegê-las, as principais descobertas que suas RPPNs lhes trouxeram e os desafios de gestão e sustentabilidade dessas áreas. Assim, é possível descobrir como, em muitos casos, as experiências pessoais se integram ao projeto da RPPN e como o contato com a reserva transmite segredos e lições do melhor caminho a seguir. Sobressaem-se ainda a persistência e a força de vontade para enfrentar

o
p
e
u
p
o
r
f
u
i

os diferentes tipos de ameaças e a falta de apoio e resistência de segmentos diversos – problemas que são enfrentados com organização e união dos proprietários. Em quase todos os estados brasileiros estes se organizaram em Associações que juntas formam uma Confederação Nacional, que vem aproximando governos e sociedade do debate sobre a importância das RPPNs e suas demandas.

Os casos vão desde a descoberta científica de catorze novas espécies na RPPN Serra do Teimoso, Bahia (sete de plantas, uma de lagarto e seis de aranha), ou da concretização do inventário das 240 espécies de aves e 37 de mamíferos somente na RPPN Cafundó, Minas Gerais, passando pelo reflexo que o ecoturismo da RPPN Ecoparque do Una, na Bahia, trouxe para o desenvolvimento regional, até a grande variedade de parcerias formadas pela RPPN Bom Retiro, no Rio de Janeiro, com instituições como a Associação Mico-Leão-Dourado e a Sociedade Brasileira de Bromélias, além de universidades e instituições de pesquisa. Apesar dos desafios, não faltam exemplos de motivação e criatividade para a sustentabilidade das reservas.

Esta publicação tem a aspiração de tornar públicas essas experiências e também de valorizar o pioneirismo dos proprietários, mostrando que o esforço pela conservação do nosso grande patrimônio natural não é desafio apenas de governos e ONGs, mas de toda a sociedade brasileira.

A Aliança para a Conservação da Mata Atlântica pretende demonstrar com esta obra que somente com a participação ativa desses personagens iremos assegurar a proteção dos últimos refúgios da Mata Atlântica, bioma tão rico e diverso quanto ameaçado.

E mais, acredita na participação ativa do leitor, que pode encontrar nesta publicação o caminho para o seu envolvimento com as questões ambientais. Nesse aspecto, o livro assume um caráter de guia, conduzindo os que queiram criar RPPNs, ou simplesmente apoiá-las, visitá-las e se envolver com a conservação da Mata Atlântica.

Boa leitura.

Érika Guimarães
Coordenadora da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica



sumário

Corredor Central

RPPN Água Branca 18 / RPPN Arte Verde 26 / RPPN Cafundó 34

RPPN Ecoparque de Una 42 / RPPN Estância Manacá 50

RPPN Fazenda Ararauna 58 / RPPN Fazenda Carroula 66

RPPN Mãe da Mata 76 / RPPN Manona 84 / RPPN Pedra

do Sabiá 92 / RPPN Resgate I 100 / RPPN Rio Capitão 108

RPPN Sapucaia e Juerana 116 / RPPN Serra Bonita 124

RPPN Serra do Teimoso 132

Corredor da Serra do Mar

RPPN Alto da Boa Vista 152 / RPPN Bom Retiro 160

RPPN Capuavinha 168 / RPPN CEMAG 176 / RPPN El Nagual 184

RPPN Fazenda Bela Aurora 192 / RPPN Mitra do Bispo 200

RPPN Nave da Esperança 208 / RPPN Rio dos Pilões 216

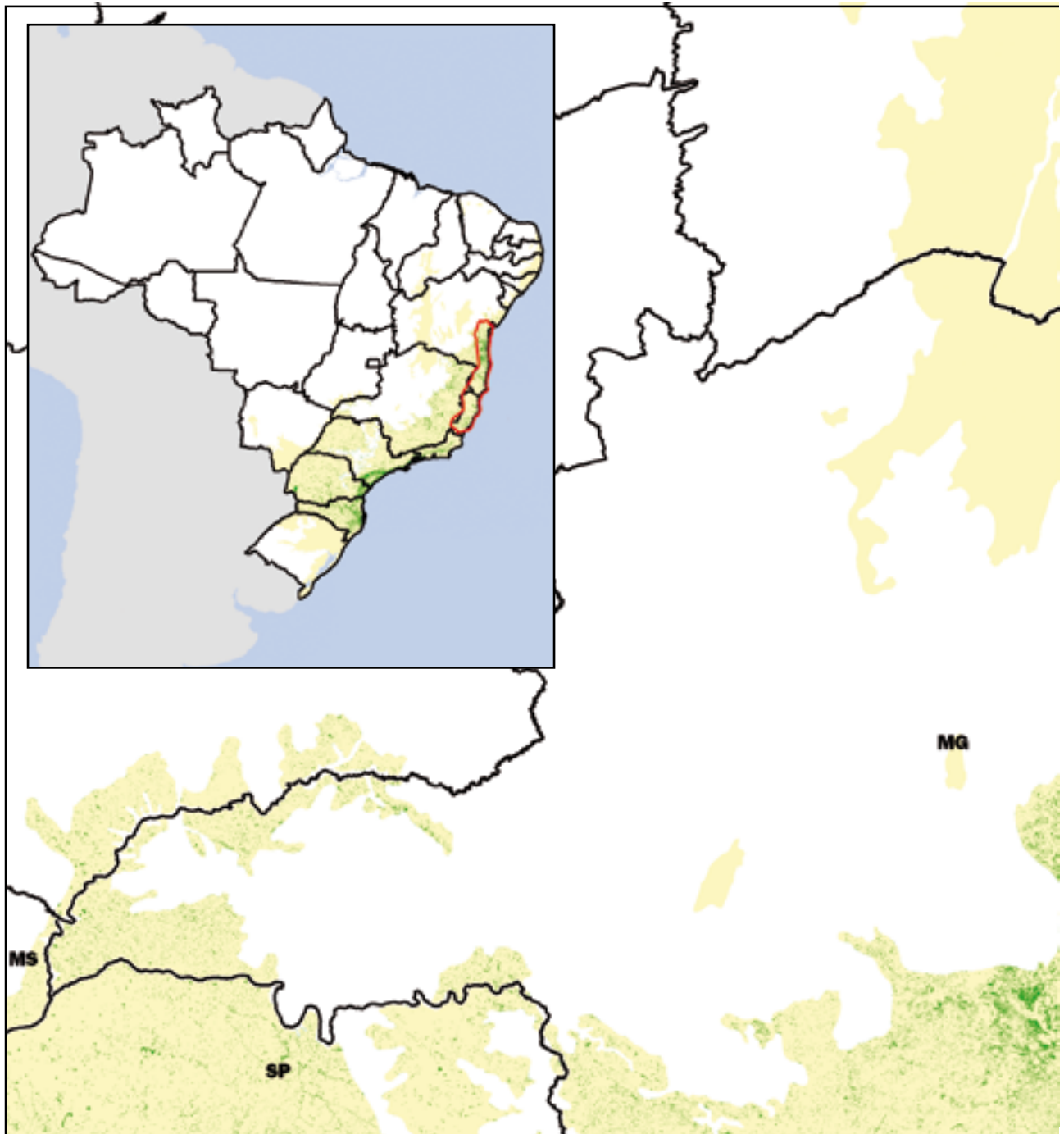
RPPN Rizzieri 224 / RPPN Roça Grande 232

RPPN Santa Fé 240 / RPPN Sítio Shangri-lá 248

Anexo 1 Fique por dentro 258 / **Anexo 2** Quem é quem 261 / **Anexo 3** O que é o Programa de Incentivo às RPPNs 266 / **Anexo 4** Endereços das RPPNs 267

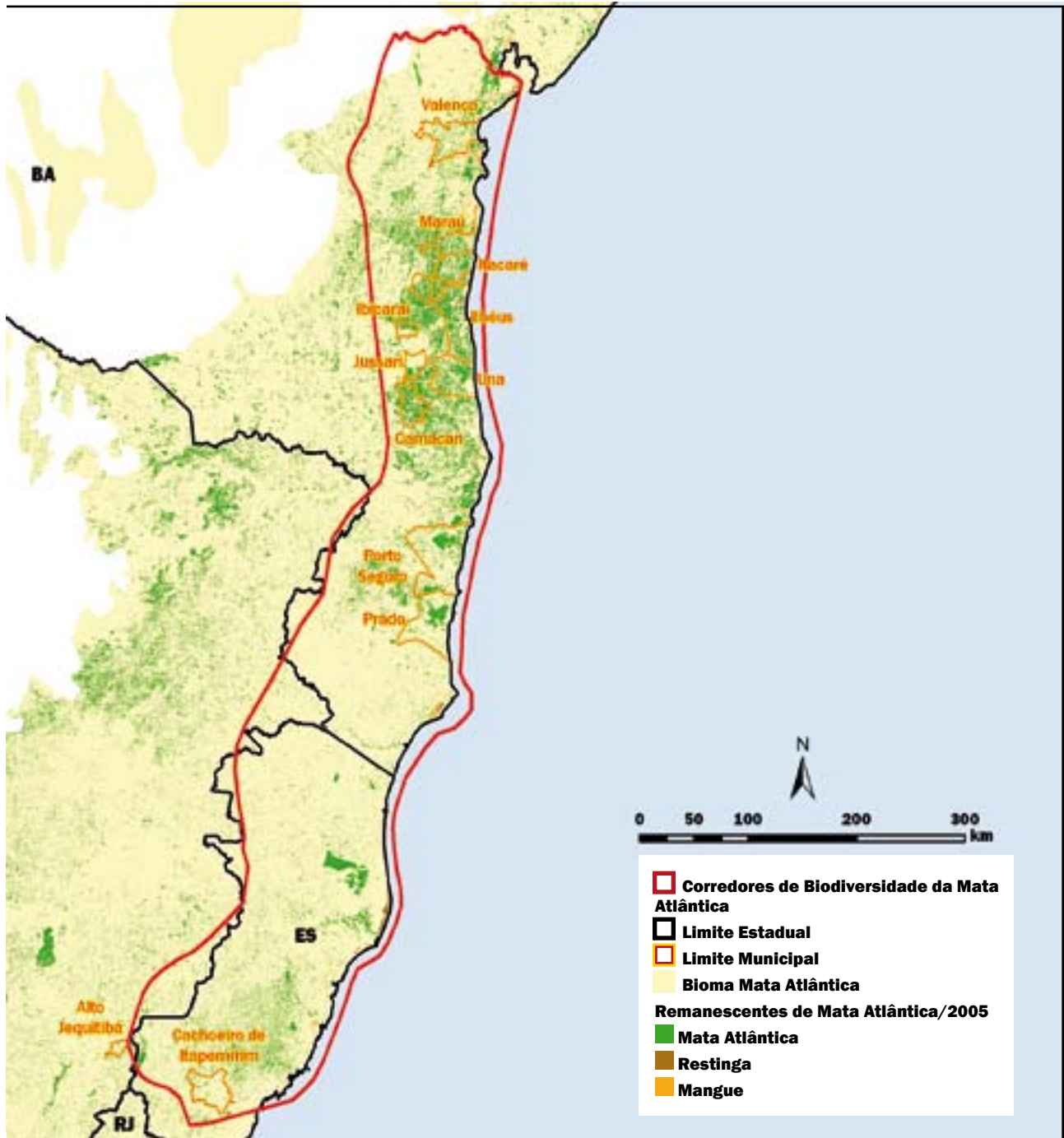


corredor central **água branca arte verde caf**

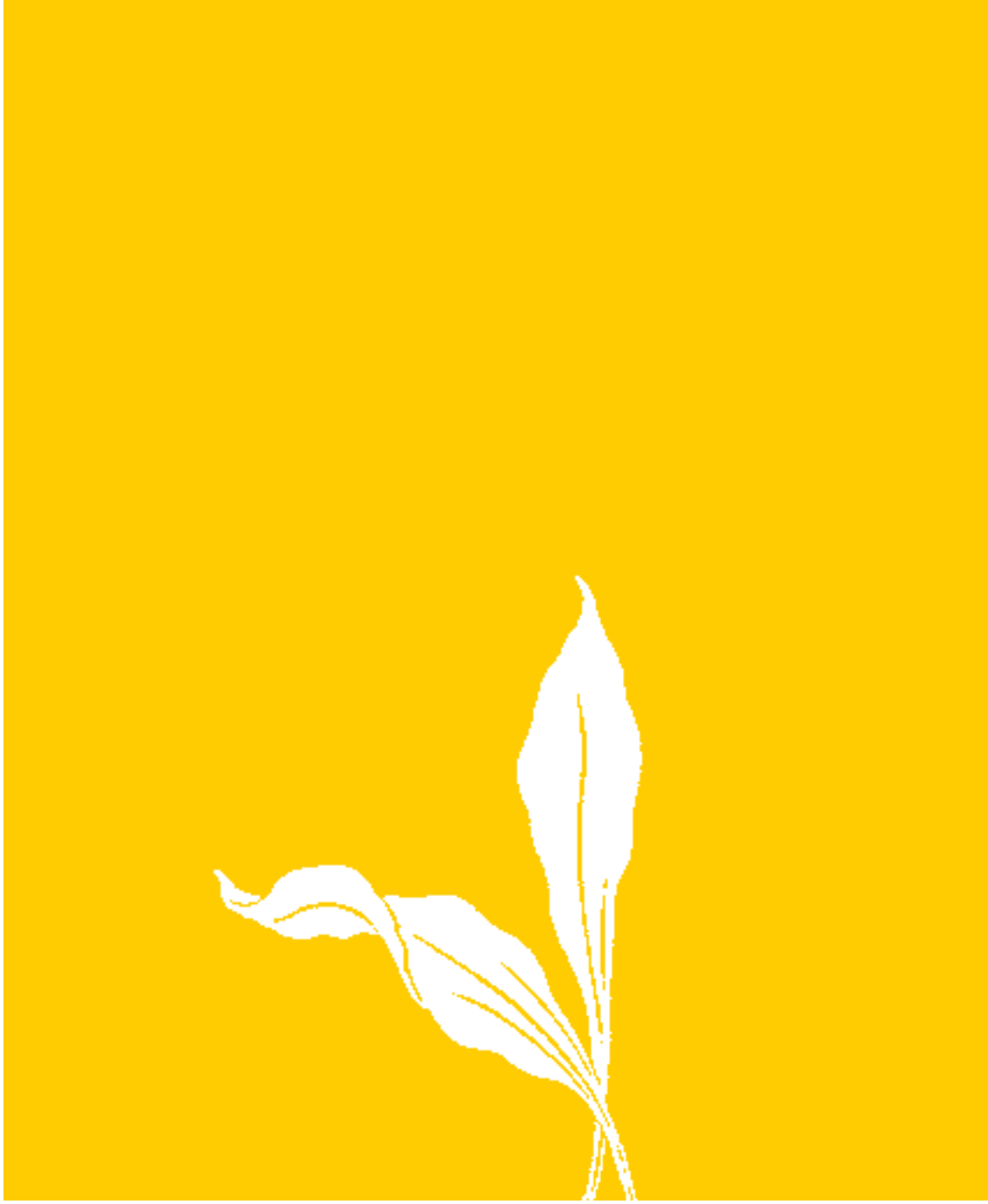


fazenda carroula mãe da mata manona pedra do sabiá resga

undó ecoparque de una estância manacá fazenda ararauna



te l rio capitão sapucaia e juerana serra bonita serra do teimoso



Um conjunto de Unidades de Conservação, gerenciadas de forma integrada com terras indígenas, reservas extrativistas e áreas particulares compõem o **Corredor Central da Mata Atlântica**, que vem funcionando como um projeto piloto do governo federal para testar as condições de implementação desse conceito, baseado num mosaico de usos de terra. A abordagem dos corredores parte de um modelo descentralizado e participativo, em que sociedade e governo compartilham responsabilidades pela conservação da biodiversidade.

Na região sul da Bahia, em parte de Minas Gerais e na totalidade do Espírito Santo, 12,8 milhões de hectares (além de 8 milhões de hectares em áreas marinhas) compreendem os esforços de conexão da paisagem no Corredor Central. O objetivo maior é criar “pontes” que garantam o trânsito de espécies da fauna e flora para sua sobrevivência a longo prazo. E como cerca de 95% da área desse corredor está em mãos particulares, seu sucesso passa pelo estímulo a iniciativas do setor privado, não-governamental e de instituições que participem e promovam atividades sustentáveis – agrossilvicultura, ecoturismo, criação de RPPNs, incentivos às Reservas Legais e às Áreas de Preservação Permanente.

Tudo isso para facilitar a sobrevivência de plantas e animais, como alguns tipos de borboletas, tão raras e desconhecidas, que existem apenas nesses locais e somente agora vêm sendo descobertas. Além disso, há espécies ameaçadas restritas a determinadas áreas, como o mico-leão-dourado, o macaco-prego-de-peito-amarelo, a saíra-apunhalada ou o balanço-rabo-canela.

O recorde mundial de diversidade de árvores foi apurado no Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia, com o registro de 144 espécies arbóreas numa única área de mil metros quadrados, enquanto pelo menos doze novas espécies de anfíbios foram descritas recentemente no Corredor. Por possuir altos níveis de biodiversidade, de endemismo e ser bastante fragmentada, essa área é prioritária e de responsabilidade de todos que usufruem dela.

O processo de exploração descontrolada no Corredor Central ocorre desde a época do descobrimento do Brasil, com a degradação das florestas, o desmatamento para pastagens extensivas, as monoculturas de eucalipto e cana-de-açúcar, a exploração intensa da pesca, contínua extração de madeira, exploração mineral e o uso indiscriminado de agrotóxicos.

Embora seja praticado nessa região o modelo de planejamento da paisagem – em que áreas de proteção integral e atividades econômicas como o ecoturismo e a agricultura coexistem –, as ameaças à biodiversidade permanecem. No sul da Bahia, por exemplo, o tráfico de animais, os incêndios florestais e o desmatamento vêm sendo os principais responsáveis pela degradação: em 1945, a Mata Atlântica do sul da Bahia possuía 85% de sua cobertura original, número que caiu para cerca de 5% em 2000, principalmente pela implantação dos pólos madeireiros e da inauguração da BR-101.

bahia

Apesar da histórica concentração de vastas extensões de terra na mão de poucos proprietários no estado da Bahia, com a introdução da monocultura da cana nesses latifúndios, formou-se uma espécie de linha divisória separando a concentração fundiária da região norte em relação ao litoral sul baiano. Neste último, a economia, baseada essencialmente na exploração do cacau, que possui elevado valor comercial, possibilitou menores índices de ocupação.

Implantada na segunda metade do século XVIII, a cacauicultura gerou um dos principais produtos de exportação do país, trazendo riquezas e crescimento para a região das plantações, de Valença a Porto Seguro, na área conhecida como Costa do Cacau. Em fins do século XIX, Ilhéus já ocupava o lugar de primeiro produtor de cacau do mundo – o chamando “fruto de ouro”, que até hoje tem 85% do seu cultivo concentrado na Bahia.

Esse auge econômico, entretanto, não resultou numa economia auto-sustentada, pois a disseminação da praga conhecida como vassoura-de-bruxa

anulou o valor comercial da espécie e desestruturou a lavoura cacauieira em meados dos anos 1980. Porém não se pode dizer que o cacau foi o responsável pela devastação completa da floresta. A árvore pode ser plantada à sombra, mantida sob uma cobertura desbastada, no chamado sistema de cabruca. Com isso, o fruto vira um instrumento de conservação da mata nativa, que pode se regenerar e voltar às condições originais. Cerca de 65% das áreas de plantação de cacau no centro-sul do litoral baiano possuem cabruca atualmente.

Já ao norte dessa mesma região, entre o Recôncavo Baiano e o rio de Contas, desenvolveram-se culturas de abastecimento interno, como o dendê, a seringueira e a piaçava, que também contribuem para a menor devastação da mata e proporcionam maior equilíbrio ao meio rural. Os 100 quilômetros dessa parte do litoral sul baiano recebem o nome de Costa do Dendê, em homenagem ao produto que é a base da culinária do estado. A diversidade de ambientes também dá charme à região, com manguezais, rios, costões rochosos, restingas, lagoas e áreas estuarinas, que reforçam a vocação local para o turismo sustentável.

Por fim, no extremo sul baiano, ocorreu uma intensa exploração madeireira, que implicou na alta fragmentação da mata nativa e sua substituição por pastagens. Ao mesmo tempo, mantêm-se ali as maiores Unidades de Conservação da Mata Atlântica baiana, como o histórico Parque Nacional de Monte Pascoal, o Parque Nacional do Descobrimento e o Parque Nacional do Pau-Brasil. A diversidade de ecossistemas é marcada também por habitats marinhos, preservados no Parque Nacional de Abrolhos e na Reserva Extrativista de Corumbau. Na Costa do Descobrimento, comunidades tradicionais, representadas por vilas de pescadores, descendentes em grande parte dos pataxó, preservam importantes valores culturais.

As oportunidades para a conservação no estado da Bahia passam por uma mudança de cultura, com a participação da sociedade na tomada de decisões – papel que vem sendo cumprido tanto por cidadãos e proprietários de terra como por parcerias que fortalecem políticas integradas de conservação. Entidades como o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) e a Associação de Proprietários de Reservas Particulares da Bahia e Sergipe (PRESERVA) já assumem a liderança no papel de fortalecimento dos canais de diálogo, capacitação e valorização dessas experiências. O apoio que a PRESERVA oferece aos interessados em criar reservas particulares, além de cursos de guarda-parques para funcionários de RPPNs são alguns exemplos.

espírito santo

O território do Espírito Santo traz riquezas como a terceira montanha mais alta do país, o Pico da Bandeira, com 2,8 mil metros de altitude, na Serra do Caparaó, e uma paisagem que oferece, de um lado, a baixada litorânea e, de outro, as serranias a oeste do estado. O processo de ocupação das diversas regiões capixabas iniciou-se com as entradas paulistas a partir do século XVII e com a subsequente implantação dos primeiros engenhos de açúcar na área. Mas a ocupação efetiva do estado tomou força com o plantio do café a partir dos primeiros anos do século XX.

Embora a economia cafeeira seja o setor de maior peso para a sociedade local até os dias de hoje, também representa papel importante a indústria



de papel e celulose, com grandes investimentos em plantações de eucalipto na região norte. E é na aliança entre a monocultura do café, a pecuária e o crescimento dos complexos industriais nas décadas de 1960 e 1970 que se explica o processo de desertificação, empobrecimento do solo e assoreamento dos rios no estado. A Mata Atlântica, que dominava a maior parte do território, perdeu mais de 88% de sua cobertura em razão do desmatamento descontrolado.

A zona de baixada do Espírito Santo é uma área importante do Corredor Central, contendo um complexo de florestas de quase 50 mil hectares, formado pela Reserva Biológica de Sooretama, a Reserva Florestal de Linhares e outras áreas vizinhas, onde pode ser encontrada elevada diversidade de espécies.

Na região serrana, localizada mais ao interior, nos prolongamentos da Serra da Mantiqueira, destacam-se, por exemplo, a Reserva Biológica Augusto Ruschi e a Estação Biológica de Santa Lúcia, que representam zonas de grande importância biológica, cuja diversidade de espécies arbóreas constitui uma das maiores do mundo, e um conjunto de pequenos e médios fragmentos florestais ricos em espécies raras, endêmicas e ameaçadas, que se distribuem pelos municípios vizinhos de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Domingos Martins e outras áreas da região serrana do estado.

Ao sul do estado, apesar da grande devastação, ainda se concentram significativos remanescentes de florestas em Cachoeiro do Itapemirim, representados pelo Parque Municipal do Itabira, pelo Santuário Ecológico Roberto Carlos e pela Reserva Particular do Patrimônio Natural Cafundó – últimos refúgios para espécies como o jacaré-de-papo-amarelo, o macaco barbado, o sabiá-laranjeira ou a jacutinga.

Cachoeiro do Itapemirim manteve menor concentração populacional que a capital Vitória. A presença de remanescentes florestais em grandes fazendas do período áureo do café e o relevo não impediram, porém, o desenvolvimento da atividade que maior degradação traz para local: a extração mineral, que abastece 80% do mercado brasileiro.



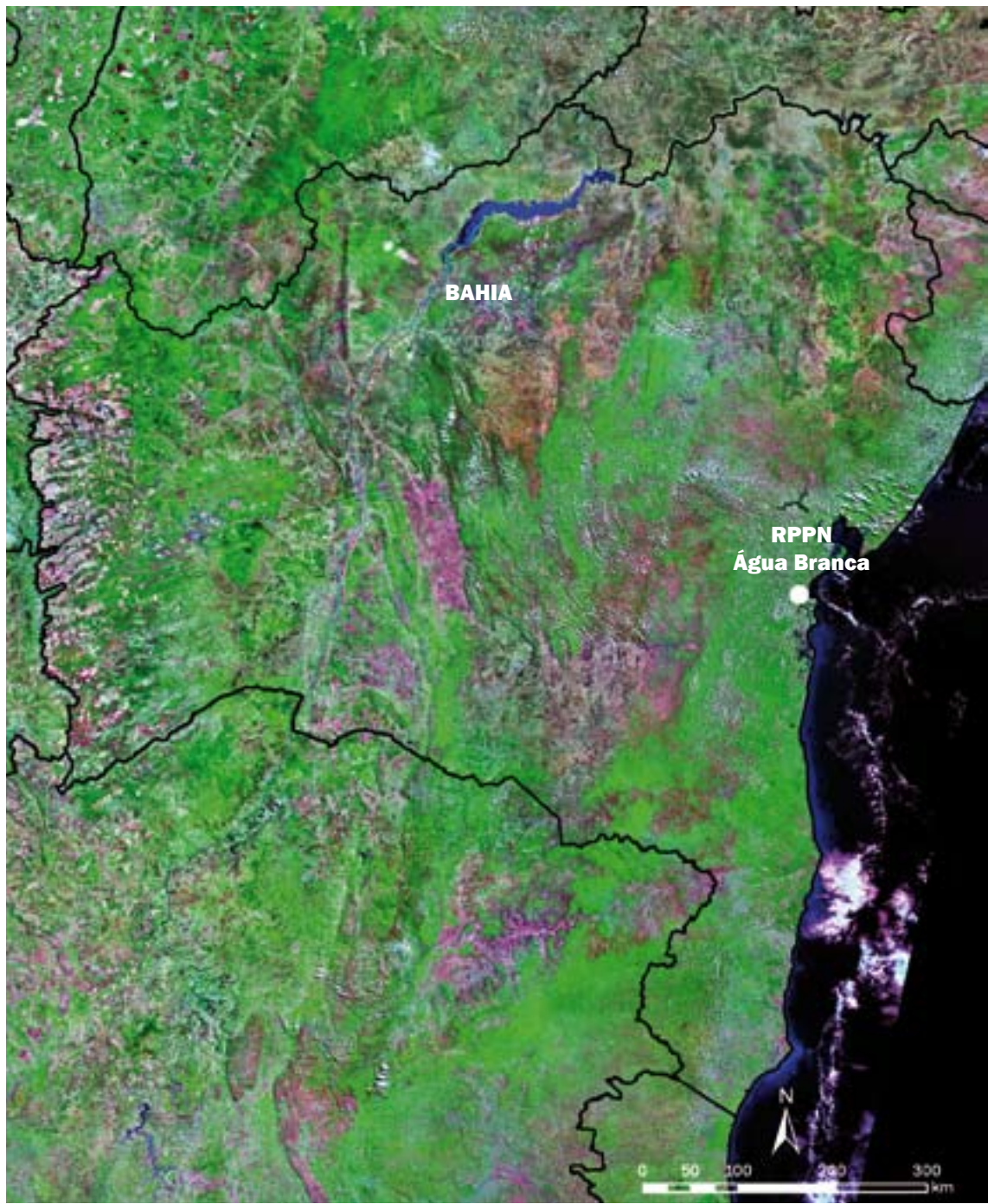
Água branca

“No começo, eu impedia as pessoas de entrarem aqui com medo que devastassem o que sobrou, mas aos poucos fui percebendo que dá para fazer um trabalho sério e cuidadoso, usando a RPPN como um elemento de comunicação para mostrar a importância da área.”

Flávio Fontes, proprietário RPPN Água Branca,
município de Valença (BA)



á
g
u
a
b
r
a
n
c
a



museu do dendê

Um irônico contraste marca o movimento turístico no estado mais célebre do Nordeste, a Bahia. Roteiros apreciados, como Morro de São Paulo, em Valença, escondem atrativos ao redor pouco ou quase nada conhecidos. Turistas mais curiosos podem, por exemplo, desviar alguns quilômetros da Costa do Dendê e visitar fragmentos preservados de Mata Atlântica, geralmente encerrados em antigas propriedades da região. Muito próxima à cidade costeira de Valença, a fazenda Água Branca, de grande beleza cênica, é uma das que abriga remanescentes



florestais de maior valor, não apenas por sua importante função ecológica – a de formar, com outras propriedades, uma integração da paisagem natural –, mas pelos projetos sustentáveis e de sensibilização do público que a presença da mata nativa inspira.

Hoje, 97 hectares dos cerca de 250 de toda a propriedade estão transformados numa Reserva Particular do Patrimônio Natural, a RPPN Água Branca. Desde a criação da RPPN, em 1999, o proprietário começou a associar a sua conservação a uma inusitada proposta de valorização da cultura regional: a construção de um museu dedicado ao dendê, o fruto de uma palmeira de origem africana que, como o coqueiro, embeleza as praias e fazendas desse trecho da costa baiana.

Cachos do fruto avermelhado podem ser vistos à beira da estrada, esperando o transporte para processamento, antes mesmo da chegada à reserva. Uma mata centenária também acompanha a visão de quem entra na propriedade, onde podem ser observadas nascentes, árvores de grande porte, espécies animais, muitas delas ameaçadas, e até uma exuberante cachoeira com 31,5 metros de queda d'água. Segundo o proprietário Flávio Fontes, 70% da mata existente na RPPN é nativa e o restante encontra-se em processo de regeneração natural. Parte da terra já serviu à plantação de milho e, no passado, algumas áreas foram desmatadas para a retirada de madeira.

“Quando olho para essas áreas, não penso se o solo é pobre ou rico para a agricultura, mas na diversidade do que existe e depende de um esforço de



preservação”, pondera Flávio. Cinco nascentes e um rio de águas límpidas, que já passou por outras fazendas a oeste da BR-101, correm dentro da reserva. “Na minha cabeça tenho um compromisso de transformar essa área num local cada vez mais protegido. Às vezes brinco que não comprei uma fazenda, mas uma mata e uma cachoeira para as futuras gerações.”

Consciente de que a conservação da natureza pode trazer benefícios para o contexto regional, o proprietário decidiu valorizar a simpatia das pessoas pelas tradições culturais da Costa do Dendê. “Morro de São Paulo atrai um monte de gente de fora, de Brasília e Belo Horizonte a turistas estrangeiros. Mas ninguém consegue vir e ficar na praia o dia inteiro, então por que esses turistas não podem conhecer a fazenda e levar uma mensagem cultural, voltando mais ricos do que chegaram?”.

ingrediente obrigatório

Os dendezeiros que ocupam parte da propriedade se transformaram no embrião dessa proposta de divulgação da cultura regional, como símbolos do que o proprietário chama de “nicho cultural”, uma parte da Bahia que, por seu isolamento histórico, manteve modos de vida e costumes tradicionais particulares.

Os 100 quilômetros que separam Valença de Maráú (último município da Costa do Dendê), numa faixa de transição entre a terra e o mar, guardam uma diversidade de ambientes, costumes e construções históricas manifestos nos estuários, comunidades de pescadores e edifícios do período colonial.

Valença tem sua economia baseada no processamento de pimenta-do-reino, de cravo-da-índia e na agroindústria do dendê, cuja árvore está intimamente ligada às origens africanas e à formação cultural do país. A presença dos dendezeiros que pontuam a paisagem deve-se essencialmente à facilidade com que a planta se adaptou ao clima quente e úmido dos trópicos. Além dos benefícios sociais significativos aos pequenos agricultores, por ter baixo custo de produção e alta rentabilidade (um único hectare pode gerar até 8 toneladas

de dendê por ano), o dendê é uma cultura perene de baixo impacto ambiental, podendo contribuir para a preservação da floresta tropical úmida.

O famoso óleo que serve de base a quase todos os pratos típicos da culinária baiana, como a moqueca, o bobó, o vatapá e o acarajé, deu ao cultivo da planta na Bahia dimensões socio-culturais diferenciadas em relação à produção industrial do dendê em outros estados, como os da Amazônia. Nas propriedades baianas, o processamento da planta é em grande parte artesanal: após um breve cozimento, o fruto é esmagado por uma grande roda de concreto e só então a parte externa é separada do coco para ser lavada; o material segue então para um tacho onde o bagaço se separa do óleo, sendo este apurado para se transformar no azeite final.

A partir desse método de produção artesanal, o proprietário da RPPN Água Branca percebeu que o dendê poderia ser o tema gerador da divulgação da cultura baiana aos turistas de diversas origens. Nasceu assim a idéia da concepção de um museu cujo tema é a planta, visando harmonizar produção rural, preservação e educação ambiental, atividades próximas à área natural tombada.

“Acredito que a preservação da natureza deve ser entendida à luz da cultura local, ou seja, trabalharmos a preservação a partir das pessoas, seus valores, seus modos de vida”, afirma Flávio. Para atingir seu objetivo, ele utilizou um velho depósito da propriedade onde guardava peças antigas, como uma roda d’água e os tachos de produção do óleo. Os recursos do Programa da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica permitiram reconstruir o rodão que esmaga o dendê, proporcionando a simulação do processo ao público, que também pode visitar a exposição de ferramentas, equipamentos e painéis educativos. “Falo do método de colheita no dendezeiro, dos aspectos puramente botânicos da planta, sua história, onde ocorre, como processá-la, até seu uso na culinária e na indústria, entre muitos outros temas”, diz o proprietário.

com ou sem recurso

Embora o conceito de museu envolva o estudo de características de determinado objeto ou patrimônio para conhecimento do público, Flávio acha que a proposta vai além dessa idéia, já que o objetivo é também

“

Na minha cabeça tenho um compromisso de transformar essa área num local cada vez mais protegido. Às vezes brinco que não comprei uma fazenda, mas uma mata e uma cachoeira para as futuras gerações.

”

“

Quando cheguei aqui estava tudo imundo, o chão cheio de lixo, garrafas, latinhas, pois a presença das pessoas sempre deixa algum impacto...

”



levar as pessoas a voltarem a ter orgulho do que é local e pertencente às tradições comunitárias. “Por isso, o dendê é só um tema”, ressalta Flávio. Com apoio da Secretaria de Turismo do município, ele está tentando viabilizar um concurso de receitas que utilizam dendê para a produção de um livrinho. “Há muitas peculiaridades que só existem aqui; outro dia até vi um vinagre de dendê, é um produto usado para tudo. Só o caseiro da fazenda, por exemplo, consome de dois a três litros do óleo por semana”, brinca.

Depois de preparar a estrutura do museu, ele conduzirá o passeio a outras áreas da fazenda. Primeiro, um jardim de dendezeiros para observação das diferentes espécies da planta e seu processo de

crescimento. A seguir, os visitantes conhecem o ambiente local, visitando a trilha da RPPN que leva até a cachoeira de proporções grandiosas e aos bosques peculiares, como o que concentra várias árvores de oiti.

“É uma mata lindíssima, onde nos sentimos bem em ficar. Às vezes meu filho passa o dia inteiro lá e quando a família vem para cá, sinto que brigamos menos e aproveitamos o tempo de maneira integral”. Pelo interesse pessoal na preservação, ele fechou o local e instituiu uma taxa para o passeio à cachoeira. “Quando cheguei aqui estava tudo imundo, o chão cheio de lixo, garrafas, latinhas, pois a presença das pessoas sempre deixa algum impacto. Desmanchei várias vezes churrasqueiras dentro do quiosque e estou buscando disciplinar o acesso. Recentemente, o próprio município tentou produzir um fôlder em que a cachoeira aparecia como um atrativo público. Mas não deixo entrar, senão em poucos anos vai estar tudo degradado. Posso dizer que esse foi o motivo para a criação da RPPN. Antes

que a Prefeitura de Valença inventasse uma forma de promover o uso da área, quis tomar medidas acauteladoras e montei o processo para oficializar a reserva”, comenta.

Aos poucos, porém, Flávio vem obtendo apoio de especialistas que estão ajudando a desvendar melhor a natureza local com base na pesquisa científica. Um grupo de biólogos da Universidade Estadual de Santa Cruz irá reali-

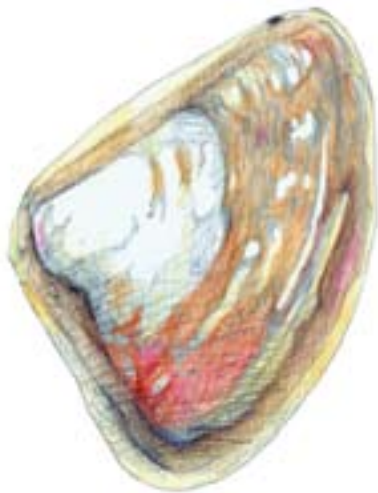
zar o mapeamento da fauna e flora da RPPN. Em coletas iniciais, eles já encontraram espécies endêmicas e confirmaram a presença do cachorro-vinagre, espécie de mamífero ameaçada de extinção. Pesquisadores apoiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente têm analisado a qualidade da água do rio que corta a reserva, o rio Gerebas, que na região significa “animal velho”.

Por tudo isso, ele está certo de que a criação da RPPN possibilitou mais um passo para a proteção da área no futuro. “Também foi muito importante obter recursos como o do Programa de Incentivo às RPPNs. Não consigo imaginar como, num país cercado de tamanha burocracia e desconfiança, foi possível receber verbas com tão poucas garantias, mas o que acho mais interessante é o fato de se acreditar nas pessoas. Isso tornou possível acelerar a programação do que eu tenho em mente para a área, algo que já estava determinado a fazer com ou sem recursos.”

“

Em coletas iniciais, os biólogos já encontraram espécies endêmicas e confirmaram a presença do cachorro-vinagre, espécie de mamífero ameaçada de extinção.

”



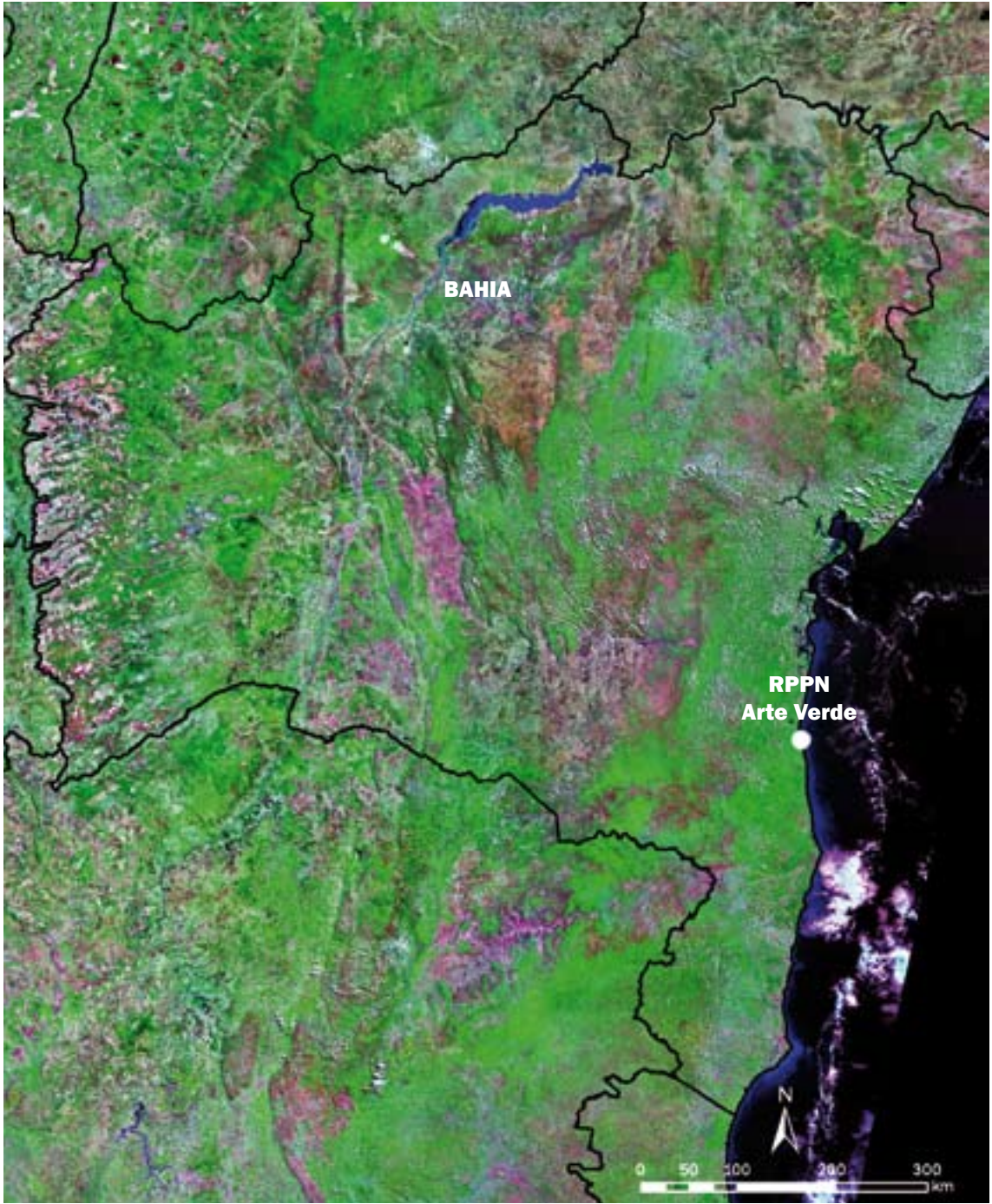
arte verde

“Comprei essa área em 1992, tinha tudo o que sempre sonhei: nascente, mangue, estuário, mata primária e vista panorâmica para Ilhéus. Minha intenção foi então a de transformá-la numa galeria de arte natural, para estimular o olhar das pessoas sobre a paisagem”.

Sérgio Ramos, proprietário da RPPN Arte Verde,
município de Ilhéus (BA)



a
r
t
e
v
e
r
d
e



no caminho das sesmarias

Como uma estrada natural, que esboça os melhores caminhos para se penetrar num território desconhecido, o rio Cachoeira, com foz na cidade de Ilhéus (BA) foi uma das primeiras vias de acesso para as expedições portuguesas em busca de tesouros inexplorados no país. A subida do Cachoeira fez florescer em suas margens importantes plantios de cana-de-açúcar e transformou Ilhéus num dos centros pioneiros dessa lavoura.

Vestígios de antigas construções dos engenhos, ruínas da segunda igreja mais antiga do Brasil, a de Nossa Senhora de Santana, e diferenciados remanescentes de Mata Atlântica foram mantidos nessa paisagem. E seguindo o chamado “caminho das sesmarias”, nota-se a presença de culturas de tradição secular, como a das comunidades ribeirinhas marisqueiras, que sobrevivem da extração do moapen *Tagelus plebeius* (espécie de molusco existente nos bancos de areia).

Uma das sesmarias dos engenhos mais antigos, o São Francisco, hoje dá lugar à RPPN Estação Arte Verde, no distrito de Maria Jape. A propriedade que abriga a RPPN é guardiã de alguns dos tesouros mais antigos da região, preservando ecossistemas únicos que chegam a sustentar a comunidade tradicional de Maria Jape, com 1,1 mil pessoas distribuídas em cerca de 120 moradias. Sua renda provém de cultivos de subsistência à margem do estuário local, como os de mandioca, hortaliças, verduras e, principalmente, de mariscagem estuarina, no banco de Coroa do Meio, no rio Cachoeira, com baixo impacto sobre a produção natural do recurso.

A RPPN Arte Verde foi criada em 1998, às margens do rio Cachoeira, como mais uma aliada da conservação do rico patrimônio natural e cultural. Com 10 hectares, a reserva tem estimulado a construção de uma audaciosa proposta de transformação da realidade local, utilizando os remanescentes de Mata Atlântica e a própria história regional como tema de um Centro de Referência Ecológica, voltado à educação ambiental interativa e às alternativas sustentáveis para a microrregião das sesmarias.



e

d

r

e

v

e

t

r

a

“

Também tinha a intenção de desenvolver um projeto ecológico ligado à arte, acho que a sensibilidade artística é uma ponte para as pessoas desenvolverem um olhar mais aguçado sobre as questões ambientais.

”

Nesse trecho da zona costeira de Ilhéus, o equilíbrio ecológico está expresso na relação de respeito com que algumas comunidades humanas tratam seus recursos naturais. A natureza da RPPN e de seu entorno também apresenta atributos diferenciados: das partes altas, com uma vegetação composta por árvores de grande porte, como a sucupira, o angelim e a juerana; passando aos arbustos e à vegetação herbácea; às variações de mangue que incluem o mangue vermelho, o branco ou manso e o preto ou siriúba; até a borda da calha principal do Cachoeira, pelos cultivos de subsistência.

inspiração artística

Quando comprou a área, em 1992, o artista plástico, advogado e mestre em desenvolvimento regional Sérgio Ramos pôde comemorar o fim de uma longa espera: sua procura por uma paisagem rica em ambientes contrastantes, de nascentes, rios e estuários a ecossistemas de mangue, floresta e até de uma certa proximidade com a cidade. “Demorei muito para encontrar um cenário desses. Na época estava desenvolvendo um trabalho como artista e queria achar um remanescente de mata com visual que servisse de inspiração às pinturas. Também tinha a intenção de desenvolver um projeto ecológico ligado à arte, acho que a sensibilidade artística é uma ponte para as pessoas desenvolverem um olhar mais aguçado sobre as questões ambientais”, opina Sérgio.

Ele encontrou o lugar ideal na combinação entre beleza cênica – com a mata ao fundo do estuário, cercado pelo mangue e uma inusitada visão panorâmica de Ilhéus – e preservação do meio quase sem interferência humana. Mas a realização do sonho de compra da propriedade implicou uma mudança de rumo profissional. Sérgio teve de deixar a cidade do Rio de Janeiro, onde atuava como artista plástico catalogado, com várias exposições em espaços alternativos e galerias, e optou por retornar ao serviço público, dando início a uma nova fase de vida, mais voltada para as questões ambientais, a partir de 1996.

A idéia original de construção de um ateliê de arte no alto de um dos morros da estação foi se modificando, conforme seu envolvimento com as questões ambientais crescia. “Diminuí o tempo para me dedicar à arte... estava indignado com a exploração dos manguezais e estuários na região costeira, aí as coisas foram se redesenhando na minha vida. Comecei

o mestrado em meio ambiente, onde pesquisei a exploração artesanal do moapen, escrevi artigos, algumas cartilhas e um livro sobre manguezal. Como ativista do PV e com grande envolvimento político, assumi a chefia de escritório regional do Ibama em Ilhéus”, explica Sérgio.

Dando início às atividades na reserva, deixou a área de pasto da propriedade se recuperar por mais de dez anos, permitindo a recomposição de trechos de mata nativa antes pisoteados pelo gado e invadidos por capim, principalmente nas bordas da floresta. Outra ação foi cercar as nascentes onde os bois costumavam pastar. “Hoje saio do mangue e já entro direto na Mata Atlântica, as árvores voltaram a crescer. Já nas partes antigas de plantio de mandioca, quero introduzir plantas medicinais e usar a terra para criar pequenos arvoredos que sirvam como banco de sementes”, planeja o proprietário.

Outra iniciativa foi a capacitação de um guarda-parque no curso da RPPN Serra do Teimoso (BA), em 2004, para fiscalizar a reserva e também atuar na recepção dos visitantes. “Hoje o Sr. Leônidas, com sessenta anos, é uma espécie de guardião da RPPN, tem uma vocação muito grande para a ecologia, um sentimento inato de preservação. Quando cheguei aqui, ele já trabalhava para o proprietário anterior havia anos, tinha cinco filhos, e algumas pessoas sugeriram que o demitisse, pois a área não ia gerar renda. Mas resolvi mantê-lo e não me arrependo, sua família não se desestruturou como muitas que saem do campo para as periferias das cidades. Às vezes digo que ele vai morrer comigo”.

O dia-a-dia do guarda-parque é orientado pela perseguição a caçadores ou qualquer interferência que possa comprometer a qualidade da floresta. “Quando encontro alguém na mata tirando cipó ou matando passarinho, reclamo mas não brigo, peço com calma dizendo que o dono não gosta que pegue. Uns teimam, mas a gente vai lutando até convencer as pessoas. Hoje tem muito tempo que não caçam mais, não montam ceva nem tiram pedaço de pau”, conta Leônidas, há mais 23 anos na propriedade.



“

Diminuiu o tempo para me dedicar à arte... estava indignado com a exploração dos manguezais e estuários na região costeira, aí as coisas foram se redesenhando na minha vida.

”

“

Hoje o Sr. Leônidas, com sessenta anos, é uma espécie de guardião da RPPN, tem uma vocação muito grande para a ecologia, um sentimento inato de preservação.

”



transformar o entorno

A riqueza da RPPN pode ser medida pelas mais de cem espécies arbóreas catalogadas na área, pela presença de nascentes e de represas naturais. O projeto é construir estruturas adaptadas para atividades de educação e interpretação ambiental que proporcionem aos visitantes o conhecimento e a ampliação da consciência em relação ao meio ambiente. Moradores do vilarejo de Maria Jape também fazem parte do público-alvo e, paulatinamente, devem estar aptos a tornarem-se agentes de conservação local.

Com recursos do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, o proprietário deu cara ao Centro de Referência Ecológica, com a instalação de banheiros e espaço para eventos;

recuperou a trilha interpretativa da Mata Atlântica, com 600 metros de extensão, e instalou 17 placas de sinalização no entorno da reserva, para a proteção física da área.

Mas o dono da reserva também tem buscado aplicar recursos próprios no empreendimento, investindo numa área especificamente dedicada a acampamentos científicos e recreativos, e em equipamentos que incluem uma passarela sobre o manguezal, a abertura de um mirante para observação de pássaros e um viveiro de produção de mudas de espécies nativas para recuperar áreas de outras propriedades próximas ao rio Cachoeira. A maior “estrela” da área é o circuito Arte Verde de arborismo, onde equipamentos de diversas modalidades foram instalados em espécies arbóreas de grande porte (acima de 30 metros): passarela móvel, tirolesa, ponte pênsil e uma enorme teia de aranha de 100 metros quadrados. Por entre copas, galhos e troncos, o arborismo permite uma contemplação privilegiada dos ecossistemas florestais, provocando também uma sensação de autoconfiança e superação de desafios.

“A minha preocupação com a RPPN é o custo, já que tenho um ônus para preservar algo que não é só meu, mas de toda a humanidade. Esse fundo da Aliança representou uma nova forma de olhar as reservas particulares e,

para mim, deu impulso a idéias que venho tocando a duras penas. Demorei uns três anos para juntar o dinheiro necessário para abrir a estrada local. Não tinha energia elétrica, juntei dinheiro e liguei a luz. Também não tinha água, juntei parte do meu fundo de garantia e fiz duas pequenas represas. Fui atrás do inventário botânico e ainda preciso ampliar o espaço físico para receber as crianças em idade escolar”, expõe o proprietário.

A Associação Arte Verde representa a RPPN, com a missão de promover a educação ambiental inspirada no próprio cenário da microrregião das sesmarias, de pequenos agricultores que produzem em escala local ao lado de fragmentos de Mata Atlântica. “O objetivo é ampliar esse mosaico de vegetação remanescente, reforçando iniciativas individuais e também o envolvimento comunitário de novos proprietários na criação de reservas particulares”, reforça Sérgio. A participação dos proprietários será estimulada por práticas educativas e visitas às propriedades do eixo vicinal entre Banco da Vitória, Maria Jape e Rio do Engenho, para o levantamento de áreas disponíveis ao plantio de mudas nativas. O viveiro da Estação Arte Verde já produz, por exemplo, uma espécie em extinção na região, o pau-jangada, muito utilizada pelos ribeirinhos para a produção de embarcações tradicionais. As mudas poderão repovoar áreas e ainda permitir um resgate cultural sobre seu uso pelas populações tradicionais.

Já a proposta com as escolas é integrar os alunos de áreas urbanas ao ambiente da Mata Atlântica, sua flora e fauna, por meio de vivências interativas. O projeto de educação Via-camoropin – em homenagem ao paço camoropin, local de implantação de aldeias aimorés – pretende levar todos os alunos do ensino fundamental matriculados em escolas particulares de Ilhéus para visitas guiadas no interior da reserva. Estima-se atingir um público jovem de 5.325 escolares, inclusive nos períodos de férias escolares.

Segundo o proprietário, a RPPN precisa ter uma influência regional. “Hoje, a primeira coisa que falo quando converso com um agricultor é sobre RPPN, mostrando que no futuro muitas empresas irão investir em seqüestro de carbono, em bancos genéticos para pesquisa científica etc. Tem que divulgar a idéia, pois, aqui no entorno, por exemplo, o uso indiscriminado de agrotóxico já causa desequilíbrios e afugenta espécies de insetos para o lado de cá. É uma ameaça, por isso temos que trabalhar com a educação ambiental com os vizinhos, com aqueles que estão por perto”.

“

Demorei uns três anos para juntar o dinheiro necessário para abrir a estrada local. Não tinha energia elétrica, juntei dinheiro e liguei a luz. Também não tinha água, juntei parte do meu fundo de garantia e fiz duas pequenas represas.

”



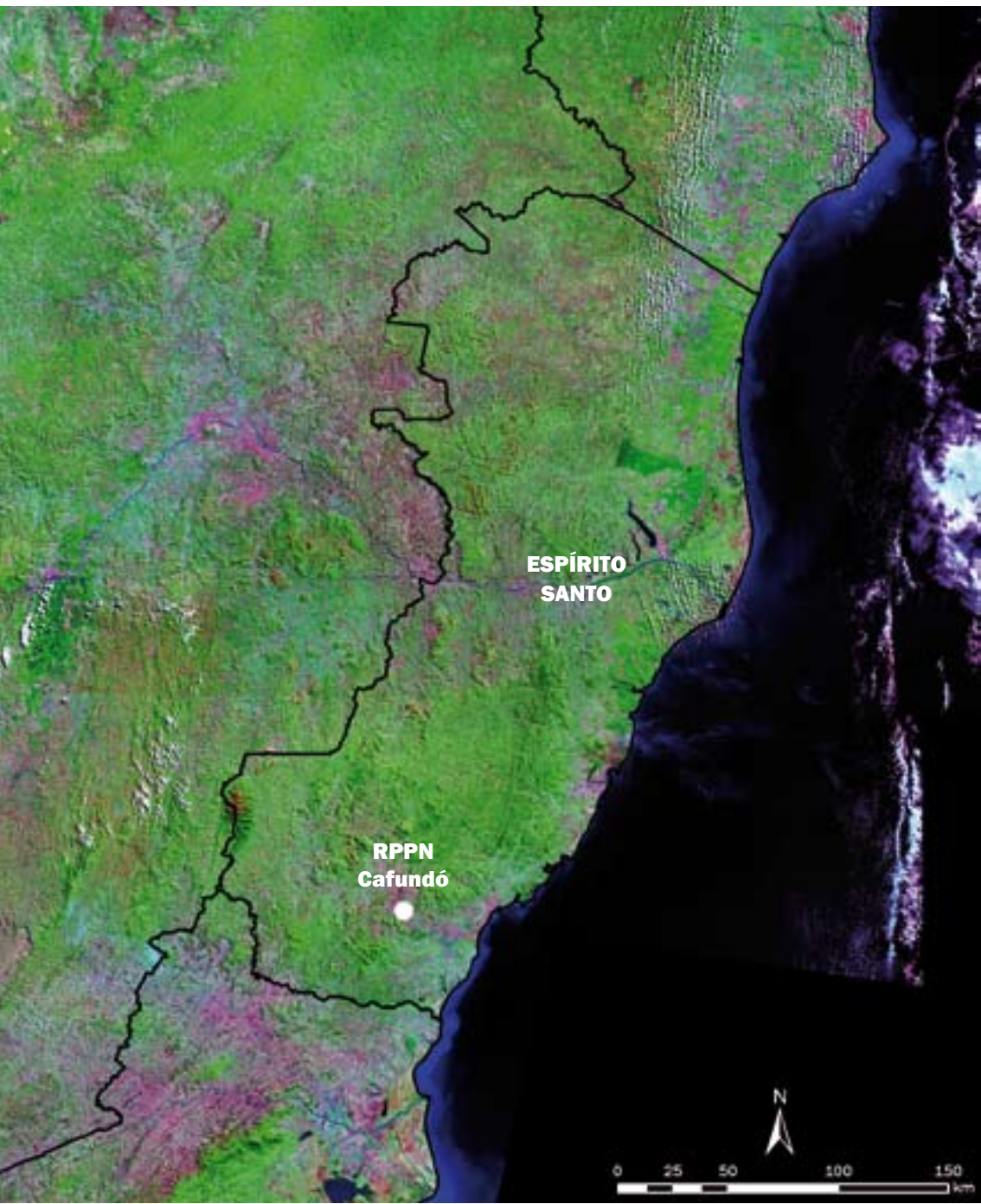
cafundó

“Por acaso, essa foi a primeira RPPN do Espírito Santo. Depois soubemos que era a maior área de Mata Atlântica do estado, fomos ficando cada vez mais orgulhosos; percebemos que tínhamos uma mata nossa mas também de todo mundo.”

Luiz Nascimento, proprietário da RPPN Cafundó,
município de Cachoeiro do Itapemirim (ES)



ó
d
n
u
f
a
c



roda de memórias

Ainda em 1819, a abertura da primeira estrada rumo aos sertões, à margem do rio Itapemirim (ES), origina os traços do povoado de Cachoeiro do Itapemirim, onde as condições fartas de pesca e caça iriam impulsionar o desenvolvimento de centenas de propriedades ao longo do rio. Desde então, de povoado isolado dos primórdios do ciclo da cana, Cachoeiro adquiriu feições de município próspero: tem uma ferrovia que liga a cidade capixaba a Minas Gerais, Rio de Janeiro e à capital Vitória; uma diferenciada produção de aguardente e, mais recentemente, obteve rápido progresso agrícola com a produção do café – que se expande em detrimento das florestas –, além da pecuária leiteira. A partir da década de 1980, Cachoeiro dedicou-se ao ramo de maior desenvoltura da economia municipal – a extração de minerais – e hoje é conhecido como a capital nacional do mármore e do granito, colocando-se como o núcleo mais importante do sul do Espírito Santo.

Também nos limites do município, a fazenda Boa Esperança, onde se localiza a RPPN Cafundó, já servia de suporte ao abastecimento de madeira para os dormentes da ferrovia e outros usos urbanos em fins do século XIX. Sua área de 1,9 mil hectares passou por ciclos diversos de exploração econômica, da limpeza do solo para o café e as pastagens, à construção de engenhos de produção de fubá. A fazenda, comprada pela família Nascimento em 1942, ainda guarda resquícios do período da escravidão e dos costumes tradicionais da população

rural, trazendo à memória mais de um século de transformações sociais.

A roda-d'água usada para esmagar o milho, ao lado do rio Estrela do Norte, que corta a propriedade de ponta a ponta e deságua no rio Itapemirim, foi preservada como relíquia, patrimônio de uma época em que as trocas de mercadoria não passavam pela posse de dinheiro. “Na minha infância, vinham aqui para ‘trocar fubá’; o povo trazia o milho e levava o fubá, volume por volume. Como o milho moído aumenta por causa das partículas de ar, a diferença fi-

“

A roda-d'água usada para esmagar o milho [...] foi preservada como relíquia, patrimônio de uma época em que as trocas de mercadoria não passavam pela posse de dinheiro.

”



“

Na secular roda-d'água também funcionava um moinho proveniente de Portugal, para produção de fubá e canjica, constituindo-se em mais um dos elementos que a família pretende valorizar como relíquias centenárias para atrair os visitantes.

”

cava com o moleiro, o homem que tomava conta da venda”, conta Luiz Nascimento, atual responsável pela RPPN Cafundó.

Na secular roda-d'água também funcionava um moinho proveniente de Portugal, para produção de fubá e canjica, constituindo-se em mais um dos elementos que a família pretende valorizar como relíquias centenárias para atrair os visitantes. A ponte de madeira é a segunda construída sobre o rio Itapemirim, enquanto a enorme vala usada para conter a fuga dos escravos que viviam na senzala encontra-se aberta até os dias de hoje. Da mesma forma, observam-se vestígios de um antigo cemitério dos escravos, onde a família Nascimento localizou ossadas em cova rasa na propriedade. “Lembro que numa das escavações encontramos um anel de ouro e deduzimos que era furto ou presente da sinhá para os escravos. Meu irmão brincava que casaria com a mulher em cujo dedo coubesse o anel. Acabou que coube no dedo da esposa...”, lembrava Beatriz Nascimento, irmã de Luiz, falecida em fins de 2003.

conservação “no sangue”

A fazenda de quase 2 mil hectares ainda possui 750 hectares de uma mata rica em madeiras de lei, como os antigos exemplares de jacarandá, aroeira, graúna e peroba. O perfil majestoso do remanescente levou a família a criar, em 1998, a RPPN Cafundó nos 517 hectares mais preservados da área. Aproximadamente 1,1 mil hectares foram desmatados para outros fins econômicos, “mas tive o prazer de ouvir meu avô dizer que queria deixar parte da floresta para os netos verem o que era uma mata de pé. Quando chegou aqui, ele desmatou um trecho e depois falou: ‘já dá para eu trabalhar e criar minha família, não precisa derrubar mais’. Tanto ele como meu pai compravam madeira fora para fazer as cercas da fazenda, não derrubavam a mata. O pessoal o chamava de doido, mas naquele tempo ele já tinha essa visão”, conclui Eraldo Nascimento, um dos irmãos da atual geração.

Com a destruição da floresta, porém, diminuiu nos arredores as fontes de água disponíveis. Algumas nascentes do pé da serra já dão sinais de esgotamento e começam a desaparecer. “Na minha infância, era normal a água correr nove meses por ano e ficar três sem aparecer. Hoje é o contrário, só tem água quando chove, não sei como os bichos conseguem sobreviver”, compara Luiz. A intensificação da mineração de granito nas últimas três décadas é a segunda responsável pela situação, já que as pedras são exploradas justamente nas grotas

por onde a água escorre, e o lençol freático é diretamente atingido no processo de implosão do solo.

“fatiada”, mas não repartida

Embora tenham “fatiado” a propriedade em cinco, entre os irmãos Luiz, Beatriz, Gustavo, Eraldo e Henrique, a mata não foi repartida, pertencendo igualmente a todos. “Nosso caso é diferente de outras RPPNs; é um amor bem distribuído por toda a família e já está caminhando para a quarta geração. Posso falar, pois tenho três filhos adultos e eles são tão apaixonados pela RPPN quanto a gente”, enfatiza Beatriz. Diferentemente do que ocorre na fazenda, onde cada um decide o que fazer com sua parte e ganha proporcionalmente ao que produz, na área de mata eles são unânimes em defender a proteção.

Como nem todos os irmãos vivem diretamente da renda da propriedade, ocupando-se em empregos urbanos, delegaram os cuidados com a área natural ao mais moço, Luiz Nascimento, que sempre deixou claro seu apego pelo ambiente da fazenda. “Não sou formado em nada, mas posso dizer que sou o mais fazendeiro dos irmãos. Um dos motivos de largar a faculdade é que não queria morar na cidade, aí vim para cá e não quis mais sair. Aprendi na prática a tomar conta do meio ambiente porque é o que gosto”, expressa Luiz, hoje presidente da ONG Instituto Ambiental Cafundó, que gerencia a RPPN.

Para seu irmão, Eraldo, a conservação da natureza é algo que “está no sangue”. Em 1942 o avô já se indignava com a caça na área. “Proibiu de caçar, pescar e colocar passarinho em gaiola. Se pegasse algum empregado com gaiola, quebrava e soltava os passarinhos; chegava a perder noites de sono vigiando o rio, a mata... Tinha o sonho de transformar isso numa grande reserva”, resgata Eraldo. Objetivo que, hoje, está mais perto de se concretizar devido à união dos remanescentes locais num grande bloco, formado pela RPPN Cafundó, pela recém-criada Floresta Nacional de Pacotuba (com 376 hectares) e por áreas de reserva legal de outros particulares.

Como uma das últimas áreas de Mata Atlântica da bacia hidrográfica do rio Itapemirim, a reserva familiar guardou populações de primatas, tamanduás,

“

Na minha infância, era normal a água correr nove meses por ano e ficar três sem aparecer. Hoje é o contrário, só tem água quando chove, não sei como os bichos conseguem sobreviver.

São 37 espécies de mamíferos catalogadas e 240 de aves só na RPPN, que costuma receber grupos de observadores de aves, devido à relevante presença de algumas espécies em extinção.

”

“

Quando andamos pela região ficamos horrorizados. A retirada do granito causa um impacto enorme nas áreas de recarga d'água, naqueles vales lindos; eles explodem a dinamite e vão jogando tudo dentro das nascentes.

”

quatis, preguiças, capivaras, esquilos, cachorros-do-mato e até jaguatiricas. São 37 espécies de mamíferos catalogadas e 240 de aves só na RPPN, que costuma receber grupos de observadores de aves, devido à relevante presença de algumas espécies em extinção.

“Onça teve muito. E hoje, para nossa felicidade como ambientalistas e infelicidade como pecuaristas, tem uma onça-pintada habitando a fazenda. Digo infelicidade porque ela pega os animais de criação, nossos e dos vizinhos. Começou atacando animais silvestres e nós adoramos: ‘nossa, tem onça, que beleza!’. Depois pegou animais domésticos e achamos que poderíamos absorver o prejuízo, mas ela começou a extrapolar. Chamamos uma equipe de pesquisadores do Ibama, mas eles não ajudaram em nada; perguntaram se prendíamos o gado, se tínhamos cerca elétrica... e foram embora. Então recebi uma carta deles dizendo que iam tirá-la da fazenda. Questionei em que se baseavam e onde ficaria a onça, o que aumentou a confusão. Falaram à imprensa que o proprietário era contra pegar o animal e a população começou a ficar com medo de ser atacada... Queríamos que o Ibama fizesse uma ponte entre a gente e uma universidade, alguém com vontade de estudar um felino da Mata Atlântica. Só queremos que vejam como ela se comporta na natureza para, aí sim, chegar à conclusão de se aqui é o lugar dela. Nossa postura acaba sendo um ônus; certas pessoas até disseram que se a onça pegasse alguém iam nos processar. Agora os culpados pela onça somos nós!”, desabafa Luiz.

agentes da natureza

O aumento da população do entorno e as atividades humanas já pressionam os habitats locais. Linhas de trem foram substituídas por estradas, e o número de moradores de vilarejos vizinhos triplicou, mas a alteração mais visível na paisagem diz respeito à extração mineral. “Quando andamos pela região ficamos horrorizados. A retirada do granito causa um impacto enorme nas áreas de recarga d'água, naqueles vales lindos; eles explodem a dinamite e vão jogando tudo dentro das nascentes. Já sofri muito com o assédio de pessoas querendo entrar na fazenda para pesquisar o subsolo, entram para fazer uma pesquisa de lavra, aí vêm os graniteiros para explorar... Mas nunca deixei; dizia ‘se quiser, vem por baixo da terra, por cima não deixamos passar,

só com ordem judicial'. Tivemos sorte que nunca descobriram nada, pois ia ser impossível barrar antes da RPPN”, afirma o proprietário.

A reserva particular surgiu como importante alternativa para a sobrevivência da mata. A motivação em manter a floresta conservada concorreu com a invasão dos sem-terra, que já ocorria no interior da propriedade, com riscos de futuras desapropriações pelo INCRA.

Enquanto isso, o Instituto Ambiental Cafundó vem promovendo a consciência e a troca de experiências por meio de atividades ecoturísticas, como caminhadas contemplativas, excursões às trilhas da mata e banhos de rio. Além do alojamento e restaurante da fazenda, os proprietários conseguiram recursos do programa da Aliança para construir um centro de vivência. Ali, divulgam conhecimentos ecológicos sobre as pesquisas desenvolvidas na reserva, seu papel social e cultural, oferecem cursos de educação ambiental para professores e estudantes das comunidades vizinhas e investem na formação de agentes da natureza.

“Queremos formar ‘motivadores’ que visitem as escolas e depois recepcionem as turmas de alunos na fazenda, orientando-os para o passeio ecológico nas trilhas. É lá que as pessoas desfrutam da vivência no meio, voltam às suas origens e começam a compreender que não podemos ir contra a natureza, que temos que trabalhar junto com ela”, observa Luiz.

Atualmente, é ele quem se prontifica a apresentar a mata para visitantes, escolas e universitários de cursos de turismo, agronomia e engenharia florestal, que pagam uma taxa para o almoço e a manutenção das atividades. Depois do banho de rio dos visitantes, o proprietário incorpora a função de guia e passa às explicações na trilha principal, a Araponga, destacando tamanho e nomes das árvores, o tipo de vegetação e animais mais frequentes.

“Os bichos que mais conseguimos ver é macaco e passarinho. As reações de quem visita são diversas, têm uns que querem vir morar aqui, outros reclamam de inseto, e há os que esperam ver grandes animais e saem frustrados. Nosso maior sonho é aproveitar cada vez mais a comunidade do entorno, até porque são nossos principais ‘infratores’, treinando-os para a função de guia dentro da reserva, tornando-os verdadeiros agentes da natureza”, expressa o proprietário.





ecoparque de una

“De forma interativa e dinâmica apresentamos aos visitantes toda a exuberância da Mata Atlântica. Iniciativa pioneira, o Ecoparque de Una mostra a empreendedores, formuladores de políticas e proprietários de áreas naturais que é possível desenvolver projetos de turismo ligado à natureza sem impactos para o meio.”

Flávio Leopoldino, coordenador do Núcleo de Áreas Protegidas do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), RPPN Ecoparque de Una, município de Una (BA)

ECOPARQUE de UNA

Passeios de Terça à Domingo

Fechado às Segundas!

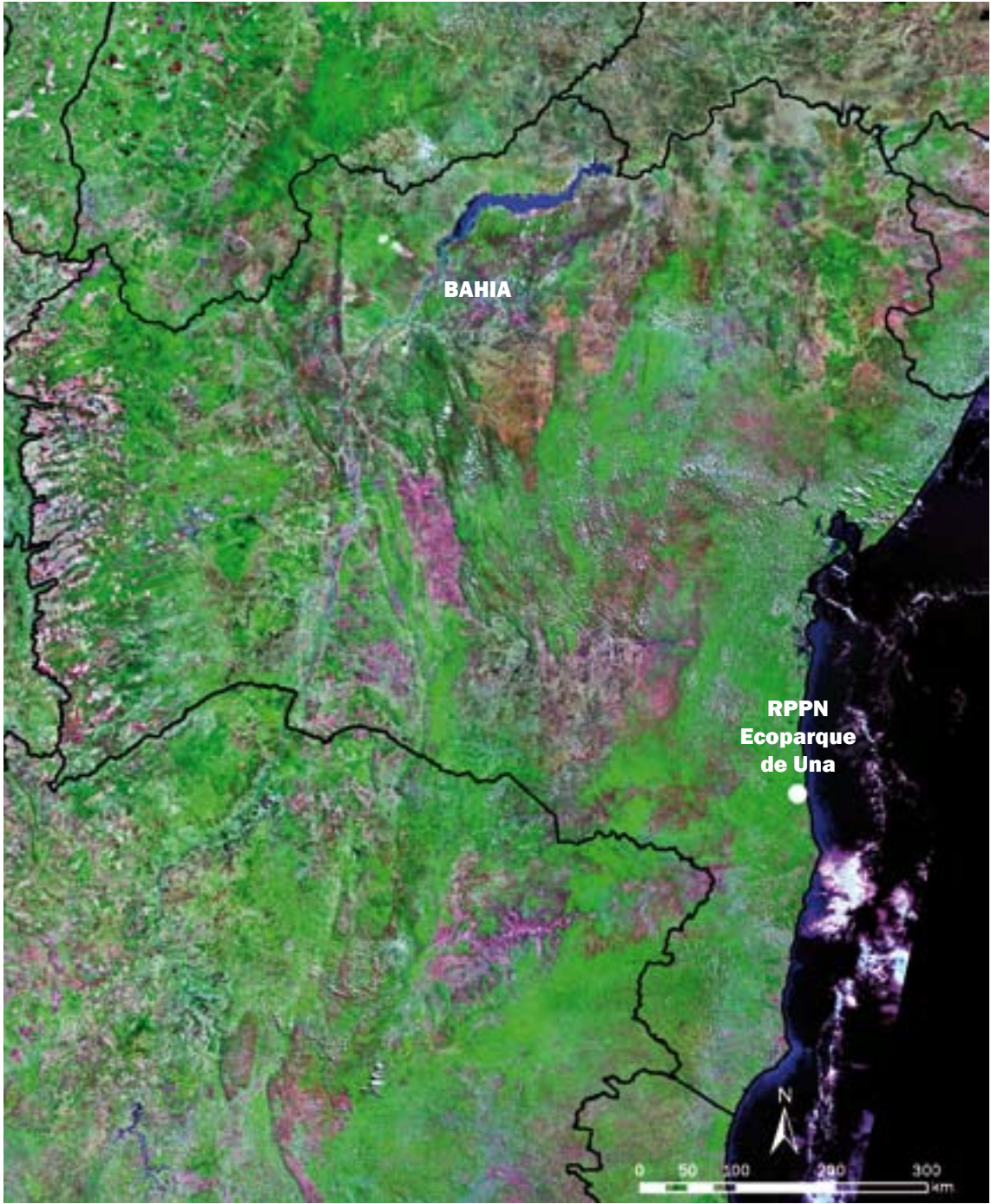
Tours Tuesday through Sunday, closed on Mondays!

Transfer de Jipe: 9:00, 10:00 e 11:00 hs.
Jeep Transfer!

Próximo Transfer:

Next Transfer:

antes/call before: (73) 633-1121



acima das árvores

A Reserva Biológica de Una, com 11,4 mil hectares no município de mesmo nome, na Bahia, é considerada uma das áreas mais valiosas do planeta para a conservação. Para comprovar essa importância, vale a pena reforçar a presença de inúmeras espécies que só ocorrem ali. Mais revelador, porém, é um número levantado em 1993 pelo Jardim Botânico de Nova York em convênio com o Centro de Estudos da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), que apontou esse trecho do sul da Bahia como o de maior diversidade de árvores do mundo. A riqueza da Mata Atlântica é conhecida, mas foi em um único hectare ao norte de Ilhéus, em Serra Grande, município de Uruçuca, que foram registradas 456 espécies de árvores, das quais 55% endêmicas da região, quer dizer, não encontradas em nenhum outro lugar, e que podem estar perdendo seus últimos exemplares a cada hectare de terra desmatado.

A importância dessa descoberta se contrapõe aos alarmantes índices de desmatamento e extinção da Costa do Cacau, com os últimos remanescentes cercados pela expansão pecuária e a extração madeireira. Coincidentemente, no mesmo ano de 1993, um workshop organizado pela Conservação Internacional (CI), Fundação Biodiversitas e Sociedade Nordestina de Ecologia revelou que 75% das áreas de mais alta importância biológica da Mata Atlântica da Bahia localizam-se num raio de 250 quilômetros do município de Una.

Desde então algumas ONGs começaram a despertar para a necessidade de ações que pudessem conservar ao menos a mata que sobrou no entorno da Reserva Biológica, como zonas de amortecimento. Ainda em 1994, o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) e a CI realizaram uma pesquisa sobre o potencial do ecoturismo na região, a qual apontou uma forte demanda por atividades de lazer ao ar livre, envolvendo caminhadas em trilhas e visitas a parques naturais.

Foram criadas, assim, as condições para o surgimento do Ecoparque de Una, em 1997, como um projeto demonstrativo de ecoturismo para esclarecer a empresários e proprietários de áreas naturais o quanto essa pode ser uma alternativa atraente para a sustentabilidade ambiental. O empreendimento almeja funcionar como uma espécie de vitrine, ou interface com o

“

A riqueza da Mata Atlântica é conhecida, mas foi em um único hectare ao norte de Ilhéus, em Serra Grande, município de Uruçuca, que foram registradas 456 espécies de árvores, das quais 55% endêmicas da região, quer dizer, não encontradas em nenhum outro lugar, e que podem estar perdendo seus últimos exemplares.

”

público, da biodiversidade da Reserva Biológica, fechada à visitação devido a sua categoria de manejo.

Desde o início, o projeto visou uma atividade de baixíssimo impacto que pudesse sensibilizar os visitantes e envolver as comunidades locais na defesa do patrimônio natural. E, mais extensamente, para legitimar o verdadeiro conceito de ecoturismo, as atividades passaram a focar a interpretação da fauna e flora, a história e cultura locais como pano de fundo para a conservação.

Mas foi difícil emplacar tal proposta, pois inicialmente nenhum empresário do setor turístico, proprietário rural ou administrador público demonstrou interesse em investir num empreendimento que aliasse turismo a proteção dos recursos naturais e responsabilidade social.

O IESB e a CI decidiram então iniciar o negócio, comprando uma área de 83 hectares de mata no entorno da Reserva Biológica, adequada à instalação dos equipamentos propostos. A nova RPPN foi criada em 1997 e tornou-se a primeira reserva particular de propriedade do terceiro setor no Nordeste, sendo ampliada para 383 hectares em 2000, após uma doação da fundação norte-americana Beneficia Foundation.



A 13 quilômetros do centro do município, o Ecoparque é acessível pela principal rota turística do litoral da Bahia, a BA-001, e oferece visitas monitoradas a grupos ou indivíduos em diferentes línguas. A tentativa de mostrar que a floresta em pé também pode ser fonte de renda e contribuir com o desenvolvimento local vem acompanhada por uma estrutura que propicia a oportunidade de contato direto com a natureza, de maneira interativa e dinâmica.

perspectiva inesquecível

Além da mata, um dos principais atrativos da reserva é a ponte pênsil de 100 metros, instalada sobre as árvores a cerca de 23 metros do chão, a qual demandou empenho e criatividade para ser operacionalizada com o mínimo de impacto ao meio. Primeiro, foram escolhidas árvores centenárias para que, com a ajuda de um arco e flecha, pudessem ser fixadas cordas para sua esca-

lada. Iniciaram-se assim, subidas e descidas para inspecionar os troncos aptos à passarela, e especialistas em montanhismo precisaram usar técnicas próprias para não causar danos aos troncos e galhos.

A trilha interpretativa que leva à passarela na copa das árvores possui 2 mil metros e conta com equipamentos para pessoas de todas as idades. O trajeto se inicia numa plantação de seringueiras, reproduzindo as formas de extração do látex e os principais produtos fabricados a partir da borracha. Em outra etapa, o visitante conhece uma porção bem conservada da Mata Atlântica, com espécies centenárias como o anjelim, o pequi-preto, o conduru e a copaíba. O percurso permite desde visitas técnicas e aulas de campo, até momentos lúdicos que facilitam o aprendizado de crianças e jovens sobre a dinâmica da natureza.

Ao subir a plataforma e caminhar sobre as árvores, é possível apreciar bromélias, orquídeas e palmitais de cima para baixo e, com um pouco de sorte e silêncio, cruzar com representantes da fauna como as preguiças, os sagüis e os micos-leões-da-cara-dourada.

Até 2004, mais de 27 mil pessoas já haviam visitado o Ecoparque de Una desde sua abertura ao público, em fevereiro de 1998. Desses, mais de 7 mil eram estudantes, sendo 60% oriundos de escolas públicas da região – o que confirma o perfil da iniciativa na sensibilização para a conservação regional. Enquanto a educação ambiental serve à formação de alunos e professores das escolas da zona rural, há de outro lado estímulo em investir na capacitação de pessoas de vilas e bairros locais para o trabalho com monitoria ambiental do empreendimento.

“Um dos maiores diferenciais do nosso passeio são os condutores que fazem o atendimento; gente do local que participa desde o início da implantação do Ecoparque e possui uma vivência e saber empírico que encantam os visitantes. Durante os dois primeiros anos, quem recebia e guiava os visitantes eram técnicos com nível superior, embora cada grupo também fosse acompanhado por um dos nossos atuais condutores, que fazia o ‘fechamento’ da trilha. Certa vez, um destes condutores guiou um grupo que se mostrou impressionado com a riqueza de detalhes das informações repassadas numa típica linguagem local. Foi o suficiente para o IESB investir na capacitação de condutores locais e obter bons resultados. Hoje é possível ler no livro de visitas que os maiores elogios são para os funcionários e sua habilidade em desvendar curiosidades sobre a natureza local”, revela Linde Nobre. Ela é a proprietária de uma pequena empresa

“

Um dos maiores diferenciais do nosso passeio são os condutores que fazem o atendimento; gente do local que participa desde o início da implantação do Ecoparque e possui uma vivência e saber empírico que encantam os visitantes.

”

de turismo sediada em Una e uma das operadoras de turismo do ecoparque.

Todos os funcionários possuem carteira assinada, seguro de vida e planos de saúde. Já o público de turistas é composto em grande parte por brasileiros, sendo a maioria proveniente do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, e cerca de 10% do total por estrangeiros. “Valorizamos muito as escolas, principalmente as da região, há muitas que têm o currículo integrado ao roteiro do parque e chegam a trazer até 150 alunos por ano. Também não cobramos ingresso de muitas instituições do entorno, pois em geral são pessoas da comunidade, gente que queremos aqui dentro, pois são nossos vizinhos”, afirma a bióloga Linde.

Nesse relacionamento com os vizinhos, que vem se construindo de forma lenta e sistemática, está implícita a tentativa de diminuir as ameaças sobre a reserva e fazê-los se sentir parte da proposta. Alguns dos benefícios dessa iniciativa atingem diretamente o dia-a-dia dos moradores, como a reforma da estrada de acesso ao parque, que possibilitou melhorias no tráfego local e a criação da Associação de Moradores do Maruim. “Quando chovia a estrada era intransitável, difícil até para veículo 4 x4! Só passava a pé ou a cavalo. Desde 1998, a estrada vem sendo reformada pelo IESB em parceria com a Prefeitura de Una. O IESB também adaptou um carro 4 x 4, para conduzir até dezesseis visitantes, que freqüentemente é utilizado para transportar alunos e moradores da comunidade, até mesmo em casos de atendimento ambulatorial”, explica Flávio Leopoldino.

na medida certa

Em 1998, quando entrou em funcionamento, o Ecoparque de Una recebeu 1,2 mil visitantes, enquanto em 2002 esse número já havia crescido para cerca de 4,7 mil, refletindo uma demanda no mercado por esse tipo de empreendimento.

Assim, o IESB considerou a possibilidade de ampliação da estrutura disponível ao visitante buscando recursos do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica. Uma avaliação da capacidade de carga das áreas de uso público do ecoparque havia demonstrado a subutilização dos sítios destinados à visitação; entretanto, o crescimento no número de visitantes não era

suficiente para cobrir todas as despesas com o manejo e a proteção da Unidade de Conservação.

Os recursos da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica foram direcionados, portanto, para a ampliação da infra-estrutura, dotando o parque de condições adequadas para operar grupos com mais de 45 pessoas sem pôr em risco o patrimônio protegido. Isso permite contrabalançar uma infra-estrutura mais completa com possibilidades de atrair maior receita para a unidade.

A atuação foi no sentido de incrementar o sistema de interpretação ambiental e a divulgação da RPPN para aumentar ainda mais a demanda externa. Hoje, há também uma lojinha para venda de *souvenirs*, como camisetas, bonés e adesivos, responsáveis por um acréscimo significativo na receita do parque. Ali, a importância do bioma para a conservação da biodiversidade do planeta é abordada em painéis informativos que podem servir de base a uma aula teórica. “Também estamos tentando conhecer melhor nosso público, ficamos atentos à origem das pessoas para fazer parcerias com hotéis, sites, revistas, enfim, todos aqueles que podem multiplicar informações e divulgar o projeto aqui e no exterior”, observa Linde Nobre.

Por fim, o ecoparque serve de temática ao estudo científico de diferentes espécies, já tendo sido objeto de sete dissertações de mestrado e cinco de doutorado. Hoje, pesquisadores usam a floresta para avaliar o comportamento da preguiça-de-coleira e do macaco-prego-do-peito-amarelo.

Mas, muitas vezes, a finalidade do estudo extrapola o universo científico e desperta a percepção dos jovens em relação à realidade a sua volta. “Essa iniciativa dá a oportunidade de eles sentirem no campo o que viram só nos livros e nas figuras. Também é a chance de falarmos sobre comportamento, do cuidado com o ambiente, em não danificar as trilhas, não falar alto para não perturbar os animais, já que estamos na casa deles, e faço até questão de frisar a cor das roupas, preferindo tons pastéis, para passarmos despercebidos”, revela o professor do Centro de Integração Social de Itabuna (CISO) durante um dos passeios mais cobiçados da escola.

“Quando voltamos na segunda-feira, todos comentam com os demais amigos sobre os animais, as árvores enormes, a beleza do lugar. Aí no ano seguinte, é uma adesão em massa. Até as famílias ficam curiosas e isso provoca um envolvimento generalizado com a preservação do meio ambiente”.

“

Também estamos tentando conhecer melhor nosso público, ficamos atentos à origem das pessoas para fazer parcerias com hotéis, sites, revistas, enfim, todos aqueles que podem multiplicar informações e divulgar o projeto aqui e no exterior.

”



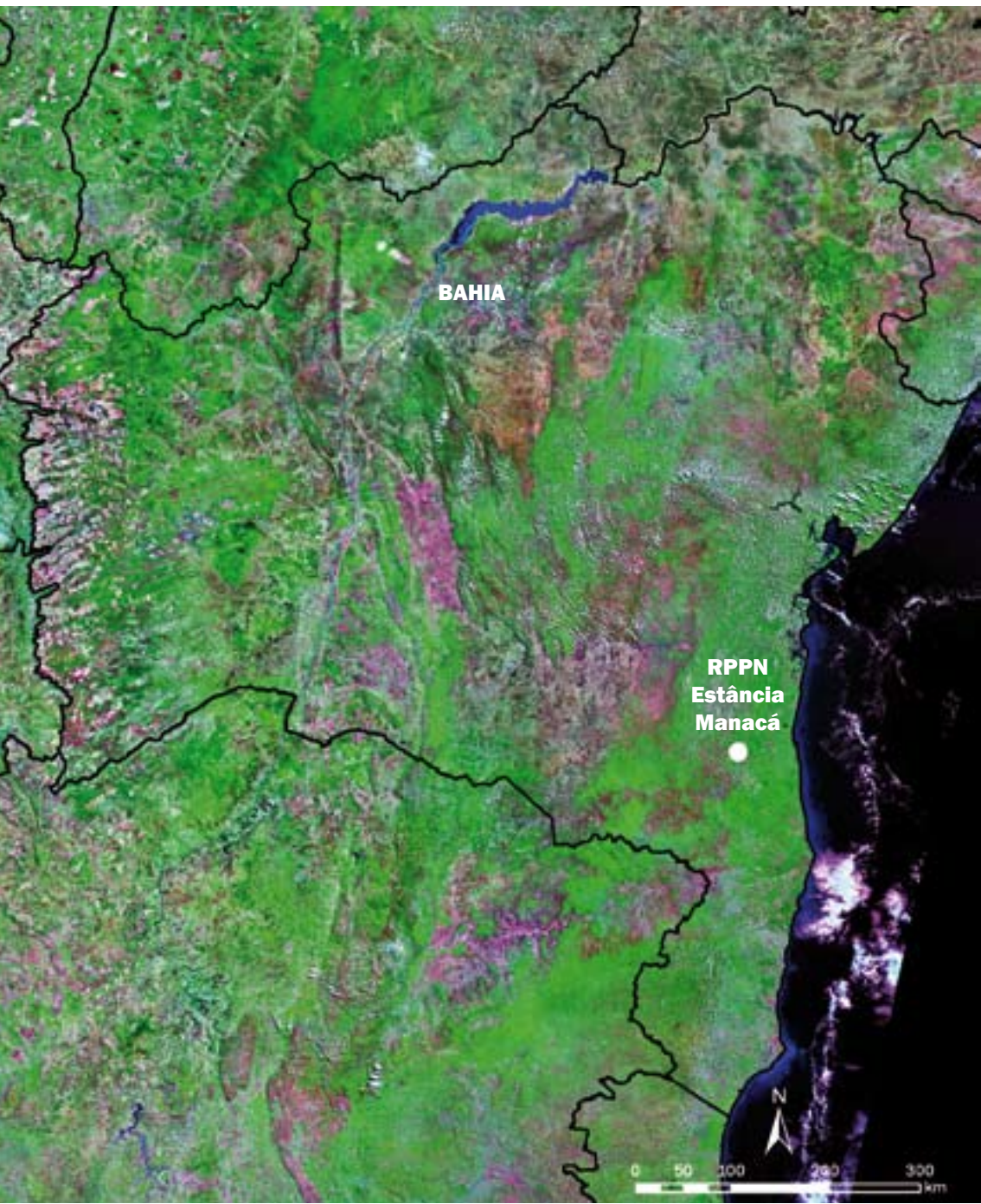
estância manacá

“Gosto do ambiente intocado, de observar, descobrir coisas novas. Tenho ascendência indígena e a ligação com esses ambientes é muito forte... me sinto como um padrinho responsável por isso tudo.”

Enoc Reis, proprietário da RPPN Estância Manacá,
município de Ibicaraí (BA)



estância municipal acaçá



mudança de tom

Um intervalo de treze anos marca o tempo que o ex-assessor do Legislativo da Bahia, Enoc Reis, precisou esperar para ter como suas as matas próximas à fazenda de sua infância. Maior, entretanto, é a lacuna de tempo entre as motivações originais de seu pai na ocasião da compra da fazenda e o ideal de Enoc.

Isolados de qualquer aglomerado urbano, os cerca de 30 hectares de terra foram adquiridos pelo pai de Enoc, José João Barbosa, em 1951, e rapidamente passaram a ter suas matas tombadas para a abertura de pasto e a implantação da cultura mais nobre dos coronéis da região: o cacau. A destruição, que poderia ter sido completa, teve a intervenção do filho, numa postura bastante diferente no que diz respeito à preocupação ambiental de uma geração para outra. A infância próxima do campo e a identificação com a vida rural se combinaram na história de Enoc, e, em 1983, ele comprou a fazenda do pai e fixou residência na propriedade, desejando entender melhor a realidade do pequeno produtor. “Estava infeliz como funcionário público e, por razões sentimentais, queria testar a vida no campo, seguir esse chamado para me afastar da cidade e praticar a agricultura. Mas sempre testemunhei a dificuldade do meu pai no plantio dentro dos moldes tradicionais, de devastação da natureza, fazendo com que chegasse ao fim da vida adoentado e praticamente sem nada”, pondera.

Sua opção nos dois anos consecutivos em que viveu na fazenda foi recuperar a terra com a prática da permacultura – plantio baseado na observação dos ciclos naturais –, tentando inicialmente a auto-suficiência alimentar e uma possível reserva de capital. Havia, porém, dois inegáveis obstáculos econômicos à produção agrícola: primeiro, o isolamento da fazenda, localizada no município de Ibicarai (BA), de difícil acesso para o transporte dos produtos; e, segundo, a dificuldade de competir com a agricultura mecanizada.

Nessa breve permanência, a visão da decadência cultural e do desaparecimento continuado das florestas da região impressionou o ex-assessor, levando-o a uma nova consciência a respeito dos problemas do meio ambiente local. Quando precisou voltar a Salvador por motivos financeiros, portanto, já estava decidido a reassumir suas atividades no serviço público com a meta de adquirir as matas ao redor de sua propriedade. “Em uma das fazendas vizinhas ainda existia uma floresta praticamente intacta, mas a devastação produzida pela crise do cacau me inquietava; o pessoal do campo estava



“

Em uma das fazendas vizinhas ainda existia uma floresta praticamente intacta, mas a devastação produzida pela crise do cacau me inquietava; o pessoal do campo estava endividado, desmatando pra criar gado.

”

endividado, desmatando pra criar gado. Então passei a de-sejar comprar esse resto de mata e voltei para o emprego em Salvador. Com a queda no valor das propriedades, fui comprando uma, duas, três fazendinhas... até reunir 169 hectares de uma área contínua”, relembra Enoc.

A conquista se concretizou numa área diferenciada de Mata Atlântica, na chamada Serra do Mato Grosso, com 830 metros de altitude, que forma uma zona de transição entre a floresta litorânea e a floresta de interior, abrangendo diversos mananciais que abastecem a cidade de Ibicarai. Iniciativa que simboliza também a conquista de um novo modo de vida para o proprietário. “Quando recuperei essas áreas não tive dúvida, larguei o emprego, vendi carro, apartamento e vim morar aqui. Era 2001 e a maioria dos amigos achou que eu estava louco, várias pessoas ligaram me aconselhando... o que não sabiam é que só comuniquei a elas quando tudo já estava feito.” Poucos meses antes, Enoc havia recebido a notícia de que 95 hectares de sua propriedade tinham se tornado Reserva Particular do

Patrimônio Natural, “por sua vegetação de Mata Atlântica, fauna e flora típicas e relevante beleza cênica”.

transformação natural

O processo para transformar a área em RPPN começou em 1998, depois que o proprietário leu uma reportagem sobre reservas privadas e suas vantagens. Rapidamente ele providenciou os documentos necessários para a criação. O desânimo é que aumentou lentamente: “fiquei aguardando três anos a vistoria dos técnicos; eles diziam que não tinham carro pra vir até a área. Só depois da visita do fiscal do Ibama, veio a surpresa; me comunicaram que o diploma estava pronto”.

Coincidindo com a mudança de residência, as idéias para transformar o perfil do uso da área já estavam em andamento, com investimentos em estratégias de manejo projetadas para a propriedade como um todo. Roças abandonadas e áreas de solo degradado por culturas decadentes, em volta da mata semivirgem da fu-

tura reserva, foram deixadas em processo de recuperação natural. Enquanto clareiras se fecharam espontaneamente e a área desmatada que servira à retirada de madeira deu lugar a capoeiras, Enoc planejou a implantação de modelos de agroecologia em outros trechos mais degradados.

As transformações no perfil da propriedade chegaram até no nome, que passou de Fazenda Bela Vista para Estância Manacá. “Pus estância pra diferenciar do modelo tradicional de fazenda na região: local onde se exploram os recursos naturais com um enfoque meramente econômico; e “manacá” por ser uma das árvores que mais me impressionam, pela mudança no tom das flores, toda aquela variedade do roxo ao branco. Lembra a impermanência, a constante mutação do universo.” Ao criar a reserva, a idéia era trabalhar a recepção de turistas, mas a saída inicial para obter recursos foi buscar programas de apoio à lavoura cacauieira.



Por meio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), cujo objetivo é a recuperação da economia regional, diversificando a atividade agropecuária e apoiando a produtividade das lavouras, foi possível encontrar um caminho para o financiamento que beneficiaria a propriedade. “Contei sobre a reserva e o interesse em transformar uma zona da fazenda em agrofloresta. O técnico da CEPLAC me orientou a fazer um projeto padrão de recuperação da lavoura, com adensamento de espécies etc. Quando fui ver, meu projeto seguiu pra outro escritório e lá diziam que eu deveria seguir à risca todo um pacote tecnológico que incluía adubação química. Disse ‘não faço’ e aí começou minha dor de cabeça. Barraram parte da verba, e eu já com empregado contratado... fiquei sem recursos e estou até hoje com essa dívida”, revela o proprietário.

Evitar o pacote de tecnologias para a monocultura do cacau não anulou o projeto de recuperação do solo com modelos alternativos de agricultura. O alento veio por intermédio da própria RPPN, com a elaboração de uma proposta que visa transformar a Reserva Estância Manacá num Centro de Difusão Ambiental. Beneficiada pelo Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, em 2004, a proposta parece direcionar os melhores caminhos a seguir.

A área anteriormente devastada recompõe-se de maneira natural e inspira a visita de alunos de ciências agrárias que estudam processos de recu-



Fiquei aguardando três anos a vistoria dos técnicos; eles diziam que não tinham carro pra vir até a área.



peração de solos. A RPPN também passou a receber a visita de uma bióloga interessada na pesquisa de espécies da flora e em desenvolver cursos de ecologia de dossel nessa mata de encosta rica em epífitas. Foi ela quem descobriu a vasta variedade de orquídeas e bromélias da reserva, entre elas uma das bromélias incluídas na lista vermelha de espécies ameaçadas.

Esses resultados são inspiração para o futuro Centro de Difusão Ambiental, que tem entre suas metas: atividades educativas e de turismo ecológico nas trilhas, capacitação de docentes do ensino fundamental de escolas do entorno para aplicação do tema meio ambiente na grade curricular e criação de uma unidade demonstrativa de sistema agroflorestal.

Estudantes de turismo já freqüentam a trilha aberta “intuitivamente” pelo proprietário, que localizou uma caverna e pequenas cascatas na área, além de um paredão com potencial para rapel. “Trabalhamos três meses para abrir a trilha, mas junto com a bióloga vamos repensar alguns trechos para o mínimo de interferência possível...”

manganês na mata

Associada às tradicionais ameaças que rondam os últimos recantos de Mata Atlântica, como a ação predatória de caçadores, palmiteiros e, no caso da Estância Manacá, de extratores de madeira e bambu para uma fábrica de gaiolas da região, a existência de manganês dentro da reserva tornou-se mais uma preocupação para o proprietário. “De repente recebi um Termo de Acordo propondo o pagamento de indenização por perdas e danos, dizendo que minha floresta estava prestes a ser explorada. Foi um susto e tanto”, conta Enoc, lembrando o pesadelo vivido recentemente ao descobrir a existência de uma licença de pesquisa para a área, emitida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Mesmo após barrar as pretensões da empresa mineradora, por meio de medidas administrativas junto ao Ibama e DPNM, a ameaça prossegue: o minério cobiçado é abundante também na área ao redor, na zona de amortecimento da RPPN, e sua exploração causaria enorme impacto de qualquer maneira. Para garantir a integridade da reserva, encontra-se em curso uma ação conjunta do Ministério Público Estadual e Federal, proposta pela Associação de Proprietários de Reservas Particulares da Bahia e Sergipe (PRESERVA).

Enquanto aguarda o andamento dessa e de outras ações que evitem a transformação de sua área em uma “Serra Pelada”, Enoc foge do pessimismo apostando num sonho antigo que ganhou forma com o apoio do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica para montar a estrutura de um projeto de educação continuada para professores.

Crítico a respeito de como o tema meio ambiente está inserido nas escolas públicas e particulares dos arredores, lançou mão de sua formação para a docência (com graduação em Letras) e concebeu o programa de capacitação de docentes. “A educação ambiental no município está muito atrasada, fica no faz-de-conta, em ações pontuais, e não na inclusão do tema na grade curricular”, avalia. Enquanto isso, a Política Nacional de Educação Ambiental prediz que o componente ambiental deve ser permanente e transversal em todo o processo educativo.

A idéia é treinar professores do ensino fundamental de Ibicaraí, Floresta Azul, Itapé, Barro Preto, Santa Cruz da Vitória e Almadina, transformando-os em agentes multiplicadores de mudanças do cenário de destruição local. “A derrubada de floresta para pastagem, a caça, a coleta de palmito, nada disso será combatido apenas com ações repressivas, mas também e principalmente com ações educativas, através de programas que invistam no professor do ensino fundamental.”

Quatro oficinas já embasaram o programa piloto que consiste em cursos focados nos problemas locais da comunidade, com a discussão crítica das situações ambientais contemporâneas, pela metodologia Proposta de Participação-Ação para a Construção do Conhecimento (PROPACC). A RPPN é a ferramenta para o aprendizado empírico, enquanto os docentes contam com a base urbana de Ibicaraí para as atividades de classe. A Secretaria Municipal de Educação já se mostra interessada, na medida em que recebe, sem custo algum, a orientação complementar de um novo parceiro. “Vendi meu apartamento em Salvador e comprei esse espaço num velho prédio da cidade; no térreo montei a loja de produtos naturais que é o meu atual sustento, enquanto o salão de cima funciona como sala de aula.”





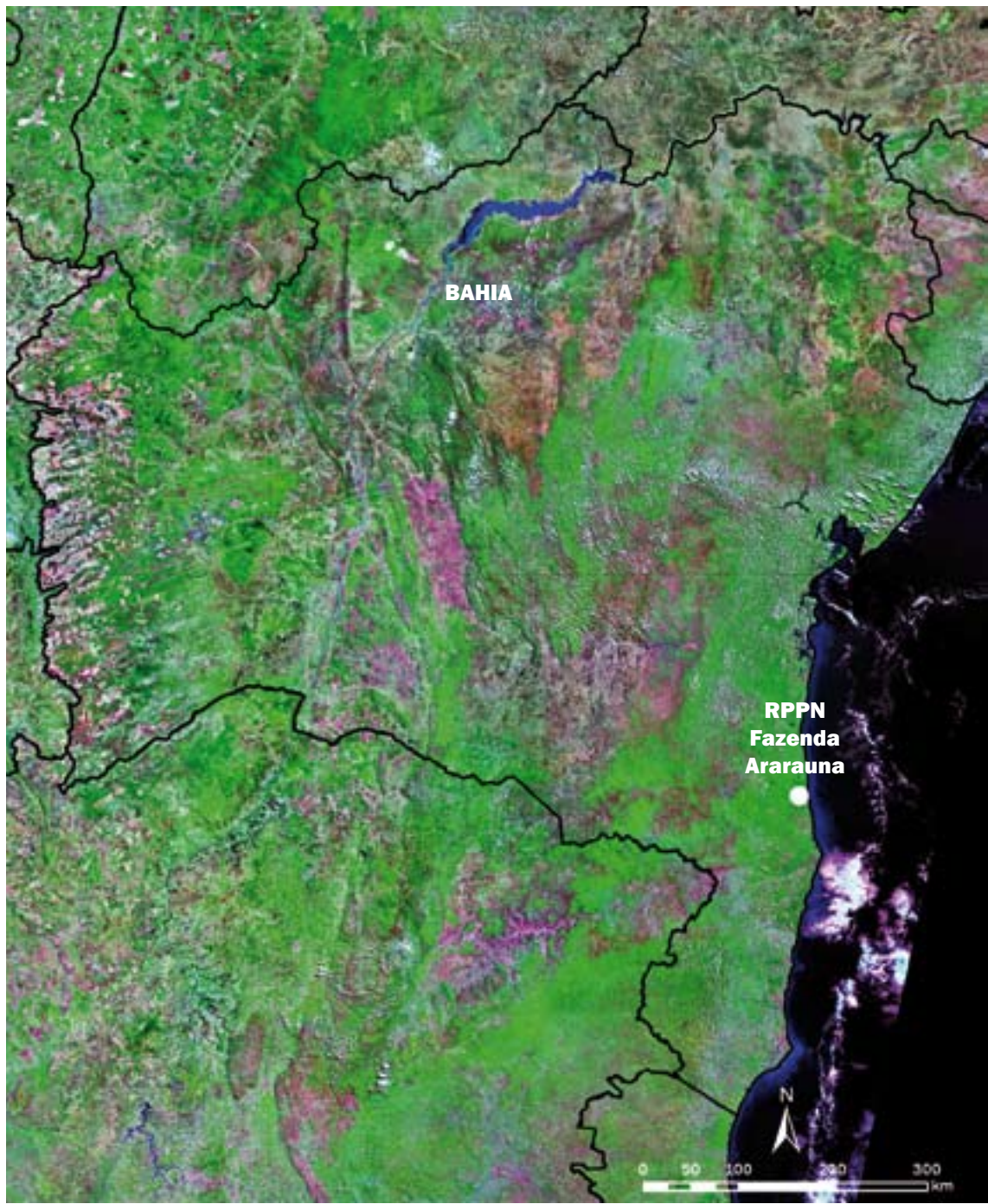
fazenda ararauna

“Dentro do conceito de agricultura orgânica, quis mostrar que não é preciso limpar toda a área, que além da parte de reserva legal, podemos deixar a mata crescer e ocuparmos menos espaço com a agricultura.”

Marc Nuscheler, proprietário da RPPN Fazenda Ararauna,
município de Una (BA)



f a z e n d a r a r a u n a



aliança agroecológica

Pioneiro do cultivo orgânico certificado no país, ainda na década de 1980, o suíço Marc Nuscheler vem assumindo um papel de liderança no fomento a práticas agrícolas sustentáveis no sul da Bahia. Até 2006, ele era o presidente da Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia (CABRUCU) e, para inspirar novos exemplos, transformou sua propriedade, em Una (BA), num espaço de visitas, onde faz demonstrações a respeito de manejo orgânico para os produtores da região.



A história da CABRUCU remonta à própria descoberta do potencial do mercado de alimentos orgânicos, que hoje cresce no mundo a uma taxa de 20% a 30% ao ano. “Já utilizava sistemas orgânicos na minha propriedade e, certo dia, fui procurado pelo representante de extensão rural do IESB, interessado em construir parcerias com pequenos produtores do entorno da Reserva Biológica de Una. A idéia era produzir cacau orgânico para compradores norte-americanos. Mas a demanda internacional exigia volume e precisávamos partir para a formação de uma nova aliança de produtores. Nasceu então a cooperativa e a idéia de transformar parte da minha fazenda em RPPN, visando mostrar como produzir em harmonia com áreas de mata nativa”, explica o proprietário.

A prioridade do trabalho para a conservação das florestas, liderado pelo Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), é oferecer alternativas agrícolas sustentáveis que agreguem valor econômico aos produtos, propondo a criação de RPPNs em lotes de pequenos produtores rurais, além do respeito à área de reserva legal, como uma espécie de compensação pela assistência técnica recebida.

Entre as premissas da agricultura orgânica, que busca considerar as dimensões econômica, ecológica e social da propriedade, estão a recuperação da fertilidade natural do solo e a diversificação e rotação de culturas. Assim, a agricultura em constante interação com os recursos naturais colabora dire-

“

A história da CABRUCU remonta à própria descoberta do potencial do mercado de alimentos orgânicos, que hoje cresce no mundo a uma taxa de 20% a 30% ao ano.

”



tamente com as metas de conservação da natureza. Com base nessa compreensão, a CABRUCÁ vem somando conquista na proximidade com os agricultores baianos. As ações demonstrativas de comercialização de produtos orgânicos certificados, promovidas pelo IESB, evidenciaram a viabilidade desse tipo de negócio para a região, revelando a existência de compradores em diferentes estados e países. Além disso, os produtores rurais interessados no negócio também se mostraram comprometidos com o ideal de conservação dos remanescentes florestais dentro de suas propriedades.

Desse compromisso econômico de um lado e ambiental de outro, consolida-se um novo público engajado na criação de reservas particulares. Mais de setenta propriedades, somando quase 6 mil hectares, estão em processo de certificação orgânica na área do trecho baiano do Corredor Central. E além da RPPN Ararauna – precursora para o reconhecimento de novas reservas –, outras três reservas já foram criadas dentro de propriedades que cultivam produtos orgânicos.

combinação de espécies

Na fazenda Ararauna, a prática de manejos orgânicos permite o plantio intercalado de espécies como o açaí, a pupunha e o cupuaçu, que integram sistemas de agrofloresta. Esses sistemas têm como principal função a retomada da própria natureza da atividade agrícola, pela percepção de que o manejo da roça pode ser feito em conjunto com espécies arbóreas, num equilíbrio entre conservação ambiental e produção de alimentos.

Quando recebe a visita de produtores orgânicos da região, Marc procura mostrar, ao longo de caminhadas pelas áreas de plantio, como as árvores nativas podem ser combinadas com outras culturas anuais, aproveitando ain-

da para levá-los à trilha da RPPN e reforçar o valor da mata na proteção das nascentes e do microclima.

A RPPN ocupa 39 dos 100 hectares de toda a propriedade. Mas foram as características da mata em regeneração que mais despertaram o interesse de Marc Nuscheler para a compra da terra, em 1995. Quando veio ao Brasil, em 1982, tomou contato com a agricultura do café no interior de São Paulo, onde seus parentes viviam. Decidiu-se a mudar para o país e vir a se dedicar ao trabalho no campo, mas passou-se mais de uma década até conseguir comprar uma propriedade rural apta a abrigar cultivos diversificados.

Às margens do rio Aliança, em Una, Marc encontrou a paisagem abandonada que mais procurava. “Fui atraído pela visão da mata e do pasto em regeneração, além do rio que corre dentro da propriedade. A área ficou esquecida por anos, mas tinha terrenos ricos e solos férteis, onde no passado se plantou o cacau. Era justamente o que estava procurando para iniciar um programa de combinação de espécies, no sistema agroflorestal”, relata Marc. No município de Una, 34% da vegetação primária foi preservada, já que as fazendas de cacau mais afastadas uma das outras possibilitaram a permanência da Mata Atlântica em fragmentos isolados.

A riqueza da RPPN está expressa hoje na preservação da água, pelo rio Aliança e pelo riacho que atravessa toda a reserva – o ribeirão Pimenta –, além das pequenas nascentes contidas no limite da propriedade. O nome Ararauna já tinha sido inventado por Marc antes da oficialização da RPPN, em 2003, constituindo-se numa junção entre as palavras “Una” e “Arara”, ave comum na região. Desde a compra da terra, porém, o proprietário tomou conhecimento da depredação histórica local, ao saber das invasões freqüentes na mata da fazenda por madeiras ilegais na região. “Sei que essa mata não é intacta, já sofreu com a retirada de madeira. Quando cheguei aqui em 1995, nessa estradinha passavam até trinta caminhões por dia com toras de madeira. Mas esse movimento diminuiu a partir de 1997, e a paisagem natural pôde se recompor, pela diminuição das agressões”, comenta.

“

A área ficou esquecida por anos, mas tinha terrenos ricos e solos férteis, onde no passado se plantou o cacau. Era justamente o que estava procurando para iniciar um programa de combinação de espécies, no sistema agroflorestal.

Quando cheguei aqui em 1995, nessa estradinha passavam até trinta caminhões por dia com toras de madeira. Mas esse movimento diminuiu a partir de 1997, e a paisagem natural pôde se recompor, pela diminuição das agressões.

”



Vamos aprendendo que o melhor é ocupar só parte da área com o plantio e partir para outras alternativas, como o ecoturismo. A RPPN funciona assim como mais uma tentativa de sustentar a propriedade e abre novas possibilidades de investimento.

Na disciplina de Ecologia de Florestas Tropicais da Universidade Estadual de Santa Cruz, de Ilhéus, os alunos fizeram levantamentos das espécies de borboletas na área de mata e informaram suas descobertas ao proprietário.



pacote completo

Os motivos para a criação da reserva particular relacionam-se sem sombra de dúvida à agricultura orgânica, na medida em que a RPPN é uma forma de demonstrar ser possível produzir sem “limpar” toda a área. “Há uma ambivalência entre a vontade de deixar a mata como está e a necessidade de trabalhar a terra para produzir renda suficiente. Mas vamos aprendendo que o melhor é ocupar só parte da área com o plantio e partir para outras alternativas, como o ecoturismo. A RPPN funciona assim como mais uma tentativa de sustentar a propriedade e abre novas possibilidades de investimento”, afirma Marc.

Com a instituição da reserva, por exemplo, ele melhorou a trilha ao lado do ribeirão Pimenta, desviando das áreas de brejo e abrindo caminho para as pessoas observarem árvores representativas da Mata Atlântica. Os recursos advindos do projeto da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica foram utilizados para aprimorar as condições do circuito interpretativo, com a construção de passarelas de madeira, além da melhoria de infra-estrutura da fazenda para recepção aos turistas, que ganhou uma linha telefônica e um espaço para alimentação.

“Já fazia visitas em parceria com os turistas estrangeiros da pousada Stelamares, em Ilhéus, antes mesmo da RPPN existir. Mas hoje o pacote é completo: busco as pessoas em Ilhéus, mostro a área do cacau e do plantio orgânico, passeio pela trilha de mais de dois quilômetros dentro da mata, tomamos banho no rio Aliança, almoço na sede, entre outras atrações, como a ida às plantações de urucum e baunilha em volta da casa”, conta Marc, que cobra para receber os grupos, compostos por no máximo dez pessoas, de todas as idades.

“Tive que aprender a cobrar, no começo coloquei um preço baixo demais, principalmente porque a RPPN é longe de Ilhéus e porque oferecemos alimentação, além do passeio na mata”. Ele possui uma lista dos animais que ocorrem na reserva e, se o grupo tiver sorte, consegue observar micos, preguiças e, na expectativa de Marc, até algumas cobras. Recentemente um ornitólogo inglês pesquisou a fazenda e as áreas de cabruca de propriedades

vizinhas, organizando uma relação das aves nativas da região, que durante as visitas inspiram a fala do proprietário.

O apoio à pesquisa e à educação implica uma dupla vantagem: na disciplina de Ecologia de Florestas Tropicais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), de Ilhéus, por exemplo, os alunos fizeram levantamentos das espécies de borboletas na área de mata e informaram suas descobertas ao proprietário; já o material botânico coletado ali por outro grupo, foi incorporado ao herbário da UESC.

Um dos funcionários de Marc, treinado como guarda-parque, ajuda-o a manter a trilha limpa coordenando mutirões com outros trabalhadores da fazenda. “Ele fez o curso na Serra do Teimoso e gostou muito. Às vezes é difícil para eles entenderem minhas motivações, pois além de estrangeiro, venho com essa história louca de preservação. Mas quando os funcionários têm a chance de encontrar vinte ou trinta pessoas que fazem a mesma coisa, começam a pensar que isso deve ter fundamento.”

“

Às vezes é difícil para eles entenderem minhas motivações. Mas quando os funcionários têm a chance de encontrar vinte ou trinta pessoas que fazem a mesma coisa, começam a pensar que isso deve ter fundamento.

”



fazenda carroula

“Corumbau começou/ na beira do rio em 1822/ com uma população tradicional/ Alguns índios pataxó/ fazendo suas casinhas/ encostado ao manguezal/ Este era o desejo do povo/ viver entre o mar e o rio/ para facilitar a alimentação/ Pegar peixe e camarão/ siris, conchas e caranguejos/ Engraçado os ranchos/ todos parecidos com um só/ Cobertos com palha de marimbu/ as paredes de xandó/ Não existia depredação/ os índios não tinham nem anzol/ Olha agora/ como os peixes sumiram/ Antigamente os índios/ matavam peixe com flecha/ na beira do rio”

Honorato Deocleciano do Carmo, poeta e pescador, Vila de Corumbau (BA), onde se localiza a RPPN Fazenda Carroula, propriedade de Renata Mellão, município de Prado (BA)



f a z e n d a c a r r o u l a



de olhos bem abertos

Costa do Descobrimento, extremo sul da Bahia. No município de Prado, região onde a história do Brasil começou a ser contada, a presença de um mosaico de áreas protegidas visa garantir às futuras gerações o benefício do contato com a mesma paisagem avistada um dia pelos colonizadores. A visão do horizonte traz o encontro com o Monte Pascoal – a menos de 100 quilômetros de Prado –, símbolo do Parque Nacional do Monte Pascoal. Criado em 1961, o parque atende às preocupações ambientais e históricas de proteção da área de construção da primeira cruz de madeira confeccionada pelos portugueses, já proveniente de uma árvore nativa, o pau-brasil.

Mais elementos da história se encontram nos limites do Parque do Descobrimento, criado em 1999 antes da comemoração dos 500 anos do Brasil, para consolidar um corredor de biodiversidade com os outros dois parques nacionais, o do Monte Pascoal e o do Pau-Brasil. Com 22 mil hectares, o Parque do Descobrimento é o maior fragmento de Mata Atlântica protegido do Nordeste.

Ecos do passado são trazidos à memória ao longo de todo o percurso desse trecho da costa, no chamado Complexo de Abrolhos, cenário único de união entre história e paisagens naturais. Patrimônio da humanidade, os ecossistemas da costa incluem raros fenômenos naturais – recifes de corais e mares rasos, restingas e remanescentes de Mata Atlântica. Descobriu-se, por exemplo, que ali se concentra a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul.

Já o Parque de Abrolhos, primeiro Parque Nacional Marinho da América do Sul, é o hábitat de aves como o atobá e a fragata, além de ser berçário das baleias jubarte e de grande quantidade de recifes, fato que explica seu nome: ao se aproximarem dos corais que dificultavam a passagem dos navegadores, estes recebiam o aviso “Abra os olhos!”, dando origem à expressão de batismo do arquipélago.

Além de Abrolhos e dos parques terrestres, a preservação do meio ambiente regional ganhou novas regras com a criação de uma Reserva Ex-





Ao se aproximarem dos corais que dificultavam a passagem dos navegadores, estes recebiam o aviso “Abra os olhos!”, dando origem à expressão de batismo do arquipélago.



trativista Marinha, a Resex Corumbau, em 2000, por uma iniciativa conjunta da Conservação Internacional (CI) e do Ibama. Composta por uma faixa de mais de 90 mil hectares que se estendem por 60 quilômetros ao longo da costa, entre Prado e Caraívas, a Resex visa o desenvolvimento sustentável das comunidades humanas – quarenta famílias descendentes dos pataxó que sobrevivem da pesca artesanal, fixadas em seis vilas no Corumbau.

Em meio a essa combinação de terras e mares protegidos, limitados ainda por terras indígenas, desponta a RPPN Fazenda Carroula, única dentro da extensão do Complexo de Abrolhos. O papel da RPPN poderia parecer secundário diante da nobre missão de conservação das unidades públicas do entorno, principalmente pelo fato de a proprietária, coordenadora de projetos socioculturais Renata Mellão, ainda morar em São Paulo e estar idealizando grande parte dos projetos locais a distância. Mas a força do engajamento da proprietária com as questões ambientais podem explicar a função estratégica que sua reserva vem adquirindo na missão de integração dos diferentes atores regionais.

Desde a criação da Resex Corumbau, Renata foi eleita membro do Conselho Deliberativo da unidade, passando a se reunir com moradores e pescadores nas diferentes vilas para escutar seus principais anseios e aspirações.

Começou então a conceber a construção de uma base de pesquisa na fazenda Carroula para hospedar técnicos, monitores e consultores em atividades de campo, provenientes de unidades como o Parque de Abrolhos, a Resex Corumbau, o Monte Pascoal ou de Áreas de Proteção Ambiental. Os recursos para a base provêm do próprio bolso pela crença de que esse espaço poderá suprir a necessidade das equipes profissionais, em grande parte dependentes do apoio de donos de pousadas ou do aluguel temporário de casas para hospedagem. “Ainda não existia um local com instalações adequadas para as operações de pesquisa, principalmente ligadas a mergulho e coleta de material biológico. Há anos venho estabelecendo parcerias formais e informais com ONGs, instituições públicas, comunidades tradicionais, e acredito que a RPPN possa se tornar uma referência nesse cenário”, coloca Renata.

Hoje, a Resex Corumbau possui, por exemplo, um projeto de fortalecimento da sua gestão participativa, que irá envolver por mais de dois anos profissionais das áreas de biologia, oceanografia, sociologia, comunicação e educação. Já os responsáveis pelo componente de educação ambiental do Projeto Abrolhos têm promovido a conscientização da comunidade pela atuação nas escolas de ensino básico da região, atuando inclusive na formação de jovens voluntários na área ambiental. “Atividades como essas poderão contar com um espaço permanente de trabalho, numa parceria em que a RPPN apóia os diferentes trabalhos com a biodiversidade regional e, em contrapartida, essas atividades podem induzir projetos de utilização sustentável da RPPN”, explica a proprietária.

caída de amor

Com 15 dos 20 hectares de toda a propriedade, a RPPN é o pano de fundo para propostas de sensibilização das comunidades e visitantes; além de se firmar como local de referência para as informações ambientais, a área já conta com uma estrutura para educação ambiental, com trilha, viveiro, centro de capacitação e atividades agregadas de ecoturismo.

A reserva particular teve sua criação oficializada em 2003, mas o estímulo para transformá-la num espaço de proteção surgiu duas décadas antes, desde o momento em que a fazenda foi comprada por Renata, ainda em 1981, e o “amor à primeira vista” que sentiu pela área virou apego e interesse pela preservação do ambiente natural. Até o nome Carroula foi mantido por ela, em referência a um rochedo que fica bem em frente da praia do Corumbau, onde as rolinhas se alimentam. “Os moradores acham que a história da vila Carroula está ligada ao nome ‘rola’, pela incidência desses pássaros no recife”, conta a proprietária.

Espontaneamente envolvida com as questões ambientais – só em São Paulo, onde mora, já plantou mais de cem árvores –, ela decidiu criar a RPPN como um projeto pessoal. “Não faço parte de nenhuma entidade ambientalista; meu trabalho é solitário. Nunca havia me envolvido com a área e estava interessada em realizar algo pela região. Tinha começado a montar um pequeno viveiro de espécies nativas e a oportunidade da RPPN veio a calhar, mas digo sempre que já era um projeto particular meu.”



Os moradores acham que a história da vila Carroula está ligada ao nome ‘rola’, pela incidência desses pássaros no recife.





É tudo muito bonito, a luz, o mar, o branco da areia, a ponta do Corumbau, o Monte Pascoal atrás... estou apaixonada até hoje. Às vezes brinco que nunca tive uma paixão tão longa.

Começamos a assistir à invasão de barcos de fora e aos impactos da pesca predatória; as pessoas dali não ganhavam quase nada, os caminhões frigoríficos paravam em frente da praia.... Fui ficando muito triste com o que estava acontecendo, com a falta de cuidado e a exclusão da população local.



De passagem, viajando em companhia de um amigo piloto, encontrou a fazenda Carroula por acaso. Como o proprietário estava de mudança para a cidade, o negócio foi fechado rápida e informalmente. “Olhei e fiz o acerto. Pra dizer a verdade não sabia nem o tamanho exato, não era algo programado; ele manifestou o desejo de vender e eu de comprar. Caí de amor pela fazenda e fiquei com medo de os vizinhos se interessarem. É tudo muito bonito, a luz, o mar, o branco da areia, a ponta do Corumbau, o Monte Pascoal atrás... estou apaixonada até hoje. Às vezes brinco que nunca tive uma paixão tão longa.”

Os 20 hectares da propriedade foram preservados, pois o antigo dono utilizou somente a faixa costeira para o plantio de mandioca, abóbora e cana, numa agricultura de subsistência complementada pela pesca artesanal, de canoa. Durante os dez primeiros anos de posse da terra, Renata não interveio em nenhum elemento natural, mas aos poucos começou a conceber a idéia de implantação de uma pousada que respeitasse as características originais das moradias da região.

Sua curiosidade levou-a a investigar o histórico da vila Carroula, vizinha à propriedade, e da vila do Corumbau, obtendo grande sucesso quando conheceu o pescador e poeta local Honorato Deocleciano, que a ajudou a recuperar o caminho de formação da cultura desses vilarejos. (Com o apoio de uma jornalista, Lucy Dias, Renata também está transformando os escritos poéticos de Honorato em um livro para distribuição na região.) Ela aprendeu, por exemplo, que a maioria das famílias provêm de um único tronco genealógico, tendo como ponto de partida as presenças negra e indígena, e que as casas baixas, em madeira, com cobertura em palha, são construídas de acordo com as características do vento e da luz, mantendo forte identidade com os elementos naturais.

“No início, eu ia para lá só uma vez por ano. Queria conferir se o paraíso realmente existia e se estava tudo bem com a família que ficou morando na casinha da fazenda. Mas, aos poucos, começamos a assistir à invasão de barcos de fora e aos impactos da pesca predatória; as pessoas dali não ganhavam quase nada, os caminhões frigoríficos paravam em frente da praia... Fui ficando

muito triste com o que estava acontecendo, com a falta de cuidado e a exclusão da população local.”

Depois de um *reveillon* na fazenda, um dos amigos de Renata revelou interesse em morar na propriedade e cuidar dela. Nos cinco anos em que viveu ali, Marcos Silveira Correa começou a construir estruturas para receber as pessoas com mais conforto. Simultaneamente, outro amigo arquiteto, Renato Marques de Oliveira, concebeu o projeto de instalação de uma pousada numa das partes do terreno, que hoje recebe o nome de Hotel Vila Naiá, em referência a uma das palmeiras locais, o indaiá, chamada pelos índios de naiá.

taubilhas e cavilhas

As edificações dos 600 metros de extensão do Vila Naiá possuem a mesma linguagem das casas da vila local. Os telhados se compõem de tocos de madeira (taubilhas) ou telhas de cerâmica, e entre as estruturas das casas não existe a fixação com pregos ou parafusos, sendo feita por encaixe, com cavilhas. “Na primeira fase buscamos peroba reutilizada e fizemos o tratamento; na segunda fase compramos madeiras do Pará certificadas e, agora, na terceira fase, será usado o eucalipto. É um esforço para manter o conceito de fundo do empreendimento, pois estamos justamente numa região madeireira onde esse recurso é coisa em extinção”, afirma a proprietária, que também montou uma estrutura para a geração de energia solar e eólica no hotel.

A proposta de arquitetura inspirada no meio ambiente e a proximidade com a RPPN permitem ao Vila Naiá a convivência com diferentes ações de sensibilização e valorização cultural. Uma passarela em madeira de 70 metros de comprimento liga a pousada ao Centro de Ecoturismo e Educação Ambiental – espaço onde estão reunidas as informações ambientais sobre os ecossistemas do Corredor Central de Biodiversidade em sete grandes painéis, que serve de base para a realização de palestras, capacitações e promoção da cultura, artesanato e história da comunidade local.

Também já está em andamento uma parceria com a equipe de educação ambiental do Projeto Abrolhos, que utiliza o alojamento da fazenda e está desenvolvendo um conjunto de atividades de sensibilização, com apresenta-





ções periódicas aos turistas e à comunidade local sobre as principais descobertas realizadas no arquipélago. Uma trilha interpretativa de 800 metros de extensão, sinalizada com doze placas, destaca-se como atrativo da RPPN, a ser utilizada por escolas, comunidades dos arredores e visitantes da pousada, num percurso que permite identificar as principais espécies da vegetação nativa com monitoria de guias da comunidade. Esses moradores também tomam conta da sementeira e do viveiro de mudas nativas, visando a produção de espécies para recuperar áreas degradadas e também o estímulo a práticas sustentáveis.

Todas as estruturas receberam recursos do Programa de Incentivo da Aliança, dentro de uma proposta de conservação que alia ecoturismo, educação ambiental e pesquisa. “Se dissermos que é uma RPPN, ninguém vai querer conhecer. Mas se falarmos que tem um centro de educação ambiental, viveiro, estrutura de hospedagem, com o mínimo de organização, você consegue atrair as pessoas, mostrando para onde vão e o que irão fazer”, aposta Renata.

Em junho de 2003, durante o I Acampamento de Jovens Voluntários da Resex Corumbau, crianças e jovens das comunidades da reserva elaboraram um manifesto intitulado “Construindo uma cidade real”, em que apresentavam seus anseios para o futuro da região e pleiteavam a construção de um espaço físico de referência cultural e capacitação. Foi reforçado, assim, o caráter transversal das atividades realizadas na RPPN Fazenda Carroula.

“Infelizmente, a rotina da vila vem mudando, o lugar é muito bonito e atrai turistas, mas sem benefícios para quem mora lá, o que cria uma complicada situação de conflito. Hoje, já vemos a construção de casas em alvenaria onde antes só se usavam tábuas e coberturas com fibra. A identi-

dade cultural vai se perdendo conforme as pessoas trazem o imaginário de fora e passam a construir sem levar em conta o local”, coloca Renata.

Para ela, a RPPN pode implicar a valorização das pessoas e do seu patrimônio. “Os moradores da região já valorizam a reserva porque sentem que estamos valorizando o que é deles, o que é um incentivo à auto-estima das pessoas.” Cercada por espécies únicas da mata de restinga, como o indaiá e o xandó, ou as samambaias que se enrolam nos dendezais mais antigos, a RPPN possui formações de rara beleza. “O principal é termos a possibilidade de manter alguma coisa que é própria do lugar, que explica a diferença entre uma área e outra. Cada RPPN é única na sua diversidade.”

“

A identidade cultural vai se perdendo conforme as pessoas trazem o imaginário de fora e passam a construir sem levar em conta o local.

”



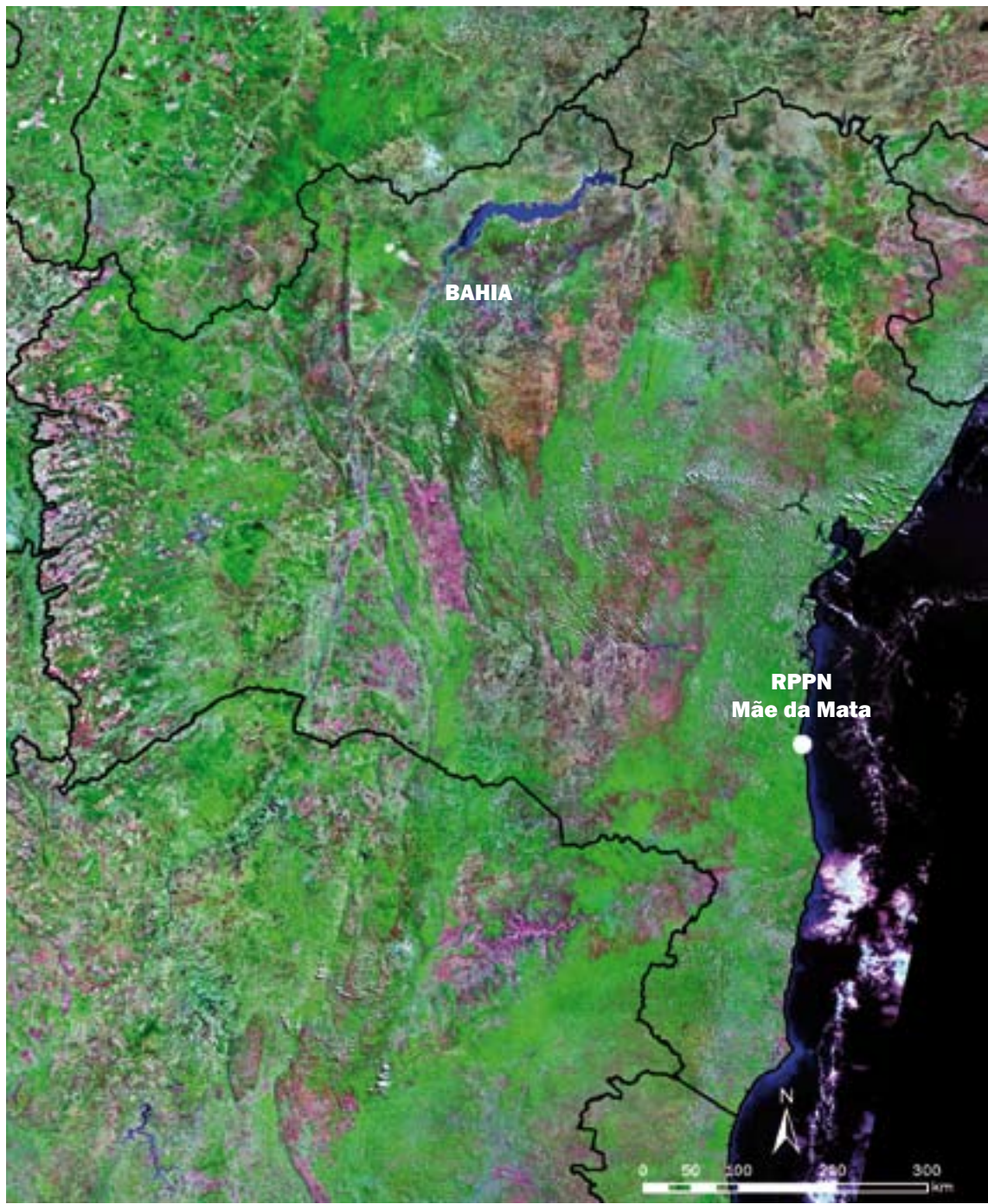
mãe da mata

“Meus filhos vinham comigo pra cá quando eram pequenos e conversavam com a floresta. Uma vez eu os ouvi dizendo ‘bichos e árvores, não vamos deixar mexerem na mata, quando meu pai se for vamos cuidar de tudo isso... vocês estão no coração do meu pai’.”

Ronaldo de Jesus Santana, proprietário da RPPN Mãe da Mata,
município de Ilhéus (BA)



mãe da mata



santuário de diversidade

É o proprietário atual da fazenda Colina de Odé, em Ilhéus (BA), quem reconstrói a complexa história das propriedades desse município baiano. Segundo Ronaldo Santana, tudo começou em 1537 quando as terras da sesmaria Engenho de Sant’Anna foram doadas ao desembargador Mem de Sá pelo donatário da capitania de Ilhéus, que, pelo sucesso obtido no engenho, foi nomeado terceiro governador-geral do Brasil, inaugurando séculos de posse da terra pelos descendentes da família Sá. “Colina de Odé pertencia ao trineto, José Sá, que era umbandista e quis homenagear Odé, entidade do candomblé que toma conta da mata. Também era dono da Chapada do Boia-deiro e de uma terceira fazenda, a Porto do Marujo, local de água farta e limpa por onde corre o rio Santana”, vai desfiando o proprietário.

A força das tradições históricas desse trecho da Bahia se une ao encantamento que ele sentiu assim que conheceu a fazenda Colina de Odé, onde hoje está a RPPN Mãe da Mata, a qual prefere chamar de “Santuário de Vida Silvestre Mãe da Mata”, para enfatizar seu respeito pela reserva. “Era uma terra linda! Quando cheguei e vi aquelas árvores, me veio um sentimento de aconchego; entrei na mata e me senti acolhido. Logo que soube quem era o dono fui procurá-lo e fechamos negócio”, retoma. Na época, as condições da estrada eram péssimas e o percurso de 45 quilômetros, entre Ilhéus e a fazenda, uma aventura de até quatro horas. Além dos obstáculos de acesso, a decisão da compra foi acompanhada de dificuldades financeiras, obrigando Ronaldo a negociar o valor em parcelas ao longo de um ano.

“Algumas partes da fazenda estavam devastadas pelo plantio de mandioca, mas fui introduzindo cacau e deixando a floresta voltar... Criei uma floresta de chocolate, que, junto com a mata primária já presente, transformou praticamente toda a propriedade em mata”, revela Ronaldo. Situado entre a Reserva Biológica de Una e o Parque Municipi-



“

A poucos quilômetros do Santuário Mãe da Mata, situada na bacia do Santana, encontra-se a capela de Santana, tratada por muitos como a segunda igreja mais antiga do Brasil.

”

pal da Boa Esperança, o Santuário Mãe da Mata dista somente 3 quilômetros da RPPN Arte Verde e ainda tem como vizinha a fazenda Porto Novo, com 700 hectares de floresta nativa em bom estado, fato que confirma ser já uma realidade a implementação do Corredor Central da Mata Atlântica nessa região.

Embora sejam só 13 hectares oficializados como reserva, 70% deles são compostos por uma mata primária que protege cinco nascentes do rio São João – importante fornecedor de água para a população das quinze fazendas a jusante da Mãe da Mata. Muitos elementos dão a dimensão da riqueza do santuário: imponentes árvores como jueranas, gindibas e maçarandubas, diversidade de espécies de aves (papagaios, tucanos, arçararis, gaviões, canários) e animais como micos-leões-de-cara-dourada, porcos-espinhos, raposas, juparás, capivaras, catetos e quatis. Cipós e lianas de várias espécies também chamaram a atenção de pesquisadores pelo tamanho de sua circunferência, chegando a medir 75 centímetros.

Recordações afetuosas vêm à mente quando o proprietário se lembra das horas passadas com os filhos pequenos nesse ambiente. “Recordo do meu caçula conversando com a mata, pedindo silêncio... punha o ouvido na árvore pra ouvir o que ela dizia, às vezes assobiava e os macacos vinham ao redor da gente”. O convívio com as crianças, filhos dos pequenos produtores locais e de funcionários, que freqüentavam a escola da fazenda, inspirou o nome da RPPN, quando apelidaram uma grande gindiba da floresta de “mãe da mata”.

berço de histórias

A importância da bacia do rio Santana (antigo rio do Engenho) não se deve só ao seu papel no abastecimento de água da cidade de Ilhéus – estando hoje fortemente ameaçada por ações humanas agressivas ao meio ambiente e pela agricultura predatória –, mas aos vestígios de acontecimentos históricos que surgem em toda a microrregião. A poucos quilômetros do Santuário Mãe da Mata, situada na bacia do Santana, encontra-se a capela de Santana, tratada por muitos como a segunda igreja mais antiga do Brasil; mais adiante as ruínas do Engenho Sant’Anna, famoso produtor de açúcar da época colonial e palco de marcante rebelião contrária ao regime escravagista. Era 1789, mesmo ano da Revolução Francesa, quando os escravos da fazenda Santana

pararam de trabalhar por quase dois anos, fato que deu origem a um tratado de paz único na história das relações de trabalho da época.

Cópias do tratado, cujo original é mantido no museu de Salvador, são guardadas por Ronaldo e exibidas com carinho aos visitantes. “É uma peça ímpar, num português lindíssimo, cujas reivindicações são atuais até para o sindicalismo de hoje”, orgulha-se o proprietário enquanto reconta a história numa caminhada pela trilha da RPPN. “Os escravos mataram o mestre-de-açúcar e fizeram uma greve, exigindo redução da jornada de trabalho, controle das ferramentas do engenho, folgas em diferentes horas do dia e, como se não bastasse, participação para indicar o nome dos feitores!” Mesmo tendo resultado em fracasso, a revolta está gravada em diferentes livros sobre o período.

O circuito para quem pretende conhecer o Santuário Mãe da Mata pode, de fato, revelar-se uma espécie de aula de história, acompanhada de aprendizado sobre o ambiente natural e o funcionamento dos cultivos orgânicos certificados na propriedade (mamão, cupuaçu, graviola, pupunha, cajá, jaca, tangerina, jambo, goiaba, coco, caju, açaí, cajarana, serigüela, entre outros). Guiado por Ronaldo, o grupo deixa a sede pela manhã em direção à reserva, beirando o rio que corta a fazenda; depois da caminhada pode-se tomar um banho de bica ou de rio e fazer um lanche com frutas locais; a seguir, aprende-se como o cacau e os cultivos orgânicos são produzidos; o passeio termina num alambique onde o dono da reserva testa a cachaça artesanal.

“Vêm escolas, como o Colégio Suíço-Brasileiro de Ilhéus, o Colégio Vitória, grupos de universidades e, recentemente, algumas operadoras de turismo. Todo mundo gosta, mas estamos em busca de convênios para dar sustentabilidade à reserva”, expressa Ronaldo. Nesse caso, o potencial turístico é inegável; quem visita Ilhéus pode fazer um passeio de um único dia à RPPN pela proximidade de 15 quilômetros com o centro da cidade – vinte minutos de carro.

multiplicar saberes

A liderança de Ronaldo no empreendimento tem possibilitado construir estruturas que beneficiam a coletividade, como a roda-d’água que le-



Quem visita Ilhéus pode fazer um passeio de um único dia à RPPN pela proximidade de 15 quilômetros com o centro da cidade – vinte minutos de carro.



a

f

a

m

a

p

e

a

m

“

Os piores são os pegadores de pássaros: colocam redes e pegam de uma só vez dezenas de canários-da-terra, curiós, guriatãs, tiés e chorões...

”

va água para as casas e a escola de cerca de cento e vinte alunos dentro da fazenda, ou a montagem de um espaço de leitura com a doação de livros e revistas. “Os recursos da Aliança ajudaram a construir o sistema de abastecimento de água; antes a bomba quebrava, era um problema, agora a roda empurra a água para todas as distâncias. Gosto de ficar sentado na beira do rio ouvindo o murmúrio das águas.” Além disso, o Programa de Incentivo contribuiu com a transformação da antiga residência do proprietário em um Centro de Visitantes, para servir à educação ambiental escolar e a pesquisadores e turistas.

Já existem cinco pesquisas em andamento sobre a biodiversidade da Mãe da Mata. Uma sobre o ouriço-preto, espécie ameaçada da Mata Atlântica – tese de doutoramento da USP –; outra sobre biodiversidade de fungos, da CEPLAC e do CNPq; uma terceira da Universidade Estadual Santa Cruz (UESC) sobre bromélias. Além disso, há um levantamento preliminar das plantas vasculares pelo herbário da CEPLAC em convênio com a UESC e o Jardim Botânico de Nova York, denominado Projeto Mata Atlântica Nordeste. Por fim, um pesquisador da UESC realiza uma importante comparação entre a fauna de solo em cultivos de cacau e da Mata Atlântica. “Mas preciso de parcerias com institutos e universidades, pois estou sustentando tudo sozinho. Outro dia o pesquisador do ouriço-preto se perdeu, passou a noite inteira na mata porque entrou sozinho. Tenho que deslocar o guarda-parque, manter as trilhas, fazer vigilância dia e noite contra caçadores, coletores de pássaros e ladrões de madeira para lenha de casas de farinha. Os piores são os pegadores de pássaros: colocam redes e pegam de uma só vez dezenas de canários-da-terra, curiós, guriatãs, tiés e chorões...”, desabafa Ronaldo.

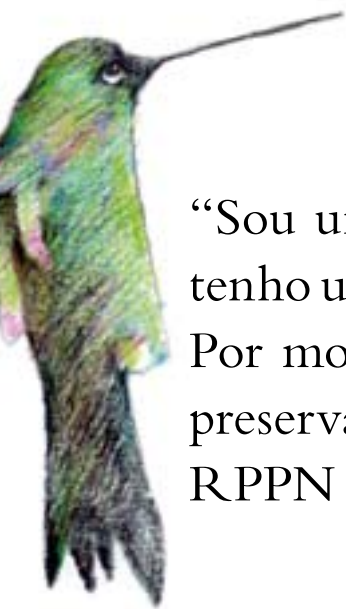
Ele mantém hoje cinco empregos diretos, e um dos funcionários formado como guarda-parque na RPPN Serra do Teimoso. Há também dois contratos assinados com parceiros responsáveis pelas florestas de cacau. Planeja ainda aproveitar a presença dos alunos da Escola Municipal Ronaldo Santana, de ensino fundamental, para transformá-los em monitores e agentes conservacionistas do entorno. Sua influência na vizinhança é reconhecida; a escola costuma servir de espaço a reuniões de integração e transmissão de mensagens de conscientização ambiental. “Tem que ir mostrando que não precisa tirar madeira pra tudo, pode-se usar terra, por exemplo, com um pouco de cimento para fazer construções baratas e conservacionistas. Aqui

você olha em volta, tem mandioca, amendoim, cana, feijão e nenhuma árvore no terreno”.

Na direção contrária do que ocorria no entorno, a idéia da RPPN surgiu em 2003 quando ele soube que a mata não era capoeira, mas uma antiga floresta primária. Atento às burocracias envolvidas no processo de criação das RPPNs, determinou-se a pressionar colegas da área para ver sua reserva oficializada. “Exigiam certidão cinqüentenária da propriedade, de quem trabalhou aqui... mas não desisti, fui determinado, ligava no Ibama em Salvador, depois em Brasília. A RPPN saiu em sete meses! Até me chamaram para dar palestra no Paraná, pois queriam saber meu segredo”, diverte-se Ronaldo.

Mas se hoje ele reflete sobre a idéia de transformar os 40 hectares de mata da fazenda em reserva, em vez dos 13 hectares atuais, desanima na hora. Os custos para manutenção da estrutura e da fiscalização parecem obstáculos intransponíveis. A pressão da retirada de madeira para os fornos de farinha da região, a caça e o crescimento da população cercam o dia-a-dia do remanescente florestal. “É muito duro fiscalizar, os animais não estão só nas matas da propriedade, andam por toda a região... não é justo eu cuidar sozinho de uma Unidade de Conservação que é de todo mundo. Denuncio, vou ao Ibama, mas sabe como é o ser humano, o caçador desaparece um tempo, depois volta. Aqui, se acham ouriço-preto, matam, pois gostam de comer, paca e tatu caçam para vender. Já identifiquei vários desses caçadores e penso num projeto que troque punição por reintegração, transformando-os em defensores da fauna e flora...”





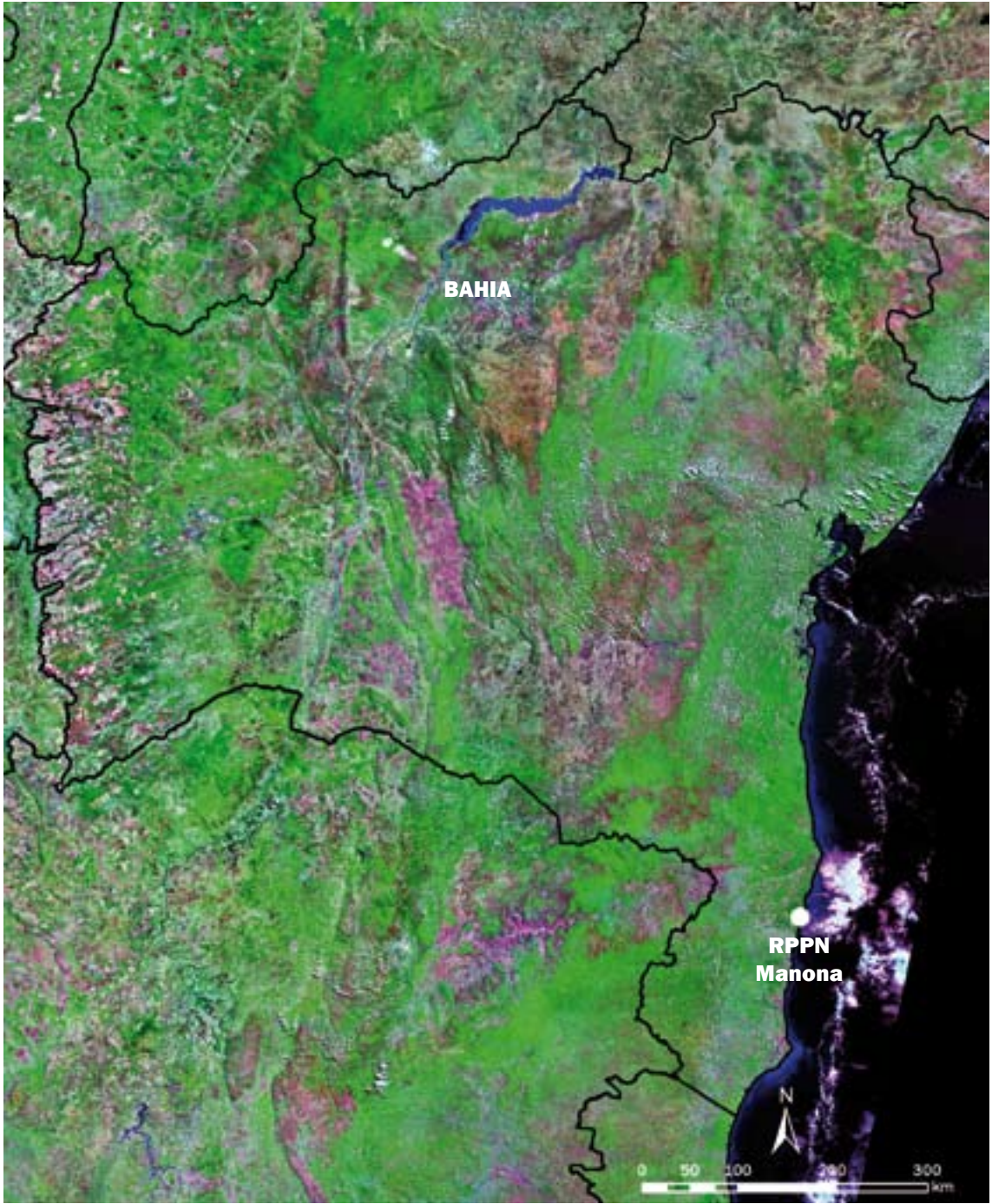
manona

“Sou uma pessoa comunitária de nascença, mas hoje tenho um sentimento de isolamento, meu e da RPPN... Por motivos políticos da região, a tendência não é a preservação, já recebi ameaças de morte e a área da RPPN também está em risco.”

Anne Claire Eldridge (Annette), proprietária da RPPN Manona,
município de Porto Seguro (BA)



m a n o n a m



espírito da natureza

Casada com um baiano, a canadense Annette teve como destino natural a bela área costeira do extremo sul da Bahia, onde fixou residência há mais de trinta anos. Embora tenham se conhecido na Bélgica e vivido no Canadá, associados a comunidades alternativas, desembarcaram com a filha de nove meses em Salvador, em 1974, com a proposta de implantar a agroecologia em sistemas comunitários no estado nordestino. “Demorou dois anos para acharmos a área ideal e juntar o dinheiro necessário, até que um dia um amigo comentou sobre Porto Seguro, um lugar espetacular para viver e plantar; na verdade, foi onde tudo começou. A mata, a água, a roça, a tranquilidade, tudo nos fez vir para cá. Aí começamos com a agricultura orgânica, criávamos cabras, galinhas... Íamos de bicicleta vender pão integral, verduras e óleo de dendê na cidade”, recorda Annette.

Ao estilo de vida rural se misturava o ideal de preservação dos ecossistemas locais e da alfabetização das crianças das roças vizinhas. “Tínhamos um convívio muito forte com a comunidade, participávamos das festas e das atividades agrícolas, fazíamos farinha juntos, e até criamos uma escola alternativa com os amigos, onde, além das matérias tradicionais, tecíamos e tocávamos música. Amigos médicos que vinham ‘de fora’ implantaram o primeiro hospital municipal. Outros trabalhavam no paisagismo, arborizando as ruas do centro... éramos todos parceiros do prefeito naquele tempo”, retoma. Segundo ela, onde hoje está a RPPN era o paraíso, ainda sem energia elétrica, só com a vila de pescadores e alguns posseiros que cultivavam a mandioca e o abacaxi.

O senso comunitário opõe-se ao tipo de turismo que hoje dá impulso a grandes hotéis e à especulação imobiliária em Porto Seguro. A pacata vila de que fala Annette transformou-se num pólo turístico que recebe mais de 300 mil visitantes o ano todo. Em 1976 a população do município inteiro não passava de 12 mil pessoas. Não significaria impacto ambiental se os setores de serviço e comércio do turismo não produzissem tamanho crescimento populacional e desorganização social. Por esse perfil, os atrativos naturais do município mais célebre da Costa do Descobrimento já sofrem acelerada degradação ambiental, com loteamentos, condomínios e favelas em áreas de Mata Atlântica, e multidões de turistas desembarcando na faixa costeira.

A riqueza natural é mesmo atraente. Só na fazenda Manona, com seus 21,5 hectares bem preservados, quatro ecossistemas fazem do pequeno am-

a

“

Os atrativos naturais do município mais célebre da Costa do Descobrimento já sofrem acelerada degradação ambiental, com loteamentos, condomínios e favelas em áreas de Mata Atlântica, e multidões de turistas desembarcando na faixa costeira.

n

o

n

Andei muito dedicada à gestão de ONGs e quero resgatar as prioridades da minha proposta de vida, do cuidado com a RPPN. Esses dias derrubei meu quarto e retomei o espaço da varanda como era antes, para que os visitantes e amigos tenham onde conviver, prostrar, dar risada.”

a

m

”

biente um espaço diferenciado para visitas cuidadosamente planejadas. Floresta ombrófila, floresta aluvial (ao nível do mar), tabuleiros e muçunungas servem de abrigo para uma rica fauna composta por micos-de-cara-branca, pacas, tatus e aves como a jacupemba e o aracuã. “É uma jóia natural, me emociono até hoje ao lembrar de quando chegamos, sinto que renasci aqui e isso apaga qualquer diferença de nacionalidade. Na época, quase compramos uma terra próxima a Caraíva, mas o que nos fez escolher esta foi a água pura que bebo até hoje sem filtro e proteção com toda a minha força”, destaca Annette.

Uma intervenção mínima na área cultivável do sítio colabora com o auto-sustento da proprietária, que hoje vive sozinha na fazenda: a pequena bomba elétrica, que traz a água da mina, passando pelos mais de quinze itens da horta orgânica, por cocos, mangas, cajus e mangabas, até as galinhas caipiras criadas soltas. Quando o casal chegou ao local, teve de reaproveitar a velha casa de chão de barro, “onde moravam seis cobras”, construindo um piso de cimento e reformando paredes de taipa. É a essa ocupação que a viúva de 56 anos vem se dedicando atualmente, retomando aos poucos a sua presença na fazenda. “Andei muito dedicada à gestão de ONGs e quero resgatar as prioridades da minha proposta de vida, do cuidado com a RPPN. Esses dias derrubei meu quarto e retomei o espaço da varanda como era antes, para que os visitantes e amigos tenham onde conviver, prostrar, dar risada. Em homenagem ao mar e à floresta, pintei o chão de verde e uma parede de azul”, conta.

Estimulada pela família, Annette tentou oficializar a reserva ainda em 1990. Mas o processo se perdeu dentro do próprio Ibama e, segundo ela, salvou-os do erro de transformar a área toda em RPPN, com proibições rígidas a qualquer uso. Só em 2000, já engajada no movimento rppnista e na promoção dos corredores ecológicos como mosaicos de variados usos da terra, solicitou a criação da reserva com somente 7 hectares, oficializada finalmente em 2001. O nome Manona foi trazido das memórias familiares: com três anos, a filha única do casal, Taomi, chamava os pais para tomar banho na “manona”, nome inventado por ela para uma bacia natural de tabatinga no córrego, um dos tributários do rio

dos Mangues, que abastece toda a população de Porto Seguro. A fazenda, a RPPN e o córrego... viraram todos Manona, que passou a ser considerado o espírito da natureza, protetor da mata e de seus habitantes.

ciência com emoção

A liderança desta moradora local na articulação para a formação do Corredor de Áreas Protegidas Porto–Cabrália, desde 2000 – por uma parceria entre quinze organizações como RPPNs Manona e Vera Cruz, fazenda Bom Sossego, Associação Pataxó de Ecoturismo, Flora Brasil, Movimento de Defesa de Porto Seguro, Veracel Celulose, entre outras –, é inquestionável. Articuladora da Comissão Pró-RPPN do Extremo Sul (BA), Annette tem lutado pela criação de um contínuo de reservas privadas que interligue os remanescentes do litoral norte de Porto Seguro. Seria um mачiço de mais de 1 mil hectares, unindo ainda a Estação Experimental Pau-Brasil, a Reserva Pataxó Jaqueira e a RPPN Estação Vera Cruz. Um verdadeiro corredor de fauna que já foi avaliado por pesquisas científicas.

“O corredor é uma excelente oportunidade para irradiar o conceito de RPPN e garantir a conectividade ecológica entre os remanescentes, e une também um conjunto de oportunidades culturais, sociais e econômicas”, defende a líder, exemplificando como o artesanato indígena tradicional, os produtos caseiros e agrícolas das pequenas propriedades, as trilhas em áreas de floresta, o turismo rural e as pousadas e restaurantes típicos podem integrar-se e interconectar-se num só roteiro regional.

O funcionamento do Corredor Porto-Cabrália já seria um empurrão para as próprias atividades da Manona. Seus objetivos como RPPN estão centrados na valorização dos recursos naturais, na contribuição para o fortalecimento do movimento rppnista e no fomento a visitas públicas para uma transformação na ação em defesa do meio

“

Com três anos, a filha única do casal, Taomi, chamava os pais para tomar banho na “manona”, nome inventado por ela para uma bacia natural de tabatinga no córrego. A fazenda, a RPPN e o córrego... viraram todos Manona, que passou a ser considerado o espírito da natureza, protetor da mata e de seus habitantes.

”





O corredor é uma excelente oportunidade para irradiar o conceito de RPPN e garantir a conectividade ecológica entre os remanescentes, e une também um conjunto de oportunidades culturais, sociais e econômicas.



ambiente. O sonho mesmo é conhecer e entender, com base em estudos científicos, a dinâmica das relações ecológicas locais, desenvolvendo atividades de educação ambiental com escolas públicas e privadas. “É um local demonstrativo, disponível ao público. Às vezes um simples apoio traz resultados inesperados, como o da Secretaria de Meio Ambiente de Porto Seguro, que uma vez deu 80 reais de ajuda de custo mais o combustível para introduzir os jovens na questão ambiental. A visita foi um sucesso, vivenciamos conceitos ambientais durante a caminhada nas matas ciliares, tomamos banho de fonte e tivemos discussões informais que mexeram com o olhar desses meninos. Encerraram a visita com uma prece a mãos dadas”, anima-se Annette.

No entanto, há um desânimo nessa ativista, causado pelas políticas contrárias à implementação de práticas sustentáveis e pelas ameaças que recebe por tentar defender as leis ambientais vigentes, contrárias à lógica do crescimento desenfreado. Além de defender

a própria terra, já fez inúmeras denúncias oficiais, como a enviada ao Ministério Público contra a implantação de um *resort* clandestino contíguo à RPPN, implantado em plena bacia hidrográfica do córrego Manona. “Me ameaçaram no restaurante, mesmo estando em companhia de uma funcionária do Ibama. Também fui agredida pelo mesmo indivíduo numa rua pública deserta, nem era noite; tive que enfrentar uma emboscada na estrada. Por isso estou reavaliando o que é melhor para mim. Sou mulher, moro sozinha e a violência aqui é algo cotidiano. Penso ‘dei o que podia’ e gostaria de continuar

meu trabalho em outro cenário. Cansei de me preocupar com minha família. Mas sei que não estou só”, desabafa.

Além de se desligar da liderança institucional do movimento, a ambientalista planeja sair da região e gostaria de vender a área para uma instituição que represente os interesses da conservação em nível regional. “Minha proposta de vida não mudou, busco o equilíbrio espiritual, só não quero ser o último macaco a resistir na área, pois ele não resistirá só”.



Já os estudos científicos, assim como a lembrança das caminhadas com os biólogos pela mata, fazem a proprietária chorar. “Sou mateira, minha felicidade foi andar com a equipe de pesquisadores da UFBA [Universidade Federal da Bahia] na mata desvendando os segredos da fauna e flora da reserva; parecia um prêmio”, lembra. As campanhas para o levantamento científico da RPPN – em parte proporcionada pelo apoio financeiro da Aliança – envolvem métodos e resultados realmente fascinantes: aves são observadas com binóculos ou capturadas em redes para estudo; ninhos, vocalizações e pegadas de mamíferos são minuciosamente analisados; e moradores locais são entrevistados para depoimentos sobre a observação de animais. A equipe da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA) também coleta mensalmente amostras da água do rio para análise da qualidade e quantidade. Enquanto isso, para ela, é emocionante descobrir a pegada de uma anta ou a confirmação da presença de uma ave ameaçada como o beija-flor balança-rabo-canela.

Os recursos da Aliança para o conhecimento científico são parte de um pacote maior que visa dotar a reserva de infra-estrutura mínima para a hospedagem de pesquisadores, programas de educação ambiental e recepção de visitantes. Quem chega hoje à Manona fica hospedado na casa da proprietária, algo que ela quer estruturar, com a construção de um alojamento no antigo chalé da fazenda, ou mesmo melhorar a ladeira de acesso à sede, cujo barro em tempo chuvoso impede a subida de veículos comuns. “É necessário dar qualidade aos roteiros alternativos. Hoje o turista estrangeiro chega a Porto Seguro e pergunta: ‘Cadê as fazendas ecológicas que lá na Europa vocês disseram que tinha?’. Para nós é um vexame, dá uma dor tremenda no coração; é preciso oferecer essa alternativa, sem a destruição do meio natural”.

“

Me ameaçaram no restaurante, mesmo estando em companhia de uma funcionária do Ibama. Também fui agredida pelo mesmo indivíduo numa rua pública deserta, nem era noite; tive que enfrentar uma emboscada na estrada.

”



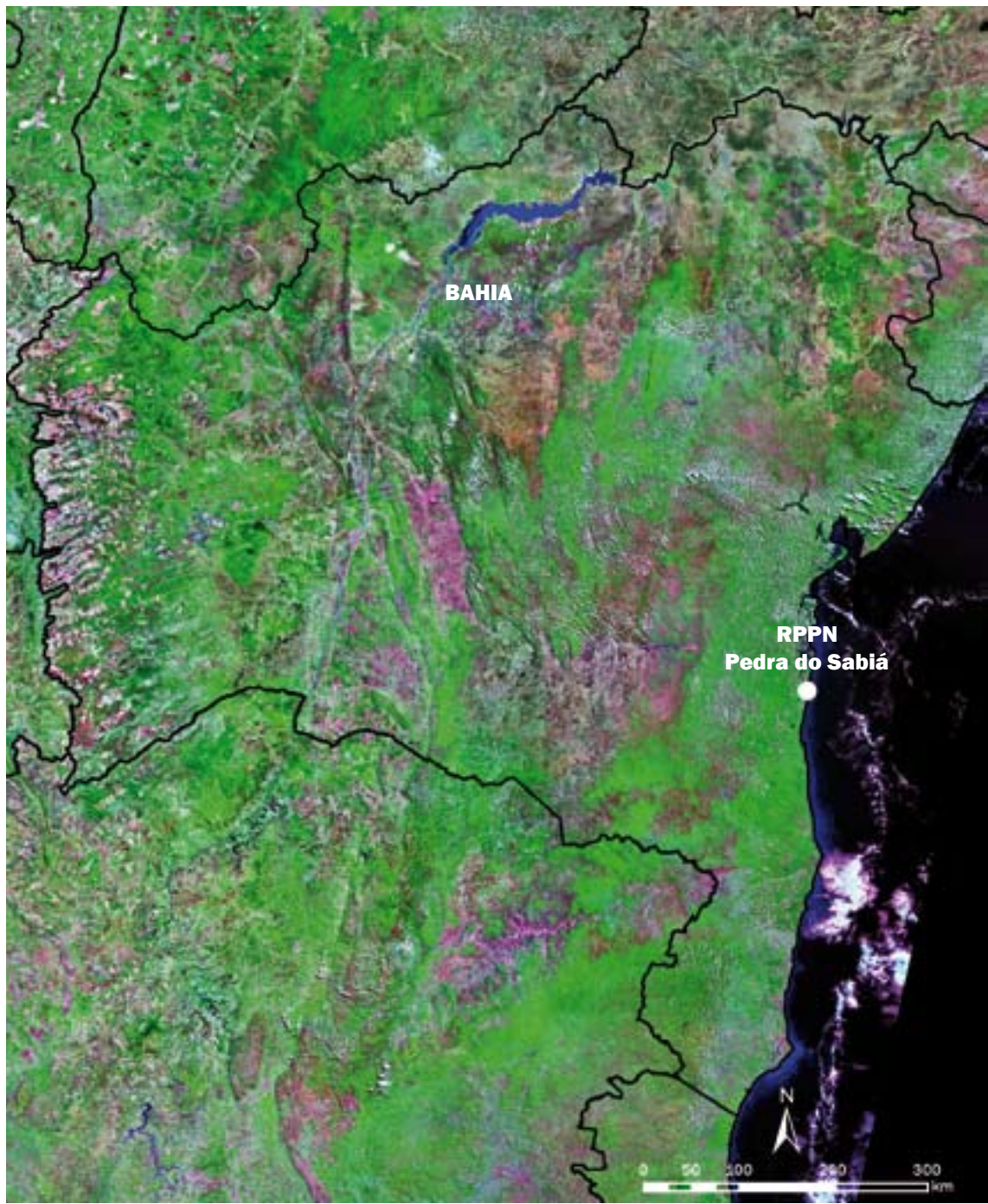
pedra do sabiá

“Quando a gente diz RPPN significa algo mais amplo, como se a reserva não pertencesse mais a nós e sim a toda a comunidade, fica até difícil dizer minha fazenda, meu sítio, minha casa.”

Isa Maria Fontes de W. de Rincquesen, proprietária da RPPN Pedra do Sabiá, município de Itacaré (BA)



p e d r a d o s a b i á



tucanos e sabiás

Há 25 anos, a baiana Isa Maria Fontes casou-se com o francês Hugues de Rincquesen e foi morar em Paris, onde vive até hoje atuando como tradutora e dando aulas de relaxamento. Com um oceano de distância, o sonho do casal sempre foi comprar uma fazenda na Bahia para viver próximo à terra natal de Isa, no entorno de Salvador. Mais ao sul, já em Itacaré, seu projeto tomou forma com a dica fornecida por um amigo íntimo. Foi ele quem sugeriu a visita a uma típica fazenda do ciclo do cacau, com imensas áreas preservadas pelo consórcio entre o fruto e a mata.

“No caminho, fomos envolvidos pela exuberância da natureza, floresta seguida de mais floresta... naquela época Itacaré era só uma cidadezinha dentro da mata. Quando chegamos à propriedade, eu disse na hora ‘é essa!’, nunca tinha visto uma fazenda de cacau, fiquei impressionada com a rusticidade, a vista do lago, o barulho da mata... Até hoje, quando venho de Paris a Salvador, pego aquela estrada de terra e sinto uma felicidade igual à do dia em que chegamos”, expressa Isa.

A decisão pela compra da fazenda Rainha do Sul, em 1983, foi imediata e pode ser explicada mais pela força da paisagem do que pelo potencial produtivo da propriedade. E, com o tempo, o apego do casal pelo conjunto de matas dessa zona, conhecida como região do Capitão, aumentou. Devagar, foram comprando novas porções de terra e hoje a propriedade possui 152 hectares de extensão.

São vários os elementos mantidos ao longo de anos de exploração da cabruca: dos mananciais preservados que formam uma represa artificial na propriedade, datada do período colonial, com resquícios de um engenho de cana; às matas de cipó e capoeirão, entremeadas por roças de mandioca para a produção de farinha pela população tradicional; além da pesca artesanal, que é realizada com constância no rio de Contas. À primeira vista, a formação vegetal pode parecer homogênea, mas é composta por tipos distintos de florestas, como a mesófila, a ombrófila densa e até a restinga arbórea. Por trás dessas fisionomias, ocorre o esforço de recuperação natural de uma mata secundária em estágio avançado.



“

Quando chegamos à propriedade, eu disse na hora ‘é essa!’, nunca tinha visto uma fazenda de cacau, fiquei impressionada com a rusticidade, a vista do lago, o barulho da mata...

”



96

Até a denominação da fazenda, Pedra do Sabiá, remonta à abundante presença dos sabiás que encontram refúgio seguro na área. Nome que mereceria ser acompanhado também por uma homenagem aos tucanos, mais uma das espécies que usa a floresta como esconderijo para a convivência em harmonia. Um dos maiores prazeres para quem visita a fazenda é acordar cedo e sair para ver a revoada de tucanos e aves próximo à sede. “Também tem muita preguiça, jupará e vários tamanduás”, elogia Isa.

Por fim, o rio de Contas, via de grande potencial para o ecoturismo, tem um de seus trechos de maior beleza ao cruzar o interior da fazenda. Até 1931, Itacaré era chamada de São Miguel da Barra do Rio de Contas, tal a importância que esse manancial exerceu no período da colonização e durante o ciclo do cacau.

bons ventos

Por períodos em que seu marido trabalhou na África, entre 1983 e 1988, a proprietária veio à fazenda até cinco vezes ao ano, buscando semear as primeiras idéias para o desenvolvimento futuro da área. Chegou a ficar seis meses em Itacaré, quando estabeleceu as bases para a retomada do plantio de cacau orgânico e a associação da cultura com outros usos econômicos, como a construção de fornos para produção de pão e produtos da farinha. Mas o investimento foi de pequena escala: o casal havia

escolhido continuar em Paris em vez de lucrar com a terra. Além disso, ali a natureza só pôde se recuperar pela baixa intensidade da exploração no passado, cuja produção chegava no máximo a 200 arrobas de cacau por ano, permitindo a conservação do solo. A sabedoria em não apostar na exploração intensiva da fazenda traduziu-se num lento processo de construção da verdadeira vocação da propriedade: sua transformação num modelo de práticas socioambientais e de preservação do meio natural.

A crise do cacau no final da década de 1980 havia feito áreas de cabruca, como as da fazenda Pedra do Sabiá, perderem seu valor, e a população rural

perder o emprego. “Foi muito triste, a doença da vassoura-de-bruxa veio com uma força avassaladora, e em poucos anos a região empobreceu e ficou sem alternativas de renda”, lembra Isa. Sua percepção fez germinar uma iniciativa: a criação da Associação Rosa dos Ventos, na década de 1990, uma organização sem fins lucrativos baseada na missão da ONG francesa de mesmo nome. Criada por Isa, a organização tem como filosofia geral promover o bem-estar e a integração social por meio da realização de projetos e atividades educacionais integrados ao ambiente local.

Crianças e adultos da comunidade do Capitão, no entorno da fazenda, tornaram-se assim o público-alvo da construção de uma escola socioambiental na propriedade, a escola Rosa dos Ventos. Nela, a alfabetização é acompanhada por práticas de preservação, construção de uma horta orgânica, aulas de artes plásticas com materiais do meio, entre outros recursos de sensibilização. A instituição de 1ª a 4ª série é gratuita e pretende formar também adultos para a tarefa de resguardar coletivamente a natureza, investindo na capacitação de guias, que poderão atuar em outras reservas.

Paralelamente à proposta pedagógica, porém, a proprietária quis garantir por lei a proteção da natureza local e, em 2001, conseguiu transformar 22 hectares dos ecossistemas mais representativos da fazenda na RPPN Pedra do Sabiá. Isso porque esses ecossistemas são parte do maciço florestal da região do Parque Estadual da Serra do Conduru, e, junto com as reservas particulares vizinhas, a Fazenda Capitão e a Reserva Ecológica Rio Capitão, a RPPN forma um complexo de mais de 1,3 mil hectares protegidos em terras privadas. Por sua localização no entorno imediato do Parque do Conduru, contribui também como elo na aproximação do parque com o rio de Contas.

Mesmo sem completar a infra-estrutura da RPPN, ela priorizou a instalação de placas com o aviso das restrições impostas por lei. “Achava importante comunicar às pessoas que é proibido desmatar, caçar etc. Passei a vida inteira correndo atrás de caçador, tomava a preguiça da mão deles, já peguei vários saindo daqui com sabiá, tatu... Só que de repente comecei a perceber que não adiantava mais fazer só isso, era necessário pôr em prática a reserva que estava no papel, algo mais amplo do que eu sozinha ficar correndo atrás de caçador!”

“

Um dos maiores prazeres para quem visita a fazenda é acordar cedo e sair para ver a revoada de tucanos e aves próximo à sede.

A crise do cacau no final da década de 1980 havia feito áreas de cabruca, como as da fazenda Pedra do Sabiá, perderem seu valor, e a população rural perder o emprego.

”



É interessante como educação ambiental e reserva são duas coisas associadas, aos poucos as pessoas daqui começaram a falar: ‘Ali tem uma reserva que virou escola’... E a Pedra do Sabiá começou a ser conhecida em função do trabalho com as crianças.

Até então, todo o investimento esteve voltado aos trabalhos com a comunidade. Mas decidimos associar a educação ambiental à visitação, com um projeto de ecoturismo integrado a um forte trabalho educativo no entorno.



aterro nos mananciais

Além da parceria com a ONG francesa, Isa de Rincquesen teve apoio da Prefeitura Municipal, que oferece o ensino básico à escola, e conquistou a parceria de um dos hotéis de Itacaré, que paga parte do salário dos professores da Rosa dos Ventos e desenvolve com a comunidade local um plantio de essências nativas, algumas leguminosas e outras plantas que suprem a demanda do hotel. “Mas infelizmente, a partir de 2001, começamos a enfrentar problemas com a política municipal; as verbas do Ministério da Educação que deveriam ser repassadas para a merenda, o material escolar e os professores da escola foram cortados pela Prefeitura. Foi o que mais afetou o rendimento do projeto, pois, em vez de promover a integração com o meio ambiente, que é nossa missão, temos que usar os recursos para manter a estrutura educacional, dos professores aos livros”, desabafa a proprietária.

Na sua opinião, o distanciamento da Prefeitura é resultado da mobilização liderada pela Associação Rosa dos Ventos contra a instalação de um aterro sanitário simplificado em áreas de manancial do município. “O aterro ia atingir quatro mananciais de grande importância para o fornecimento de água potável a Itacaré; na época conseguimos juntar várias lideranças e impedir sua construção, mas aí começaram a surgir medidas indiretas de punição pela iniciativa”, constata Isa.

caminhos coloridos

Inserida a 6 quilômetros do trevo de Itacaré, a fazenda Pedra do Sabiá está na fronteira entre as regiões mais conservadas e as pressionadas pelo crescimento populacional. Para o técnico responsável pelos projetos na propriedade Pedra do Sabiá, Pablo Villanueva, há dois tipos de ocupação responsáveis pela pressão sobre as áreas naturais. “Em primeiro lugar, há uma tendência de aproveitamento das praias para a instalação de *resorts* de alto padrão; sabemos que grandes empreendedores já compraram literalmente toda a área da costa do município, e até agora há cerca de dez condomínios de luxo sendo construídos. Na cidade, ocorre o

oposto, há uma invasão de pessoas que ocupam áreas periféricas, inclusive de mata, com a expectativa do retorno do turismo. Algo enganoso, pois a cidade recebe em época de temporada e esvazia quase o ano todo. Aí, têm inúmeras pessoas querendo vender seus negócios e partir pra outras áreas...”, explicita o técnico.

Mas a necessidade de sustentação da imagem turística de Itacaré depende justamente de estar inserida numa região de recursos naturais exuberantes com a possibilidade de interação com a natureza. “Percebemos que a implantação de novas opções para a visitação pode prevenir a sobrecarga das atrações já existentes, diluindo a pressão dos visitantes sobre as áreas naturais”, diz Pablo.

Com recursos do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, a RPPN Pedra do Sabiá viabilizou um extenso roteiro de suporte à visitação na reserva, baseado na recepção de dois públicos distintos: um da escola rural e outro formado por turistas que poderão auxiliar na geração de renda da propriedade. “Até então, todo o investimento esteve voltado aos trabalhos com a comunidade. Mas decidimos associar a educação ambiental à visitação, com um projeto de ecoturismo integrado a um forte trabalho educativo no entorno”, explica Pablo.





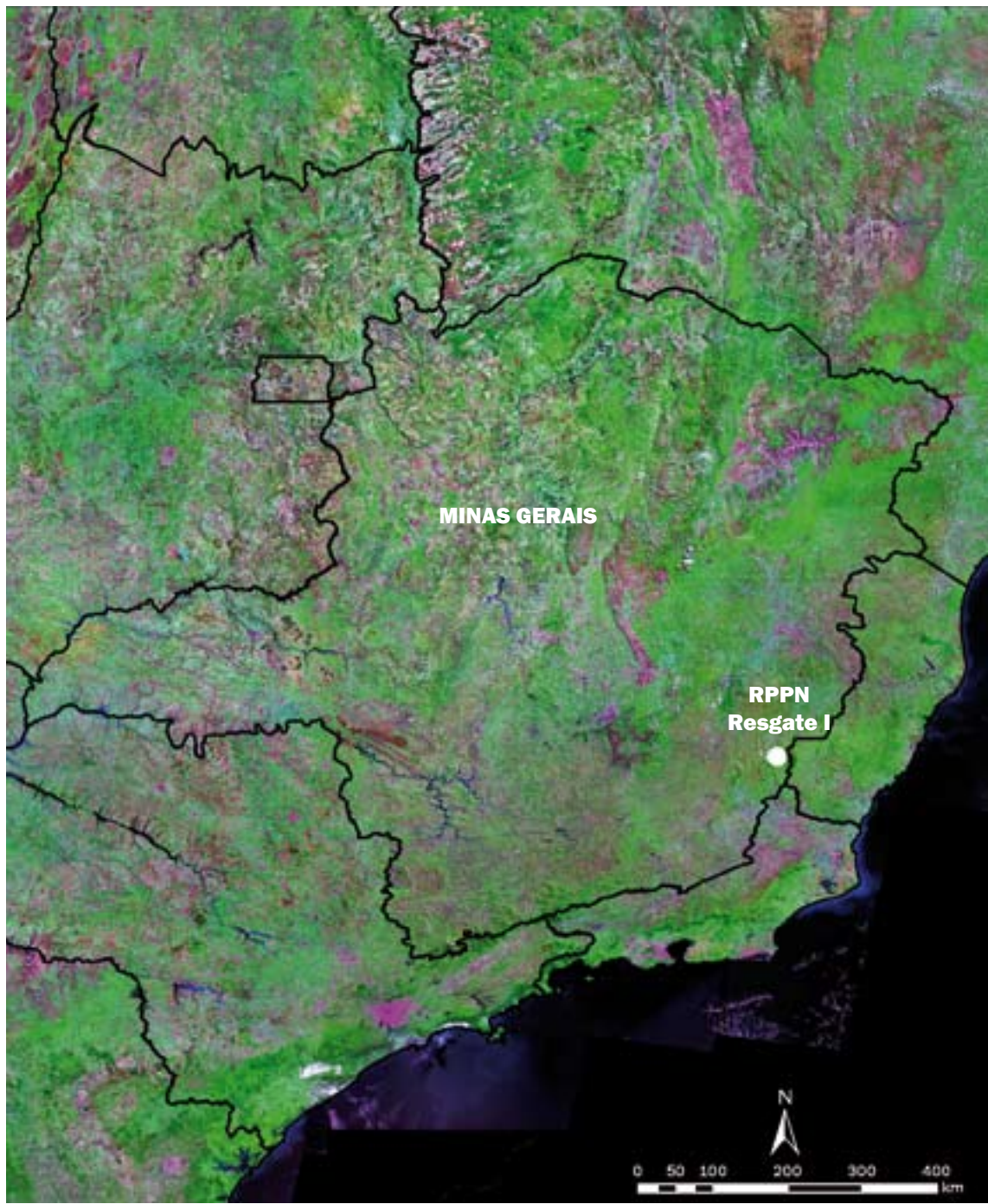
resgate I

“O sistema que elevou a RPPN a Unidade de Conservação foi um grande passo, hoje quando as pessoas me perguntam digo que tenho uma UC igualzinha a um Parque Nacional, só que o meu é parque particular... Quando converso com o diretor do Parque do Caparaó me sinto um ‘dono’ de UC igual ele.”

Carlos Alberto Monteiro, proprietário da RPPN Resgate I,
município de Alto Jequitibá (MG)



r e s s a b t e i



coberto de nuvens

Quando chegou da Inglaterra há mais de trinta anos, o fotógrafo Carlos Alberto Monteiro veio decidido a comprar uma propriedade no entorno de um parque brasileiro, unicamente com o objetivo de preservar seus recursos naturais. Embora tenha fixado residência em Niterói, Rio de Janeiro, e viajado primeiro aos arredores de Rezende, foi em Minas Gerais que ele encontrou a paisagem mais ajustada a seu sonho, num imenso vale cercado por montanhas “pintadas” de flores, ao lado do terceiro maior pico do país, o Pico da Bandeira, na Serra do Caparaó.

Da altura das escarpas do Caparaó, uma espécie de névoa eterna circunda as rochas aparentes e dá ao cenário um ar misterioso. O clima mágico pode ser explicado pelos ventos úmidos do mar que se resfriam ao encontrar as encostas da serra, saturando o ar de vapor e se transformando em neblina a mais de 1,5 mil metros. O encanto é completado pelos tipos de vegetação que variam conforme a altitude, dos campos rupestres compostos de bengalas, musgos e orquídeas aos extratos mais baixos dominados pela Mata Atlântica. Famílias de muriquis, caxinguelês e jacupembas ainda vivem na mata fechada, rica também em jequitibás, quaresmeiras, taquaras e samambaias.

A atração pelo panorama natural foi imediata, mas a razão da compra da terra pelo fotógrafo deveu-se essencialmente a um acidente ocorrido no município de Alto Jequitibá. “Meu carro pegou fogo na estradinha local e, sozinho, não tinha condições de apagar o incêndio. Uma pessoa que estava passando viu e veio me ajudar com um extintor, aí falei para ele: ‘Se tiver alguma terra, troco, compro, faço qualquer coisa, esse fogo é um sinal!’”, lembra Carlos. A oportunidade apareceu na propriedade próxima às cabeceiras do rio Jequitibá onde, na linguagem local, “só vive cabrito”, devido à altura da área montanhosa. Com difícil acesso e coberta de rochas, a área havia se mantido afastada dos impactos do café, que, plantado nas encostas sem tecnologia apropriada, destruíra a vegetação dos morros intermediários da zona da mata de Minas Gerais.

Com o tempo dividido entre a propriedade e a fábrica de produtos naturais fundada em São Gonçalo (RJ), o fotógrafo foi lentamente comprando as terras do entorno do lote original e hoje a fazenda Harmonia

“

Meu carro pegou fogo na estradinha local e, sozinho, não tinha condições de apagar o incêndio. Uma pessoa que estava passando viu e veio me ajudar com um extintor, aí falei para ele: ‘Se tiver alguma terra, troco, compro, faço qualquer coisa, esse fogo é um sinal!’

”



possui 240 hectares (dos quais 170 hectares foram utilizados para a instalação da Fundação Monteiro's para Preservação da Vida & do Meio Ambiente, em 1999). “As pessoas não se interessavam pelas partes altas de cabeceira, queriam as áreas livres para plantar café. A mim interessa o mato, nunca tirei um pedaço de pau, só estou plantando, ajudando a floresta a voltar porque a água já está diminuindo”, alerta Carlos.

Sem acesso à energia elétrica, ele investiu no plantio de eucaliptos para a lenha do fogão, do aquecimento, entre outros usos domésticos. Nunca planejou atividades agrícolas na área, mas os eucaliptos acabaram se espalhando e, pela vasta disponibilidade, servem como matéria-prima aos vizinhos. “Por causa dos eucaliptos, acredito que muita árvore nativa deixou de ser cortada, principalmente na época de colheita do café, quando tiram madeira pra fazer escada, ferramentas etc. Uma vez peguei um roubando madeira nativa na propriedade vizinha e fui reclamar; o rapaz se defendeu dizendo que não entrava na minha área, aí eu disse: ‘Mas devia, pois você estaria

roubando eucalipto e não madeira nobre’. O sujeito ficou sem graça, sugeri a ele plantar uma moita na propriedade da família, porque a idéia das pessoas antigas daqui é que árvore nunca se planta, só se tira”, brinca o proprietário.

A visão dos morros “pelados” nos arredores de Alto Jequitibá é reflexo das décadas de exploração do café e da prática de queimadas para limpeza da terra. “Não há fiscalização e, depois da queima, o produtor sabe que pode plantar milhares de pés de café; se for multado, paga com o que tirar da lavoura daqui a três anos, e a tendência é ficar por isso mesmo pois a Curadoria do Meio Ambiente da Promotoria de Justiça local não possui estrutura suficiente para obrigar o infrator a recompor a mata destruída”, afirma Carlos.

A preservação da mata na propriedade, em decorrência das baixas temperaturas e da altitude elevada que impediram o cultivo agrícola, ajudou a

manter ali duas nascentes de água que servem ao abastecimento. Numa etapa inicial, o proprietário criou a RPPN Resgate I, com somente 10 hectares, cujo objetivo foi impulsionar a criação de novas RPPNs na região, dentro da missão definida por Carlos como Projeto Resgate de Reservas Particulares. Por essa estratégia, ele já destinou mais 60 hectares de matas nativas da Fundação Vida & Meio Ambiente para as novas reservas Resgate II e III, e vem acompanhando a implantação de áreas protegidas junto a pequenos proprietários rurais.

“Fui cauteloso e no começo fiz só 10 hectares, desconfiava da lei de RPPN, mas quando vi que a coisa é séria e tem a tendência de salvar muitas áreas, passei a divulgar e incentivar cada um a fazer seu pedacinho, para ir somando...”, aposta Carlos, que fez o croqui da sua reserva à mão. “Hoje não é mais assim, está cada vez mais difícil para o pequeno produtor rural cumprir com as normas exigidas para o reconhecimento”, completa.

Na cerimônia de entrega dos certificados das primeiras dez RPPNs de Minas, entre elas a Resgate I, o fotógrafo quis logo saber: “e daí? O fogo está comendo solto, os caçadores invadindo... o que esse papel me garante?”. Dessa forma, ele buscou parceiros nas localidades de Caparaó e Rio Doce para uma pequena brigada de combate a incêndios, que facilmente se alastram em época de seca na região. “Mas não temos equipamento individual de proteção; todo ano precisamos apagar fogo aqui, é uma ameaça mais grave do que a caça e o desmatamento. O turismo ecológico seria uma fonte de renda, por causa dos parques e dos atrativos naturais, mas as pessoas não querem investir se tudo pode virar cinza de uma hora para outra. Precisaria de apoio dos órgãos públicos; o caçador até conseguimos inibir avisando as pessoas, mas o fogo é covardia, consome tudo em minutos.”

medicina natural

Com extenso currículo na luta em defesa do meio ambiente, Carlos deixou o Brasil ainda aos dezoito anos, morando nos Estados Unidos e depois em Londres, onde virou correspondente fotográfico de veículos como *Jornal do Brasil* e revista *Vêja*. Foi o trabalho junto a organizações como a

“

A visão dos morros “pelados” nos arredores de Alto Jequitibá é reflexo das décadas de exploração do café e da prática de queimadas para limpeza da terra.

Fui cauteloso e no começo fiz só 10 hectares, desconfiava da lei de RPPN, mas quando vi que a coisa é séria e tem a tendência de salvar muitas áreas, passei a divulgar e incentivar cada um a fazer seu pedacinho, para ir somando...

”

“

Quando viemos para cá tinha até jaguatirica, mas com certeza o número de animais diminuiu; já não vemos pacas, caçaram quase tudo, pois os moradores da região apreciam sua carne.

”

Henry Doubleday Research Association, The Soil Association e a Emperor Ginseng, porém, que despertaram nele o interesse pelos produtos orgânicos e naturais, bem como a busca por uma vida em equilíbrio com o meio ambiente.

Assim, a necessidade de divulgar a idéia da preservação ambiental relacionada à saúde humana o acompanhou na volta ao Brasil, quando trouxe consigo as famosas raízes do ginseng coreano e fundou a Emperor Ginseng do Brasil. Além da indústria de produtos naturais isentos de aditivos químicos, ele conseguiu a legalização e o registro da raiz do ginseng como planta medicinal vendida sob prescrição médica no Brasil, fato que contribuiu para lançar as bases da medicina natural no país. Mais tarde, produziu e publicou 5 mil exemplares gratuitos do livro *O homem e as substâncias biologicamente ativas: o efeito dos medicamentos, dieta e poluição na saúde*, do professor Izrail Itskovich Brekhman, da Academia de Ciências da Rússia.

A Associação dos Moradores e Amigos de Alto Jequitibá foi fundada por Carlos em 1996, logo depois de se mudar definitivamente para a fazenda, passando a se dedicar inteiramente à conservação dos recursos naturais. Dois passos decisivos para esse propósito foram a fundação do Partido Verde de Alto Jequitibá, em 1999, e o pedido de criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da qual se tornou o primeiro secretário, em 2001. A promoção do desenvolvimento sustentável na região também se deu pelo esforço de criação do Parque Ecológico Municipal Sagüi da Serra, com 399 hectares; da Área de Proteção Ambiental (APA) de Manhumirim, com área total de 3.071 hectares; e da Área de Proteção Ambiental de Alto Jequitibá, em 2002, com 4.850 hectares.

Inserida na APA de Alto Jequitibá, a RPPN Resgate I conta hoje com uma proposta incipiente de educação ambiental que visa o conhecimento dos elementos locais e o contato íntimo com a natureza. Com recursos da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica o proprietário deu forma ao projeto de construção de um abrigo aberto, sem paredes, para palestras e atividades educativas. O galpão coberto com telhas coloniais dispõe de um minipalco para apresentações. “O primeiro contato com os visitantes é feito aqui, onde há painéis e cartazes que servem de orientação para a visita às trilhas, como a do Mirante da Imperatriz, que possibilita uma observação privilegiada de todo o lado ocidental do Parque Nacional do Caparaó e ser-

ve de aço em caso de incêndio”, explica Carlos, que solicitou a verba para melhorar também a segurança da RPPN, com instalação de uma guarita de proteção, placas indicativas e confecção de uniformes para guias locais.

Ele recebe grupos com no máximo doze pessoas por caminhada, já que a mata é rica em espécies da fauna, a exemplo de sagüis, sauás, tatus e jacus, e possui frágil equilíbrio natural. “Quando viemos para cá tinha até jaguatirica, mas com certeza o número de animais diminuiu; já não vemos pacas, caçaram quase tudo, pois os moradores da região apreciam sua carne.”

Com população de quase 10 mil habitantes, Alto Jequitibá possui mais da metade de seus habitantes na zona rural. Visando minimizar o impacto humano sobre os ecossistemas, o proprietário da RPPN tem como ambição unir os pequenos produtores inseridos nas APAs municipais para consolidar um dos projetos de sua fundação: o das APAs Municipais Interligadas da Vertente Ocidental do Caparaó, que visa formar um Corredor Ecológico do Parque Nacional do Caparaó ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, incluindo a RPPN Mata do Sossego. “Os proprietários estão se engajando, pois em Minas há a lei do ICMS Ecológico e alguns prefeitos prometeram que repassariam as verbas da proteção para os grupos gestores em seus municípios”, afirma Carlos.





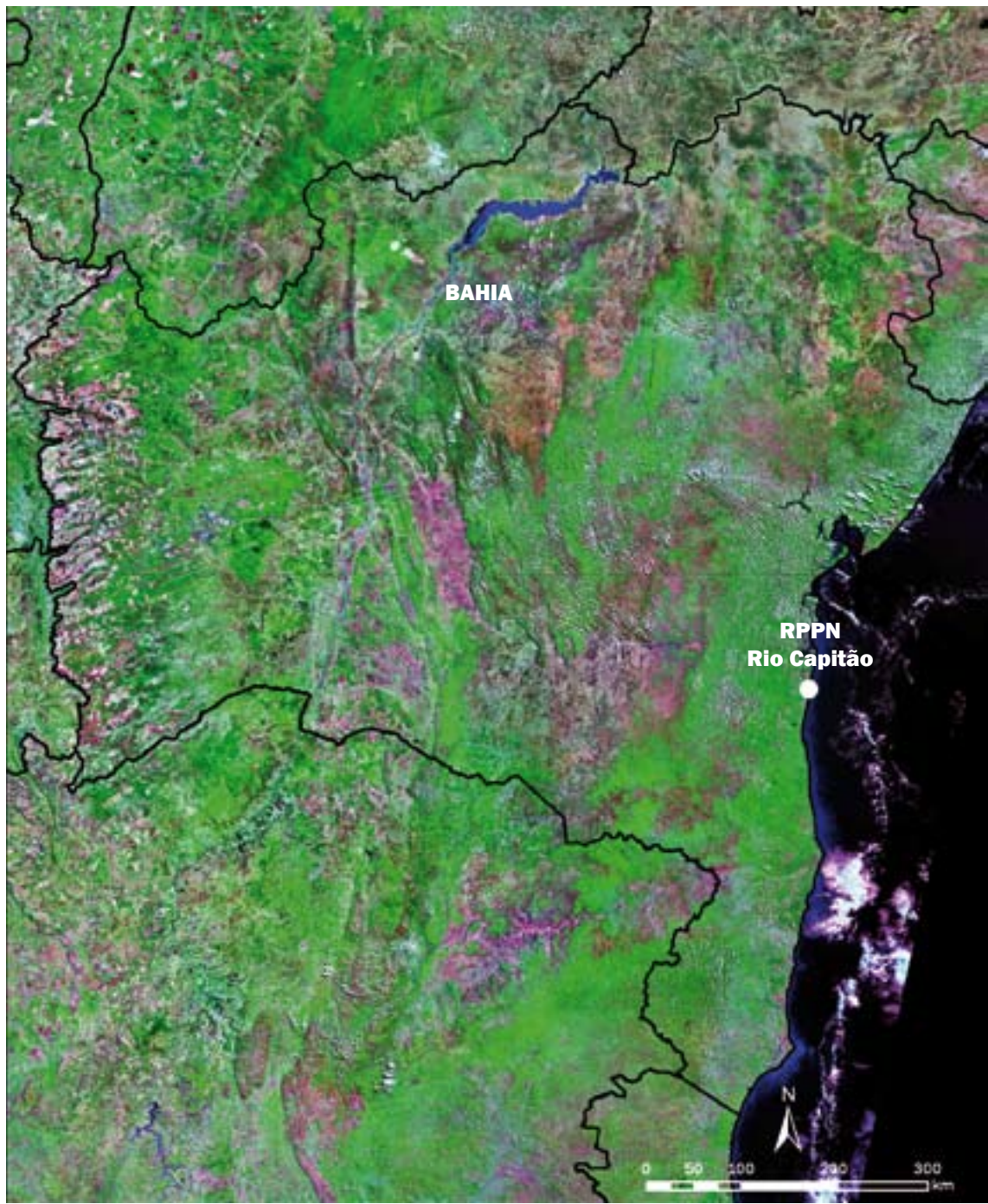
rio capitão

“Me indicaram a área porque tinha todas as características que o atual proprietário queria: muita água, mata extensa, rio limpo. Quando chegamos lá, ele fechou negócio praticamente na primeira visita.”

Antonio Vieira de Carvalho, administrador da Fazenda Rio Capitão,
município de Itacaré (BA)



r
i
o
c
a
p
i
t
ã
o



trincheira natural

Talvez tenha sido a visão do rio que corta a propriedade, talvez a notícia sobre as condições de regeneração da mata. Diversas características naturais fizeram o empresário Jean Claude Lafuje decidir pela compra da fazenda de 528 hectares, a 15 quilômetros da sede de Itacaré, unicamente com a finalidade de preservação. O interesse pelo sul da Bahia nasceu com a observação de imagens de satélite sobre a situação dos últimos remanescentes do estado, que impressionaram o empresário francês também pela diversidade de árvores descobertas num único hectare desse trecho de Mata Atlântica. Mas a aquisição da terra teve outras aspirações: a busca por uma espécie de contrapartida para a atividade como produtor de maçãs na região sul do país, cujo cultivo inclui o uso de produtos químicos, em decorrência do plantio extensivo.

O ideal de comprar para preservar esteve intimamente ligado ao perfil da área escolhida na Bahia. Como não havia intenção em explorar atividades comerciais, mas somente abrir a mata para a pesquisa e a visita de amigos, Jean Claude recebeu a orientação mais adequada ao projeto: uma fazenda de tamanho considerável para o trânsito animal, o rio de mais de 4 quilômetros dentro da área, cachoeiras e uma densa floresta ombrófila com características primárias em vários estágios de conservação. Mais importante até foi a dica de um colega cineasta, que aproximou o empresário de um amigo comum, o agricultor Antonio Vieira de Carvalho, residente em Ilhéus e comprometido desde o início com a busca da propriedade ideal segundo os anseios de Jean Claude.

“Passei meses procurando uma área específica, mas nenhuma tinha o tamanho associado aos atrativos naturais. Em 2000 achamos a fazenda – que vinha de uma cadeia sucessória cinquentenária –, cujo ex-proprietário explorava madeira em terras tão extensas que a fazenda Rio Capitão era só um dos sete títulos que ele possuía. Pode ter sido preservada pela necessidade da reserva legal, mas principalmente pela quantidade de brejos e áreas alagadas que dificultam o trabalho de remoção da madeira”, acredita Antonio



“

O interesse pelo sul da Bahia nasceu com a observação de imagens de satélite sobre a situação dos últimos remanescentes do estado, que impressionaram o empresário francês também pela diversidade de árvores descobertas num único hectare desse trecho de Mata Atlântica.

A caça e o desmatamento por incêndio chegaram a alcançar os limites da reserva no trecho onde vivem as cerca de quarenta famílias, que utilizam o fogo na “limpeza” da terra para atividades agrícolas.

”

Vieira. Com a pressão humana que se alastra no entorno, ele rapidamente sugeriu a Jean Claude a criação de uma RPPN para preservar o que ainda existia, principalmente pelas garantias contra invasões da terra.

“O processo foi longo, só saiu em 2004, e o risco de invasões pelos sem-terra se tornou concreto. O assentamento a ser criado pelo Incra está na fronteira da reserva, mas pelo contato que mantemos com as lideranças do movimento, até por um dos funcionários da fazenda ser do MST, soubemos que haviam sondado a Rio Capitão para invasão, desistindo quando souberam do processo da RPPN junto ao Ibama”, conta o administrador. Ainda assim, a caça e o desmatamento por incêndio chegaram a alcançar os limites da reserva no trecho onde vivem as cerca de quarenta famílias, que utilizam o fogo na “limpeza” da terra para atividades agrícolas.

Proteção física em limites estratégicos e uma sinalização educativa com placas, para dar mais visibilidade regional aos objetivos da reserva, tornaram-se, portanto, ações prioritárias para sua conservação. A alocação de recursos próprios para preservar uma área tão extensa foi complementada em 2005 pelos recursos do Programa de Incentivo da Aliança, cujo apoio enfocou a contratação de funcionários como guarda-parque, cercamento dos limites da propriedade e instalação de placas de sinalização.

Embora criada a menos de dois anos, a RPPN necessita de recursos para coibir agressões, como a caça e a pesca ilegal, antes de dar os primeiros passos em direção ao relacionamento com as comunidades. A cerca foi instalada nos limites mais vulneráveis da reserva e um guarda-parque, treinado na Serra do Teimoso, faz rondas periódicas na mata e tem licença para uso de arma de fogo na sede da propriedade. “Mas ele não é só guarda, ajudou na cerca, fiscaliza a sede, diria que está na mata dia sim, dia não, pois não tem como uma pessoa monitorar tudo isso sozinha e a pé. A cavalo não dá, pois tem grotões muito profundos e corre-se o risco de machucar o animal. Ainda precisamos de mais um guarda”, expressa Vieira de Carvalho.

Além da proteção física, iniciativas positivas já podem ser contabilizadas à recém-nascida RPPN. Uma equipe do projeto

Abordagens Ecológicas e Instrumentos Econômicos para o Estabelecimento do Corredor Central da Mata Atlântica – desenvolvido pelo Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), pela Conservação Internacional, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – descobriu ali 165 espécies de aves, das quais 26 endêmicas e 6 ameaçadas, como o papagaio chauá e o balança-rabocanela; uma das espécies de primatas mais ameaçadas de extinção, o macaco-prego-de-peito-amarelo, também possui populações inventariadas pelo IESB na reserva.

“As espécies de madeira são variadas: tem juerana, maçaranduba, louro, paraju; e a fauna é rica em mamíferos como o jupará e a inana. Na fazenda vizinha, do IESB, fotografaram animais à noite e registraram a visita de onças”, orgulha-se Vieira. Ele e o proprietário começam a experimentar a produção de mudas num pequeno viveiro para recuperar áreas degradadas fora da RPPN, e além das espécies nativas, querem plantar no máximo algumas frutíferas para alimentação local, assim como plantas medicinais, às quais Jean dedica atenção especial.

triângulo de reservas

Cercada por vizinhos um tanto incomuns, a Reserva Rio Capitão forma uma espécie de trincheira natural contra a destruição da borda do Parque Estadual da Serra do Conduru. De um lado faz limite com a RPPN Pedra do Sabiá, beneficiada pela Aliança em 2003, e de outro, encontra a Fazenda Capitão, criada pelo IESB com intenção de ampliar o contínuo ecológico com o Parque Estadual do Conduru. Todas estão inseridas na Área de Proteção Ambiental Itacaré Serra Grande. “Temos vizinhos fantásticos e há ainda minifúndios de plantio de coco e criação de gado que não causam nenhum problema. Quanto ao assentamento, temos buscado abrir canais de comunicação e já foram promovidas duas oficinas entre os vizinhos e o MST, em parceria com IESB”, ressalta o administrador.

A proximidade com a RPPN Pedra do Sabiá cresceu ainda com o projeto da Prefeitura de Itacaré de instalação de um aterro sanitário em áreas de

“

O projeto Abordagens Ecológicas e Instrumentos Econômicos para o Estabelecimento do Corredor Central da Mata Atlântica descobriu 165 espécies de aves, das quais 26 endêmicas e 6 ameaçadas, como o papagaio chauá e o balança-rabocanela; uma das espécies de primatas mais ameaçadas de extinção, o macaco-prego-de-peito-amarelo, também possui populações inventariadas na reserva.

”



“

Quanto ao assentamento, temos buscado abrir canais de comunicação e já foram promovidas duas oficinas entre os vizinhos e o MST, em parceria com IESB.

”

manancial entre as duas fazendas, impulsionando um importante movimento contrário à obra. A afinidade entre os proprietários, líderes do movimento, coincidiu com a naturalidade do marido francês de Isa de Rincquesen, proprietária da Pedra do Sabiá.

Atuando como intermediário no sentido de cumprir o propósito original de Jean, pela participação ativa na conservação e por estar envolvido diretamente com as questões do entorno, Antonio enfrenta na pele os desafios da gestão de uma reserva privada. Embora não tenha formação na área ambiental, teve a postura conservacionista influenciada pelos ensinamentos do falecido irmão, André Maurício de Carvalho, por anos curador do Herbário do Centro de Pesquisa do Cacau da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira). Mesmo naturalizado brasileiro há vinte anos, Jean precisava de alguém de confiança para cuidar do dia-a-dia da propriedade, missão que transferiu para as mãos de Vieira de Carvalho. “No começo

foi difícil, quis fazer a política da boa vizinhança com ex-funcionários que praticavam a caça na área. Fui ameaçado, diziam pra ter cuidado na estrada e não andar sozinho na mata, mas acabaram indo embora. Aos poucos também reciclamos antigos funcionários que não mostravam interesse no projeto, procurando gente com o perfil para a conservação”, conta Vieira.

Munido de facão e espingarda de caça, o atual guarda-parque ainda apreende com frequência armadilhas para animais, além de enfrentar a pesca ilegal no rio Capitão. “Gostam de pitu; recentemente pegamos mais de quinze dessas gaiolas de cipó repletas de peixe.” A proteção é vital, pois além do rio, há cachoeiras com potencial turístico (de até 5 metros de queda) e recantos de mata primária praticamente intocados.

Essa importância foi enfatizada quando, em 2003, IESB e The Nature Conservancy (TNC) receberam recursos da empresa 3M para conservar terras no sul da Bahia. Os parceiros pontuaram as áreas de maior interesse segundo critérios de relevância ecológica, acesso, situação fundiária, função para o Corredor Central, usos possíveis, entre outros, e o entorno do Parque Estadual do Conduru destacou-se como prioritário. Na mesma época, compraram a área de 973 hectares que compõe a fazenda Capitão, e criaram mais uma RPPN com 660 hectares. Junto à RPPN Rio Capitão e à RPPN Pedra do Sabiá, as três formam hoje um conjunto de 1,3 mil hectares de reservas privadas numa das zonas mais ricas e ameaçadas do planeta.

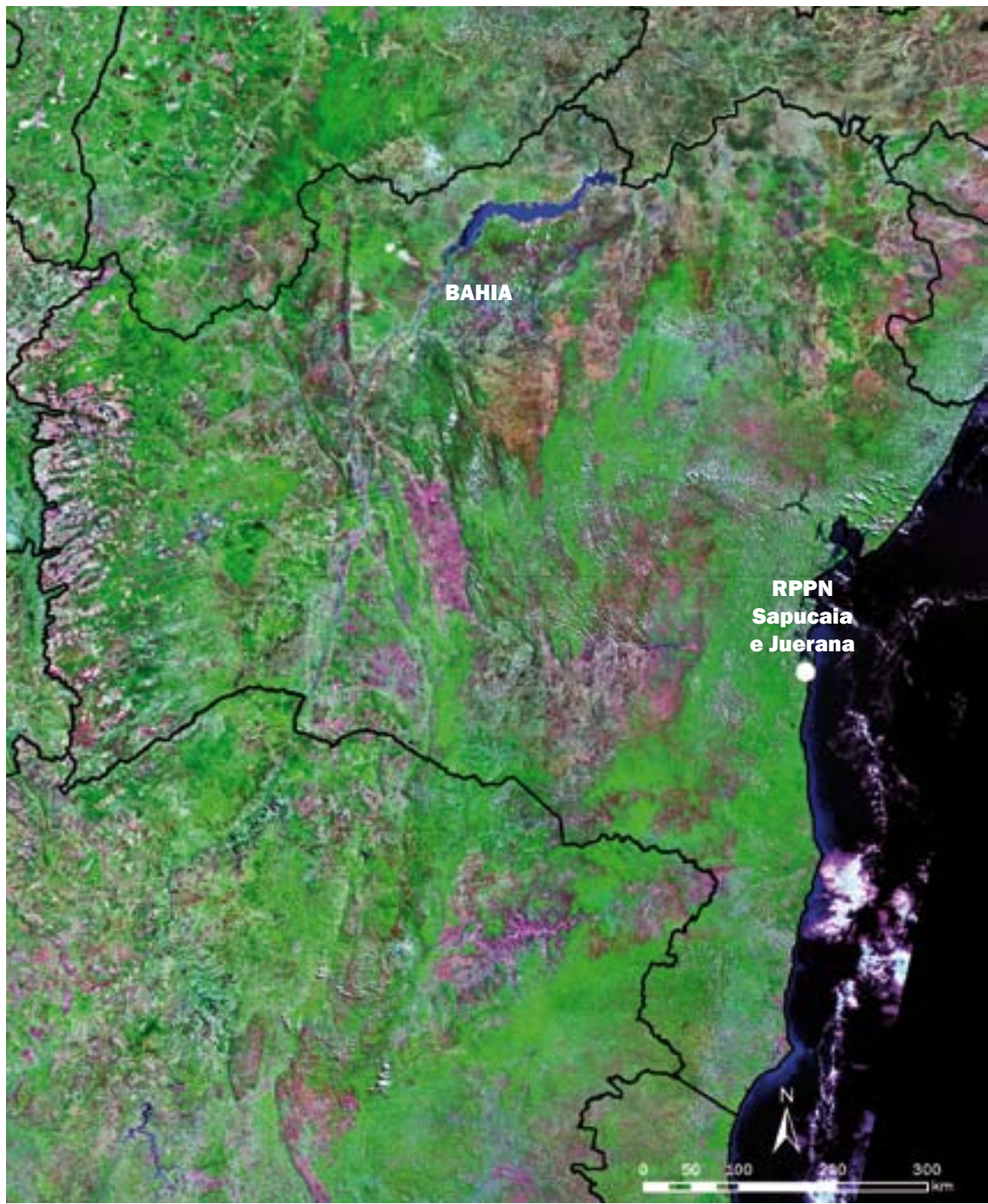


sapucaia e juerana

“O que mais me emocionou foram as visitas e manifestações de solidariedade que recebi nos dias seguintes. Gostaria que esse incidente servisse para divulgar e fortalecer o trabalho de todos nós em prol da questão ambiental. Não quero que meu caso seja visto de forma isolada, mas dentro de um conjunto de ações sustentáveis que proporcione uma vida digna para quem vive hoje da atividade madeireira. Se não dermos alternativas para os futuros bandidos, nós mesmos seremos responsabilizados pela tragédia.”

Norberto Hess, proprietário das RPPNs Sapucaia e Juerana, município de Marau (BA), uma semana após ter sofrido o atentado





“A população da Bahia ficou estupefata com a notícia que circulou a partir de 26 de agosto de 2003, envolvendo um ambientalista selvagemmente retalhado a facção, na estrada que liga Ubaitaba a Maraú, por madeireiros daquela região [...] Não, não estamos no século passado, anos 1930, época das atrocidades costumeiras dos jagunços que aqui aportavam a mando dos coronéis. Estamos em pleno inverno de 2003, pós-Rio 92, pós-Johannesburg, ano em que, finalmente, foi criada uma Secretaria de Meio Ambiente no estado da Bahia [...] Ninguém poderá imaginar o que Beto – assim é que o Norberto é conhecido por seus amigos – passou naqueles momentos de horror [...] Beto sobreviveu e está se recuperando [...] Por todo o medo que você teve, Beto, naquela hora medonha; por todos os escuros caminhos que você percorreu fugindo da morte [...] Nós, árvores da floresta; nós, fauna povoante desse imaginário atlântico; nós, seres invisíveis das águas, da terra, do fogo e do ar; nós, que de vez em quando nos chamamos de gente, gente que é ONG, gente que é governo, gente que não é nenhuma coisa nem outra, mas vivemos numa nave-mãe tão bonita e vilipendiada, precisamos de mais Betos, mais Chicos Mendes e mais tantos outros guerreiros que combatem o bom combate, todos os dias, anônimos e invisíveis”.

Marcos Luedy, jornalista e diretor executivo
da Associação Pró-Bacia do Rio Almada, Abará (BA)

“

E estamos preocupados com a chegada dos madeireiros; em Ilhéus e Valença a madeira já acabou, agora estão vindo pra cá; os empreendimentos turísticos contribuem diretamente para a comercialização de madeira nativa.

”

duas em uma

O relativo isolamento, por estar a uma hora e meia de barco ou três horas de estrada até a sede do município, fazem da península de Marau (BA) um paraíso de opções naturais. São 212 quilômetros quadrados que em 1997 foram transformados em Área de Proteção Ambiental, onde a população local vive da pesca e do turismo, entre manguezais, baías de águas escuras e exuberantes remanescentes de Mata Atlântica. Isolamento, porém, pode não ser a melhor palavra para definir essa localidade, já que cerca de setenta pousadas estão instaladas na península, com várias agências de turismo operando nos vilarejos e praias. Ameaçada pela especulação imobiliária – na medida em que a população municipal de 20 mil habitantes começa a lucrar com o aumento de turistas – Marau é disputada até por uma mineradora de ilmenita.

“E estamos preocupados com a chegada dos madeireiros; em Ilhéus e Valença a madeira já acabou, agora estão vindo pra cá; os empreendimentos turísticos contribuem diretamente para a comercialização de madeira nativa”, denunciava o secretário de Meio Ambiente de Marau em 2004, Norberto Hess, evidenciando o poder da atividade econômica ilegal. A força desse poder recaiu sobre Norberto em 2003, quando sua história ocupou os noticiários do país, em boa parte pelo esforço das entidades ambientalistas.

Ao parar na estrada entre Ubaitaba e Marau para fotografar um caminhão com toras de madeira, foi violentamente atacado a facção pelos dois caminhoneiros. Teve cortes no corpo todo enquanto tentava se defender, mas conseguiu fugir e pegar carona na estrada. Passou semanas no hospital, com sérios ferimentos na cabeça, braços e costas. Sua recuperação deu lugar a várias manifestações de apoio contra o atentado e também contra as agressões sobre o meio ambiente e ambientalistas em geral.

Mais tarde, Hess denunciou a lentidão da ação da polícia e do Ibama, com “os agressores agindo por conta própria, sendo de uma família que explora madeira na região e é conhecida por todos”. Em meados de 2006, um dos criminosos foi preso na rodoviária de Ubaitaba por ação da Delegacia de Uruçuca, enquanto o outro se mantém foragido. De qualquer forma, o ex-secretário de Meio Ambiente, hoje secretário executivo do Instituto Água Boa, criado exatamente um ano após o atentado, teve sua atuação bastante intimidada.

migração alemã

O pai de Norberto, Hartmut Hess, deixou a Alemanha aos 22 anos com destino ao Brasil, motivado por um anúncio de jornal que procurava químicos na área de manufatura de borracha na Bahia. Sete anos depois, em 1959, começou a comprar as terras que formariam a fazenda Água Boa, em Maraú, com 227 hectares, onde introduziu seringais. Ainda precisou dedicar anos de trabalho na fábrica de artefatos de borracha Mucambo, próxima a Uruçuca, e já na sua terra foi implantado a agrofloresta, enquanto a madeira foi aproveitada na própria serraria, hoje abandonada.

“Mas já nos anos 1950 tinha essa visão de preservar. Manteve a maior parte da mata de pé, tinha fascinação de ficar lá dentro e entender como as espécies se comportam. Biólogos e pesquisadores da Alemanha vinham aqui fazer pesquisas, e meu pai ia junto coletar espécies; sabia intuitivamente que era algo a ser mantido”, esclarece Norberto.

A criação das RPPNs na fazenda foi precedida da tentativa, na década de 1980, de implantação de um refúgio da fauna na propriedade. Não deu certo, mas as placas e avisos contra caça e invasão foram instalados. “O Rui Rocha, que na época era diretor do IESB, vivia incentivando meu pai a fazer uma reserva particular. Um dia deu vontade, ele disse: ‘Vamos fazer’. No fundo, achava que tanto faz, a mata está ali, tem que manter a reserva legal então faz a RPPN, não sabia que são coisas diferentes. Mas o conceito de preservar era igual. Até hoje para nós é tudo ‘reserva’, aproveitamos a madeira que está no chão, não tiramos nada”, conta Norberto.

O processo de criação da RPPN foi encaminhado em 1998 e passou por uma exigência singular: a separação da fazenda em duas, numa justificativa do Ibama de que a estrada, a BR-030, dividia as matas – para, ao final, Norberto saber no Ibama de Salvador que não precisava ter separado. “Fiquei louco, pensei: ‘Agora vamos ter que juntar de novo?’. Mas não precisou.” Foram quatro anos até o reconhecimento da RPPN Juerana e RPPN Sapucaia – que juntas totalizam 45 hectares.





segunda geração

Desde que Norberto deixou a Alemanha, onde estudou desenho gráfico e morou por vinte anos, envolveu-se com o dia-a-dia da propriedade, “virou fazendeiro”, e deu à área a vocação que tem hoje. Isso significa a criação de um mosaico de usos da terra, com plantio de culturas orgânicas de pupunha, açai, seringueiras e cacau, mais

“

Biólogos e pesquisadores da Alemanha vinham aqui fazer pesquisas, e meu pai ia junto coletar espécies; sabia intuitivamente que era algo a ser mantido.

Montei um grupo para trabalhar aqui, um ex-serrador da região foi contratado para fiscalizar a área, outra funcionária da fazenda se tornou professora e trabalha com a educação ambiental.

”

97 hectares de mata primária, 50 hectares de mata secundária, um trecho para pasto e a sede da propriedade, além da RPPN. “Minhas lembranças de infância são na fazenda, tinha uma área com madeira derrubada, cheia de cobras, eu andava ali, nem me preocupava”, vai lembrando Norberto.

O convívio com a realidade local trouxe o convite para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Maraú. Aos poucos, Norberto estendeu seu círculo de contatos no meio ambiental e passou a impulsionar diferentes idéias para a Mata Atlântica na propriedade, construindo trilhas interpretativas e o embrião de um programa educacional para escolas do município. O atentado sofrido em 2003, porém, deu novo rumo aos ideais do ambientalista. “Montei um grupo para trabalhar aqui, um ex-serrador da região foi contratado para fiscalizar a área, outra funcionária da fazenda se tornou professora e trabalha com a educação ambiental”, conta.

Com essa convicção, ele obteve recursos do programa da Aliança para a proteção física das RPPNs, recuperação das trilhas, que possuem identificação de 135 árvores sinalizadas com placas, e reforma das instalações de uma das casas para fins educativos. Dois funcionários intercalam diferentes atividades para “correr a mata” como guarda-parques. Mas ele aposta as fichas da RPPN na extensão da educação ambiental, com o objetivo de uma mudança de atitude da população do entorno – única solução para reverter o uso insustentável dos recursos naturais.

Norberto pensa também em reproduzir, por intermédio do Instituto Água Boa, um sistema francês de “casa familiar rural”, em que os filhos dos agricultores passam uma semana do mês morando na escola, aprendem tudo o que se relaciona a agroflorestas e ao ambiente local, e assim podem multiplicar a idéia da preservação em suas casas. Desde 1974, a fazenda Água Boa mantém uma escola em seus domínios, cobrindo despesas de reforma, manutenção e até professores.

Grupos com no máximo vinte crianças das escolas rurais já são levados à mata, guiados pela nova professora da fazenda ou pelo guarda-parque, além de almoçarem na sede. “O almoço é um atrativo também, pois sofrem com a desnutrição. Mas o principal é que a caminhada na trilha faz os alunos descobrirem características do ambiente que passam despercebidas, uma vivência que pode transformá-los em multiplicadores dos conceitos ambientais”, defende o proprietário.

“Criança chega fazendo barulho, quer ver macaco, bicho... mas explico que não pode tocar em nada, tem que andar em fila quieto... aí vão vendo o tamanho das árvores, ouvem os passarinhos cantarem e já ficam alegres. Na saída estão tranqüilos, querendo voltar. Outro dia, terminou o passeio e começaram a cantar para a natureza. Foi gratificante”, revela o guarda-parque local.



“

Norberto pensa em reproduzir um sistema francês de “casa familiar rural”, em que os filhos dos agricultores passam uma semana do mês morando na escola, aprendem tudo o que se relaciona a agroflorestas e ao ambiente local, e assim podem multiplicar a idéia da preservação.

”



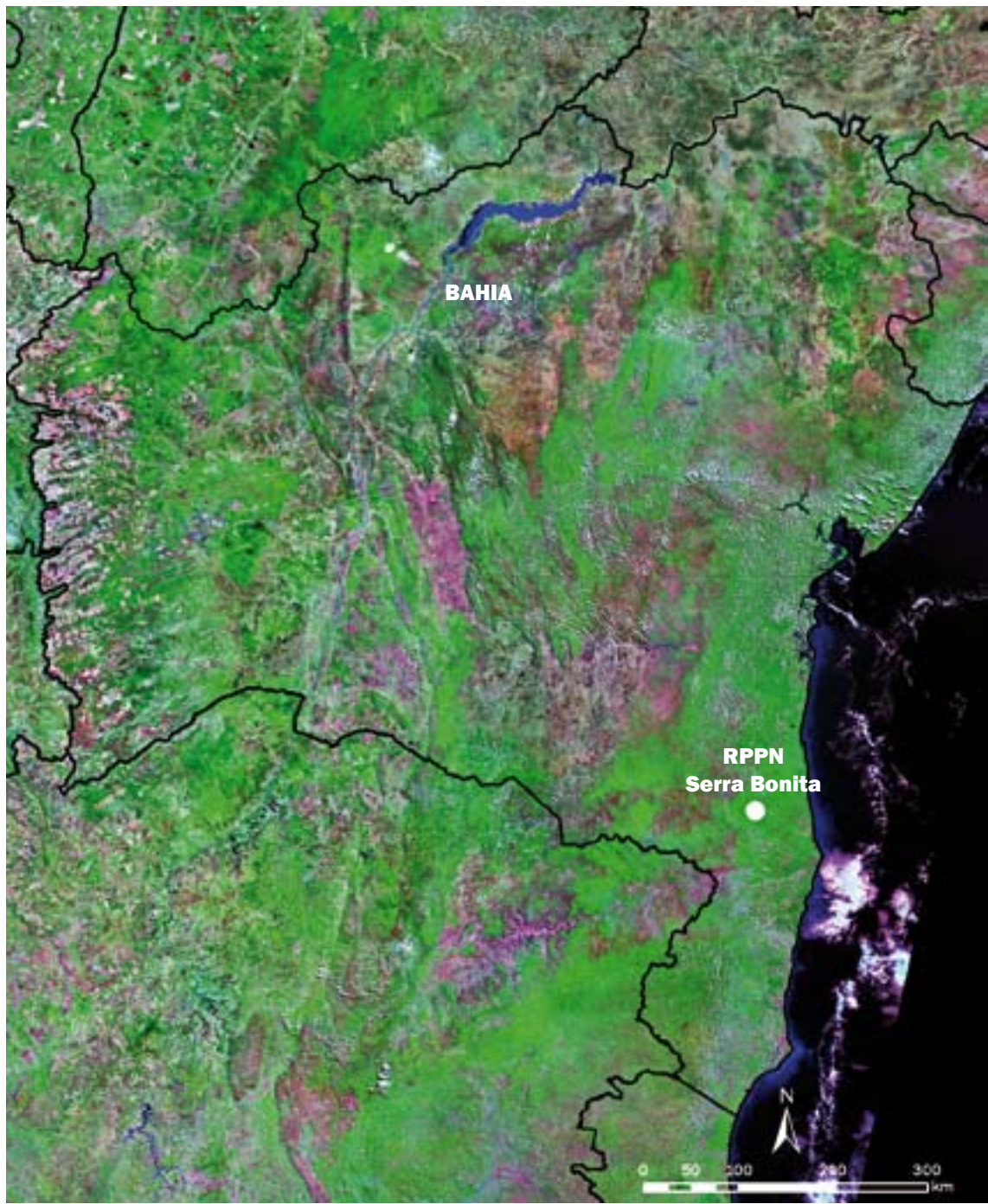
Serra bonita

“De nada adianta minha coleção de mariposas se não existirem os exemplares vivos na natureza. A idéia de comprar uma área de mata para preservar e construir um centro de pesquisas surgiu quando me dei conta da rápida destruição das matas onde fazia coletas.”

Vitor Becker, proprietário do complexo RPPN Serra Bonita,
município de Camacan (BA)



s e r r a b o n i t a



comprador de árvores

As florestas de partes baixas próximas ao município de Itabuna protegem uma importante parcela da biodiversidade da Mata Atlântica, mas foram as formações da mata de neblina – uma vegetação de serra quase sempre coberta por nuvens e com altos índices de pluviosidade – que atraíram a atenção do pesquisador Vitor Becker para a concretização de um antigo sonho de vida. Becker, pesquisador aposentado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e especializado em lepidópteros (mariposas), vem desenvolvendo uma experiência inédita de sustentabilidade ambiental em que pesquisa científica, conservação, educação ambiental e ações de caráter comunitário se associam num ideal comum, em torno da RPPN Serra Bonita.

Na verdade, são 1,8 mil hectares do chamado Complexo RPPN Serra Bonita, (composto por 1,2 mil hectares de mata, dos quais 800 transformados em RPPN), mais as RPPNs Serra Bonita I, II e III, de um amigo que, junto com Becker, aposta na transformação futura dos 7,5 mil hectares da última parcela de mata de neblina do sul da Bahia numa grande área protegida. “Quando compramos já estava tudo meio abandonado, pois aqui é muito alto e frio para plantar cacau, e o solo pobre não dá nem mandioca. Os pequenos proprietários nos venderam as terras [que compuseram a reserva] por preços muito inferiores aos das áreas baixas, próximas à estrada”, resgata Vitor, que desativou os últimos trechos de agricultura e deixou a capoeira se recuperar em todos os recantos da nova fazenda.

Poucos sabem, mas Becker possui a terceira maior coleção do mundo de mariposas da América tropical (as outras duas são a coleção do Museu Britânico e a do Museu de História Natural de Washington) e, antes de iniciar o projeto das RPPNs, quis garantir a preservação dos organismos vivos, pensando que “de pouco adianta conservar amostras de organismos mortos em museus e coleções, se não fizermos nada para protegê-los vivos, na natureza”.

E foi justamente nas matas de neblina da Serra Bonita que ele coletou boa parte das espécies raras de mariposas que compõem sua imensa coleção.





“Vim aqui algumas vezes na época em que trabalhava na Embrapa e coletei exemplares que não tinha visto em nenhuma outra área de Mata Atlântica. Mas também me dei conta do rápido processo de destruição dos habitats locais e tive certeza de que precisava comprar uma área para preservar, para me dedicar de corpo e alma à pesquisa de campo”, revela o entomólogo. Com a aposentadoria, o fundo de garantia proporcionou a Becker a compra de terras ainda em 1998,

quando adquiriu mais de quarenta pequenas propriedades para formar a reserva, no município de Camacan.

A escolha acertada se confirmou não só pela riqueza da fauna e flora, mas pelas dezenas de nascentes que brotam da serra e abastecem de água potável os municípios de Camacan e Pau-Brasil. Na mesma proporção, as ameaças rondam todos os lados do remanescente. “Como você protege uma área desse tamanho? Todo mundo quer entrar, tem até uma casa nas redondezas onde os nativos vão encomendar carne de caça. Vão lá e dizem: ‘Quero uma paca, um tatu’, e nós estamos aqui fornecendo matéria-prima para o negócio deles”, reclama a filha do proprietário, Moema Becker, que também dedica seu tempo exclusivamente à RPPN.

modelo privado

O resultado da iniciativa da família Becker revela-se no sucesso como modelo de gestão ambiental de uma RPPN, no qual são articulados esforços de pesquisa, reconstrução da floresta, educação ambiental e alternativas de lazer. Isso porque o sonho de preservação impulsionou e concretizou a construção de um centro de pesquisas e um museu para abrigar os mais de 250 mil exemplares da coleção de Vitor (que representam cerca de 20 mil espécies de lepidópteros neotropicais).

As dimensões do novo centro de pesquisa são grandiosas: seis laboratórios, duas salas de coleções com umidade controlada, sala de preparações, auditório para sessenta pessoas e biblioteca científica com 5 mil títulos, visando o aumento do conhecimento científico sobre a própria RPPN. “O conceito básico da construção foi ter as duas salas de coleções ao centro; elas precisam

de um espaço escuro, com umidade controlada para conservar o material. Em volta coloquei as salas de laboratório, montagem, preparo... e ainda deu para projetar o auditório em cima da laje das salas de coleções”, orgulha-se o pesquisador e autor da idéia.

A infra-estrutura do centro de pesquisas foi colocada à disposição da comunidade (pesquisadores e educadores), bem como alojamento e transporte para pontos de observação, sendo uma das poucas Unidades de Conservação no país a oferecer esse apoio logístico. A própria riqueza da biodiversidade local é propícia ao conhecimento, já que foram identificadas ali mais de quatrocentas espécies de aves, quatro espécies de primatas endêmicas da Mata Atlântica e, com exceção de poucas espécies de mamíferos de grande porte, a fauna está preservada.

É essa diversidade que Vitor tenciona ser conhecida com a montagem de uma coleção geral de animais e plantas da reserva. “O compromisso do pesquisador visitante é deixar uma duplicata do material coletado no centro de pesquisas. No futuro outros pesquisadores poderão vir e ter uma amostra para identificar exemplares por comparação, além de constituir-se em prova de que determinada espécie realmente existe na Mata Atlântica”. Só o curador do herbário da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), André Amorim, por exemplo, fez um levantamento da flora na Serra Bonita e detectou seis novas espécies de plantas.

Naturalmente envolvido com essa atividade desde a época da faculdade de agronomia, Vitor faz os cálculos do valor do seu empreendimento: “Coleta há quarenta anos e tenho cerca de 250 mil indivíduos; dá mais de 6 mil exemplares por ano. Se eu trabalhasse todos os meses, seria no mínimo quinze exemplares por dia. A coleta é um trabalho divertido. Difícil é preparar o material para a coleção, isto sim consome tempo”, revela aos leigos.

Com vistas ao lazer e turismo, o proprietário empreendeu ainda a construção de uma pista de parapente e asa-delta na reserva, valorizando a altitude, que permite a visão de 360° da região circunvizinha. O turismo científico mereceu atenção com a edificação de uma pousada dentro da mata, ao lado da saída para as trilhas, com a finalidade de acomodar os pesquisadores e receber grupos de observadores de aves, e com capacidade para alojar o público da terceira idade. “A idéia é que o hóspede se sinta dentro da floresta, pode estar sentado na varanda, no quarto, e para todo lugar que olhe

“

A própria riqueza da biodiversidade local é propícia ao conhecimento, já que foram identificadas ali mais de quatrocentas espécies de aves, quatro espécies de primatas endêmicas da Mata Atlântica e, com exceção de poucas espécies de mamíferos de grande porte, a fauna está preservada.

”

“

Alguns avanços, já são visíveis no dia-a-dia da RPPN, como o aumento no número de grupos de primatas e de catetos, a observação inédita de pegadas de felinos e a descoberta de seis novas espécies da flora, entre elas uma bromélia endêmica.

”

é mata”, esclarece Vitor, que costuma pendurar frutas de vários tipos na varanda para habituar os pássaros a comer onde possam ser vistos.

sacrifício coletivo

“A primeira coisa antes de adquirir as terras foi comprar as árvores em pé, antes que fossem cortadas. Havia fazendas com mais de setenta jequitibás, tudo madeira de lei que iria para as madeireiras”, relembra o atual proprietário. Assim, primeiro identificou as áreas de Serra Bonita onde a madeira (só o bosque) estava à venda para as madeireiras e negociou a compra das árvores. O segundo passo foi adquirir as terras desses proprietários e, ao longo de seis anos, o pesquisador comprou 43 pequenas fazendas, que foram unificadas numa única fazenda, batizada de Uiraçu.

Já a criação da RPPN foi resultado de um dispendioso e árduo processo. “Como tínhamos muitas propriedades, o Ibama exigiu que transformássemos tudo num único título. Algumas tinham menos de 3 hectares, mas como não queríamos que as pessoas continuassem morando dentro da reserva, tivemos que comprar... Foi caro e demorado passar tudo para uma só escritura”, lembra o proprietário, que assumiu sozinho os gastos com advogado, topógrafo, entre outras demandas ligadas à criação da reserva.

O sacrifício da família, comprometida com o mesmo ideal de Becker, vem da mesma época da compra dos pequenos sítios, quando os recursos para a empreitada passaram pela venda de um apartamento e outros bens pessoais. No final, para terminar a construção do centro de pesquisas e do alojamento, tiveram de vender sua própria residência, em Brasília. Sua filha mora hoje na área, enquanto a esposa trabalha na Universidade de Brasília (UnB), pois o valor da aposentadoria proporcional que ela poderia requerer “seria pouco e o projeto levaria mais dez anos pra avançar”. Alguns avanços, porém, já são visíveis no dia-a-dia da RPPN, como o aumento no número de grupos de primatas e de catetos, a observação inédita de pegadas de felinos e a descoberta de seis novas espécies da flora, entre elas uma bromélia endêmica, pelo pesquisador da CEPLAC.

Mais eficiente que ações individuais, o esforço familiar saiu fortalecido com a criação de uma ONG, o Instituto Uiraçu, para ser o braço institu-

cional do complexo Serra Bonita. Já são cinco anos de atuação com uma equipe de 35 pessoas, entre amigos, voluntários e familiares, com a idéia de adquirir para a ONG (por meio de doações), e para terceiros interessados em preservar a Mata Atlântica, as propriedades situadas na serra. Para isso contam até mesmo com a colaboração dos atuais proprietários na restauração da floresta, até transformar todos os 7,5 mil hectares de Serra Bonita numa única mata preservada para as futuras gerações.

Outra parte do sonho da família é promover a região, com a implantação do Projeto Parque da Ciência, como gerador de um pólo de turismo científico-cultural, com atividades especificamente dirigidas ao público infanto-juvenil, mas aberto a toda a comunidade.

O projeto vem sendo discutido e construído com a parceria de universidades e instituições afins. Pelo referencial sociopedagógico, a participação e o aprendizado podem se transformar cada vez mais em algo naturalmente lúdico, interativo e atraente, como a própria experiência da família Becker.



“

Outra parte do sonho da família é promover a região, com a implantação do Projeto Parque da Ciência, como gerador de um pólo de turismo científico-cultural, com atividades especificamente dirigidas ao público infanto-juvenil, mas aberto a toda a comunidade.

”

a

f

i

n

o

b

a

r

r

e

s



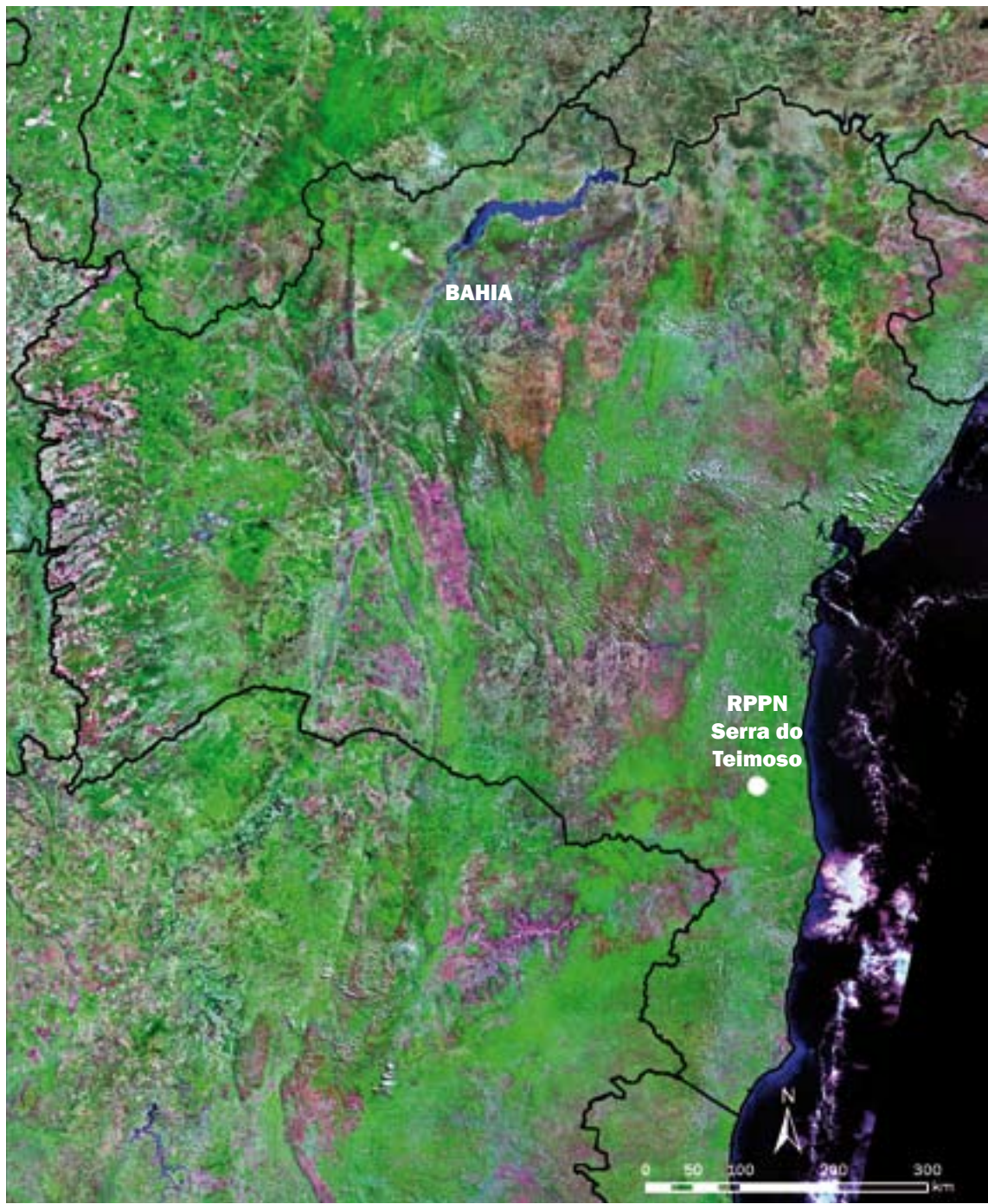
serra do teimoso

“Se eu pudesse, trabalharia todos os dias com a visita-
ção na reserva, é um prazer receber as pessoas e vê-las
saírem felizes depois de conhecerem a mata, observa-
rem o que acontece lá dentro e se sentirem parte da
natureza.”

Henrique Berbet de Carvalho, proprietário
da RPPN Serra do Teimoso, município de Jussari (BA)



s e r r a d o t e i m o s o



jequitibás gigantes

A observação de um dos jequitibás da RPPN Serra do Teimoso, em Jussari (BA), não poderia ter um ponto de vista menos convencional: de uma plataforma de madeira instalada a 32 metros do chão, vê-se a grande árvore de cima para baixo, das flores cor de creme sobre os longos galhos do dossel, ao enorme tronco sem curvatura alguma, chegando até a base de mais de 2 metros de diâmetro. Essa é uma das etapas da “trilha da plataforma”, com percurso de 2,2 mil metros, onde há outras espécies imponentes da Mata Atlântica, como raros exemplares de pau-brasil, sapucaia, pau-sangue e araçá-d’água, além de uma floresta em estágio inicial de recuperação e a mata em estágio avançado, o que proporciona a visão de plantas que antes viviam à margem da floresta e hoje se encontram bem desenvolvidas.

Na “trilha dos guigós”, com percurso de 1,8 mil metros, é possível observar o comportamento na selva de um grupo de primatas ameaçados. Além de ser uma espécie bandeira, o macaco guigó é alvo de uma investigação científica que habituou famílias da espécie à presença humana. A árvore em que dormem costuma ser identificada na véspera, e eles podem ser vistos da hora em que deixam o tronco, na parte da manhã, até o momento em que se alimentam, vocalizam ou acasalam, retornando à tarde para seu dormitório. Para o proprietário da RPPN Serra do Teimoso, o agrônomo Henrique Berbet de Carvalho, trata-se de um momento raro e especial de observação da fauna da Mata Atlântica, pela dificuldade em se contemplar a maioria dos animais da floresta durante o dia e pela expectativa das pessoas em desvendar essas relações naturais.

O terceiro caminho, a “trilha do jequitibá”, guarda a surpresa do encontro final com um jequitibá gigante de mais de 70 metros de altura e 12 metros de circunferência, uma das “maravilhas” da Mata Atlântica que está entre as maiores árvores do país. Isso porque a estrutura da floresta de encosta da Serra do Teimoso tem características incomuns. “A floresta é um atrativo em si, com árvores imensas e alguns fenômenos que só acontecem ali, como os níveis elevados de regeneração do pau-brasil estudados na área. Todos ficam impressionados. Há pesquisadores que conhecem a





Em 1998, aracnólogos do Instituto Butantã de São Paulo identificaram 123 espécies de aranha no interior da RPPN; 243 espécies de pássaros, de 39 famílias, foram descritas ali; para as formigas, são 79 espécies; morcegos, 18 espécies inventariadas; e há ainda os primatas ameaçados como o guigó e o mico-leão-de-cara-dourada, além de mamíferos como a preguiça, o cateto e a onça suçuarana.



Mata Atlântica do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte e dizem que nunca viram um pedaço de mata tão exuberante”, orgulha-se Henrique.

A combinação entre duas vegetações, a mata úmida do litoral e a floresta decidual do interior, é uma das explicações para a diversidade de espécies endêmicas da Serra do Teimoso, ou para a presença dos jequitibás gigantes descritos como os maiores do país, entre outros recordes que fazem da RPPN o objeto de várias dissertações de mestrado, publicações em congressos e revistas científicas internacionais.

Com 200 hectares de mata, a RPPN criada em 1997 foi alvo de um inventário florístico, por um convênio entre a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o New York Botanical Garden, que identificou ali uma lista de 600 espécies, dentre as quais seis novas para a ciência. Aos poucos, descobertas como essa vão compondo o conhecimento que contribui com o ideal de preservação dessa reserva de vida: em 1998, aracnólogos do Instituto Butantã de São Paulo identificaram 123 espécies de aranha no interior da RPPN; 243 espécies de pássaros, de 39 famílias, foram descritas ali; para as formigas, são 79 espécies; morcegos, 18 espécies inventariadas; e há ainda os primatas ameaçados como o guigó e o mico-leão-de-cara-dourada, além de mamíferos como a preguiça, o cateto e a onça suçuarana.

Por seu perfil para o conhecimento científico e a proteção da biodiversidade, a RPPN foi reconhecida, em 2000, como um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, hoje um título concedido somente a cinco RPPNs do bioma. Isso faz do local um centro de divulgação das idéias, conceitos e programas desenvolvidos em seu interior.

Essa conquista tem sido parte de uma aposta dos proprietários em atividades que, no futuro, possam viabilizar a sustentabilidade local, seja pelos esforços de visibilidade e tentativa de atrair pesquisadores, seja pela área representar um piloto para a criação e gestão de outras RPPNs na Bahia, dentro do programa de RPPN do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB).

Alguns resultados desse programa de incentivo já podem ser dimensionados: entre 1990 (ano da publicação do decreto que criava as RPPNs) e 1995, apenas uma RPPN havia sido estabelecida na região cacaueira (com 35 municípios), ao passo que, após 1996, com o esforço de divulgação das re-

servas em eventos, na mídia e em órgãos públicos, até 2005 catorze novas RPPNs foram criadas e onze se encontravam em processo de reconhecimento.

pesquisar, educar, treinar

Uma das formas de ampliar a visibilidade das áreas naturais privadas é o investimento em ações de pesquisa que impulsionem outros programas, como educação ambiental, cursos e projetos de visitação e ecoturismo. “Aconteceu com a gente, foram os programas de pesquisa de parceiros como o Jardim Botânico de Nova York ou a Universidade Estadual Santa Cruz que abriram os horizontes para a RPPN aparecer no cenário regional, o que foi seguido pelo trabalho de educação ambiental com escolas municipais e, num segundo momento, pela oferta de cursos de capacitação em nosso centro de difusão”, conta Henrique.

Hoje, o local possui alojamento para pesquisadores e um centro de treinamento com sala de aula, equipamentos e laboratório. Entre 2003 e 2004, foram realizados ali importantes cursos de formação na área ambiental, além de cursos de especialização, capacitando técnicos e gestores de Unidades de Conservação.

Um dos treinamentos de maior impacto no dia-a-dia dos participantes foi o Primeiro Curso de Formação de Guarda-Parques de RPPN da Bahia, organizado em parceria com IESB, Associação de Proprietários de Reservas Particulares da Bahia e Sergipe (PRESERVA), com a Aliança para a Conservação da Mata Atlântica e Instituto Bioatlântica. Durante cinco dias, os 28 participantes – funcionários de propriedades rurais de todo o estado – tiveram a oportunidade de receber importantes conhecimentos sobre a atuação de guarda-parques. Segundo o proprietário, a Serra do Teimoso deve ser uma sala de aula ao ar livre, permitindo visualizar e aplicar os conceitos aprendidos na teoria. Além disso, o papel da RPPN como espaço educativo e de visitação deve ser a principal fonte de sustentação da propriedade no futuro.

Hoje, a renda da fazenda de 520 hectares provém também da pecuária de leite e do que restou da produção de cacau orgânico, depois que a vas-

“

Entre 1990 e 1995, apenas uma RPPN havia sido estabelecida na região cacauceira (com 35 municípios), ao passo que, após 1996, com o esforço de divulgação das reservas em eventos, na mídia e em órgãos públicos, até 2005 catorze novas RPPNs foram criadas e onze se encontravam em processo de reconhecimento.

”

soura-de-bruxa atingiu as plantações na década de 1990. São seis barças de cacau na Fazenda Teimoso que permitem uma comparação: na década de 1980, a barças abrigaram a secagem de 8 mil arrobas de cacau/ano, gerando cinquenta empregos diretos, com quarenta famílias vivendo dentro da fazenda; em 1999, a produção não passou de 50 arrobas, tendo sido colhidas por um único homem, em contrato de meia, e hoje não chega a 200 arrobas/ano.

A crise econômica da propriedade não difere da história da maioria delas em Jussari (BA), município em que se situa a Fazenda Teimoso, e vem acompanhada pelo extenso processo de devastação ambiental da região. Os índices de desmatamento tornaram-se alarmantes a partir da década de 1990, quando a maioria dos agricultores do cacau buscou se capitalizar com a madeira, induzindo atividades ilegais. Em um século a situação se agravou, já que em fins do século XIX Jussari era coberto em sua totalidade por florestas nativas; em 1998, as florestas primárias e secundárias em estágio avançado representavam somente 7,2% da área municipal.

Foram várias as gerações da família Berbet comprometidas com os negócios da fazenda. Sua história permite entender as causas da atual geração decidir pela criação de uma reserva particular. Em 1860, o alemão Henrique Berbet recebeu uma sesmaria da coroa e implantou roças de cacau próximas ao rio Cachoeira. Como a maioria dos colonos da região, a família Berbet se estabeleceu na rota entre Ilhéus e Itabuna, e prosperou com o cultivo do cacau. Seguindo o fluxo de ocupação em direção ao interior, a família comprou as terras em Jussari. “Aí meu tio avô, Otávio Berbet, tornou-se o responsável pela fazenda, numa época em que a região ainda era ocupada pelos índios botocudos e onde havia vários conflitos entre os agricultores e os índios. Neto do velho Henrique, o coronel Otávio nunca mexeu num pedaço de mata na serra, ele trabalhou a área mais baixa da fazenda e manteve a mata como um rancho de caça; no início caçava até para se alimentar. Meu pai, Aulo Berbert de Carvalho, adolescente, saía muito com ele para caçar, viajar, e aos poucos foi absorvendo o conhecimento que ele tinha dessa floresta. Preferiu então continuar plantando o cacau na planície e, em 1982, inscreveu a área natural preservada como um Refúgio Particular de Animais Nativos, que depois virou Reserva Particular de Fauna e Flora, e mais tarde desembocou na figura da RPPN”, relembra Henrique.

É ele quem também explica o porquê do nome Teimoso, lembrando de seu tio-avô, proprietário de outra fazenda em Buerarema, que vinha visitar

a propriedade de Jussari no verão. “Uma vez ele encontrou uma família de colonos dentro da área e pediu para saírem. No verão seguinte, a mesma família foi encontrada em outra parte da fazenda, próxima ao riacho, que ficou conhecido como ribeirão do teimoso, pela insistência deles em ficar ali... Aí o nome pegou”, conta Berbet.

A decisão pela criação da RPPN surgiu por um acordo entre todos os membros da casa, em 1995, na medida em que a fazenda é uma empresa familiar, de propriedade da mãe, Nêda Lorens Fragoso de Carvalho, e dos filhos Henrique, Guilherme, Roberto e Ricardo. A própria fisionomia da fazenda indicou sua vocação para a conservação, pois além da serra de 850 metros de altitude, que dificulta o plantio, há uma nascente e dois ribeirões que abastecem rios importantes da bacia do Cachoeira. “Foi com satisfação que recebemos o certificado da RPPN em 1997, mas aí veio a questão: ‘Sou um feliz proprietário de RPPN e agora o que vou fazer?’. É como a maioria das pessoas se sente”, diz o agrônomo.

redes de apoio

Embora o título acabe por conferir *status* à nova área protegida por lei, a gestão da reserva depende da capacidade de atrair parceiros à iniciativa, os quais precisam estar dispostos a investir recursos ou mesmo assumir a execução de programas de pesquisa e conservação. Dois apoios fundamentais construíram a história da RPPN Serra do Teimoso. Primeiro, o proprietário conseguiu se associar a um importante projeto de pesquisa, o Mata Atlântica Nordeste, liderado pelo herbário da CEPLAC e pelo Jardim Botânico de Nova York, que propôs um inventário florístico dos 200 hectares da reserva. A partir daí, foi possível encaminhar um novo projeto para a Fundação o Boticário de Proteção à Natureza e planejar os primeiros passos para a construção das estruturas físicas. Os recursos permitiram a realização do plano de manejo, instalação de placas de sinalização, pagamento de um guarda-parque e uma pequena reforma para criação do alojamento dos pesquisadores. Já o apoio de Willian Wayt Thomas, curador do Jardim





Botânico, se fez sentir quando solicitou recursos da Beneficia Foundation, uma entidade norte-americana, para equipar o local com telefone via rádio, carro, e mais um funcionário de campo.

“O maior desafio é buscar um programa de longo prazo para a RPPN, pois assim que iniciamos um projeto já temos que pensar no próximo, há custos fixos como os do guarda-parque... em alguns meses a visitação é boa, mas às vezes a falta de recursos vira uma ameaça”, expressa Henrique, para quem a segunda maior dificuldade é a falta de apoio dos órgãos públicos, os quais costumam se deslocar para a área só quando recebem denúncias de caça ou de invasão.

Preocupado com questões que afetam o universo dos proprietários, em 2002 Henrique se tornou presidente da PRESERVA, a associação das RPPNs da Bahia e de Sergipe. Com mais de quarenta associados, o trabalho da entidade volta-se para a mobilização e capacitação, apoio à criação de novas

RPPNs no Corredor Central e parcerias com redes em que as reservas sejam bem representadas.

Já a verba do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica deu a oportunidade de aperfeiçoar o planejamento integrado da reserva, ou seja, dos programas de manejo, interpretação e educação ambiental, relações públicas e turismo. As ações vão desde a apreciação do meio e suas inter-relações, formação de uma nova consciência ecológica e mudanças de comportamento, até a confecção de materiais como camisetas e bonés com logotipo da RPPN, divulgação dos projetos e captação de recursos, além de maior integração da Serra do Teimoso ao *trade* turístico da região cacauceira.

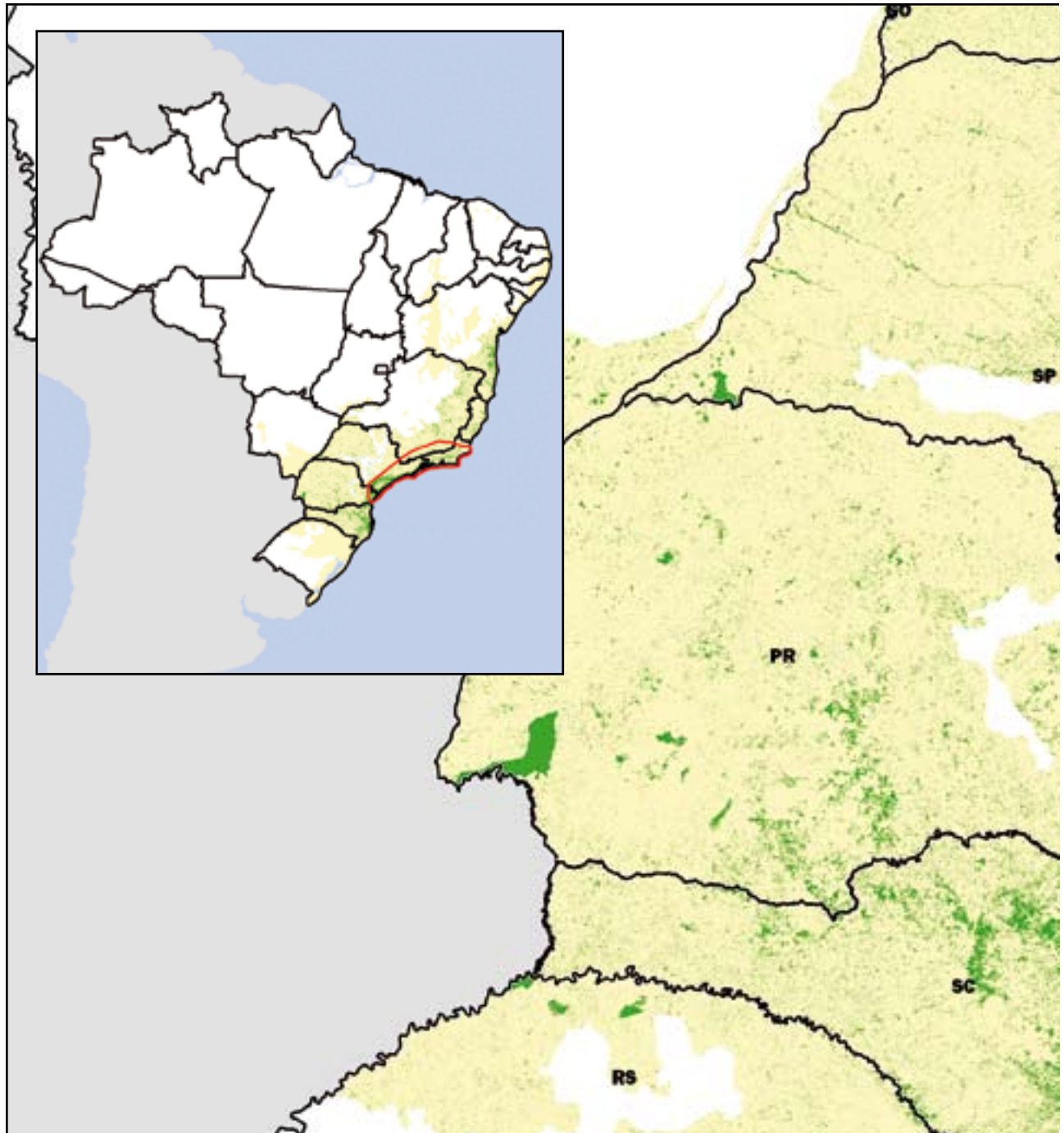
Mas é com o programa educativo que os proprietários chegam mais perto de ver o sonho de conservação se configurar. Ao perceber que a RPPN não sobreviverá como uma ilha de vida isolada do entorno, a gerente de Educação Ambiental Lucélia Berbet, esposa de Henrique, concebeu uma

proposta pedagógica em que as comunidades usufruem da área como um laboratório vivo, que aumenta conhecimentos, motiva o interesse e desperta novos valores nas populações, que ampliam sua atuação cidadã.

Assim, programas de educação ambiental desenvolvidos na reserva já atingiram alunos dos municípios de Jussari, Arataca e Buerana, formando até mesmo multiplicadores ambientais, com aulas no Ecoparque de Una e na RPPN Salto do Apepique, que oferecem orientações sobre coleta de sementes, produção de mudas e horta orgânica.

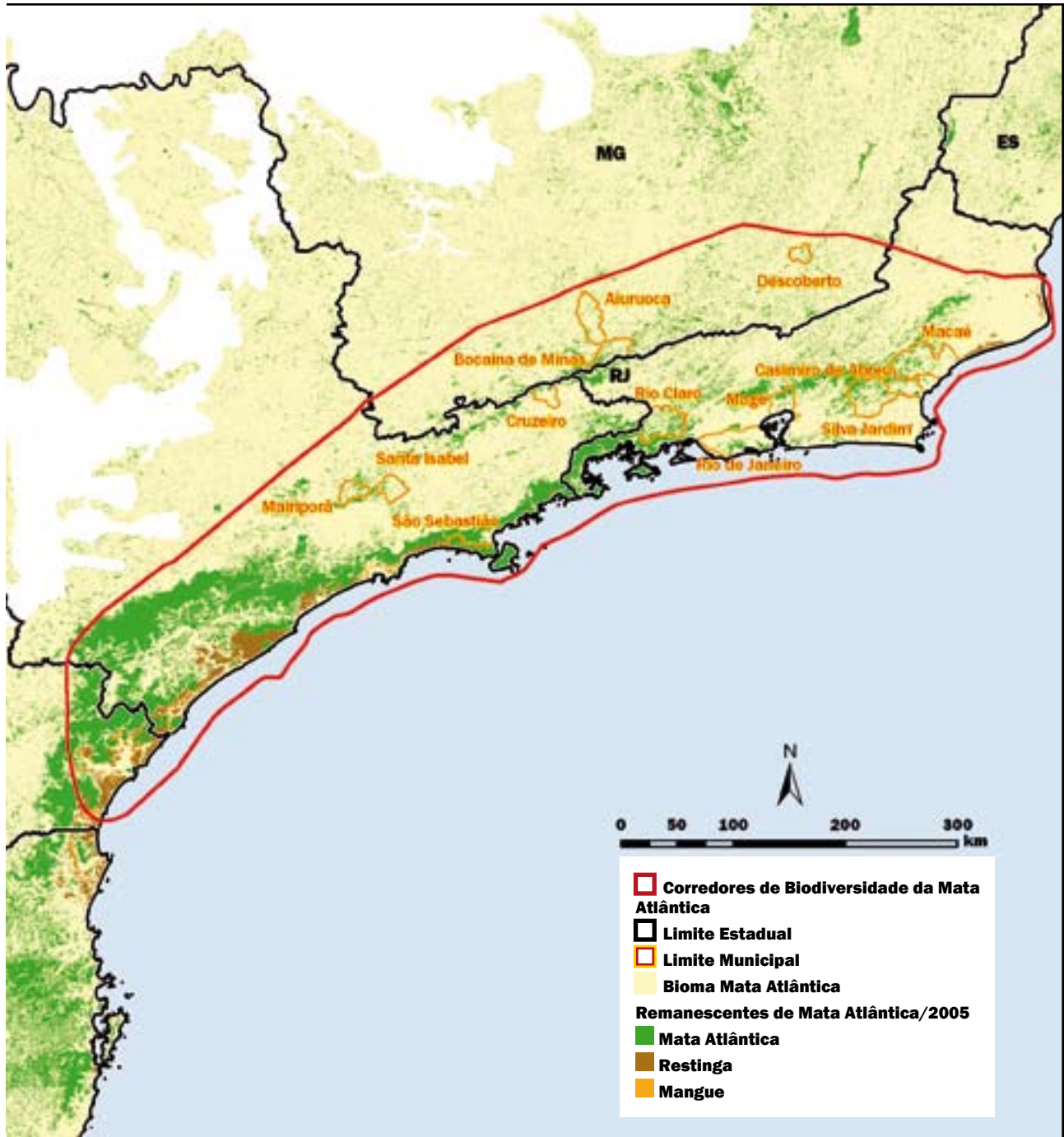
“A lição aprendida é enorme, os estudantes ficam estimulados, interessados pelo ambiente natural, mudam e passam a levar mensagens para outros segmentos da sociedade”, constata a educadora, que realizou mestrado sobre o tema. Mesmo sem conseguir mensurar os reflexos desse aprendizado, ela já pode se alegrar com alguns sinais do resultado do seu trabalho, como a diminuição da caça na área natural depois que a RPPN se tornou conhecida pelas comunidades do entorno.

corredor da serra do mar **alto da**

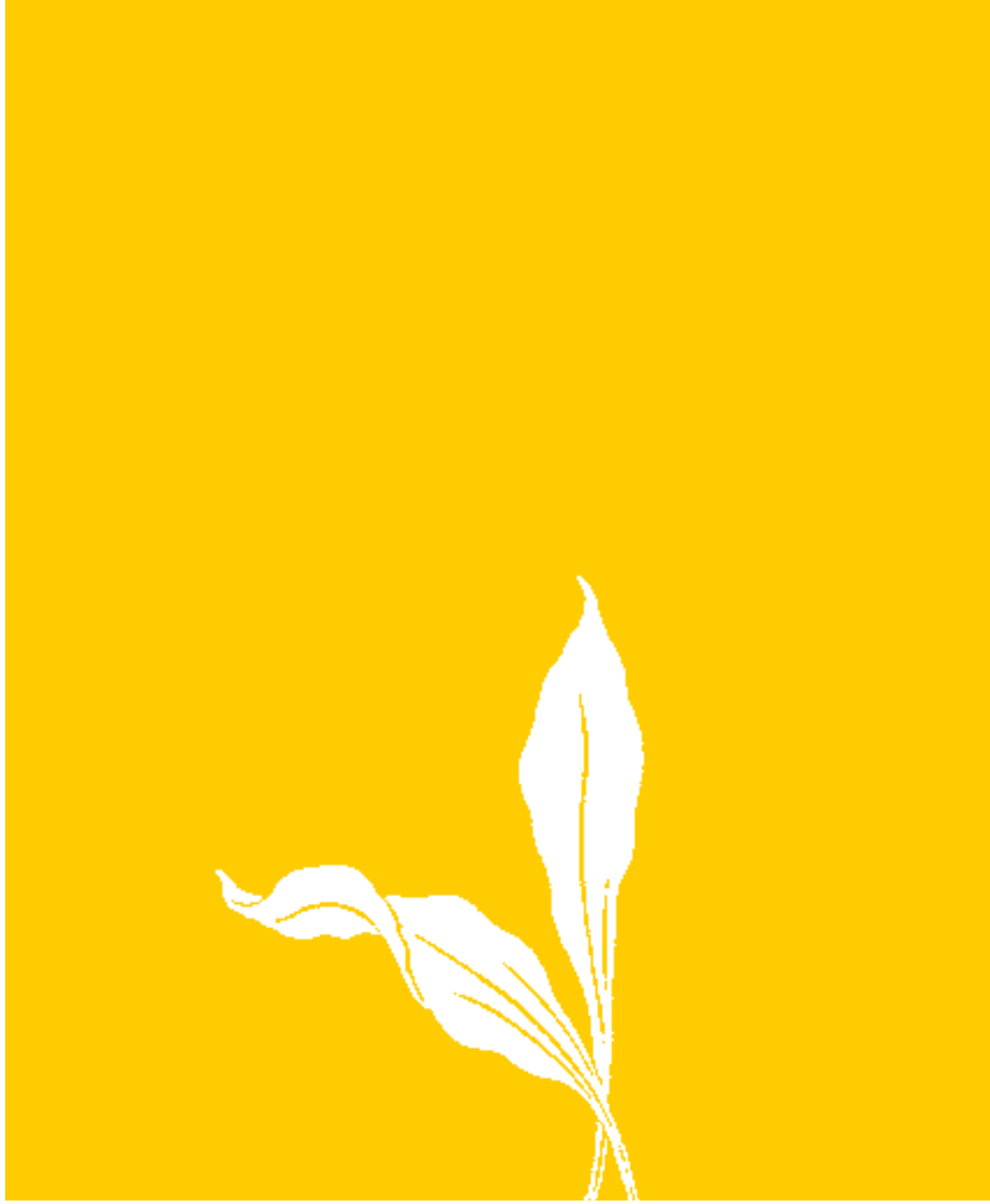


bela aurora **mitra do bispo nave da esperança **rio dos****

boa vista bom retiro capuavinha cemag el nagual fazenda



pilões rizzieri roça grande santa fé sítio shangri-lá



Rio de Janeiro, Ilha Bela, floresta de araucárias, Serra da Mantiqueira – são inúmeros os atrativos e ecossistemas que compreendem o **Corredor da Serra do Mar**, coberto por cerca de 14,6 milhões de hectares, estendendo-se do Paraná e São Paulo ao Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais. Além de circundar as duas maiores metrópoles do Brasil, em seu domínio encontram-se os trechos mais preservados da Mata Atlântica, que se mantiveram nas íngremes montanhas da Serra do Mar, desfavoráveis à agricultura e à ocupação urbana.

A natureza é de tal forma diversa e rara que somente de espécies de vertebrados ameaçadas na área que corresponde ao corredor são mais de cem, como a jararaca-ilhoa, o muriqui-do-sul e a jacutinga. Em vários remanescentes protegidos por 65 Unidades de Conservação públicas de proteção integral tem-se buscado a preservação a longo prazo, junto com as cem Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) presentes no corredor, que vêm contribuindo para ampliar a conectividade entre fragmentos maiores.

Não é pequeno o desafio de fazer frente à histórica superutilização dos recursos naturais da região, cujo processo de exploração resultou não somente na redução da biodiversidade mas na degradação da cultura humana local, comprovando que, a longo prazo, a redução da biodiversidade gera pobreza.

São mais de 37,5 milhões de habitantes, ou 21% da população brasileira, vivendo no Corredor da Serra do Mar, numa das regiões que mais consome recursos naturais no país. Vários rios importantes, como o Paraíba do Sul e o Tietê, em parte ou totalmente inseridos neste corredor, abastecem mais de 25 milhões de pessoas com água potável.

As oportunidades para a conservação em parceria com a sociedade civil organizada provêm de diferentes lados. Alguns municípios fluminenses já despontam, por exemplo, como modelos para a preservação em nível regional – entre eles, Casimiro de Abreu e Silva Jardim destacam-se como recordistas no número de RPPNs oficializadas e em processo de criação, com importante inserção no circuito do turismo rural e do estado. Juntos, possuem mais de vinte reservas particulares, estabelecidas em sua maioria com o incentivo da Associação Patrimônio Natural (APN), a primeira organização de proprietários de RPPN do Brasil, com o apoio da Associação Mico Leão Dourado (AMLD).

Para consolidar o poder dos proprietários na reivindicação de melhores incentivos para a implementação das reservas, foi fundada no estado de Minas Gerais, em 2000, a Associação de RPPNs e Reservas Privadas de Minas



Gerais (ARPEMG), que passa a congregar não somente proprietários de RPPNs mas também produtores rurais que protegem suas áreas mesmo que não oficialmente.

Já em São Paulo, o papel das RPPNs na busca pela conservação da natureza é defendido pela Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo (FREPESP), a associação de proprietários que representa as 35 reservas particulares reconhecidas e que protegem hoje mais de 3,4 mil hectares dos diversos biomas do estado. A associação paulista sabe, por exemplo, que o estímulo à criação de reservas deve ser acompanhado do apoio à gestão, aporte de recursos para a sustentabilidade e proteção e incentivo à criação de leis que atendam às necessidades e aspirações destas Unidades de Conservação privadas.

rio de janeiro

Pelo privilégio da localização entre Minas Gerais e o litoral protegido da Baía de Guanabara, a cidade do Rio de Janeiro tem sua história centrada na exportação de matérias-primas e na transformação em sede do governo a partir de 1750 até meados do século XX. A importância do estado ocorreu menos em relação à construção de atividades econômicas que sustentassem seu crescimento do que à presença e papel político da classe dominante local.

A prática de derrubada e queimada de floresta primária para introdução de monoculturas esteve associada à propriedade da terra como forma de privilégio e distinção social, em vez de investimentos em sistemas agrícolas intensivos. E embora a área montanhosa acima da cidade do Rio de Janeiro tenha escapado ao plantio da cana, mostrou-se atraente para a introdução do café cultivado de maneira extensiva. No modelo de plantio do café sobre terras cobertas por florestas virgens, a Mata Atlântica vivenciou ameaça mais intensa que os eventos dos trezentos anos anteriores, da cana-de-açúcar à extração de minérios. Em direção às terras altas e ao Vale do Paraíba, a cultura cafeeira foi responsável pela devastação florestal de todo o sudoeste do Rio de Janeiro.

Ainda assim, a perda de mais de 80% das florestas nativas do estado e seu atual processo de fragmentação não pode ser atribuída somente a um único fator, já que por séculos os recursos florestais sofreram exploração predatória. Grandes áreas cobertas hoje por matas foram pastos ou cultivos abandonados

há 150 ou 200 anos, e um indício da ausência de florestas originais no Rio é a dificuldade de se localizar espécies de pau-brasil. Embarcações e obras civis, extração de lenha para uso doméstico e comercial (por exemplo, para ferver o óleo de baleias), utilização para fins energéticos, além da criação de gado extensiva, estiveram entre as causas do consumo de recursos naturais e remoção das matas fluminenses.

A partir da década de 1960, o processo de industrialização reforçou o êxodo rural e a concentração urbana, transformando a capital carioca em metrópole. A distribuição espacial das florestas adquiriu o padrão dos dias de hoje, com os remanescentes localizados nas terras mais íngremes ou sob proteção do estado nos limites das Unidades de Conservação. Pelo Inventário Florestal Nacional realizado na década de 1980, a maioria dos remanescentes se concentra em quatro maciços contínuos: Itatiaia, Bocaina, Serra dos Órgãos e Santa Maria Madalena, estando o restante disperso em pequenas manchas isoladas.

minas gerais

Mineração, agropecuária e expansão urbana compõem a histórica combinação de causas responsáveis pelo desmatamento dos ecossistemas mais representativos do estado de Minas Gerais – Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. É o uso da floresta para geração de energia, porém, a atividade que mais impactos representa para o meio ambiente mineiro, superando o uso de petróleo e derivados no estado. Até 1990, lenha e derivados eram a principal fonte energética do parque industrial mineiro, com as hidrelétricas passando a ocupar a primeira posição somente em 1992.

A expressiva atuação econômica do estado esteve baseada na exploração dos recursos florestais nativos. Primeiro pelo aproveitamento dos resíduos madeireiros originados da expansão da fronteira agrícola, com a introdução da cultura do café provocando o primeiro grande impacto sobre os ecossistemas, e posteriormente pela indução do extrativismo florestal associado à implantação da indústria siderúrgica.

Indústria de base do estado, a mineração ainda depende fortemente da biomassa florestal, pois suas atividades siderúrgicas, cimenteiras, de calcinação e cerâmica colocam-se como as mais tradicionais consumidoras de lenha e carvão. A perda de habitats é consequência também da mineração de ouro, bauxita e minério de ferro, além do uso de agrotóxicos e do crescimento da pecuária extensiva (Minas Gerais possui o maior rebanho bovino do país).

Neste caso, são comprometidos, principalmente, nascentes, leitos de rios e matas que sofrem queimadas para as pastagens.

Desde o povoamento com as entradas e bandeiras a partir do século XVI, a expansão econômica voltou-se cada vez mais para o interior das florestas intocadas. Do desmatamento de encostas às voçorocas produzidas pela mineração, das queimadas para criação de gado à cultura cafeeira, a Mata Atlântica perdeu 96% de sua cobertura original em Minas Gerais.

Instrumentos para a conservação lançados nos últimos anos tornam o estado pioneiro na descentralização das políticas ambientais, com enfoque para o papel municipal na gestão dos recursos naturais. Em 1991, foi criada a Lei Florestal própria (Lei 10.561/91) que transfere várias atribuições da União para a responsabilidade do Estado, além da adoção do ICMS Eco-



lógico, compensação financeira para os municípios que abrigam Unidades de Conservação ou mananciais de abastecimento público. E uma legislação estadual específica para as RPPNs faz do estado o primeiro colocado do país em quantidade de reservas particulares já criadas.

são paulo

Em São Paulo, dois grandes tipos de floresta compõem a história da Mata Atlântica local: o primeiro, a floresta ombrófila, de clima úmido, densa, com vegetação de encosta, árvores com mais de 30 metros de altura que abrigam sob as copas samambaias e palmeiras; o outro, a floresta estacional semidecidual, com a presença de árvores que perdem suas folhas durante o inverno, com mata rica em cipós, bromélias e até exemplares do cerrado.

As diferenças, porém, não param na biologia. A duas formações correspondem a processos de ocupação específicos e a contextos econômicos exclusivos, cujas ações humanas determinaram a destruição ou a conservação dos remanescentes.

A Mata Atlântica sobreviveu principalmente na região da Serra do Mar, pois o relevo acidentado impediu a exploração econômica e a ocupação da floresta da encosta, onde encontram-se as maiores áreas protegidas por lei. A floresta ombrófila densa está preservada no Parque Estadual da Serra do Mar, com 315 mil hectares, no Parque Estadual Intervales e Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira ou em áreas como a Estação Ecológica Juréia-Itatins. Nesses lugares, a interferência humana não chegou a desequilibrar completamente o funcionamento dos ecossistemas.

Por sua vez, a floresta estacional semidecidual caracteriza-se hoje como uma das formações mais degradadas do estado, principalmente pela localização em áreas de intensas transformações econômicas. A chamada mata de interior encontra-se protegida pelo Parque Estadual do Morro do Diabo, com 36 mil hectares no Pontal do Paranapanema, e em pequenos remanescentes florestais em áreas urbanas ou dentro de fazendas.

No estado, que originalmente possuía 82% de seu território coberto por florestas, só restaram cerca de 8% de fragmentos de Mata Atlântica em estágio médio ou avançado de recuperação ou na forma de florestas primárias. A devastação foi causada por fatores históricos ligados à exploração madeireira, ao crescimento urbano desordenado, aos avanços agrícolas e à industrialização.

Com a economia mais desenvolvida do país, São Paulo adquiriu papel dominante no cenário nacional pela introdução da cultura cafeeira, em fins do século XVIII, que se deslocou do Rio de Janeiro para o Vale do Paraíba e posteriormente para o oeste paulista. A produção paulista que correspondia a 16% do total nacional por volta de 1870, já em fins do mesmo século atingia a cifra de 40%. A economia assalariada, o fluxo de renda, a imigração européia e a nova base industrial permitiram a consolidação de um mercado interno que fez ampliar a concentração populacional e a urbanização da metrópole.

A capital paulista, hoje megalópole com mais de 22 milhões de habitantes, é uma das maiores do mundo, e o interior do estado acompanha esse desenvolvimento por meio de atividades econômicas que não consideram a conservação, e o resultado é o quase extermínio da vegetação original.



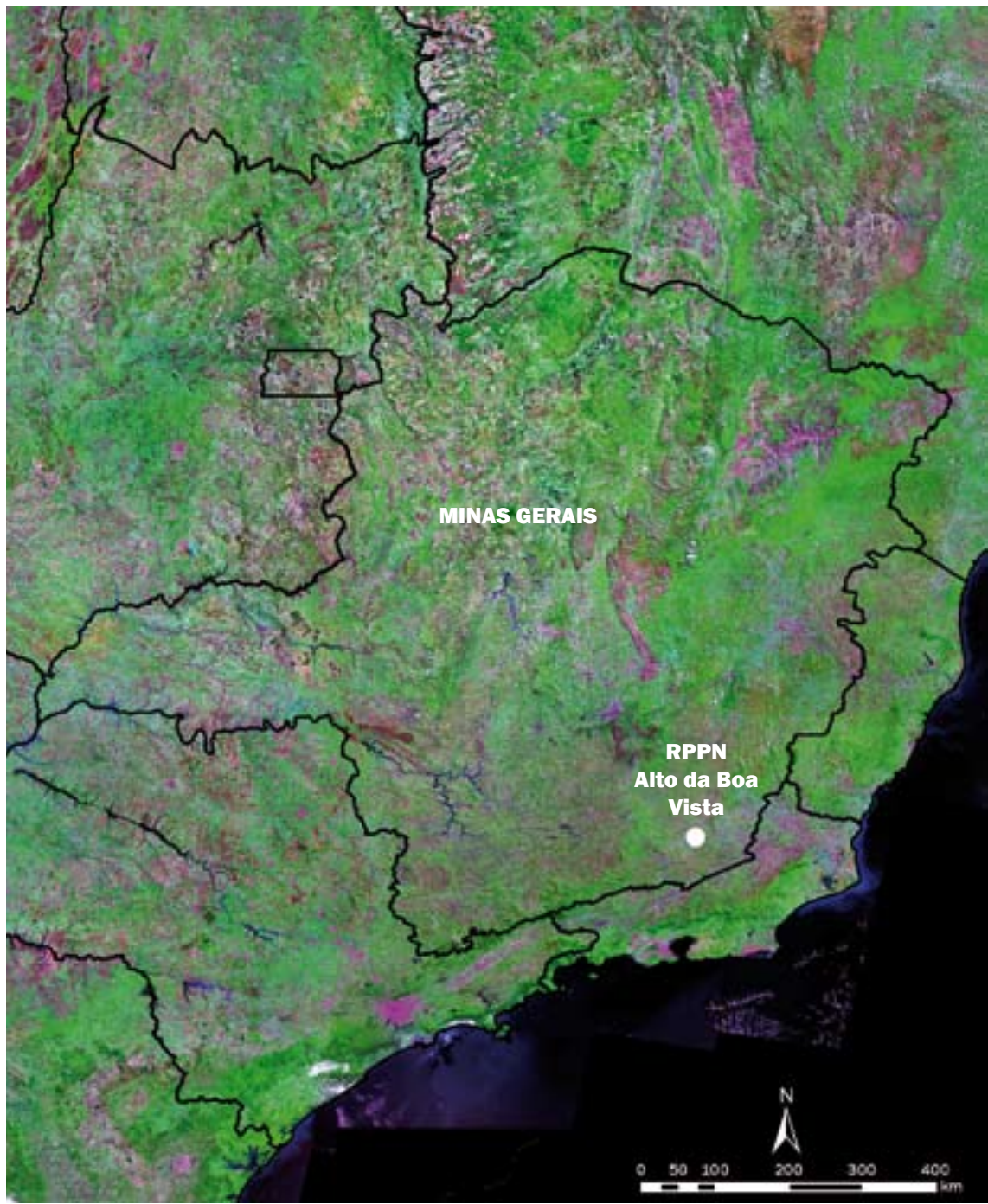
alto da boa vista

“Até já consultei advogado pra saber se há uma forma de não mexerem nisso quando eu me for. Minha idéia é deixar uma estrutura tão bem montada que quando minhas filhas herdarem a reserva, ela continue funcionando e gerando renda, mesmo que não queiram tocar.”

152

Helvécio Rodrigues Pereira Filho, proprietário da RPPN Alto da Boa Vista, município de Descoberto (MG)





relógio natural

Dezessete anos se passaram sem que árvores nativas fossem cortadas na propriedade da RPPN Alto da Boa Vista. A atuação de Helvécio Rodrigues Pereira Filho, dono dos 138 hectares encravados na encosta sul da Serra do Relógio, município de Descoberto (MG), fez com que a mata se regenerasse em mais de 85% da propriedade. Dessa floresta, 20% é primária, sem alterações notáveis, e o restante encontra-se em estágio avançado de recuperação, de tal forma que árvores de grande porte como araucárias, jequitibás, cedros e canjeranas pontuam toda a paisagem, além da rica vegetação de campo rupestre, com quantidade inusitada de bromélias, localizadas no topo da RPPN, a 1,4 mil metros de altitude. Os seis cursos d'água (três nascentes dentro da reserva) são berço para caranguejos, cágados e moluscos, principalmente na várzea situada a cerca de mil metros de altitude, que os moradores veneram como um local sagrado. Conseqüentemente, a riqueza da fauna local também aumentou, com aves como o corujão, o araraçari e até o gavião-real, encontrado também na RPPN vizinha, e mamíferos como quatis, tamanduás, jaguatiricas e lobos-guará.

“Menos de 30% estava preservado quando chegamos. Desde então, várias espécies retornaram e passaram a usar isso aqui como a casa delas, vêm até comer fruta no quintal. Há bichos que chegam a entrar dentro de casa, ouriço, gambá, cuíca, cobra... chega a assustar. Temos um cachorro pra controlar isso, senão fica perigoso, já vi jaguatirica em volta de casa”, vai revelando Helvécio. Seu privilégio maior, porém, é ser a RPPN a porta de entrada para a beleza cênica do Pico da Serra do Relógio e do Paredão das Bromélias, além de abrigar mirantes, trilhas e cachoeiras apreciadas por todo tipo de turista.

Hoje, Helvécio pode comemorar a conquista do apoio dos vizinhos da serra para a formação de uma espécie de corredor natural ligando as matas ao cume da Serra do Relógio, principalmente pelo esforço de conscientização constante junto a essas comunidades. “Ajudo as pessoas, elas me ajudam. Já existem mais três RPPNs, para quem projetei os croquis quando o Ibama ainda não exigia o georreferenciamento”, conta.

Como técnico agrônomo, o proprietário partiu para a agropecuária logo que desembarcou na terra, mas o clima e a declividade do terreno o



Menos de 30% estava preservado quando chegamos. Desde então, várias espécies retornaram e passaram a usar isso aqui como a casa delas, vêm até comer fruta no quintal.

Ajudo as pessoas, elas me ajudam. Já existem mais três RPPNs, para quem projetei os croquis quando o Ibama ainda não exigia o georreferenciamento.



“

Tentei continuar com a agropecuária pesada mas não deu certo, aprendi então a me guiar pela preservação. É uma satisfação ver a natureza se regenerar. E no aspecto humano, cresceu o reconhecimento do meu trabalho por parte das comunidades.

A mata para mim é paixão, fico emocionado de andar na floresta, ver os bichos, é assim desde pequenininho.

”

156

obrigaram a uma mudança de atividade. Helvécio trocou “gado por abelha” – pela apicultura, que permite comercializar o mel – e adotou práticas orgânicas, com o cultivo de morangos, pimenta, feijão e mandioca, e a silvicultura, com o plantio de eucalipto para lenha e cercas. “Tentei continuar com a agropecuária pesada mas não deu certo, aprendi então a me guiar pela preservação. É uma satisfação ver a natureza se regenerar. E no aspecto humano, cresceu o reconhecimento do meu trabalho por parte das comunidades”.

Pela iniciativa, o líder atraiu os vizinhos para a parceria na agricultura orgânica – cede a terra ao plantio e recebe 20% da produção para consumo próprio – e conseguiu amenizar ações depredativas contra a floresta. Invasão pelo gado, corte de palmito, orquídeas e bromélias, captura de pássaros, assim como incêndios causados pela queimada descontrolada de palhadas são as ameaças mais frequentes à reserva. Problemas que só se reduziram por meio de denúncias do proprietário às autoridades competentes. “Antigamente não tinha medo, mas comecei a receber telefonemas e ameaças a minha família. Hoje não me envolvo diretamente em denúncia, encaminho o problema e só tomo iniciativa junto com os vizinhos”, desabafa.

Sua mudança para a Serra do Relógio coincidiu com o fim dos subsídios de crédito rural e o risco de desemprego nas empresas onde sempre trabalhou. “Comecei a procurar algo na serra, sempre gostei de montanha, e quando cheguei aqui vi o potencial para o ecoturismo”, memoriza. “A mata para mim é paixão, fico emocionado de andar na floresta, ver os bichos, é assim desde pequenininho.”

Mas o sonhado apoio à concretização do projeto de preservação foi frustrado nas diferentes tentativas feitas junto ao Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar). “Se apegam no quesito ‘área’, mesmo no programa destinado ao turismo rural. Os recursos beneficiam até 96 hectares para a agricultura familiar, mas não entendem que só vou usar 20 hectares para a exploração do solo. Falta bom senso nesse caso.” Com ajuda da mulher, zootecnista e mãe de suas duas filhas pequenas, o proprietário vem dando forma à pousada de sete quartos com o apoio do Programa de Incentivo da Aliança, cujos recursos voltaram-se ao ecoturismo como estratégia de sustentabilidade da RPPN. “Deu um arranque no projeto,

agora já posso receber as pessoas com conforto e qualidade todo fim de semana”.

a perder de vista

Um particular encanto marca a vista do alto do Pico da Serra do Relógio, a 1,4 mil metros de altitude, situando-o entre os principais atrativos dos fôlderes de operadoras de turismo da região. “Como é a serra mais elevada num raio de 70 quilômetros, possui uma vista privilegiada: de um lado se vê a Serra do Brigadeiro, à oeste a Serra de Ibitipoca, ao sul a imponente Serra do Mar e, outro dia, depois de tantos anos, consegui enxergar a Serra do Caparaó, a 150 quilômetros, pois o céu estava límpido. Nem dormi aquela noite, é uma beleza diferenciada”, exalta Helvécio, guia das caminhadas que conduzem os visitantes em fila indiana por 2 quilômetros até o topo. O passeio de média dificuldade é longo, mas é a hora em que ele aproveita para fazer do ecoturismo um aliado do processo educativo, de interação das pessoas com o meio ambiente.

Nesse percurso, diferentes cursos d’água (e até duas cachoeiras de cerca de 5 metros) são apresentados como elementos naturais que garantem a qualidade de vida das comunidades do entorno. O turismo ecológico revela-se então como um meio para ampliação da consciência e adoção de condutas adequadas, não apenas em ambientes naturais, mas também nos centros urbanos. “É um movimento em que conseguimos transformar os visitantes em parceiros. Durante as caminhadas identificamos problemas, impactos do extrativismo, sinais da presença humana. Já aconteceu de encaminhar soluções contra ações criminosas por informação de gente que veio caminhar aqui e me contou o que viu”, revela o guia, lembrando também já ter visto visitantes querendo levar plantas escondidas. Daí a necessidade de transmitir as informações com sabedoria.

“

É um movimento em que conseguimos transformar os visitantes em parceiros. Durante as caminhadas identificamos problemas, impactos do extrativismo, sinais da presença humana.

Diferentemente de outras reservas particulares, a RPPN Alto da Boa Vista passou de 70% da área da propriedade a 85%, em duas portarias, de 1995 e 1999.

”





Segundo Helvécio, a ação prioritária da RPPN Alto da Boa Vista é a proteção das espécies da fauna e flora nativas, bem como a recomposição dos remanescentes florestais alterados. E a destinação da área para atividades sustentáveis faz com que a qualidade ambiental da reserva agregue valor à propriedade. O potencial logo foi detectado pelo proprietário, que concentrou-se na construção da pousada e de um centro de visitantes, capazes de atender à crescente demanda por visitação. O centro, com biblioteca, sala para apresentações culturais e audiovisual, tornou-se um elo entre os visitantes, turistas e estudantes, que assim obtêm informações a respeito da reserva. Já a pousada, a 1 mil metros acima do centro, permite a geração de recursos para a manutenção de trilhas, mirantes, alimentação e visitas guiadas.

“Outro dia questionaram se era pousada ou alojamento, aí alguém falou: ‘chama de Abrigo da Montanha’, adorei, já botei até no fôlder. É essa a idéia, ser um abrigo confortável para públicos diferentes: alpinistas, praticantes de trekking, montanhismo, escoteiros, até grupos

de cavalgada já vieram. São 30 a 40 visitantes por mês, o que me preocupa, pois preciso alterar outras estruturas como a cozinha e ter alguém para me ajudar”, reflete Helvécio. A princípio, a programação foi formatada para públicos com dois perfis. O primeiro, de estudantes do ensino fundamental – cuja visita é estimulada por uma parceria com a Secretaria de Educação de Descoberto e outros municípios vizinhos –, que assistem à apresentação no auditório do centro, percorrem uma trilha de baixo nível de dificuldade e recebem informações sobre hidrologia, geografia, biodiversidade, história de exploração e restauração dos recursos naturais locais. Essas visitas são sempre sem custos. Já o segundo grupo, de turistas, conta com hospedagem, alimentação, guia e excursões aos atrativos de médio grau de dificuldade – e esses pagam pelos serviços da RPPN.

Diferentemente de outras reservas particulares, a RPPN Alto da Boa Vista passou de 70% da área da propriedade a 85%, em duas portarias, de 1995 e 1999. “Resolvi expandir quando vi a queda natural da terra para a regeneração. A primeira etapa demorou a sair, mas não reclamo, a legislação não era tão rígida, e o técnico aceitou o croqui feito por mim. Talvez porque a RPPN possui papel estratégico, pois contém as cabeceiras dos rios mais importantes da região”, constata Helvécio.

Graças a essa consciência, ele sabe também que até 2000 o município de Descoberto recebeu o ICMS Ecológico com o auxílio exclusivo da RPPN Alto da Boa Vista. “Agora criaram outras, parece que virão 700 reais por mês, mas quase metade ainda é devido a nossa área. Entre 1996 e 2006, soube que o ICMS rendeu mais de 30 mil reais, e nunca tivemos uma fiscalização do estado para checar onde o recurso é aplicado e como beneficia a conservação”.

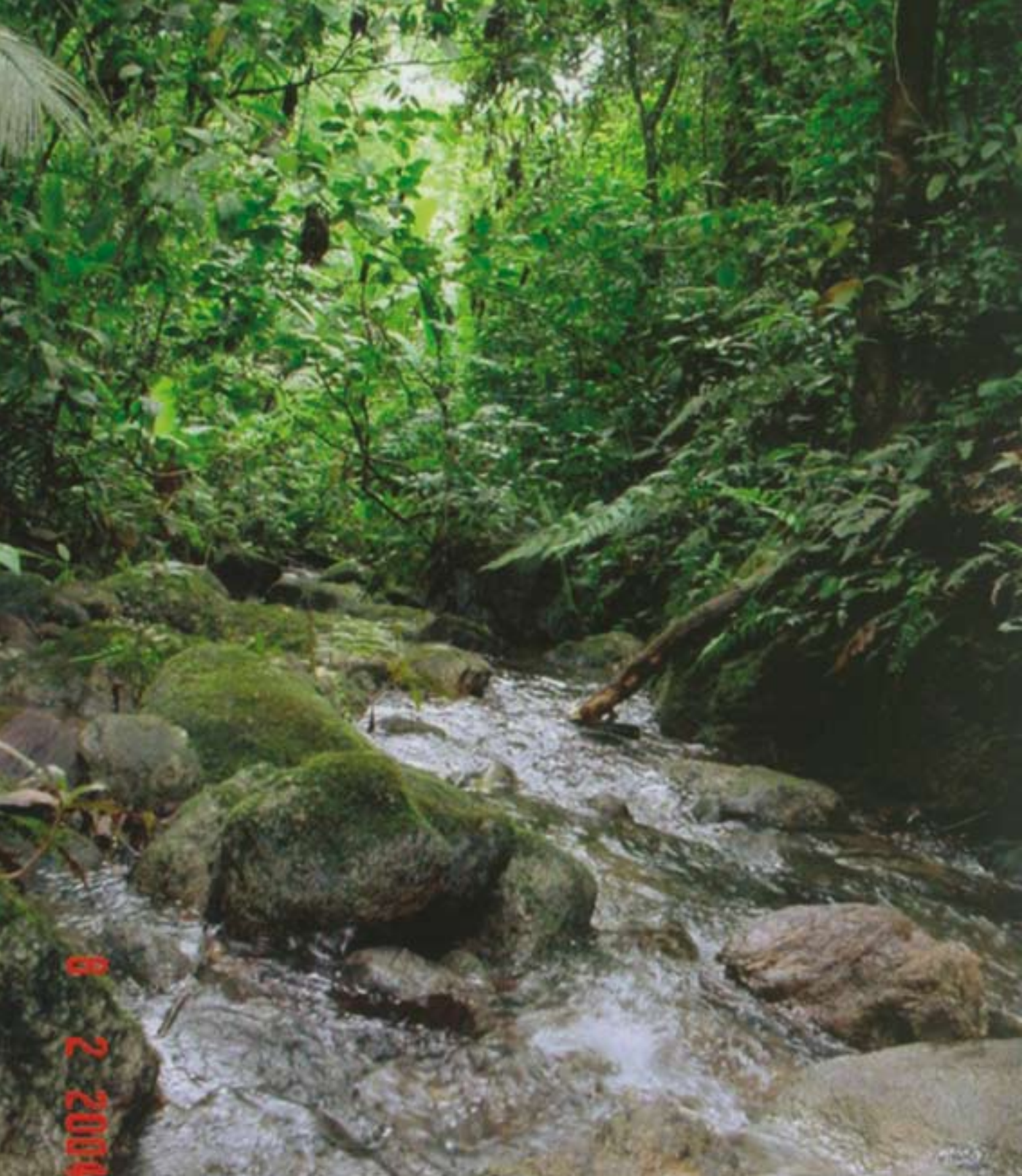




bom retiro

“Tudo começou enquanto me questionava sobre as espécies ainda desconhecidas da Mata Atlântica. Pensava: ‘Se a literatura fala, então deve ter. Aqui na fazenda também devem ter muitos animais e plantas não estudados...’. Aí decidi dar minha contribuição e criar a reserva.”

Luiz Nelson Faria Cardoso, proprietário da RPPN Bom Retiro,
município de Casimiro de Abreu (RJ)



8 2 2004



templo de descobertas

Foi na adolescência, quando pegava carona para desfrutar os finais de semana de isolamento na antiga fazenda da família, que se iniciou a ligação do proprietário Luiz Nelson Faria Cardoso com a natureza da fazenda Bom Retiro. Diferentes usos econômicos foram impressos à área desde a compra da propriedade, em 1951, pelo avô de Luiz Nelson. Mas só em 1983, quando o atual proprietário abandonou o curso de agronomia na faculdade e decidiu se mudar para o campo com a ex-mulher e as duas filhas, a trajetória de preservação da fazenda Bom Retiro começou a ser recontada.

Antes da chegada de Luiz Nelson, a bovinocultura de leite apresentara-se como a primeira atividade para geração de rendimentos na propriedade de 555 hectares, no município de Casimiro de Abreu (RJ). “Sempre tive uma identidade muito grande com a fazenda e comecei a ver que aquilo podia ser meu lar. Mas fui observando que a área tinha o perfil da proteção ambiental, com os muitos morros ainda cobertos por florestas, estando mais inclinada para uma Unidade de Conservação do que para a agropecuária”, conta Luiz Nelson.

Presente na história da fazenda “desde a barriga da mãe”, ele acompanhou de perto as alterações econômicas ocorridas no meio rural. “Fomos os primeiros a ter televisão, em razão de uma turbina que gerava energia para a casa, para a geladeira... O povo de Aldeia Velha vinha assistir TV aqui. Se morria alguém na novela e depois reaparecia no comercial, lembro que as pessoas perguntavam: ‘Esse cara não morreu? Como está aí então?’. Era um mundo rústico, a estrada de Rio Bonito para cá era de barro, demorava de seis a oito horas do Rio de Janeiro até a sede”, relembra o proprietário.

Tendo a água como recurso principal para movimentação de uma turbina na fazenda, estabeleceu-se ali uma serraria de produção de lâminas para carrinhos de transporte portuário. Segundo Luiz Nelson, a maioria das madeiras provinha da própria floresta, depois que seu avô abandonou a fazenda Poço das Antas, da qual também era dono e onde hoje está a reserva biológica. “Acredito que ele deva ter acabado com a madeira de lá e começou a





exploração aqui.” Ainda na década de 1970, a produção de bananas para venda direta às fábricas da região tomou fôlego, com caminhões partindo da fazenda carregados de toneladas do fruto. A pecuária leiteira também se desenvolveu em pequena escala para a produção de queijos, assim como um reduzido investimento em café, onde hoje só existe mata.

Luiz Nelson decidiu vender as máquinas da serraria após a morte do avô, em 1972, e fechar o negócio logo que este passou a dar prejuízo. Em 1988, a área do bananal e o trecho dedicado ao gado já se encontravam em processo de regeneração espontânea. Cresciam os motivos para a proteção da área, ameaçada pelos desmatamentos crescentes à beira da estrada, nas baixadas e nos morros, além da própria diminuição da oferta de água na região. “Tinham acabado de criar a Reserva Biológica de Poço das Antas, para a preservação do mico-leão-dourado, estimulando a vinda de pesquisadores de diversas origens. Comecei a participar de encontros com essas pessoas e a ler matérias científicas sobre a variedade de espécies que estavam desaparecendo sem estudo nenhum na Mata Atlântica”, destaca Luiz Nelson. Esse foi o principal motivo para a criação da reserva, embora em 1988 ele já houvesse colocado uma placa em verde e amarelo para dar conotação oficial à área, identificando a entrada da propriedade com o que inventou chamar de “reserva permanente dos recursos naturais”.

Seu pedido de criação da RPPN foi um dos primeiros do país após a publicação do decreto de 1990. “RPPN era algo novo dentro do próprio Ibama, meu processo levou anos para ser avaliado, sempre faltava alguma exigência. A última foi o pedido de uma planta da área, o que achei um absurdo, pois há muitos morros, dificuldade de acesso e eu não tinha condições financeiras para providenciar um mapa desse nível. Aí a Associação Mico-Leão-Dourado conseguiu financiamento da embaixada britânica e fizemos a planta”, expressa aliviado o proprietário.

A RPPN Bom Retiro foi oficializada em 1993, com uma área de 494 hectares, do total de 555 hectares da propriedade. Mas ele já havia enfrentado a oposição do pai quanto à perspectiva de transformar a terra numa reserva que não permite atividades econômicas. A saída foi manter uma parcela da área destinada à produção de banana-passa, produto que ele já vinha benefi-

ciando e exportando à África e aos Estados Unidos. “Só que precisava comprar a banana em São Paulo, não tinha mais espaço para a agricultura, eram 24 horas de trabalho por dia para compensar o custo e tive que fechar.”

sementes da conservação

No caso da Bom Retiro, as dificuldades iniciais para o estabelecimento da reserva não interromperam seu potencial para a geração de renda e, principalmente, para a pesquisa científica, possibilitada por uma estrutura de recepção. As sementes da conservação foram lançadas quando Luiz Nelson construiu as primeiras cabanas para hospedar pesquisadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 1996, responsáveis por levantamentos da fauna e flora da área. Desde então, o local consagrou-se como uma referência de achados científicos, contando com a identificação de duas novas espécies de bromélias, um caramujo considerado extinto, 121 espécies de aves endêmicas da Mata Atlântica, entre outras descobertas realizadas pela UERJ, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) e Sociedade Brasileira de Bromélias.

Muitos micos-leões-dourados selvagens já freqüentam a floresta, além dos animais de cativeiro, que foram soltos na reserva pela AMLD, em 1994, a 200 metros de altitude, num ambiente propício à adaptação. Segundo o proprietário, quinze dias depois da soltura eles tinham abandonado as casinhas de madeira, indo viver na floresta, e, no ano seguinte, tiveram seus primeiros filhotes.

O alojamento para pesquisadores construído na fazenda vem atendendo a estudantes, turistas que se hospedam na área, assim como jornalistas e pesquisadores internacionais, que vêm, principalmente, por causa do mico. “Mas a auto-sustentação só será alcançada se dermos uma dinâmica diferente para a recepção, com o conforto de um ar-condicionado, uma piscina etc.”, comenta o proprietário.

Ainda assim, o período atual é considerado o melhor de todos quanto às perspectivas que se abrem para o ecoturismo e a visita de grupos organi-

“

Cresciam os motivos para a proteção da área, ameaçada pelos desmatamentos crescentes à beira da estrada, nas baixadas e nos morros, além da própria diminuição da oferta de água na região.

Muitos micos-leões-dourados selvagens já freqüentam a floresta, além dos animais de cativeiro, que foram soltos na reserva pela AMLD, em 1994, a 200 metros de altitude, num ambiente propício à adaptação.

”

“

A vivência na mata é muito rica, vou parando e mostrando as plantas, falando sobre a vida dos animais, depois debatemos os problemas ambientais regionais, como a apreensão de passarinhos, a poluição de rios, o desmatamento e o fogo. Alguns comentam que têm pai caçador, outros levam a mensagem pra casa, e assim a idéia da conservação vai se multiplicando.

”

zados, como os de empresas. “Recebemos escolas, universidades, grupos e empresas que vêm aprender sobre a Mata Atlântica antes de visitar as trilhas, desfrutando de um ambiente acolhedor, natural, com duchas de água pura, rio e outras áreas de lazer”, explica Luiz Nelson, que recebe uma média de cem visitantes ao mês, atendendo também grupos da terceira idade. Uma incipiente produção de mel, hortaliças, leite e palmito vem sendo desenvolvida, e leva uma etiqueta com a marca da fazenda.

A exuberância do remanescente natural, composto em grande parte por uma floresta primitiva, encanta alunos que vêm passar o final de semana na reserva, em geral provenientes de escolas de Araruama, Cabo Frio, Macaé, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Búzios e Niterói. “O primeiro contato acontece no salão de educação ambiental, quando falo por que viramos uma Unidade de Conservação, o que é uma RPPN e a importância da Mata Atlântica. Depois, seguimos para uma caminhada de aproximadamente duas horas que termina nas duchas naturais. Bato o sino avisando do almoço e descemos novamente para o salão. A vivência na mata é muito rica, vou parando e mostrando as plantas, falando sobre a vida dos animais, depois debatemos os problemas ambientais regionais, como a apreensão de passarinhos, a poluição de rios, o desmatamento e o fogo. Alguns comentam que têm pai caçador, outros levam a mensagem pra casa, e assim a idéia da conservação vai se multiplicando.”

No templo Fluir, um espaço para práticas holísticas construído ao lado do salão de educação ambiental, ele recebe grupos de terapias alternativas e espirituais. “O lugar está ficando conhecido pelos terapeutas, há uma equipe da França que veio há um mês com cerca de vinte pessoas, então também começamos a ter esse perfil de área de retiro”, coloca.

Com verbas do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica ele vem melhorando a infra-estrutura do salão já existente para workshops, palestras e exposições, com a instalação de mesas, TV, vídeo, computador, ar-condicionado, entre outros equipamentos. “Foi a primeira vez que recebi um incentivo desse e senti que posso escrever projetos parecidos para outras entidades.”

Responsável pela criação da ONG Sociedade Ecológica de Aldeia Velha, em 1991, além de uma série de ações municipais, como a Primeira Gincana

Ecológica e Cultural de Casimiro de Abreu, ele foi recentemente convidado pela Prefeitura para executar dois projetos de sua autoria: a criação da primeira Rodoviária Ecológica do Estado do Rio de Janeiro e a Coleta Seletiva nas Escolas e no Bairro Industrial. Também exerce liderança junto ao público ao apresentar um programa de rádio semanal conhecido como “Natureza Viva” e assinar matérias no jornal da cidade sobre preservação ambiental. “Há muito tempo busco integrar o trabalho de conservação da fazenda à conscientização da coletividade”, conta.

O trabalho chega ao cuidado direto com os animais silvestres. “Agora temos um mão-pelada que o zoológico ainda não autorizou soltar; ele foi atropelado e quebrou as pernas. Estamos cuidando, dou alimento vivo para ele; já estou achando até que não querem soltar e brinco: ‘Esse bicho está ficando caro!’. Acho que vai ser presa fácil de outro animal se sair, mas só de se sentir livre é fantástico, mesmo que sirva de comida pra outro”, reflete.

As ponderações sobre o funcionamento da natureza, construídas em anos de prática e aprendizado, dão ao proprietário autoridade e carisma suficientes para despertar o público jovem para as questões ambientais. “Queria ter mais tempo para ir às escolas. Hoje você junta três ou quatro turmas numa sala de aula, começa a falar de bicho, de planta, a expor a importância das florestas... ficam todos prestando atenção em silêncio, é emocionante.”



“

Queria ter mais tempo para ir às escolas. Hoje você junta três ou quatro turmas numa sala de aula, começa a falar de bicho, de planta, a expor a importância das florestas... ficam todos prestando atenção em silêncio, é emocionante.

”



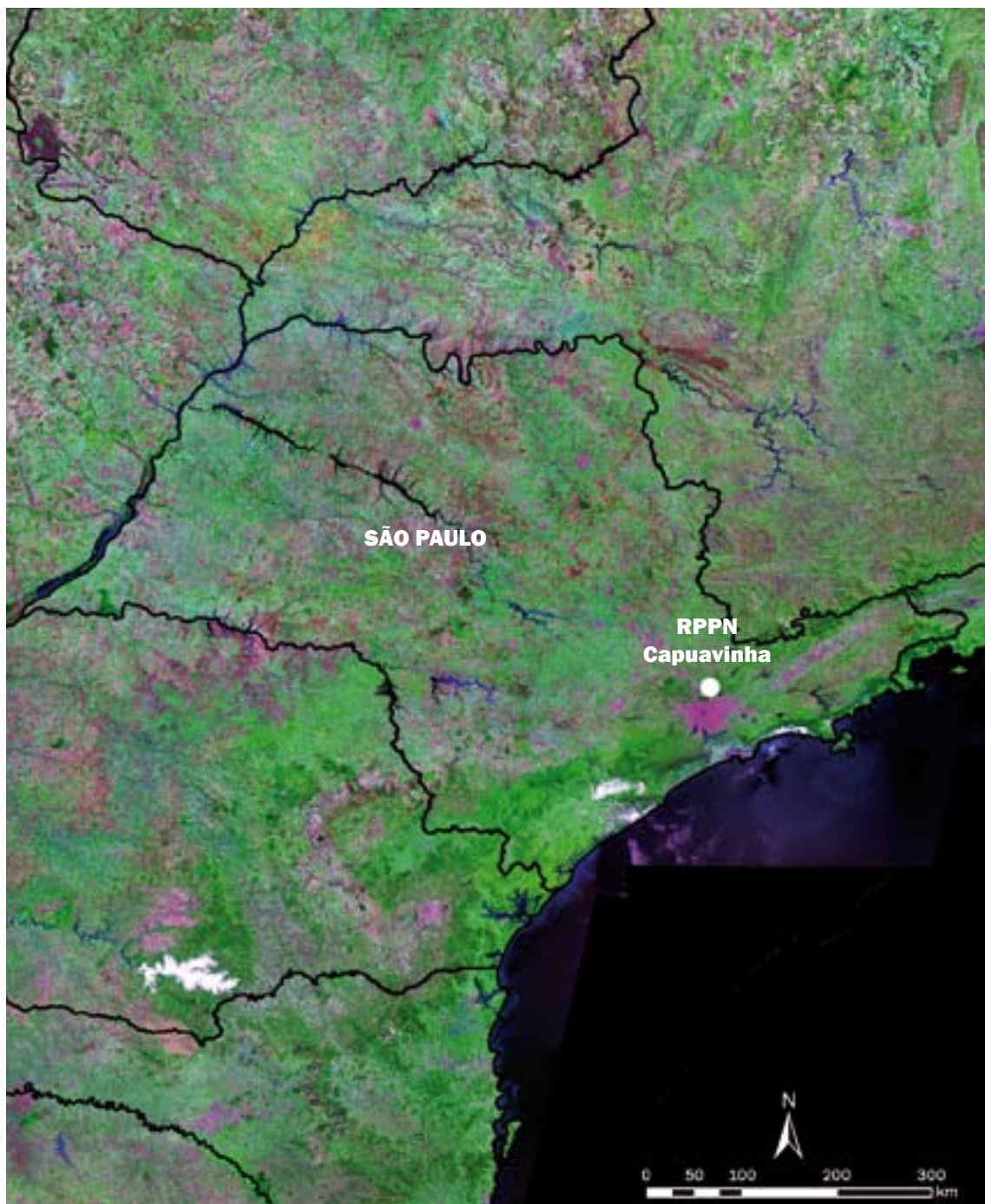
capuavinha

“Áreas desse tamanho já não existem por aqui, é simplesmente uma raridade, ainda mais uma unidade geográfica como esse vale. Por isso, era uma obrigação resguardar e só foi possível porque temos condições financeiras.”

Kirsten Balonyi, proprietária da RPPN Capuavinha,
município de Mairiporã (SP)



a
h
n
i
v
a
u
p
a
c



música na floresta

Com 100% de seu território dentro de uma Área de Proteção Ambiental, o município de Mairiporã protege o mais antigo reservatório de água da cidade de São Paulo, o Cantareira. Manchas isoladas de vegetação protegem as nascentes dos rios que formam o sistema Cantareira, embora a proximidade com a metrópole torne cada vez mais frequentes as ameaças sobre esses mananciais. Os cerca de 6,5 milhões de habitantes abastecidos pelo sistema Cantareira em São Paulo já assistiram o nível dos reservatórios chegar a 1,6% de sua capacidade, em 2003.

Os mananciais de água dependem da vegetação que protege o solo, tanto para evitar a evaporação dos recursos hídricos pelo calor quanto no controle da erosão e do assoreamento dos corpos d'água, por meio das matas ciliares. Embora inexista uma clara separação entre a mancha urbana e os remanescentes florestais, em Mairiporã, fragmentos com alguns hectares apresentam-se como os últimos refúgios da biodiversidade da Mata Atlântica e dos recursos naturais mais fundamentais para a manutenção da qualidade de vida da população paulistana.

Quando comprou o sítio Capuavinha, neste mesmo município, o húngaro Eugenio Victor Follmann ficou impressionado com a conservação da mata ciliar no fundo do vale da propriedade, mas ainda não podia prever as lutas que enfrentaria para cuidar desse pedaço de mata tão próximo ao contexto urbano. Eugenio comprou a propriedade em 1991 e logo transformou 5 hectares, do total de 20 hectares, em RPPN, visando reduzir os impactos humanos sobre a área e obter apoio oficial para sua proteção.

A sensibilidade natural do proprietário para a preservação combinou-se aos requisitos práticos de sua atividade profissional. Já na infância, acompanhava os sons produzidos pelo piano do pai e juntava madeira “embaixo da cama” para fazer instrumentos musicais. Criança, logo após a guerra na década de 1940, mudou-se com a família para a Argentina, onde cursou engenharia civil e aprofundou a compreensão de diferentes fenômenos científicos. O doutorado em acústica aconteceu na Alemanha, com mais quatro anos de estudos, quando Eugenio ingressou em sua principal área de



a

h

n

i

v

a

u

p

a

c



interesse. Ainda teria uma passagem pela Argentina, antes de chegar ao Brasil, em 1975.

Somente em 1991, já com dois filhos, conheceu a atual esposa, Kirsten Balonyi, que “não acredita em acaso e foi levada ao sítio de Eugenio em busca de um espaço para o contêiner dinamarquês (sua nacionalidade) com os equipamentos de tecelagem de seu projeto”. As visitas ao sítio se tornaram cada vez mais frequentes e o casal se uniu, tendo o ideal de preservação da natureza como um interesse comum. Já trabalhando como técnico em madeira na empresa Giannini, que fabrica violões, Eugenio teve o impulso para montar seu próprio negócio em componentes de instrumentos. Os milhares de tampos de violinos que ocupam hoje o galpão de sua propriedade são vendidos a lugares como Amazônia, Europa e até Alasca.

“O conhecimento da madeira e de acústica são fundamentais para a qualidade do som do violino, um dos mais nobres instrumentos para a comunicação dos sentimentos humanos. Diferente de outros instrumentos, o violino depende do jeito com que se passa o arco e da forma dada à madeira”, ensina o engenheiro.

Já Kirsten atuara como professora de educação artística da escola Rudolf Steiner por mais de vinte anos, numa área paulistana tão isolada e preservada que, sem prédios encobrindo a paisagem, possibilitava enxergar o relógio do Conjunto Nacional na avenida Paulista. A convivência com esse panorama da Chácara Flora, onde os filhos do primeiro casamento cresceram, “fazendo casas nas árvores”, faz ampliar a consciência para os impactos da urbanização na zona sul de São Paulo, hoje tomada por edifícios e pelo novo trecho do Rodoanel, que atrai agentes de ocupação.

A procura de Eugenio pelo sítio em Mairiporã foi motivada pela busca de espaço para armazenar os componentes dos violinos. “Não imaginava comprar 20 hectares de terreno, ainda mais com uma mata ciliar virgem. Mas os

donos estavam brigando e queriam vender por um preço muito baixo. Também não podia acreditar que teria uma mata nativa, uma fonte de água, a vista impressionante do alto da montanha... foi um presente de Deus! Paguei a primeira parcela e comprei sem saber de onde tiraria o resto”, conta Eugenio.

No passado, grande parte dos morros foi ocupada pelo pasto e pela plantação de quiri nas encostas, restringindo a criação da RPPN a 5 hectares, embora com previsão de ser ampliada por meio do reflorestamento com plantas nativas e anexação da reserva legal.

Foi o contato assíduo com o Ibama, em decorrência da atividade comercial com a madeira, que o ajudou a converter a terra em reserva, um ano após a publicação do decreto das RPPNs. “Nem sabíamos o que era direito, mas sentíamos uma responsabilidade e um desejo muito forte de participar do movimento de proteção da natureza”, enfatiza. A motivação pode ser explicada também pela presença de duas nascentes que levam a um lago natural e de curiosos elementos da fauna vizinha à metrópole, como um raro crustáceo de água doce identificado ali por pesquisadores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), até um grupo de macacos que usa a floresta como trampolim, já que a mata forma um contínuo com os 9,1 hectares preservados do vizinho Educandário Paulo da Cruz. “O grande atrativo daqui é o mato e os 360° de visão que se tem do alto do morro”, destaca Eugenio, depois de exibir com orgulho uma maquete tridimensional do terreno, elaborada com base num levantamento aerofotogramétrico da Prefeitura.

inimigo número 1

Embora o proprietário sonhe com a montagem de uma estrutura de práticas educativas aliadas à formação de jovens *luthiers* – pessoas que fa-



“

Nem sabíamos o que era direito, mas sentíamos uma responsabilidade e um desejo muito forte de participar do movimento de proteção da natureza.

Há dez anos, eu e a Kirsten corremos morro acima com os abafadores, às vezes à noite, apagando os incêndios criminosos na área. É isso que impede a vegetação de se recuperar, destruindo as plantas que tinham crescido no ano anterior, matando os microorganismos do solo e causando erosão.

”

174

bricam instrumentos musicais – ao lado da reserva, é a proteção física que mais demanda atenção. Com verbas da Aliança, ele conseguiu instalar placas de identificação e fazer o cercamento das divisas da terra, realizar a manutenção dos aceiros e começar a pensar na conscientização dos moradores vizinhos. Além da invasão de pessoas que retiram madeira para ferramentas, cabo de enxada etc., ele tem sofrido com os incêndios criminosos que queimam a mata em regeneração.

A primeira medida foi abrir e limpar os caminhos contra os incêndios, com aceiros que permitem estancar o fogo quando está incontrolável. Nesse sentido também foi possível planejar uma pequena obra de drenagem do lago para combate ao fogo. O esforço de proteção não é exagerado, pois o casal costuma apagar sozinho uma média de vinte incêndios por ano. “Há dez anos, eu e a Kirsten corremos morro acima com os abafadores, às vezes à noite, apagando os incêndios criminosos na área. É isso que impede a vegetação de se recuperar, destruindo as plantas que tinham crescido no ano anterior, matando os microorganismos do solo e causando erosão. É a minha grande luta, por isso fiz os aceiros, para que os incêndios possam ser combatidos de forma mais eficaz”, reforça o proprietário.

Segundo Kirsten, a quantidade de água diminuiu nos últimos anos devido às frequentes queimadas. “Para mim, é uma prova concreta de como se forma a água, ou seja, ela não nasce somente onde está a fonte, mas se forma em todo o entorno, numa área muito maior do que imaginamos. Quando desmatam ou queimam em outras áreas também afeta aqui”, avalia Kirsten.

O crescimento populacional do entorno é facilmente observável pelo horizonte de área construída. A ilha de reserva em área urbana sofre, assim, com constantes invasões de terceiros. O proprietário conta que já pegou em flagrante um grupo com motosserra na entrada da propriedade e soube que já havia marcado lotes dentro da área e começado a vender para a vizinhança. Depois, lutou contra a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que utilizou o terreno sem licença para abrir um caminho até os carros-tanque. “Arranquei os canos na presença deles e destruí o caminho.”

Em vez de contar com o apoio municipal, que deveria fortalecer o trabalho do casal, Eugenio e Kirsten foram obrigados a vivenciar um episódio de injustiça sem precedentes por parte do poder público local. “Estava acertando a erosão dos aceiros contra os incêndios, com autorização do DEPRN [Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais], quando soube de uma denúncia anônima na Prefeitura, me acusando de abrir caminhos para um loteamento na área. Mandeí uma carta para o chefe dos fiscais apresentando meus argumentos e fui processado por uma ação de desacato a autoridade! O pior é que, mesmo tendo feito tudo dentro da lei, tive que me retratar publicamente”, revela com indignação.





cemag

“A gente sempre fala que esse lugar não tem dono. Todos nós somos donos! Preservar a natureza é interesse da igreja.”

Reverendo Times, responsável pelo Centro Ecológico Metodista Ana Gonzaga (CEMAG), Rio de Janeiro (RJ)



30

a

m

e

c



refúgio urbano

Com origem na Inglaterra do século XVIII, a igreja Metodista busca essencialmente responder à problemática da desigualdade social, associando a experiência religiosa ao trabalho por melhores condições de vida. O papel de transformação das relações coletivas sustentou-se pela presença de centros metodistas que, desde o início, abrigaram escolas, orfanatos, ambulatórios, centros de artesanato, entre outras atividades de atendimento à população de baixa renda.

No Brasil, a igreja Metodista estabeleceu-se efetivamente em 1875 com o reverendo John James Ransom, principal responsável por organizar a estrutura do centro religioso no Rio de Janeiro e por disseminar as idéias metodistas. Por volta de 1930, criaram-se as bases para o trabalho social dos dias atuais: o orfanato Casa Lar; a Creche Comunitária; a Casa da Acolhida, para crianças com risco social; o Lar da Ana, para mulheres; as ações de distribuição de cestas básicas; o Ecoponto para coleta seletiva de lixo.

Uma fazenda de aproximadamente 350 hectares, cujo trajeto leva uma hora da capital carioca, foi comprada pela missionária Ana Gonzaga para doação à igreja Metodista e para construção de um asilo, um orfanato e uma creche na área. Aos poucos, porém, Ana foi obrigada a dividir a fazenda em sítios para os arrendatários, devido às invasões na propriedade de grande extensão pelos habitantes do entorno. Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, grandes partes da terra foram transformadas em cultivos agrícolas e, num típico cenário de degradação ambiental, em áreas extensivas de pastagens.

Resgatar o potencial da fazenda para o trabalho com populações de baixa renda do oeste do Rio de Janeiro tornou-se então a missão primeira do Centro Ecológico Metodista Ana Gonzaga (CEMAG), fundado em 1990 na área. Ali, são desenvolvidos projetos de saúde ambiental e holística, trabalhos de ecologia e medicina fitoterápica, entre outros, que pretendem fortalecer o papel da questão ambiental na formação de cidadãos conscientes numa área de baixa renda da periferia carioca. Missão nobre, pois, embora grande parte da fazenda tenha se mantido ligada à produção rural até a década de 1950, o





crescimento da capital chegou à região e, com ele, os problemas de poluição, acúmulo de lixo, falta de saneamento e ocupação por favelas.

Encontrar caminhos que ofereçam um refúgio para a população urbana, pelo contato com a natureza, transformou-se no compromisso permanente do Centro Ecológico, como saída para as condições de vida e como meio de conter a pressão sobre os últimos fragmentos naturais do oeste carioca. Ainda na década de 1990, essa meta ganhou impulso com a iniciativa do reverendo Times, responsável pelo Instituto Metodista Ana Gonzaga (IMAG), de transformar 74 hectares da área numa Reserva Particular do Patrimônio Natural, a RPPN CEMAG. O objetivo principal permanece a busca por fortalecer a qualidade de vida das comunidades, mas à RPPN passam a se associar ações de recuperação, pesquisa e educação ambiental para o público da entidade.

A indenização dos antigos arrendatários foi providenciada pela própria igreja e o esforço de reflorestamento das áreas degradadas desenvolveu-se em sistema de mutirão com as comunidades locais. “Trabalhar com as pessoas foi sempre o maior objetivo da CEMAG, até porque há grande experiência no contato com comunidades carentes, da Rocinha a Campo Grande. Mas se a área não se transformasse em RPPN, nosso objetivo podia se perder com o tempo, sem a garantia de continuidade da história iniciada por Ana Gonzaga”, diz Joseane, atual coordenadora do centro.

Desde a década de 1980, o reverendo Times direcionou os projetos locais ao desejo de transformar a área num espaço para retiro espiritual e hospedagem, ampliando a visibilidade do centro como irradiador de conscientização ambiental para o entorno. “Havíamos herdado essa área da Ana Gonzaga e, com ela, herdamos também as pessoas que moravam aqui dentro! Eram cerca de setenta sitiantes; conseguimos indenizar aqueles que moravam nos trechos onde a mata estava mais preservada, contendo árvores nobres como o cedro e a peroba, pois fazia uns quarenta anos que não mexiam na mata e hoje ela é parte da RPPN”, explica Times.

Com bom conhecimento dos vizinhos da estrada do Cantagalo, de acesso à propriedade, o reverendo convive com uma dura realidade nas relações sociais locais. Primeiro, conquistou apoio de pessoas com maior participa-

ção nas decisões comunitárias, como o presidente da Associação dos Moradores do Cantagalo, que conseguiu junto à Prefeitura o asfaltamento da antiga estrada de terra, sem condições de tráfego. “Uma vez sofremos a invasão de uma companhia que queria implantar um loteamento aqui para construção de um condomínio. Foram os vizinhos que vieram nos avisar e o projeto foi interrompido.”

bandeira branca

De outro lado, porém, os coordenadores do CEMAG convivem com situações de conflito diretamente relacionadas à ocupação inadequada e à violência urbana. “Quando começamos o reflorestamento, os funcionários subiam o morro com enxadas para limpar a terra e plantar as árvores. Aí começaram a receber tiros. Quando soube, fui imediatamente falar com o presidente da associação, que informou aos atiradores sobre o reflorestamento e os benefícios para a comunidade, conseguindo controlá-los. Sobremos depois que a polícia estava subindo o morro para inibir os traficantes e que eles pensaram que as enxadas eram espingardas. Então combinamos o seguinte: ‘Quando meus homens subirem de manhã vão levar uma bandeira branca e deixá-la lá enquanto plantam as árvores. Se virem a polícia, saem e levam a bandeira’. Plantamos as primeiras seis mil árvores nessa base”, relembra o reverendo.

O reflorestamento da propriedade contou com mais de 40 mil mudas para recuperar trechos desmatados. “A mata cresceu e já dá para sentir a diferença; durante o dia era muito quente e hoje está fresquinho. A natureza traz melhorias para as pessoas, para as caminhadas, o trabalho com as escolas”, reforça Times.

Mas a nobre missão não foi acompanhada de apoio financeiro de parceiros que apostassem na conscientização ambiental. Pela experiência nas favelas cariocas, Times notou uma lacuna entre os recursos destinados aos projetos sociais de maior apelo e os projetos de valorização ambiental. “Trabalhei treze anos na Rocinha, era pastor da igreja, e vendo a necessidade das mães de lá que não tinham onde deixar os filhos, fomos atrás de doações para construir uma creche. Era o ano mundial da criança e não foi difícil receber verbas para o primeiro prédio de quatro andares, que atendia 130



Trabalhar com as pessoas foi sempre o maior objetivo da CEMAG, até porque há grande experiência no contato com comunidades carentes, da Rocinha a Campo Grande. Mas se a área não se transformasse em RPPN, nosso objetivo podia se perder com o tempo.



60

6

6

6

6

“

Então combinamos o seguinte: ‘Quando meus homens subirem de manhã vão levar uma bandeira branca e deixá-la lá enquanto plantam as árvores. Se virem a polícia, saem e levam a bandeira’. Plantamos as primeiras seis mil árvores nessa base.

”



182

crianças. Quando viemos para o centro ecológico, apresentamos nossas dificuldades aos doadores na esperança de obter recursos, mas a verba para o meio ambiente não entra, os recursos ‘pingam’ de vez em quando”, desabafa Times.

O maior interesse do centro está voltado à educação ambiental, pelas diversas atividades desenvolvidas na área anexa à RPPN, e pelos projetos nas escolas públicas e particulares, onde os responsáveis pelo CEMAG vão convocar os jovens para visitas à mata. O local possui trilhas de nível de dificuldade leve e moderado, horta orgânica para consumo próprio e para venda à comunidade, espaço para aulas práticas, exposições e um pequeno museu ambiental, produtos de fabricação caseira (xaropes, extratos de ervas, mel e própolis, doces e compotas, mudas de plantas ornamentais), além de alojamento para grupos e um quiosque para venda dos produtos naturais.

Os recursos da Aliança surgiram então como uma oportunidade para o CEMAG criar vínculos com a comunidade científica e estabelecer o plano de manejo da RPPN. A verba tornou possível, por exemplo, a identificação das espécies florestais e da fitofisionomia original da área e sua fauna associada, além de contribuir com as estratégias de recomposição e enriquecimento florístico da área.

No passado, a mata secundária foi recuperada sem conhecimento exato das espécies nativas, e os responsáveis pelo centro sentem grande carência de informações sobre a Mata Atlântica, que lhes permitam corrigir o rumo das ações conservacionistas. “A efervescência ecológica da época não estava necessariamente ligada ao conhecimento da biodiversidade, o que nos fez cometer

erros em relação ao bioma original. Além de introduzirmos algumas espécies exóticas como a mangueira e o eucalipto, por exemplo, aceitávamos há até bem pouco tempo a soltura de animais apreendidos na repressão do comércio clandestino, sem nos darmos conta do que isso podia representar para o desequilíbrio da biodiversidade local”, explicita Times.

Agora, pretende-se usar o poder de mobilização social do CEMAG para, em conjunto com os pesquisadores, dar início a um processo em que a comunidade apreenda conceitos úteis à conservação, acompanhando cada vez mais de perto o restabelecimento dos processos biológicos originais. Isso inclui a recuperação da memória da composição nativa, educação ambiental na trilha interpretativa, com placas de identificação, e interpretação das situações da floresta.

Como um “oásis” na borda da grande metrópole, a RPPN é freqüentada por animais como lagartos, roedores, borboletas e socós, além de possuir uma vista diferenciada para toda a baía de Sepetiba. Ao se firmar como um centro de referência ambiental na região, seja nas práticas de lazer contemplativo ou nas caminhadas ecológicas de contato direto com a natureza, a RPPN passa a dar exemplos de como construir uma vida mais sustentável e preocupada com o futuro.

Os cerca de duzentos visitantes que passam pelo centro ecológico por mês provêm principalmente de instituições religiosas e escolas do Rio de Janeiro e Volta Redonda, e podem almoçar e até dormir no alojamento, com o valor simbólico do ingresso. Apesar de ser propriedade dos metodistas, não existe ali nenhuma distinção de religião e, como diz o reverendo: “O objetivo é mostrar o direito de todos a uma melhor qualidade de vida, não apenas dentro da igreja mas por um projeto em favor do planeta”.

“

Apesar de ser propriedade dos metodistas, não existe ali nenhuma distinção de religião e, como diz o reverendo: ‘O objetivo é mostrar o direito de todos a uma melhor qualidade de vida, não apenas dentro da igreja, mas por um projeto em favor do planeta’.

”



el nágual

“Nosso objetivo é o aprendizado... trazer esse desenvolvimento que vai ligar a comunidade com o uso sustentável. Não tem outra solução, senão as pessoas invadem mesmo, é preciso que aprendam o quanto têm a ganhar preservando a mata.”

Mariana Andrea Devoto Kalloch, proprietária da RPPN El Nagual, município de Magé (RJ)





arte na serra

O portão em mosaico, com a visão da Serra dos Órgãos ao fundo, dá ao visitante uma amostra dos momentos que irá desfrutar na RPPN El Nagual, em Santo Aleixo, município de Magé (RJ). Até o proprietário, o alemão Horst Erhard Bernhard Kalloch, mais conhecido como Eraldo, ainda sente o encanto do primeiro encontro com essa paisagem quando vê passar o grupo de quatro macacos sobre o portão, cercado pelo panorama das montanhas. A RPPN El Nagual tem apenas 17 hectares, mas a estadia de alguns dias na propriedade pode se revelar uma experiência de aprendizado diversificado: do passeio próximo à mata, onde árvores frutíferas atraem animais da redondeza, passando pelo banho em cachoeiras cristalinas do entorno, às oficinas de artesanato com material reciclado e técnicas artísticas. Na pousada são servidos alimentos da horta orgânica e o visitante pode levar vinagres e geléias de frutas locais, xaropes medicinais e pães feitos por Eraldo.

“Com a pousada, fica inviável fabricar tudo o que consumimos, mas a idéia é conquistar o máximo de autonomia na produção. Temos uma grande variedade de verduras na horta, algumas de sementes trazidas da Alemanha que se adaptaram ao clima da serra, parecido com o verão europeu”, revela a argentina Mariana Andrea Devoto Kalloch, companheira de Eraldo há vinte anos. Desde a chegada deles a Santo Aleixo, importantes mudanças se fizeram sentir na recuperação do ambiente natural e na atração de membros da população ao projeto de auto-sustentabilidade do casal estrangeiro. Edvandro Abreu Ribeiro é um desses parceiros, morador da região que desde os dezesseis anos ajuda Eraldo no reflorestamento com nativas e hoje, com vinte anos, assume a função de guia dos visitantes da reserva. A trilha interpretativa é logo apresentada pelo jovem antes da subida à sede da propriedade, que explica a importância da Mata Atlântica, revela segredos sobre as espécies locais e discute o papel das RPPNs na preservação.

“A população daqui não sabe nem da existência do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, ainda mais o que é uma reserva particular. Tanto para eles quanto para os turistas do Rio de Janeiro, procuro passar informações sobre





preservação, mas também sobre as plantas e animais mais frequentes – tatu, preguiça, tamanduá, cuíca”, expõe Edvandro, comprometido com o ambiente natural e preocupado com o futuro da cidade. “A situação da caça conseguimos melhorar conquistando apoio de alguns moradores, que nos ajudam na fiscalização e passam a mensagem para os outros. Nesses anos, houve mais mudanças positivas do que negativas. Quando era criança, lembro da área toda desmatada, hoje a floresta se recuperou”, descreve o guia.

Para chegar mais perto do sonho de transformar a propriedade num centro de referência em sustentabilidade, o casal, que se conheceu na França em fins de 1987, precisou arregaçar as mangas e “aprender fazendo” as estruturas do novo projeto. “Viajamos Uruguai, Argentina, a costa brasileira e um dia decidimos ter nossa terra para plantar e nos auto-sustentar, produzir nossa comida, nosso pão, nossa arte, fugir do consumismo”, relembra Mariana. Por um amigo de Teresópolis, encontraram em Santo Aleixo a esperada área “com bastante água doce e próxima a um parque” – o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Possuía mata abundante, mas algumas áreas já estavam desmatadas, maltratadas pelas capinas e sucessivos plantios de cana e aipim – locais hoje em recuperação.

“Não imaginávamos por onde começar mas a vida foi se desenhando, plantamos árvores, passamos a produzir nossa própria energia, a testar as espécies na horta. Nossa primeira casa, foi o caseiro quem me alertou: ‘Não vai botar ferro no vigamento?’, aí me ensinou a construir, a fazer a laje. Aproveitamos as pedras da horta, e a manutenção da nossa barragem nos deu a areia, fizemos tijolos com garrafas e piso de mosaico... aprendemos fazendo, nosso material de construção ganhamos abrindo os olhos!”, comemora Eraldo.

festas escolares

A 68 quilômetros do Rio de Janeiro, na base da Serra dos Órgãos, a RPPN El Nagual tem como principal item de seu projeto a construção de um Centro de Visitantes e de Referência da Mata Atlântica – 280 metros quadrados para as exposições e práticas educativas destinadas a escolas,

universidades e grupos holísticos. No papel, a RPPN só saiu de fato em 1998, mas desde 1994 o casal Kalloch promove a educação ambiental de forma inventiva: vai a festas escolares ou leva oficinas de mosaico, papel reciclado e velas para a sala de aula, convidando os alunos para visitas guiadas e palestras na reserva, quase sempre gratuitas.

“Um dia de aprendizado no ambiente natural equivale a uma semana de sala de aula. O professor pode ensinar trigonometria medindo a árvore, matemática calculando a vazão do rio ou mesmo mergulhar para saber sua profundidade; na oficina de reciclagem vemos como evitar o lixo comprando menos embalagem... e por aí vai. Se o destino do planeta vai ser decidido nos próximos trinta anos, é missão desses jovens pensar no rumo de suas profissões e no seu papel como cidadãos. O maior empecilho, porém, tem sido convencer os professores”, revela a proprietária. “Sequestrar as pessoas na rua” pode parecer dramático, mas é o termo que ela usa ao contar como, nesses anos de mobilização, chama a população para a reserva. “Levo exposição de artesanato reciclado, faço seminário, até a recuperação da antiga praça da cidade já tentamos fazer com os moradores.”

A liderança faz frente ao próprio cenário sociocultural da região, que além do desemprego sofre com o permanente impacto do turismo desorganizado e predatório. “Recentemente nosso dentista comentou sobre a importância da nossa presença para dar impulso ao ecoturismo, a verdadeira vocação do município. Se não tivéssemos comprado essa mata, é provável que parte do morro já tivesse virado favela”, acredita Eraldo.

O turismo praticado na El Nagual respeita a capacidade de carga da reserva, não passando de grupos de 35 pessoas, compostos, em geral, por famílias com crianças, casais em lua-de-mel e grupos de encontros profissionais. Segundo o proprietário, a recente realização de um casamento na pousada, com 38 adultos e 23 crianças, extrapolou a estrutura para a recepção. “No próximo mês vamos receber nosso primeiro grupo de jovens biólogos ingleses, que vêm passar cinco dias para estudos da Mata Atlântica. É o tipo de público que agrega conhecimento à reserva. Esse também foi o primeiro verão que sustentamos toda a estrutura com a verba da pousada. São só seis quartos, mas vimos que dá para nos sustentar, não pretendemos ficar ricos”, diz o proprietário, que chegou ao Brasil com uma reserva financeira e, junto com a esposa, sobrevive também da venda de artesanato.

“

Nesses anos, houve mais mudanças positivas do que negativas.

Quando era criança, lembro da área toda desmatada, hoje a floresta se recuperou.

”

fábrica de tecidos

Treinar verdadeiros multiplicadores ambientais entre os 18 mil habitantes da região de Santo Aleixo pode ser a saída contra a depredação da Mata Atlântica, inserindo a comunidade no circuito turístico local. “De nada adianta reflorestar se não conseguirmos transformar as pessoas em parceiras. O melhor exemplo é o do caçador: não reconheço a maioria dos passarinhos, mas o rapaz que caça na mata pode explicar quais são, fazer roteiros para ver bichos à noite... É uma mudança de mentalidade, de mostrar: ‘Você ganha cinquenta reais por quatro horas de caminhada e não precisa matar’, pois ele sabe dizer onde tem toca de paca, casa de gambá, sabe as espécies de cobra”, reflete Mariana.

O resultado da aposta acertada é o trabalho do guia Edvandro. Além de empregar moradores da região na manutenção da pousada, do jardim e ainda no curso de artesanato, o casal possibilitou a capacitação espontânea do jovem funcionário. “Levei três jovens para fazer o curso de monitor ambiental e, no fim, sugeri a ele ser nosso guia nos fins de semana. Hoje está cursando biologia na UERJ [Universidade Estadual do Rio de Janeiro] e sabe mais de planta e bicho que qualquer pesquisador. Edvandro é um naturalista nato, acha aranha no mato, traz para fotografar, outro dia prometeu trazer uma caranguejeira!”, alegre-se Mariana, lembrando o quanto a auto-estima do rapaz, que costumava ter problemas na escola, mudou com o novo ofício.

É ele quem colhe sementes e seleciona espécies pioneiras e clímax para o reflorestamento. “Nas áreas totalmente devastadas utilizamos pioneiras, de crescimento rápido, já na mata secundária, vamos colocando espécies de mata primária para enriquecer o bosque”, esclarece. O jovem, que começou sozinho lendo livros sobre árvores brasileiras, hoje está preocupado com a multiplicação do mico-estrela, uma “praga” local que já prejudica espécies de aves. “Ninguém tem coragem de matar porque é um animal carismático, mas prevejo o que irá acontecer quando encontrar um grupo de mico-da-serra na APA [Área de Proteção Ambiental] Petrópolis, será uma guerra sem chance para o mico-da-serra, que vive em bandos menores...”, profetiza Edvandro.

Filho de uma família humilde de Santo Aleixo, o rapaz acompanhou de perto o processo de decadência econômica da cidade, com a falência da fábrica de tecidos que sustentou a população por mais de um século. Quando fechou as portas, na década de 1980, a fábrica não deixou opção para os trabalhadores: ou saíam para outra região ou, como aconteceu na maioria dos casos, partiam para o corte da madeira, a caça e a agricultura em pequena escala.

A atual fábrica de bonecos, a lavanderia dos hotéis Othon e as pousadas locais não contribuem para manter a população de Santo Aleixo ativa. “A maioria das pessoas vai trabalhar em Niterói, virou uma cidade-dormitório. Como a fábrica dava tudo, muitos não aprenderam a alavancar sua renda, há um despreparo e um baixo nível cultural que impedem o desenvolvimento”, opina a proprietária da El Nagual. Para ela, a vocação turística da cidade estaria em seu próprio perfil ambiental e histórico-religioso, “pelas construções antigas e a única igreja de São Nicolau (Papai Noel) do país, além de mirantes lindos e uma pequena coleção de arte sacra”.

Enquanto isso, o casal Kalloch aproveita o potencial natural da reserva para atrair os visitantes. A mata de capoeirão com remanescentes de floresta primária já foi rica em bromélias e orquídeas e, segundo Mariana, tem muitas espécies de lagartos. “Brinco que é um ‘jurassic park’, mas tem também tatu, tamanduá, gavião e uma vez vi um puma, estava tomando banho na cachoeira, ele parou, me olhou e saiu tranquilo”, memoriza.

Diferente de outras RPPNs, a El Nagual conseguiu ter seu plano de manejo custeado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, em 2003, devido à iniciativa de um colega coordenador do Pólo de Ecoturismo da Região Serrana. “Nem existia roteiro de plano de manejo, o biólogo José Carlos Marques alinhou o plano de uma RPPN ao edital do MMA, como faria para um Parque Nacional. No meu ponto de vista, ajudou o próprio ministério a depois criar o roteiro metodológico de plano de manejo, pois acaba unindo as RPPNs com outras unidades de conservação”, declara Eraldo.

É com essa predisposição para parcerias – com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com O Instituto Ambiental (OIA) de Petrópolis, com o Corpo de Bombeiros de Magé ou com o Instituto de Ecoturismo do Rio de Janeiro – que eles vêm conseguindo dar forma a seu projeto de sustentabilidade. Os recursos da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica vieram como mais um apoio para incrementar o centro de referência, com equipamentos de qualidade para seminários e eventos, como computador, *data show*, tela de projeção, entre outros. “Insisto sempre na capacitação dos donos de reservas, eles precisam aprender a usar a ferramenta RPPN em favor do desenvolvimento do entorno. Não adianta construir um centro de visitantes sem esse compromisso, senão vira salão de festas”, enfatiza Eraldo.

“

Levei três jovens para fazer o curso de monitor ambiental e, no fim, sugeri a ele ser nosso guia nos fins de semana. Hoje está cursando biologia na UERJ e sabe mais de planta e bicho que qualquer pesquisador.

”



fazenda bela aurora

“Sugeriram usar a trilha da reserva para visita o, mas eu preferia deixar a mata quieta, crescendo, se desenvolvendo, está com muita saúde e não precisa da ajuda de ninguém. O que pretendo  voltar meu trabalho não são para a RPPN, mas para a propriedade como um todo, tirar proveito de algo em prol da natureza.”

ngelo Pio Mendes Corrêa Junior, proprietário
da RPPN Fazenda Bela Aurora, município de Cruzeiro (SP)



f a z e n d a b e l a a u r o r a



livro de plantas

Nas encostas da Serra da Mantiqueira, cravada na fronteira entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a fazenda Bela Aurora é a expressão de uma propriedade rural confortável e bem estruturada. O rio na base da montanha, intercalado à considerável presença de vegetação nativa, faz intuir a abundância de água e dá um ar de cartão-postal à fazenda. “Não é nada requintado, mas tem uma estrutura que dá pra passar bem. Começamos com a pecuária leiteira, mas acabei me voltando para o gado de corte, que hoje equilibra os custos da propriedade”, apresenta Ângelo Mendes Corrêa.

Advogado criminal, o proprietário ainda se divide entre o escritório em São Paulo e a vontade de dedicar cada vez mais tempo ao ambiente natural. Há alguns anos, descobriu a satisfação em participar como voluntário no Conselho Gestor do Bosque do Morumbi, importante área de Mata Atlântica do bairro onde mora, na cidade de São Paulo, e realiza suas corridas diárias. Mas foi no início de 1981 que o advogado encontrou o pedaço de terra sonhado para o investimento na vida no campo. “Comecei minha procura em 1979 no Vale do Paraíba. Como fui aspirante do Exército em Caçapava, tive a oportunidade de conhecer o vale todo. Naquela época íamos aos concursos de rainha da cidade, bailes, homenagens, e eu ficava encantado com a beleza da região. Passei por Campos Novos, Paraitinga, Redenção, até chegar desse lado, e o que vi em termos de natureza me conquistou, passei a namorar a fazenda”, relata Ângelo.

No município de Cruzeiro (SP), a fazenda Bela Aurora foi adquirida quase por um acordo de cavalheiros, no qual o preço proposto pelo antigo dono não foi em função do tamanho da área. Segundo Ângelo, trata-se de uma forma de negócio comum no meio rural. “Ele era uma pessoa simples, queria partir para o plantio de arroz numa outra área, de várzea, então não teve conversa, falou: ‘O preço é esse, se quiser leva’. Na ocasião, chamei um topógrafo que, após rápido levantamento, confirmou que a área levantada



No município de Cruzeiro (SP), a fazenda Bela Aurora foi adquirida quase por um acordo de cavalheiros, no qual o preço proposto pelo antigo dono não foi em função do tamanho da área. Segundo Ângelo, trata-se de uma forma de negócio comum no meio rural. “Ele era uma pessoa simples, queria partir para o plantio de arroz numa outra área, de várzea, então não teve conversa, falou: ‘O preço é esse, se quiser leva’. Na ocasião, chamei um topógrafo que, após rápido levantamento, confirmou que a área levantada

“

Graças ao projeto patrocinado pela Aliança, atualmente conheço os limites corretos, a área de mata, a bacia hidrográfica e a área total da propriedade.

”



196

era inferior à constante da escritura. Graças ao projeto patrocinado pela Aliança, atualmente conheço os limites corretos, a área de mata, a bacia hidrográfica e a área total da propriedade.” A RPPN Bela Aurora foi oficializada em 1999 com 86 hectares, o que representa 20% do total da fazenda.

A primeira providência ao chegar foi impedir qualquer tipo de ação sobre a floresta remanescente. “Falei: ‘Não se põe mais fogo em nada’ e as árvores que estiverem crescendo no campo também vamos deixar. Nunca reflorestei, mas, nesses 25 anos, árvores nobres como o ipê já tomaram altura. Em geral, o fazendeiro tradicional não deixa árvore porque acha que atrai raio e mata animal!”, enfatiza o proprietário, que inicialmente viu na regeneração natural uma forma de melhorar o ambiente para o gado. Hoje se questiona sobre a criação de bovinos e ovinos na área,

ponderando a respeito de atividades menos impactantes e tão ou mais rentáveis.

A interação espontânea com a reserva tem permitido a observação de aves e outros animais de pequeno e médio portes, como iraras e raposas, e ainda há relatos de funcionários (a fazenda possui três trabalhadores fixos) sobre pegadas de onças nas redondezas. De certa forma, a floresta traz de volta o interesse pelo convívio com a mata da antiga fazenda de café do pai de Ângelo, em Cabreúva (SP). Mas foi a figura do avô, cuja importância ultrapassou os limites da infância, que ficou registrada na história

do proprietário. Isso porque Manoel Pio Corrêa, seu avô botânico, assina o *Dicionário das plantas úteis do Brasil*, obra pioneira no país, produzida ainda nos anos 1930. São seis volumes de um retrato aprofundado das plantas úteis (e inúteis, segundo Ângelo) do país, recheados de desenhos a nanquim, cujos direitos autorais foram cedidos ao Ministério da Agricultura, devido aos altos custos de impressão. O exemplar da fazenda é mantido sob os cuidados do neto. “Cada vez que olho, fico impressionado com a capacidade de esse homem fazer o que fez na época dele, sem máquina fotográfica e com uma Remington velha.”

gado por floresta

Consciente da importância de falar a linguagem dos interlocutores para conquistar apoio em projetos ambientais na propriedade, Ângelo solicitou à ONG Valor Natural um levantamento do potencial de conservação e visitação da RPPN, principalmente com o desejo de implantar um programa de pesquisa na reserva. “Sem essa colaboração estaria derrapando; trouxeram várias fotos que me deixaram impressionado com o processo de erosão provocado por bovinos na fazenda. Daqui pra frente, terei que limitar a área do gado e pensar num programa gradual de revegetação”, pondera o produtor. Isso porque os técnicos da ONG mineira – bastante comprometida com a implantação do Corredor Ecológico do Sul de Minas Gerais e a criação de áreas protegidas públicas e privadas – constataram a diminuição da disponibilidade de água pelo pisoteio do gado em trechos de manancial e a falta de cobertura vegetal ao longo do rio, ambos causadores de assoreamento e erosão.

Em uma semana de pesquisa, porém, foi a riqueza natural do remanescente que surpreendeu os técnicos. A mata secundária serve de abrigo a espécies vulneráveis e contém palmeiras que revelam falta de perturbação recente; há uma mata de encosta com árvores como o manacá, o pau-de-corvo e o palmito-juçara, nascentes e corpos d’água, incluindo uma cachoeira. Somente entre as aves foram levantadas 54 espécies, e entre os mamíferos, uma lista com veado-catingueiro, lontra, caxinguelê, cateto, gato-mourisco e irara – dados apurados também em entrevistas com moradores locais.

“Quero deixar bem claro que o ecoturismo está descartado para mim, sonho com um centro de pesquisas, mas receber estranhos aqui nem pensar. Por enquanto, o que pretendo é melhorar o entorno, que está começando a se degradar e poderá prejudicar a mata”, afirma Ângelo. As orientações do relatório da Valor Natural referem-se a revegetação, uso da interpretação ambiental com alunos do ensino médio e superior e, principalmente, modelos alternativos de manejo baseados na silvicultura – integração do gado e de ovelhas a florestas secundárias, per-

“

Somente entre as aves foram levantadas 54 espécies, e entre os mamíferos, uma lista com veado-catingueiro, lontra, caxinguelê, cateto, gato-mourisco e irara.

Desde a criação da RPPN comecei a pensar em ter um centro de pesquisas, um viveiro, a tornar minha propriedade útil. Mas não posso fazer essa troca sem equilibrar os custos e, principalmente, arranjar uma parceria com instituições que me dêem condições para a montagem do centro.

”



mitindo que transitem e se alimentem de arbóreas nativas enquanto a fertilidade do solo, os mananciais e as encostas da serra são mais bem protegidos.

São dicas que caem como uma luva na percepção recente do produtor sobre a degradação causada pelas pastagens e reforçam a vontade de abandonar a criação de animais. “Desde a criação da RPPN comecei a pensar em ter um centro de pesquisas, um viveiro, a tornar minha propriedade útil. Mas não posso fazer essa troca sem equilibrar os custos e, principalmente, arranjar uma parceria com instituições que me dêem condições para a montagem do centro, preciso encontrar esse caminho”, planeja. Ele tem o apoio da ONG mineira que mapeou diferentes empresas do Vale do Paraíba com interesse em investir na proteção ambiental por serem elas mesmas usuárias desses recursos. Entre elas, a Copa Papel e Celulose e a Central de Transmissão de Furnas. Ângelo já pensa também de que

maneira um viveiro de produção de espécies nativas poderia ser associado a ações de compensação ambiental por empresas do Vale do Paraíba.

Por enquanto, os recursos da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica “ajudaram a abrir os olhos para sinalizar o melhor caminho a ser seguido”, contribuindo com o programa de proteção e recuperação de nascentes e elaboração do mapeamento da propriedade, além das bases para a implantação do programa de pesquisa.

Enquanto isso, o proprietário usa sobras de seu tempo para fazer experiências inusitadas, como a de cruzamento de abelhas – quando praticou apicultura na fazenda – ou o transporte de cobras para o Instituto Butantã, em São Paulo, permanentemente carente de matéria-prima para produção do soro antiofídico.

Não são os botes de cobra que trazem a ameaça, e sim a caça e a entrada de palmiteiros na floresta, o que, segundo Ângelo, é notado pelos sinais para marcar a saída ou pelo latido de cachorros. Com poucos funcionários, o proprietário prefere não bater de frente com caçadores cujo perfil é andar armado; em vez disso, aciona a Polícia Florestal. “Não sei se é gente de bairros rurais de Cruzeiro, hoje compostos por famílias isoladas do mundo. Tanto eles quanto a maioria dos produtores daqui ainda são insensíveis à existência da reserva; ainda falta educação para olharem a natureza de forma positiva.”





mitra do bispo

“O caráter perpétuo da RPPN traz para a família laços permanentes com a terra e uma nova relação de tempo com o ambiente. Introduz a conservação com amor.”

Carlos Simas, proprietário da RPPN Mitra do Bispo,
município de Bocaina de Minas (MG)





natureza em close

A observação e a captação de imagens do meio ambiente não interferem no fluir da natureza. Com essa premissa, o proprietário da RPPN Mitra do Bispo (MG) construiu o projeto Ação do Olhar, composto por um extenso roteiro de ações integradas de fotografia e design gráfico que resultam em aumento de conhecimento científico e na difusão da consciência ambiental.

Com 35 dos 65 hectares da fazenda Nas Nuvens, a RPPN encontra-se dentro da Área de Proteção Ambiental Mantiqueira, cujas cotas de altitude média passam dos 1,5 mil metros, e os ecossistemas altimontanos são elemento dominante na paisagem. A fazenda é abençoada pelos 2,1 mil metros de altura do pontão rochoso conhecido como Mitra do Bispo, mas conta também com uma floresta densa, bosques de candeia, campos rupestres e curiosos olhos-d'água que borbulham no solo e dão origem ao córrego da Mitra, alimentador do rio Grande.

Cercado pela riqueza florestal há mais de 25 anos, o designer e fotógrafo Carlos Simas não hesitou em registrar em belas imagens digitais a fauna, a flora e os elementos naturais de sua propriedade. Desse olhar, originou-se a proposta da implantação de um observatório florestal, contemplado pelo Programa da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica em fins de 2003. O objetivo do Ação do Olhar passa pela criação de um banco de imagens iniciais de 250 fotos, compondo um inventário de espécies locais. Arquivado virtualmente, o catálogo é ampliado constantemente com o surgimento de novos resultados das pesquisas acadêmicas e fotográficas na reserva. “Como na agricultura, é como uma colheita de imagens nas diferentes safras do ano, com as características de cada estação”, diz Carlos.

A captação sistemática de imagens, facilitada pelo baixo custo da fotografia digital, e a clareza da linguagem gráfica utilizada pelo proprietário foram fatores concorrentes para o sucesso do catálogo, com grau notável de detalhamento sobre as espécies, sua floração, frutificação, entre outros dados.

“Foi a solução mais criativa para preservar esse santuário, com o mínimo de interferência possível. Com um trabalho cuidadoso, a captação de imagens não depende de contato direto com as espécies”, explica Carlos, que





Quero promover o corredor que liga o Parque Nacional de Itatiaia ao Parque Estadual da Serra do Papagaio, trabalhar com as pessoas nesse caminho, e resgatar o valor da sua terra até formar um mosaico de RPPNs e outras Unidades de Conservação.



204

possui um roteiro especial para as fotografias, por trilhas na mata que passam por árvores identificadas e classificadas por mateiros locais. “Pretendemos usar esses pontos como referencial para demarcar as populações ao redor, as mudas que estão crescendo, os musgos, os cogumelos, os pássaros, os ninhos e tudo o que estiver relacionado com aquela árvore escolhida”, enumera, dando ênfase à metodologia que vai se construindo de forma orgânica.

ecodesign

Há várias pesquisas finalizadas sobre os meios físico e biótico da reserva, principalmente por pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que estudaram os componentes do solo e espécies da flora, enquanto um ornitólogo, que levantou as espécies de pássaros, enriqueceu ainda mais o acervo da área. Aos poucos, o material se constitui num “tesouro para valorizar outras áreas com perfil semelhante”. A meta é impressionar outros proprietários com a apresentação das imagens em *data show*, lembrando quão preciosos e preservados são os recursos naturais que possuem.

“Quero promover o corredor que liga o Parque Nacional de Itatiaia ao Parque Estadual da Serra do Papagaio, trabalhar com as pessoas nesse caminho, e resgatar o valor da sua terra até formar um mosaico de RPPNs e outras Unidades de Conservação. O projeto também oferece imagens para quem faz mestrado, doutorado, e gera roteiros participativos para que o visitante vá preenchendo um arquivo com as coisas que for observando”, esclarece o proprietário.

A estrutura para o empreendimento envolve preparos cuidadosos, como a sinalização informativa das trilhas e a montagem de um sistema de arborismo para observação do dossel superior, a partir de uma plataforma modular. Com capacidade para receber até quatro pesquisadores com seus equipamentos, a plataforma octogonal permite o acesso seguro ao dossel, onde vive quase 80% da população da floresta. Antes, as pesquisas estavam limitadas a até 6 metros de altura, até onde alcançava a escada de alumínio do fotógrafo.

Mas os cuidados com o projeto não param aí. Com formação e extensa experiência em design gráfico, Carlos e a esposa Lu Simas têm aproveitado seu conhecimento da linguagem visual para fabricar produ-

tos de ecodesign, com a instalação de um estúdio familiar inspirado na vida rural e na conservação.

“Minha vida inteira trabalhei como designer. Aí pensei ‘por que não aproveitar o que eu e Eva fazemos bem para construir a perspectiva de sustentabilidade da reserva?’” O esforço começou com a criação de um quebra-cabeça em madeira para adultos, um “brinquedo” em 27 peças cujo formato, visto com atenção, é a imagem da RPPN Mitra do Bispo. As peças, em madeira certificada, foram brinde de final de ano em empresas como Petrobras, dando nova dimensão à idéia informal. Para cada peça vendida, os proprietários passaram a plantar uma árvore nobre da Mata Atlântica dentro do corredor florestal planejado para ligar o Parque Nacional de Itatiaia ao Parque Estadual da Serra do Papagaio.

Com o passar dos anos, vão nascendo novos protótipos de produtos ambientalmente corretos, como o de um quebra-cabeça em forma de tartaruga e o de mobiliários feitos com madeira reutilizada de postes de telégrafo. Embora a montagem de uma fábrica familiar em Caxambu (MG) tenha exigido o afastamento temporário da reserva, a família Simas, composta pelo casal e cinco filhos, morou anos na fazenda de Bocaina de Minas, de onde os filhos mais velhos estudaram grande parte do ensino fundamental por correspondência.

“Somos do Rio de Janeiro, mas quando começaram a construir a Rio-Santos percebemos que haveria uma invasão do litoral, então resolvemos vir para Minas. Ficamos deslumbrados com a região de Serra Verde, alugamos um sítio e nos mudamos para lá; a estrada acabava onde morávamos, dali pra frente era tudo isolado, só tinha água, natureza e cachoeiras maravilhosas!”, lembra Carlos.

A atividade profissional do casal permitiu o trabalho a distância do mercado consumidor. “Estávamos fazendo estamparia em tecido com motivos ligados à ecologia, vendíamos para o exterior, pois o mercado brasileiro em fins dos anos 1970 não comprava ecologia de jeito nenhum. Aí vínhamos para o interior e ficávamos desenhando, inspirados na natureza...”

A aventura deu certo e, em poucos anos, surgiu a oportunidade de compra da terra onde hoje está a fazenda Pousada nas Nuvens – nome que remete à sensação de altura do lugar. “Chegamos a plantar espécies que deram

“

Estávamos fazendo estamparia em tecido com motivos ligados à ecologia, vendíamos para o exterior, pois o mercado brasileiro em fins dos anos 1970 não comprava ecologia de jeito nenhum. Aí vínhamos para o interior e ficávamos desenhando, inspirados na natureza...

”

“

Uma das filhas, formada em desenho industrial, acaba de desenvolver uma mochila feita de plantas nativas, materiais da mata que ajudaram a melhorar o estilo do produto.

”

resultado modesto, como o trigo sarraceno e a camomila. Mas o objetivo principal era o de preservação. O projeto Ação do Olhar foi surgindo pela própria história da família, de fortalecer a proteção ambiental com aquilo que estávamos habilitados para trabalhar”, diz o fotógrafo. A proximidade da natureza influenciou também na formação da segunda geração, já que uma das filhas, formada em desenho industrial, acaba de desenvolver uma mochila feita de plantas nativas, materiais da mata que ajudaram a melhorar o estilo do produto.

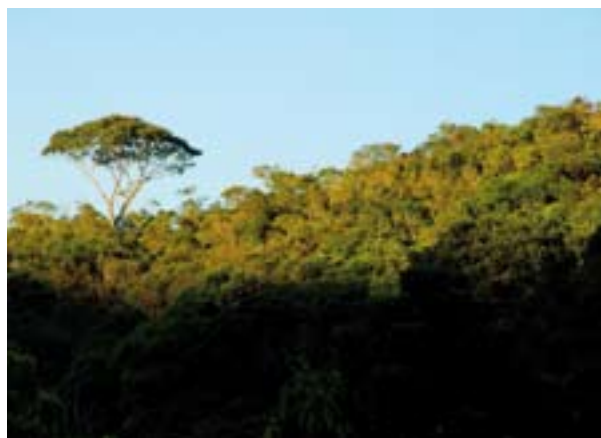
corredor migratório

O potencial de multiplicação do projeto tornou-se uma das principais apostas dos proprietários para reproduzir a conservação ambiental na região. Assim, grupos do entorno, como a escola Tamanduá, já vêm sendo recebidos na reserva para vivências no meio. A família quer semear a idéia de que as pessoas podem sair da área enriquecidas por informações diferenciadas. “Já temos, por exemplo, o perfil geológico do solo e o levantamento das aves, que podem ser usados com os estudantes numa aula consistente sobre meio ambiente.”

A trilha que contorna a reserva pelo espigão externo e segue até a Mitra do Bispo permite a observação de boa parte das florestas remanescentes da região e do Parque Nacional de Itatiaia, num circuito que funciona como um grande observatório natural. Há ainda a trilha que leva ao olho-d’água e

outra que segue para a plataforma instalada na árvore. “Os atrativos são muitos, os pássaros são variados e estão entre os mais raros do mundo; há tucanos e ainda um grupo de bugios que passa ao lado da sede”, conta Carlos, que construiu a casa principal num formato redondo inusitado, com sobras de madeiras da região.

Como modelo regional, a RPPN Mitra do Bispo pode influenciar na formação de um mosaico de novas reservas. A região já conta com cinco RPPNs encaminhadas junto ao Ibama, justamente onde Carlos Simas



visualiza a formação do “corredor migratório”, que protegeria uma enorme mancha de floresta na crista da Serra Verde, passando pelo vale do rio Aiuruoca e pelas nascentes do rio Grande. Ali, os ecossistemas foram preservados pela dificuldade que o paredão de floresta impõe àqueles que querem acessar os platôs mais altos.

“Pode ser presunção minha achar que vou conseguir convencer os proprietários a fazer algo, mas há pessoas que se comovem ao saber que têm um tesouro desses nas mãos, principalmente a atual geração. Moro aqui há mais de 25 anos, tenho ótima relação com os vizinhos, sou padrinho de várias pessoas e sinto que há uma amizade verdadeira com essas famílias”, diz. Os anos de contato com os moradores ensinaram também a valorizar a cultura da floresta, ou seja, o conhecimento empírico sobre a mata que não aparece nos livros.

As ameaças ao meio ambiente, que no passado chegaram ao limite com a exploração madeireira, hoje são representadas pelo turismo desordenado e pela venda de terras por antigos moradores, cujas raízes históricas se perdem na busca por novas oportunidades econômicas. “As madeireiras movimentavam a economia local e, quando foram embora, levaram junto muitas famílias, que venderam sua terra para a construção de sítios na encosta. Teve uma proliferação de sítios na subida da serra e, com isso, a chegada de turistas pela via Dutra. As estradas estão mais abandonadas para o alto, mas, se o turista tiver disposição e um carro melhor, consegue subir”, conta Carlos.

A relação entre as Prefeituras locais e as madeireiras ainda preocupa o proprietário, para quem essa associação aumenta a força política das atividades destrutivas. “Houve a recuperação de várias áreas, mas podemos dizer que a Prefeitura de Bocaina de Minas ainda é um problema; é herdeira das madeireiras.” As mudanças na paisagem foram determinantes para sua decisão de compra da terra. “Eram caminhões descendo com madeiras nobres, fiquei apavorado! Minha terra, comprei diretamente da mão do prefeito de Bocaina, dono da madeireira Santo Antônio. A extração seletiva de madeira, conhecida como ‘catança’, tinha deixado efeitos visíveis em partes da mata. Hoje você vê o lado do vale onde fizeram a catança e o lado da reserva e nota a diferença: uma mata é só verde, a outra toda colorida, com árvores frondosas”, descreve o fotógrafo.

“

Os anos de contato com os moradores ensinaram também a valorizar a cultura da floresta, ou seja, o conhecimento empírico sobre a mata que não aparece nos livros.

Eram caminhões descendo com madeiras nobres, fiquei apavorado! Minha terra, comprei diretamente da mão do prefeito de Bocaina, dono da madeireira Santo Antônio.

”

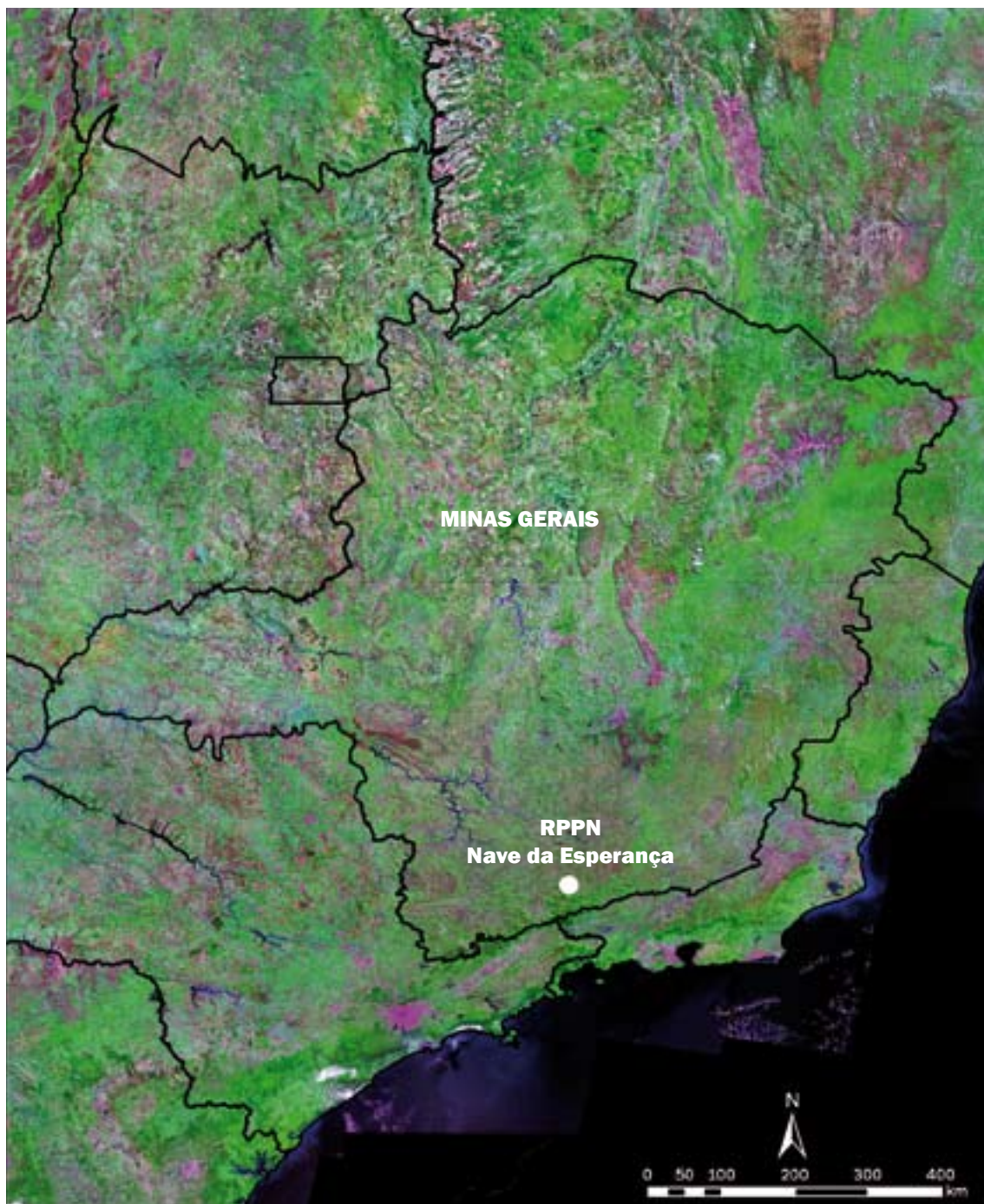


nave da esperança

“Quando olho para essa paisagem, vejo que tenho tudo do que preciso: comida, abrigo e cenários variados. No frio me sinto na Europa; quando esquenta é como se estivesse num barzinho, sentada desfrutando a vista florida.”

Reidiná de Almeida Pacheco, proprietária
da RPPN Nave da Esperança, município de Aiuruoca (MG)





como os papagaios

A trajetória de vida da proprietária da RPPN Nave da Esperança, Reidiná de Almeida Pacheco, assemelha-se à história de um aventureiro que encontra abrigo após viajar anos sem destino. O sítio de 50 hectares, no município de Aiuruoca (MG), tornou-se o lar de Reidiná há mais de dez anos, quando se deixou guiar pelos presságios de ter achado o lugar definitivo para fixar residência. Até chegar a Aiuruoca, a ecologista esteve envolvida com experiências tão diversas quanto a gerência de um restaurante italiano ou as performances como dançarina de Sargenteli.

“Tinha que dar comida para meus filhos, então de dia trabalhava no Fórum e à noite no Canecão (RJ). Fui eleita rainha das mulatas em 1970, o próprio produtor me levou ao Sargenteli, com o qual trabalhei dançando durante anos, até conhecer uma empresária italiana e decidir morar na Europa. Na Itália, aprendi a ser minha própria empresária; escolhia minhas músicas, minha coreografia, desenhava as roupas... mas, como quis levar meus filhos, tive que buscar uma renda maior. Resolvemos, eu e meu namorado, abrir um restaurante em Gênova. Pensei ‘o povo tem que comer, então vamos ter dinheiro todo dia’. Posso dizer que esse restaurante era meu teatro, onde me realizei e aprendi muito; de dia era comida italiana, à noite brasileira. Funcionou seis anos. Depois fomos para as montanhas, abrimos uma pizzaria...”, volta no tempo Reidiná.

O casamento de um dos filhos no Brasil a fez voltar ao país já com o ideal de comprar uma área natural para se fixar. “Fui da Amazônia a Matutu, em Minas Gerais, onde comecei a visitar os sítios da região. Mas a escolha da terra em Aiuruoca envolveu outras evidências. Um dia antes de me hospedar na pousada da cidade, sonhei com uma colcha de girassóis. Quando entrei no quarto vi a mesma colcha, já fiquei de antena em pé. Aí quando fui ver a terra tive certeza: ‘é isso que eu quero’. Negociamos o preço, peguei minha cachorra Viola e vim para cá.”

Passada uma década, o papel da líder na conservação da biodiversidade vai da criação da RPPN Nave da Esperança, com 27 hectares, à limpeza



“

Jogam prato, roupa, latinha, tudo na mata, no rio; não posso ver que começo a limpar, já tirei sacos e sacos de lixo daqui.

”



da carga de lixo despejada pelos antigos moradores do sítio no rio local. “Jogam prato, roupa, latinha, tudo na mata, no rio; não posso ver que começo a limpar, já tirei sacos e sacos de lixo daqui”, conta.

Sua postura como defensora da natureza faz sentido no contexto da região onde a RPPN está instalada, a Serra dos Garcias, dentro da Área de Proteção Ambiental de 420 mil hectares da Serra da Mantiqueira. Ali, o chamado “paraíso dos ecoturistas”, compõe-se de um contínuo entre a Serra dos Garcias, o Parque Estadual da Serra do Papagaio e a própria RPPN Nave da Esperança, onde meio ambiente se une à conservação de costumes tradicionais. A atividade agropecuária também começa a ser acompanhada por empreendimentos turísticos de pequeno porte, voltados à visitação rural e a ambientes naturais.

Da criação de boi do antigo proprietário do sítio não sobrou nem o capim. A ambientalista arrancou as espécies invasoras e partiu para a recuperação dos morros, valorizando a horta de plantio diversificado e o cuidado com os trechos de maior beleza cênica, como o rio encachoeirado que corta a propriedade, de onde se vê o Pico do Papagaio. Aliás, *papagaio* dá nome a Aiuruoca, já que “aiuru”, termo em tupi, significa papagaio-do-peito-roxo. “O nome do pico também se deve aos bandos de papagaio que faziam seus ninhos próximos à montanha. Mas pra mim é uma mulher deitada ao lado de um rosto de criança, vejo as formas perfeitas”, declara a moradora, que não cansa de gastar horas observando o panorama.

Mesmo com metade da área transformada em RPPN, a mata cobre quase 90% do sítio, e o dia-a-dia da reserva é marcado pelo retorno da fauna e flora nativas, principalmente as aves. “A cada dia vejo um novo papagaio, tucano, maritaca... Também já tem bugio e gato-do-mato. Das espécies da flora, notei umas frutinhas de gosto adocicado; faço igual passarinho: o que eles comem ponho na boca. Do juá, uvaia e amora faço geléia e levo para os vizinhos. Um que desmatava outro dia veio me trazer uma planta que achou para eu fazer doce... com a comida vamos conquistando a consciência”, filosofa Reidiná.

Nem sempre a relação com a população foi tranqüila. Logo que oficializou a reserva, motoqueiros da cidade escolheram a área para fazer trilha de motocross. O conflito veio quando Reidiná trancou o portão e ameaçou denunciá-los à justiça. Logo recebeu a notícia inversa, de que um processo criminal fora aberto contra ela por ameaça. “Pensei ‘sou protegida por forças maiores, não vou pagar advogado’; aí num congresso de áreas protegidas em Belo Horizonte botei a boca no trombone, mostrei os boletins de ocorrência e falei que estavam me processando por defender a natureza. Fui logo encaminhada pra Comissão de Meio Ambiente da Assembléia, que me deu apoio, depois mudou o promotor e a juíza da cidade, e o processo acabou arquivado”, relembra a líder, cujo respeito cresceu entre os moradores de Aiuruoca. “Uma mulher sozinha fazer isso foi algo importante para essa comunidade, nunca mais tive problema.”

paredão com cachoeiras

Placas que mencionam a reserva Nave da Esperança acompanham todo o caminho do asfalto da cidade à estrada de chão que leva à RPPN. No percurso, o visitante também visualiza a beleza cênica da paisagem que, pela proximidade com o Parque Estadual da Serra do Papagaio e com o Parque Nacional de Itatiaia, marca o forte apelo turístico da região. E na Nave da Esperança a surpresa é ainda mais impactante: um rio encachoeirado de águas cristalinas e milenares paredões de pedra ao longo de toda a propriedade.

Com esse cenário, as atividades de recepção do público vêm merecendo cada vez mais atenção da proprietária. Quando há hóspedes na RPPN, aproveita para lembrar os dias de *chef* italiana e ofertar experiências gastronômicas diferenciadas. “Mantenho a trilha da cachoeira aberta; enquanto as pessoas vão caminhar e tomar banho, preparo

“

Na Nave da Esperança a surpresa é ainda mais impactante: um rio encachoeirado de águas cristalinas e milenares paredões de pedra ao longo de toda a propriedade.

Papagaio dá nome a Aiuruoca, já que “aiuru”, termo em tupi, significa papagaio-do-peito-roxo.

”





“

Na época pensei: ‘Não tenho nem dinheiro para comer, como vou fazer para criar uma reserva?’, aí comentei com uma pessoa da cidade que disse: ‘Dou entrada na RPPN para você’. Foi em meados de 2000 e em menos de três meses o Ibama decidiu averbar.

”

214

o almoço, faço receitas variadas de lasanha, canelone e nhoque, uma culinária que não se encontra na cidade”, conta Reidiná. Sua proposta, porém, é de um turismo seletivo de pequena escala, já que a princípio recebe somente por indicação. O principal motivo é morar sozinha e não querer administrar conflitos com visitantes indesejáveis.

Alguns projetos, porém, começam a ganhar espaço nos planos da ex-dançarina, como a intenção de manter um trabalho social de acolhimento de mães solteiras no sítio,

capacitando-as para atuarem como “mães sociais” na sensibilização da comunidade no caso de problemas de gravidez precoce.

Estruturar a reserva para o recebimento de visitantes e atividades de educação ambiental que incluam a comunidade escolar depende agora da adequação de algumas edificações, como o alojamento, com capacidade para dez pessoas, e o centro de vivências. Ambos interrompidos pela dificuldade de acesso para a entrega de materiais de construção no período chuvoso, cujo projeto possui importante conceito de reaproveitamento de materiais usados, como vidros temperados de ônibus.

“E preciso batalhar outros aspectos se quero receber escolas e mesmo grupos universitários aqui, como uma estrutura para primeiros socorros. Pelo ICMS Ecológico que o município recebe, luto para que comprem uma ambulância com tração para atender urgências na roça. Aconteceu comigo: outro dia passei mal, pedi um carro para me buscarem, vieram mas atolou por causa da chuva, no fim tive que voltar a pé”, revela Reidiná.

Com os recursos do Programa de Incentivo da Aliança ela deu forma ao novo centro e ao alojamento, mas, como perdeu a mãe na mesma época, precisou se ausentar por meses da reserva. “A verba da Aliança não foi suficiente, então tive que colocar parte do dinheiro herdado de minha mãe, por isso digo que ela me ajudou a completar a obra. Quero investir tudo o que tenho aqui, meu objetivo final é criar uma fundação para tomar conta desse projeto”, intenciona.

Sempre atenta aos sinais espirituais que a vida lhe proporciona, a proprietária viu sua reserva oficializada em tempo recorde pelo Ibama. “Atendi a uma espécie de mensagem para proteger essa área. Na época pensei: ‘Não tenho nem dinheiro para comer, como vou fazer para criar uma reserva?’, aí comentei com uma pessoa da cidade que disse: ‘Dou entrada na RPPN para você’. Foi em meados de 2000 e em menos de três meses o Ibama decidiu averbar”, conta a líder, que já acompanhou o processo de criação de mais oito RPPNs estaduais após sua iniciativa (no caso, uma RPPN federal). “O nome Nave da Esperança também me chegou ao ouvido de repente. Pedi então ao meu filho para desenhar um emblema para a RPPN, ele me mandou pelo correio a imagem da nave com a casa dentro... justamente o que eu imaginava.”



rio dos pilões

“Tinha uma idéia equivocada de natureza, como todo mundo que veio da cidade. Com o tempo, percebemos que natureza é o que Deus entregou pra gente. Agora pensamos em projetos voltados à recomposição natural, deixar a mata preservada com sua beleza.”

Adelmo de Carvalho Sampaio, presidente da Associação de Proprietários em Reserva Ibirapitanga – RPPN Rio dos Pilões, município de Santa Isabel (SP)

“É uma oportunidade única, pois cria uma comunidade nova que irá ocupar uma área ambientalmente delicada, mas também herdará a missão de gestão de uma área protegida. É algo inédito no Brasil e aprendemos muito, na prática, com a riqueza dessa experiência.”

Ivo Sztterling, diretor de meio ambiente da Associação de Proprietários em Reserva Ibirapitanga





condomínio de mata

Avançado projeto urbanístico na cidade de Santa Isabel, a 60 quilômetros da capital de São Paulo, a Reserva Ibirapitanga deve à presença dos mananciais do Paraíba do Sul a história de um modelo de conservação sem precedentes na gestão de uma área protegida. Região contígua às cabeceiras da Serra da Mantiqueira, assentada em planícies aluviais com vegetação de várzea e maciços de Mata Atlântica, toda a área da fazenda Rio dos Pilões encontra-se numa Área de Proteção Ambiental (APA) e, de acordo com a legislação, dependeria de um rígido processo de licenciamento para qualquer forma de empreendimento. O que não se esperava era que o licenciamento, aprovado após oito longos anos de avaliações, passaria a considerar novos critérios de ocupação em áreas de mananciais, numa formulação conjunta entre o dono da área, Silvano Raia, os empreendedores, Cipasa e Scopel, e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Ao contrário dos grandes lotes preconizados pela Lei de Proteção aos Mananciais, buscou-se adequar o desenho urbano do loteamento à rica heterogeneidade do terreno, equilibrando uma ocupação mais concentrada nas áreas propícias à ocupação urbana com a preservação de áreas ambientalmente relevantes e sensíveis. “Ibirapitanga trouxe um novo critério de ocupação por densidade média, limitando a área de urbanização e, principalmente, colocando a missão de preservação da mata e mananciais na mão dos compradores dos lotes. Decidiu-se então que essa área de domínio coletivo seria uma RPPN, ou seja, cada morador, por meio da Associação de Proprietários, se tornaria sócio e responsável pela reserva ao comprar uma unidade do loteamento”, expõe Ivo Sztterling, um dos idealizadores do projeto pioneiro na Scopel e hoje diretor de meio ambiente da Associação de Proprietários em Reserva Ibirapitanga.

Mas se tornar dono de uma mata de mais de 400 hectares, protegida por lei, desde a compra do terreno para construir sua casa própria, significa uma curiosa história de adaptação. “A relação entre empreendedores e compradores evoluiu lentamente. Foi um processo de mais de dois anos até os proprietários entenderem seu papel e passarem a compor um grupo consciente e motivado, que irradia a missão da proteção ambiental para o restante da comunidade em formação. Inicialmente, foi preciso definir papéis e respon-

“

Foi um processo de mais de dois anos até os proprietários entenderem seu papel e passarem a compor um grupo consciente e motivado, que irradia a missão da proteção ambiental para o restante da comunidade em formação.

”

sabilidades dos empreendedores e moradores. Dos compradores dos cerca de 300 lotes já vendidos – entre os 850 previstos no empreendimento – podemos dizer que, hoje, há um grupo que faz a diferença, reunido na Associação de Proprietários em Reserva Ibirapitanga”, conta o empreendedor.

Segundo Ivo, o novo jeito de cuidar da natureza responde ao próprio desafio da gestão de uma Unidade de Conservação particular. “A RPPN veio como uma nova opção para a preservação ambiental por parte da iniciativa privada. Mas o modelo, apesar da motivação pessoal e iniciativa de quem as cria, tem apresentado problemas crônicos, como falta de recursos para o manejo das áreas, impactos como invasão, fogo e caça. E há problemas sobre a forma de sucessão das áreas protegidas, sobre como transmitir ao longo do tempo a responsabilidade pela preservação, ou seja, como passar a missão a seu filho ou a outro dono... este é um sério problema temporal. No caso do Residencial Reserva Ibirapitanga, a missão seria passada a uma associação de moradores de um único bairro, uma entidade perene que fizesse o objetivo sobreviver a longo prazo”, defende Ivo.

Sob a denominação de RPPN Rio dos Pilões – em homenagem ao manancial que corta a fazenda e deságua na represa do rio Jaguari –, os 407 hectares preservados compensam os 152 hectares para a ocupação e construções do loteamento.

Mas qual é o olhar dos novos moradores que em 2003, 2004, descobriram que teriam nas mãos a segunda maior RPPN do estado? Para o atual presidente da Associação de Moradores, Adelmo de Carvalho Sampaio, a primeira reação ao descobrir a dimensão do negócio por causa da “tal reserva” foi desistir da compra. “Essa Unidade de Conservação tem um passivo ambiental. Não é só deixar a natureza se recuperar sozinha, então ficamos assustados: ter que cuidar de uma área imensa, aberta à invasão, risco de incêndios... e não dá pra cercar uma mata desse tamanho. Pensei: ‘Não foi isso que me venderam, vou desistir’, e havia um receio em nos explicar o tamanho do empreendimento. Aos poucos, porém, decidimos tocar, fomos nos envolvendo, e daí você não pára mais”, revela Adelmo, o entusiasta da idéia, advogado e professor em São Paulo, para quem cuidar do meio ambiente virou um prazer.

Seu perfil é o mesmo da maioria de seus vizinhos no loteamento: casais entre trinta e quarenta anos que moram em São Paulo e têm em Ibirapitanga sua casa de lazer, onde, no futuro, pretendem viver com os filhos. “É interessante como vão se envolvendo, hoje são quase todos apaixonados por aquilo”, afirma Ivo. Foi o caminho percorrido por ele: “Apesar dos inúmeros proble-

mas, eu que sempre fui urbanóide e pra quem meio ambiente era passear no Ibirapuera, fui percebendo a riqueza e importância em manter um fragmento de mata nativa, algo que pode mudar a face da região.”

Por essa percepção, os associados já não privilegiam o paisagismo tradicional e sim o investimento em projetos de recomposição natural da mata. “Tanto quanto possível, queremos preservar o que está lá e replicar os fragmentos, sem embelezamento, sem adorno, fazer voltar o ambiente natural que existia antes da presença do homem”, expressa o presidente, que reforça o modelo de interação com a natureza da reserva como algo permeável, a ser visitado, pesquisado e usufruído pela população da pequena Santa Isabel.

Como a RPPN “caiu no colo” de pessoas que nunca haviam lidado com assuntos ambientais, o primeiro passo foi buscar apoio logístico em entidades que pudessem orientar o trabalho de gestão ambiental. “Fomos beneficiados pelo programa da Aliança com recursos para a elaboração do plano de manejo da reserva, mas, mais do que a ajuda financeira, o importante tem sido formar parcerias com quem nos ensina como fazer. Através da SOS Mata Atlântica e da Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo (FREPEESP), nos aproximamos de outras RPPNs, de ONGs e da própria Biométrica, responsável pelo plano de manejo da reserva, a qual conhecemos no encontro da Confederação Nacional de RPPN”, conta o novato no movimento rppnista.

formação do espaço

Como uma cidade em formação, cujas atividades e formas de ocupação se organizam aos poucos, a divisão do espaço na Reserva Ibirapitanga passa pelo planejamento dos usos e a redução dos impactos sobre os recursos naturais. “A comunidade está sendo criada já com uma consciência sobre o impacto que





O manejo da vegetação utiliza mão-de-obra local, inclusive para aproximar a reserva das comunidades do entorno. Queremos que as pessoas se identifiquem com a mata, como um valor a ser usado por todos, que não olhem para o Ibirapitanga como mais um loteamento fechado, que ignora a realidade a seu redor.



exerce e sobre seu papel na preservação, algo bem diferente do que criar uma área protegida e colocar a polícia para cuidar”, define Ivo. Planejamento que depende de dinheiro e decisões coletivas para a eficaz aplicação dos recursos: em assembléias, a associação de moradores define o orçamento de um ano para os programas de conservação, como reflorestamento e implantação de trilhas interpretativas. Ao contrário de uma pessoa física, a RPPN tem seus investimentos garantidos pela contribuição dos associados, que em grande número criam volume suficiente para “pagar a conta”.

Uma das premissas para os programas de conservação foi a elaboração do plano de manejo da RPPN, desenvolvido pela empresa Biométrica, de Piracicaba (SP). O plano previu um diagnóstico de caracterização socioambiental, com mapeamento da cobertura vegetal, levantamentos de fauna e flora, do perfil socioeconômico do entorno, definição de um zoneamento ambiental e usos associados à proteção. Parte do pacote foi coberto com recursos da Aliança e parte dos programas já começaram a ser implantados. É o caso dos projetos de treinamento das comunidades para a recuperação das áreas mais degradadas. O projeto de recuperação com nativas é grandioso, pois, além da produção de mudas no viveiro de Ibirapitanga, a reserva contou com doações do Ibama e do Clickarvore (75 mil mudas somente neste caso) para atingir a meta de plantio de 130 mil mudas de 90 espécies da Mata Atlântica numa primeira fase. O plano de manejo encontra-se em análise no Ibama.

“O manejo da vegetação utiliza mão-de-obra local, inclusive para aproximar a reserva das comunidades do entorno. Queremos que as pessoas se identifiquem com a mata, como um valor a ser usado por todos, que não olhem para o Ibirapitanga como mais um loteamento fechado, que ignora a realidade a seu redor. Até agora já formamos três equipes de reflorestadores, com quarenta pessoas cadastradas e organizadas numa cooperativa”, conta Adelmo.

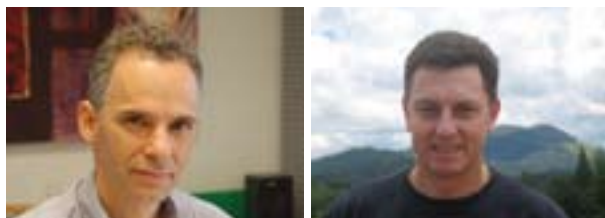
A finalização do centro de pesquisas também já trouxe cientistas à reserva para estudos de diferentes naturezas. Um, de monitoramento da fauna e flora para enriquecimento da cadeia alimentar. Outro, destinado à compreensão do convívio entre os habitantes do empreendimento e a fauna local, direcionando ações para um convívio mais harmonioso. “É preciso pensar em como lidar com animais ‘perigosos’, já constatamos a presença de onças,

há cobras... não podemos ignorar a proximidade entre os bichos e os moradores”, reflete Adelmo. “Às vezes ouço comentários absurdos, me ouço falando há três anos. Fico orgulhoso com a população estável de capivaras, sinal de que há predadores para manter o equilíbrio.”

Embora as várias trilhas usadas como estradas rurais no passado possam ser recuperadas para o lazer, a visitação será limitada nas áreas silvestre e de proteção definidas pelo plano de manejo. Com a filosofia do “quanto menor impacto melhor”, a associação quer impedir até o uso de carros e motos nas proximidades da reserva, criando o hábito da caminhada, do uso de bicicletas e mesmo de tropas de cavalos para passeios. Recentemente, convidaram pessoas da comunidade mais próxima, de Pedra Branca, para administrar os passeios a cavalo.

Foi justamente a percepção da realidade dos dois bairros rurais mais próximos, Pedra Branca e Ouro Fino – cujas dificuldades econômicas e a prática de queima para o plantio ou da caça para o sustento fazem parte do dia-a-dia dos habitantes –, que impulsionou a integração dos comunitários ao empreendimento. A busca por reduzir as pressões sobre a mata reverteu-se em projetos de capacitação, emprego de mão-de-obra e numa maior proximidade com as lideranças locais para compromissos comuns na preservação da área. “Temos o compromisso de só usar mão-de-obra da região e de gabaritar esse pessoal para serviços específicos. Aos poucos eles se tornam nossos parceiros na proteção, inclusive como guarda-parques num dos próximos cursos da reserva”, relata o presidente da associação, que hoje conta com dois “mateiros” para cuidar de toda a área protegida.

A luta mais trabalhosa, porém, vem de uma pendência na questão tributária. Por estar em zona urbana, a RPPN da Reserva Ibirapitanga vem enfrentando a cobrança desproporcional do IPTU. “Virou um problema; quando implantamos a RPPN, esse imposto chegou a ser lançado por mais de R\$ 1 milhão por ano. Houve uma negociação e conseguimos baixar para R\$ 150 mil, o que ainda é um absurdo. A reserva é taxada como área urbana, quando, como área de preservação, deveria ser isenta de qualquer imposto municipal, pois está prestando um serviço para a cidade”, desabafa Ivo.





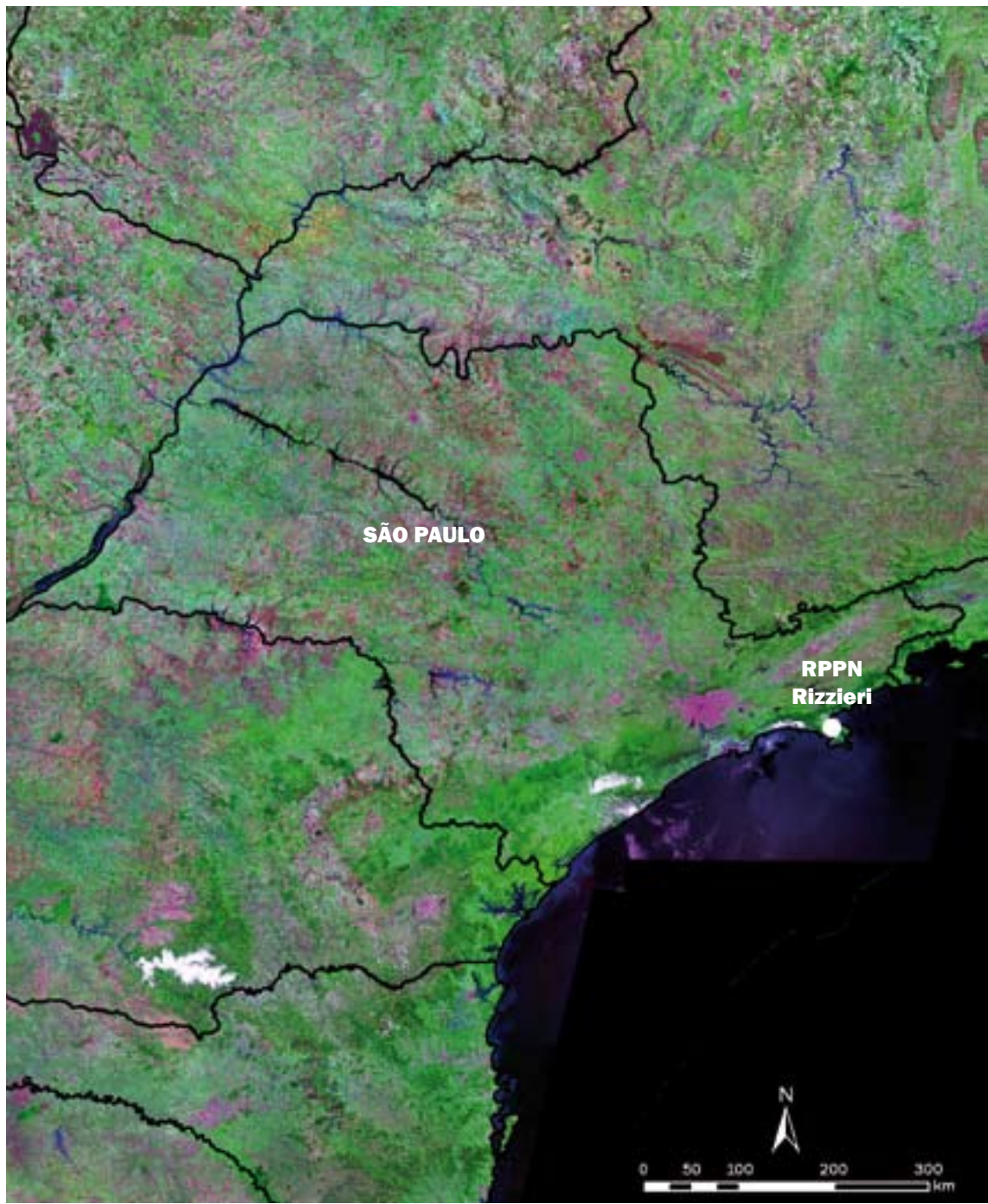
rizzieri

“A reserva possui atrativos para todo tipo de interesse: pra biólogo tem mata intocada, pra turista caminhada em floresta fechada, e pra quem já conhece um pouco de ecoturismo há rios e cachoeiras majestosos; enfim, o principal atrativo é o conjunto da área, seu estado de preservação.”

João Rizzieri, proprietário da RPPN Rizzieri,
município de São Sebastião (SP)



r
i
z
z
i
r



entre a serra e o mar

A propriedade sítio Cristina, no sertão do bairro do Una, São Sebastião (SP), foi adquirida pela família Rizzieri ainda na década de 1970, quando a febre de ocupação do litoral norte de São Paulo não havia tomado o impulso das décadas posteriores. Com 79,1 hectares na borda do Parque Estadual da Serra do Mar, o sítio manteve a cobertura primária da floresta de encosta em mais de 95% da área. Sua biodiversidade e a localização privilegiada favoreceram a transformação da floresta numa RPPN, em 2003, funcionando como um modelo para a adoção de práticas conservacionistas no litoral. Passados mais de 25 anos da compra da terra, a criação da RPPN Rizzieri, com 12,82 hectares do total da propriedade, representou um novo capítulo na história de envolvimento da família com o meio ambiente.

Sob responsabilidade do filho mais velho, João Rizzieri, a reserva passou a conduzir um amplo processo de fortalecimento do entorno, fixando-se como um Núcleo Regional para Expansão de Áreas Protegidas. As ações do proprietário se fazem sentir na participação em espaços decisórios, como o do Conselho do Mosaico, projeto que reúne as quinze Unidades de Conservação da região, e entre Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Extrativistas e RPPNs, para a integração das reivindicações dessas categorias junto ao poder público.

Há anos, Rizzieri também vem prestando consultoria gratuita para quem queira criar uma RPPN no litoral. Tem lutado pela implantação da Agenda do Una, que envolve proprietários vizinhos da RPPN Rizzieri, comunidade local e colaboradores na elaboração de uma agenda de compromissos voltados ao entorno do Parque Estadual da Serra do Mar. A RPPN Rizzieri também faz parte do Conselho Consultivo do Parque, com quem possui um termo de parceria para ações de proteção das duas Unidades de Conservação.

A lista de funções culminou com a eleição de Rizzieri, em 2004, para a presidência da Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo (FREPESP). As consultorias prestadas antes de assumir a FREPESP, quando procurava expor os prós e contras desse tipo de iniciativa, têm orientado a postura do proprietário na hora de incentivar o movimen-



to de criação de reservas pela sociedade civil paulista. “É desestimulante a demora da aprovação da RPPN pelo Ibama, falta ao governo priorizar a área ambiental e a fiscalização das áreas naturais. Mas esses não são fatores inibidores para quem tem interesse em preservar. Como pontos positivos, as RPPNs têm o potencial de serem um modelo de sustentabilidade contra a degradação regional, um núcleo para a relação entre entidades públicas e privadas. É como uma panela, onde se faz uma mistura dos esforços da sociedade civil, governo e iniciativa privada. O reconhecimento da vontade do proprietário é outro ponto importante, mas no Brasil ainda não se olhou com atenção para as reservas privadas”, comenta.

Diversas são as parcerias que permitiram à RPPN Rizzieri alçar uma posição de destaque no caminho para a sustentabilidade das áreas protegidas. Mesmo antes de ser oficializada, a reserva já havia recebido a visita do Projeto Matrizes, do governo federal, feito pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), para um levantamento da composição florística da mata. A idéia era viabilizar um programa de coleta de sementes de espécies nativas para recuperação de áreas degradadas e arborização urbana. Só nessa investigação, os pesquisadores descobriram que a floresta chegava a conter 954 espécies de árvores (em toda a RPPN).

Já a Fundação Animalia, sediada em São Sebastião, mapeou vários pontos do litoral para reintegrar animais debilitados à natureza, e escolheu o sítio da família Rizzieri para soltar felinos como o gato-maracajá. Foi construído um recinto próprio para sua reintegração gradativa até a soltura na mata. “Descobrimos que a fauna tem voltado muito fortemente nos últimos anos, somos um ‘corredor de fauna’ para animais como a jaguatirica, a anta, o porco-do-mato, a capivara, formando um contínuo ecológico com as vertentes da Serra do Mar”, orgulha-se o proprietário.

O esforço de Rizzieri pode ser medido também pela aproximação com a iniciativa privada. Foi conselheiro de ética socioambiental da Associação Alcatrazes, uma união de cinqüenta empresários dos setores de gastronomia, hotelaria, náutica, entre outros, para promover o crescimento sustentável do destino turístico da Costa dos Alcatrazes. “Com isso, promovemos a reserva na região e, no futuro, os empresários podem vir a nos ajudar até financeiramente. É um tipo de parceria. Outro é com a Escola da Fazenda, instituição que agrega as crianças das comunidades daqui com um trabalho socioambiental muito bonito. Atualmente, por exemplo, o guarda-parque voluntário Marcelo de Souza faz visitas de campo e explica para as crianças a importân-

cia da preservação para o futuro das gerações. Com elas, começamos o projeto de relacionamento entre a população de mais baixa renda e a RPPN, fundamental para a conscientização ambiental da comunidade”, observa.

Pelo Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo (Bio-ta-Fapesp) – um mapeamento de toda a biodiversidade do estado de São Paulo –, Rizzieri descobriu informações inusitadas sobre o sítio. A área foi cedida para estudos técnicos e, em poucas horas, identificaram-se ali mais de duzentas espécies de borboletas, seis delas nunca antes encontradas na Mata Atlântica do Estado de São Paulo.

custe o que custar

A exuberância dessa mata ombrófila submontana é observada nos recordes da concentração de palmito-juçara por hectare e nos recursos hídricos do sítio. O dono apelidou uma das cachoeiras de “majestosa”, devido aos 70 metros de queda-d’água que descem a encosta. Quatro riachos também nascem nos limites do remanescente da propriedade, desaguando no rio Cristina, que faz fronteira com a reserva. Da nascente à foz, portanto, os riachos estão sob proteção integral de Rizzieri.

A pressão da ocupação desordenada, porém, é sentida nas bordas do Parque Estadual da Serra do Mar. “O pior é a ocupação de áreas ilegais, principalmente em trechos de mata ciliar, com pessoas construindo loteamentos, condomínios, não respeitando o zoneamento do município, a emissão de efluentes de esgoto...”, vai enumerando o proprietário, que sofreu impacto direto do crescimento desordenado sobre o sítio.

“Passamos muito tempo longe da área, deixando-a apenas aos cuidados de um caseiro por uns seis anos. Aí quando eu, minha esposa, meu irmão e um primo viemos para cá, no começo de 1997, ficamos chocados, quase não reconhecemos o caminho pra chegar no sítio, tudo devastado, a vegetação cortada onde antes existia mata fechada. Foram sentimentos misturados de tristeza e indignação pela agressão àquele santuário ecológico. Então refle-

“

É como uma panela, onde se faz uma mistura dos esforços da sociedade civil, governo e iniciativa privada. O reconhecimento da vontade do proprietário é outro ponto importante, mas no Brasil ainda não se olhou com atenção para as reservas privadas.”

O guarda-parque voluntário Marcelo de Souza faz visitas de campo e explica para as crianças a importância da preservação para o futuro das gerações. Com elas, começamos o projeto de relacionamento entre a população de mais baixa renda e a RPPN, fundamental para a conscientização ambiental da comunidade.

”

“

A verba do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica permitiu-lhe sinalizar a área, comprar equipamentos como rádio, binóculos e material para resgate e primeiros-socorros, além de capacitar funcionários para ações de emergência.

”

timos junto com toda a família: ‘Não temos estômago nem saúde para ver isso... Temos duas alternativas: ou vendemos para nunca mais voltarmos ou assumimos e protegemos definitivamente’. Resolvemos proteger custasse o que custasse”, recupera Rizzieri.

Sem conhecimento prévio da existência de RPPNs, ele entrou em contato com a SOS Mata Atlântica para identificar o melhor caminho para cuidar de uma área de mata “virgem”, sem recursos nem conhecimento por parte dos proprietários. A indicação foi a Associação de Proprietários de Reservas Particulares de São Paulo, criada na época com o nome de RENASP, para a orientação necessária ao tombamento da RPPN pelo Ibama. “Teve gente do próprio Ibama que falou contra RPPN, mas, apesar de tudo, achamos que o reconhecimento oficial seria a solução. Não deixa de ser isso: a RPPN é um reconhecimento oficial das intenções de um particular em proteger, já o apoio é outra coisa”, separa João Rizzieri.

Hoje, a propriedade é composta por uma pequena casa de madeira que serve de alojamento aos visitantes e de base científica, uma sede de alvenaria e a portaria, que é utilizada como casa pelos funcionários. Antes da pesquisa e da educação ambiental, porém, é a proteção da RPPN e a segurança dos visitantes que mais preocupam o proprietário. “Queremos colocar uma torre de observação, demarcar a área para um heliponto de emergência e criar um sistema de comunicação por rádio. Há as ameaças de invasão freqüente por palmiteiros e caçadores, o risco do crescimento desordenado por novas moradias, supermercados, casas de material de construção, turismo predatório... Mas precisamos pensar também na segurança coletiva dos visitantes e colaboradores”, enfatiza.

Nesse sentido, a verba do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica permitiu-lhe sinalizar a área, comprar equipamentos como rádio, binóculos e material para resgate e primeiros-socorros, além de capacitar funcionários para ações de emergência, como o socorro a ataque de animais peçonhentos e o resgate terrestre para remoção das pessoas em trilhas.

As três trilhas com percursos diversos de caminhada, da mata à subida pelo leito do rio, representam baixíssimo impacto ao meio e, por decisão do proprietário, têm recebido grupos de no máximo doze pessoas. Com apoio voluntário de um biólogo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Fernando Santiago dos Santos, já foram desenvolvidas ali vá-

rias dinâmicas de conhecimento da Mata Atlântica, dentro do Projeto Contato, de educação ambiental. Além de passarem até dois dias seguidos em contato com a floresta, a fim de compreender mais sobre as relações entre os seres vivos, os participantes podem se alojar na reserva e usufruir da estrutura local. Também foram desenhados programas “personalizados” para estágios, cursos e aulas de campo, complementando a carga teórica de alunos de graduação, incluindo ainda o cadastramento de instituições de pesquisa e até empresas.

“Pensamos em terceirizar a parte prática dos cursos das universidades, numa proposta já apresentada para diretores de faculdades. A idéia é que as reservas entrem na grade curricular e a gente receba um tanto de aluno por mês, num laboratório natural que dá condições de sustentabilidade para a RPPN”, propõe João Rizzieri. “Em razão do cargo à frente da FREPESP não tenho como operar o turismo atualmente, mas a RPPN cumpre seu papel na proteção ambiental. Parece um sonho, mas o reconhecimento da reserva afastou o problema da caça e corte ilegal de palmito, e, por ficar localizada no limite do parque, diminui o número de invasões ali”, comemora.





roça grande

“A experiência de visitar proprietários de RPPNs me faz sentir pequenininho e aumenta a consciência do meu trabalho. Vou encontrando pessoas que fazem um esforço anônimo extraordinário e o quanto isso poderia se multiplicar”.

Sérgio de Lima, proprietário da RPPN Roça Grande,
município de Rio Claro (RJ)





roça com floresta

Em 1990, quando os proprietários de florestas particulares foram beneficiados pelo Decreto 98.914/90, que estabelece as bases para as RPPNs no país, o administrador de empresas Sérgio de Lima encaminhou imediatamente o pedido de criação de uma RPPN na sua fazenda, com 254 hectares no município de Rio Claro (RJ). Um ano depois, ele recebeu a notícia de que sua área havia sido reconhecida como a primeira RPPN do Rio de Janeiro e uma das primeiras do Brasil – a reserva particular Roça Grande, com 64 hectares dentro da fazenda de mesmo nome. A partir de então, teve início a história de envolvimento de Sérgio com a formação do movimento rppnista do estado, e a subsequente criação da primeira Associação de Proprietários de RPPN do país.

“Reconhecida a RPPN, achei que o Ibama do Rio de Janeiro promoveria um estardalhaço, até em proveito próprio, pelo surgimento da experiência pioneira e pela oportunidade de servir de exemplo para outros proprietários rurais. Mas não aconteceu, e durante um bom tempo fui o único proprietário de RPPN do Rio de Janeiro. Não tinha com quem dialogar e trocar experiências. Após seis anos, em 1997, já éramos doze RPPNs no estado e resolvi contatar esses proprietários. Daí surgiu a idéia de uma associação estadual, para nos organizarmos, somarmos esforços, termos atividades em comum e fomentarmos o surgimento de novas reservas. Fui o primeiro presidente da Associação Patrimônio Natural (APN), e logo comecei a distribuir cópias do nosso estatuto para diversos estados, a promover seminários e, sobretudo, a acompanhar o Ibama nas vistorias prévias das novas reservas”, conta Sérgio.



“

Nós, do movimento do Rio de Janeiro, preferimos adotar uma postura de apoio ao Ibama e não de confronto, pois o problema não era falta de competência e sim de condições administrativas. A escolha foi positiva.

”

Uma das percepções iniciais de Sérgio foi o quanto precisaria trabalhar em conjunto com o Ibama, visando minimizar as dificuldades da logística de criação das reservas. “O primeiro encontro em Brasília parecia um ‘muro das lamentações’, com os técnicos reclamando da falta de recursos e de apoio nos estados. Nós, do movimento do Rio de Janeiro, preferimos adotar uma postura de apoio ao Ibama e não de confronto, pois o problema não era falta de competência e sim de condições administrativas. A escolha foi positiva”, constata.

Quando comprou a fazenda Roça Grande, em 1989, ele se deparou com uma propriedade parcialmente destruída pela exploração madeireira e pela criação de gado. Havia acabado de se aposentar e optado por imobilizar o dinheiro do fundo de garantia num pedaço de terra que desse a chance de ter um “cantinho para preservar”.

Mas apesar das ameaças e da proximidade com a capital, a cerca de 150 quilômetros do centro do Rio de Janeiro, a área de 254 hectares manteve a rusticidade das fazendas típicas do interior, permeada por alguns bosques de vegetação nativa e fontes de água. A terra era só uma fração da antiga propriedade do fundador da Cooperativa de Produtores de Leite da região, cujas madeiras nobres foram todas vendidas para abertura do pasto. “Consta que o genro, seu sucessor, foi assassinado e a viúva, sem condições de criar os filhos e tocar a fazenda, arrendou para pecuaristas que terminaram por destruir o que restou”, descreve Sérgio.

Os remanescentes de mata secundária se recuperaram sob a gestão do atual proprietário e deram-lhe a chance de sonhar com uma paisagem de corredores verdes entre os fragmentos. A RPPN foi criada com 64 hectares, área em que a floresta é mais rica e o relevo de grotões forma córregos que abastecem o rio Piraí, afluente do Paraíba.

Destinar parte da fazenda à preservação vem ensinando ao próprio dono os melhores caminhos para sustentar a biodiversidade e induzir mudanças no cenário regional. Ao mesmo tempo que Rio Claro divide espaço com extensas áreas verdes, como a Serra da Bocaina e a Serra das Araras, o município é quase inteiramente voltado à pecuária extensiva. “O ecoturismo ou atividades parecidas não encontram resposta por aqui, pois exigiriam um investimento em estruturas que, a meu ver, não compensariam o

retorno. Então tenho buscado passar o exemplo da preservação em bases modestas, de acordo com a vocação da região ainda voltada à criação de bois.”

Com o propósito de mostrar ao produtor rural que a preservação não é antagônica às atividades econômicas, Sérgio tem usado a reserva para propor soluções integradas de gestão. Assim, ele mantém duas famílias de empregados na fazenda que trabalham na produção de leite e queijos para venda em pequena escala e, em paralelo, investe na recomposição de bosques de vegetação nativa, que trazem de volta recursos naturais valiosos, como a água e o clima ameno da região montanhosa. “Uma das minhas grandes alegrias foi quando estava andando em direção à mata e, de repente, caí, afundando o joelho num novo córrego de água. Isso foi decorrente do processo de reflorestamento, onde não tinha água, apareceu”, revela. O esforço mostra-se satisfatório também para a recuperação do solo e para pastagens mais verdes, pois, na visão de Sérgio, “onde tem mata o pasto é melhor”.

no fim da estrada

Nas reuniões que realiza com proprietários rurais dos municípios fluminenses, Sérgio reproduz sua principal descoberta: que o valor da terra aumenta com a preservação, ampliando a oferta de água e os serviços ambientais para as futuras gerações. “Faço parte daquele pequeno grupo de brasileiros que conseguiu adquirir um pedaço de terra, então sinto responsabilidade não só em preservar, mas em cumprir um papel social junto a outros produtores; quero atingir o pecuarista, o agricultor, o homem que trabalha direto com a terra. Como aposentado, podia estar de pijama conferindo a loteria em casa ou jogando baralho na praça, mas mantenho dois funcionários com carteira assinada. Para mim a propriedade é um somatório de atividades”, enfatiza.

Quando oficializou a RPPN, porém, Sérgio sofreu com a oposição do poder local à sua luta em defesa do meio ambiente. Um dos motivos da criação da reserva foi tentar inibir a construção de uma estrada no interior da sua propriedade. “O projeto era obra de um vizinho que queria encurtar o trajeto da estrada entre suas fazendas, com a desculpa de que facilitaria o escoamento de leite na região. Me insurji contra a idéia, pois o charme da

“

Uma das minhas grandes alegrias foi quando estava andando em direção à mata e, de repente, caí, afundando o joelho num novo córrego de água. Isso foi decorrente do processo de reflorestamento, onde não tinha água, apareceu.

”



minha propriedade era justamente o fato de ser a última da estrada, e os pequenos remanescentes de mata seriam todos ameaçados pela obra. Dei entrada no processo de criação da RPPN logo que ouvi falar do decreto. Mas virei ‘patinho feio’ na Prefeitura, pois, além de o vizinho ser amigo do prefeito, os técnicos do Ibama exigiram uma certidão do município dizendo que não havia projeto de estrada. Em março de 1991, a portaria da RPPN foi aprovada e consegui abortar o interesse do meu vizinho. Mas foi uma situação muito difícil; como ‘castigo’ a estrada ficou treze anos sem manutenção pela Prefeitura e até a polícia florestal atolou a viatura quando veio realizar a vistoria mensal!”, conta Sérgio.

O projeto apresentado à Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, em 2003, voltou-se à construção de um centro de visitantes, com salão para cerca de quarenta crianças, dois sanitários e vestiários. Ao ser contemplado com os recursos, portanto, o proprietário viu suas aspirações para a educação ambiental na área se concretizarem. Uma das primeiras atividades sonhadas para sensibilizar crianças consiste em “lotear” imaginariamente a mata em pedaços e dar a eles o nome de uma turma de alunos. Com mudas fornecidas pelo Ibama, cada um planta árvores nativas em corredores entre os fragmentos, numa proposta conservacionista que une educação à recuperação ambiental. “Percebo que as professoras das escolas municipais estão ávidas por um trabalho de campo. Quando chega o Dia da Árvore, o máximo que fazem é cantar o Hino Nacional no jardim e acabou; faltam condições nas escolas públicas para uma atividade ambiental”, reflete.

Até o momento, ele tem recebido grupos religiosos que se hospedam na propriedade para retiros em feriados e datas comemorativas. Embora ainda esteja modelando o trabalho de recepção do público, vê com bons olhos a possibilidade de a RPPN Roça Grande ser uma experiência demonstrativa. “Alguns proprietários souberam

que recebi recursos da Aliança e ficaram curiosos em ver o que é, daí não preciso mais ficar pregando a importância da RPPN. O melhor propagandista das reservas particulares é o proprietário motivado, seu efeito multiplicador não tem tamanho”, expressa Sérgio.

Para ele, porém, as associações de proprietários devem ser cada vez mais articuladas e indicar linhas de incentivo às RPPNs nos estados. “É a associação que conhece a realidade dos donos das reservas. No Rio, há o caso de um proprietário com problema de vista, que tem dificuldade para escrever projetos para potenciais apoiadores. Esse homem faz um trabalho incrível, parece até que já doou parte da RPPN para os índios, faz a gente se sentir pequeno, mas o esforço é desconhecido.”

“

Percebo que as professoras das escolas municipais estão ávidas por um trabalho de campo. Faltam condições nas escolas públicas para uma atividade ambiental.

”



santa fé

“Tudo o que eu preciso tem aqui; adoro água, mato, ficar em silêncio e poder andar sem que me perturbem. Há muitos anos vi um morro cheio de árvores floridas e disse: ‘um dia vou ter um morro só para mim’. Hoje sou dona de vários, e estou tratando de trazer a paisagem natural de volta.”

Deise Moreira Paulo, proprietária da RPPN Santa Fé,
município de Silva Jardim (RJ)





pacto com a natureza

Praticamente todos os 30 hectares da fazenda Santa Fé, distrito de Imbaú, Silva Jardim (RJ), encontram-se em processo de recuperação espontânea. A metade, com 15 hectares, já compõe uma mata em estágio avançado e foi transformada em RPPN em 1996, por interesse e ação da proprietária, a química de petróleo aposentada Deise Moreira Paulo. As atividades pecuárias foram interrompidas assim que ela chegou ao local, há mais de dezesseis anos, e decidiu iniciar o plantio de nativas para favorecer a volta da floresta sobre o pasto, que cobria 90% da propriedade.

A regeneração natural da floresta impulsionou a criação da RPPN, mas o principal fator foi mesmo o medo do aumento do desmatamento no entorno e as ameaças de invasão nas localidades vizinhas. “Fiquei muito triste quando um vizinho meu começou a desmatar para fazer pasto e resolvi dispor de um meio legal para incentivar a proteção, criando a reserva para preservar as riquezas regionais. Tenho só um filho e ele sempre gostou de natureza, então comprei o sítio para recompor a paisagem da infância dele, disse: ‘Um dia vou reconstituir tudo isso’, como uma forma de dar sentido a minha própria vida”, relembra Deise.

A descoberta do sítio foi ocasionada por uma afinidade pessoal. Levada a Imbaú após ouvir sobre a beleza do lugar, ela ficou sabendo na padaria da cidade que a propriedade Santa Fé estava à venda. “Um menino que ouviu minha conversa com o dono da padaria me levou para conhecer o local. Me levou logo na cachoeira, o danado sabia que eu ia adorar! Mas o corretor exigia o pagamento à vista e eu não tinha dinheiro. Era 1986, estava para me aposentar em sete anos e queria construir ali um hotel-fazenda... Então decidi falar direto com o proprietário. Quando cheguei na casa dele, soube que tinha desistido de vender, mesmo assim ofereci uns ovos de chocolate que tinha comprado, pois era domingo de Páscoa, e a esposa me convidou para um café. Conversamos bastante e no final ela pediu para o marido me vender. Ele disse: ‘Não sei o que a senhora fez, mas conseguiu comprar! E ainda por cima parcelado!’. Paguei em vinte meses e adquiri a escritura em 1988”, revela a atual proprietária.

“

Brinco que divido a terra com os bichos: metade para eles, metade para mim. É um pacto que a gente faz com a natureza, para que os animais ‘entendam’ que também podem fazer o que quiserem aqui.

”





A primeira providência foi tirar os bois dali e depois partir para o sonho de resgate do meio natural. O trabalho diário de plantio de mudas e o cuidado com a paisagem a fizeram desistir da idéia do hotel-fazenda. “Comecei a gostar muito daqui, e quando gostamos não queremos reparar... Não conseguia imaginar as pessoas entrando, arrancando plantas, isso doía em mim. Tenho que estar preparada para receber os outros; agora que já se passaram quase duas décadas, me sinto mais ou menos pronta”, confessa.

A paisagem onde o antigo dono criava gado transformou-se hoje num espaço repleto de copaíbas, jacarandás e diferentes espécies de animais. “Brinco que divido a terra com os bichos: metade para eles, metade para mim. É um pacto que a gente faz com a natureza, para que os animais ‘entendam’ que também podem fazer o que quiserem aqui.”

As primeiras mudas foram plantadas para formar o sub-bosque, e hoje já é possível caminhar sob as copas com a visão do interior da floresta. Como um passarinho, a proprietária transporta as sementes de espécies crescidas de um local a outro. “Essas árvores de pau-ferro fomos nós que plantamos, é madeira de lei e tiramos as sementes da mãe de todas elas, um pau-ferro que nasceu de uma sementinha trazida por mim do Espírito Santo”, esclarece Deise, que produz mudas para trocar com outros proprietários de RPPNs da região. No início, ela contou com a doação de mudas de pau-brasil, cedro e ipê, vindas da Associação Mico-Leão-Dourado, que estimula a conexão de fragmentos florestais do entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas para preservar o hábitat do mico-leão-dourado, espécie ameaçada de extinção.

Embora já houvesse árvores plantadas há mais de quarenta anos pelo antigo dono, a química de petróleo calcula ter semeado cerca de 8 mil mudas na propriedade. O trabalho foi fruto de empenho, pois o dono anterior introduziu espécies exóticas, como o quiri, que serve à produção de papel higiênico e se espalhou pelos morros, além de a quantidade de água ter diminuído em anos de devastação. “O município faz parte da bacia hidrográfica do rio São João, palco da maior agressão ambiental da região pela extração mineral de areia. Essa extração chegou a até 10 metros de profundidade, a ponto de algumas pontes estarem sustentadas hoje pelas margens, com as sapatas flutuando a quatro metros acima do leito.”

vender o sonho

Na época em que foi presidente da Associação Patrimônio Natural – entidade que reúne todos os proprietários de RPPNs do Rio de Janeiro –, Deise sensibilizou proprietários para a criação de reservas particulares, tanto em conversas e vistorias prévias às áreas candidatas, como na orientação para o georreferenciamento, sofisticada exigência legal. Além de realizar palestras em outros municípios, ela foi recentemente contratada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Silva Jardim para divulgação dessa categoria de Unidade de Conservação.

“A prioridade da secretaria é trabalhar em cima do potencial do município, representado pelo turismo e meio ambiente, e as RPPNs são o melhor caminho para unir as duas coisas. A atitude de conservar confere prestígio ao proprietário, mas o processo de convencimento é mais fácil junto àqueles que não tiram sustento da agropecuária e entendem o que é conservação”, explica o secretário Ezequiel Moraes dos Santos, primeiro a assumir a pasta desde que foi criada, em 2002.

A estratégia inicial do programa de RPPN da secretaria foi reunir fazendeiros para debater a verdadeira vocação de Silva Jardim. Segundo Deise, os proprietários com interesse em criar reservas têm muitas dúvidas sobre como implantá-las e precisam separar os diferentes usos da área. “Silva Jardim possui uma topografia alta, o que causou dificuldade para as pessoas mexerem na mata. Quando converso com os proprietários, busco mostrar que podem integrar sua floresta a um projeto maior de conexão com outros fragmentos vizinhos. Que farão parte de um grupo muito especial de pessoas que dedicaram o seu pedacinho à preservação”, expressa.

Deise divide seu tempo entre a cidade do Rio, onde mora, e dois ou três dias por semana na reserva, pela certeza de que precisa mobilizar mais parceiros regionais. “Já conseguimos deslanchar a imagem de preservação de Silva Jardim, mostrando para os produtores o quanto eles têm um lugar especial que precisa ser visto com novos olhos... Esse despertar de consciência trouxe dez novas RPPNs para o município e mais doze processos estão aguardando conclusão no Ibama, até fins de 2006. A gente vende o sonho, a emoção de as pessoas olharem para a paisagem e saberem que foram elas que protegeram aquilo. São como D. Pedro II: podem deixar uma floresta da Tijuca reconstituída pela vontade de um único homem”, enfatiza.

“

A gente vende o sonho, a emoção de as pessoas olharem para a paisagem e saberem que foram elas que protegeram aquilo.

”

Em 2003, ela promoveu um evento pioneiro de plantio de árvores feito por crianças, apelidado de “Árvore da Minha Vida”. Trinta alunos de uma escola municipal desembarcaram na fazenda Santa Fé e ganharam mudas individuais para semear na floresta em recuperação. A atividade foi acompanhada pelo interesse das crianças em ouvir os sons da mata, seus mistérios, como os seres vivos se comportam. Com uma etiqueta com a data do plantio e o nome do seu “plantador”, cada árvore terá seu crescimento monitorado em diferentes visitas dos mesmos alunos à reserva. Outras turmas das escolas da região poderão repetir a atividade em diferentes RPPNs, “para aprenderem a ter cuidado com a mata, levando a mensagem para casa... o que dá um sentido de proteção coletiva do lugar”.

O mesmo cuidado orienta Deise na invenção de soluções para tornar a área mais rica em recursos naturais. Ela se orgulha de ter conseguido atrair micos-leões-dourados para a mata, principalmente quando vê o grupo de seis micos passar diariamente pela floresta enriquecida. Também comemora a recuperação da fertilidade do solo depois de usar um adubo feito com as folhas que caem no rio.

alambique reciclado

A maior invenção, porém, veio quando ela resolveu dar impulso às atrações do circuito de turismo rural de Silva Jardim, montando um alambique de produção de cachaça artesanal na fazenda. A proposta sustentável tem finalidade educativa, atrai as pessoas para visitar o alambique, degustar a cachaça e conhecer a natureza da fazenda e a RPPN. “O alambique é um atrativo e uma forma de repartir o lugar com visitantes sem causar impactos. É um primeiro passo para ir abrindo a área”, reconhece Deise.

Em junho de 2004, representantes de diferentes organizações ambientalistas foram ao sítio experimentar a primeira dose da cachaça beneficiada, cuja estrutura de produção foi construída com recursos do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica. A inauguração do alambique representou a execução de uma idéia viável para a sustentação de reservas particulares. “Não espero conseguir fortunas, mas uma estrutura que permita pagar a manutenção. Nunca tive retorno com a preservação, agora espero conseguir recursos para gerar mais dois empregos e, com eles, movimentar novas atividades.”

Para concretizar o desenvolvimento da produção de cachaça, Deise precisou juntar vários elementos: um alambique centenário com motor de

1912, em condições de operar, adquirido numa antiga fazenda que produzia cachaça; uma moenda de cana de um velho engenho que já possuía; um destilador para receber o caldo fermentado; um triturador orgânico para aproveitar o bagaço da cana como alimento para o gado na região; e até um laboratório para avaliação da qualidade da cachaça, que inclui a medição de parâmetros químicos do produto.

A cana será plantada em pequena escala na fazenda, mas, para os dois primeiros anos do projeto, vem sendo comprada dos vizinhos, parceiros que fornecem a matéria-prima em troca de parte da produção. A estrutura montada com peças antigas serve de atrativo, mas é a própria qualidade e o perfume da cachaça artesanal, que inclui cuidados especiais na fabricação, o diferencial do projeto.

Deise comemora a primeira etapa de sucesso da implantação da reserva, mas reclama da falta de pesquisa na área. “Queremos aliar nossa prática ao trabalho científico. Há um banco de coisas para se estudar aqui.” Seu último passo foi instalar caixas para abelhas jataí a fim de produzirem mel. A produção de mel de florada silvestre é uma das várias formas de ações sustentáveis que se podem imaginar para a recuperação da floresta.





sítio shangri-lá

“Tudo conspirou para eu vir para o interior e criar a RPPN, inclusive a violência da cidade grande, depois de um assalto. Estou cada vez mais orgulhosa dessa escolha, é muito gratificante ter um lugar que você cuida de ponta a ponta, põe flores, árvores... e ainda recebe elogios das pessoas que vêm visitar.”

Lúcia Jatobá, proprietária da RPPN Sítio Shangri-lá,
município de Macaé (RJ)





pontes da consciência

Como engenheira civil, a pedagoga Lúcia Jatobá acumula em seu currículo obras de diferentes tipos e dimensões, construídas por ela para sustentar o dia-a-dia do sítio Shangri-lá, em Macaé (RJ). Ela é a idealizadora de três hidrelétricas nos cursos d'água da propriedade, que além de luz elétrica permitem o funcionamento de sua pequena fábrica de banana-passa, e ainda é a responsável pela construção de pontes sem as quais não se chegaria ao sítio. As condições precárias dos 27 quilômetros de estrada de terra batida, em geral acessível somente entre abril e novembro, também desafiaram sua criatividade. Diversas vezes, a proprietária reuniu vizinhos, pequenos produtores e trabalhadores locais, a quem ofereceu alimentação e prêmios por desempenho em mutirões de recuperação da estrada.

“A vizinhança me atende porque sou séria, é difícil manter esse ‘cartão-postal’ sem parcerias, então cada um entra com sua parte. Com a Prefeitura de Trajano tenho um acordo em que eles passam a máquina na estrada e nós ajudamos a pagar o óleo. Com o novo vizinho, vamos consertar mais um trecho. Falei: ‘Não posso fazer tudo sozinha’, então ele cede o empregado e eu entro com as manilhas, feitas no próprio sítio”, vai esclarecendo Lúcia.

Seu perfil empreendedor está na história de criação da reserva, a RPPN Sítio Shangri-lá, com 43 hectares dos 70 hectares da propriedade. Por doze anos, a professora coordenou o Clube dos Amigos da Natureza na Escola Polivalente de Niterói, com a promoção de campanhas de educação ambiental estendidas a mais quatro municípios da região: Itaboraí, Marica, São Gonçalo e Baixada Fluminense. “Incentivava o amor pela natureza nos jovens e eles acabaram me incentivando a criar a reserva ecológica. Fazíamos reflorestamento em parques, concursos de frases sobre o perigo dos balões, algo como: ‘O fogo se apaga, e o prejuízo quem paga?’, além de valorização da alimentação natural, concurso de maquetes de fazendas biodinâmicas, artesanato reciclável... Tudo me fazia refletir sobre a vida na cidade grande e a vontade em vir para o interior”, comenta Lúcia, que logo se animou com a



criação da RPPN ao saber da possibilidade de ações de ecoturismo e educação na mata. O erro, talvez, tenha sido passar o domínio da reserva para o nome dos filhos quando o processo já estava em andamento no Ibama: foram mais de quatro anos para a homologação da RPPN. “Meus alunos riam, diziam: ‘Lúcia, se fosse pra desmatar você conseguia num instante!’”, brinca.

Em 23 anos de posse da terra, porém, o cenário natural mudou tanto quanto a fotografia do “antes” e “depois” da área, feita pela família: em 1983, via-se a casa do antigo proprietário cercada por pastagens; na atual, a imagem da mata recuperada ganha o primeiro plano, cobrindo quase inteiramente o local das casas. Sozinha, a professora trabalhou na criação de um verdadeiro mosaico de usos sustentáveis, deixando a mata retornar naturalmente nas terras de melhor qualidade e plantando eucalipto para consumo de lenha nas de baixa fertilidade, além da horta orgânica e do viveiro de mudas a que vem se dedicando. “Escolhi esse lugar para acabar de criar meus filhos e netos, estava procurando uma terra boa e barata, pois tinha salário de professora aposentada. Havia também as nascentes, e esse rio maravilhoso de onde puxamos água para a hidrelétrica. Fomos comprando aos poucos, com medo de as outras áreas serem vendidas e a água, poluída”, conta a senhora de 71 anos que hoje vive e cuida sozinha do Sítio Shangri-lá.

Em 2002, Lúcia foi agraciada com o Prêmio CREA-RJ Meio Ambiente, que reconhece esforços de líderes da causa ambiental. Indicada pela Associação Patrimônio Natural (APN), a proprietária ouviu a justificativa da premiação: “Lúcia Jatobá personifica uma guerreira, que tem na perseverança uma de suas principais virtudes. Militou durante mais de trinta anos na educação, disseminando junto a seu discipulado o amor à natureza [...]. Como resultado do incansável trabalho de Lúcia Jatobá, vários processos de implantação de RPPN se encontram em gestação no Ibama, começando a tornar viável o tão sonhado projeto de Corredor Ecológico na região serrana do norte fluminense [...]. A persistência e obstinação da indicada, após tantos anos, expande-se finalmente a outros proprietários rurais”, pelo papel desempenhado em encontros e espaços dedicados à implementação de RPPN.

Assim, é na visibilidade do próprio Sítio Shangri-lá que novos proprietários encontram inspiração, pela tentativa da premiada em demonstrar a viabilidade da permanência do homem no campo, desenvolvendo técnicas agrícolas produtivas mais sustentáveis. Entre elas, já se praticam no sítio a piscicultura, silvicultura, agroindústria com a produção de banana-passa, açú-

car mascavo, entre outras atividades, além do plantio de soja orgânica e o preparo de dezoito pratos diferentes para alimentação de visitantes. O cuidado se estende aos mínimos detalhes, como na construção do viveiro de mudas ornamentais, onde “foram feitas vigas para receber o balcão, já que não quero deixar as plantas no chão, pois tem muitos sapos e pisam nas mudinhas...”. A intenção passa pela venda das mudas e das bananapassas, já distribuídas por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente de Macaé e casas de produtos naturais locais.

Incluir as comunidades do entorno no processo de especialização de mão-de-obra local, geração de renda, formação de guias e sensibilização de mateiros para atendimento do público é item obrigatório da proposta de conservação, ou melhor, do próprio projeto de vida da empreendedora, que tem “madeira” até no nome.

jóias flutuantes

O investimento nas belezas internas da propriedade, porém, não anula os problemas vindos de fora. “Imploro diariamente à Secretaria de Meio Ambiente de Macaé para me ajudar no corte de uma segunda estrada que possibilitaria sair para outra região e vender meus produtos. Precisa passar ainda uma retroescavadeira na parte que o pessoal chama de pântano, um lamaçal que nos deixa isolados em época de chuva”, enumera Lúcia, que também sofre com o pisoteio de uma área silvestre pelos bois de um de seus vizinhos. “Passam por aqui, pisoteiam minhas flores, tudo, e quando chegam no alto do morro, o vizinho passa o cadeado na porteira da área desmatada que ele transformou em pasto!”

Sua reação em alguns casos chega às vias da denúncia, ocasiões em que liga para o Ibama ao ver pessoas danificando a floresta. Os dois vizinhos mais próximos foram recentemente convocados a Friburgo para pagar multas por



“

Incluir as comunidades do entorno no processo de especialização de mão-de-obra local, geração de renda, formação de guias e sensibilização de mateiros para atendimento do público é item obrigatório da proposta de conservação.

”

retirada ilegal de árvores próximas às nascentes, além de ter de recuperar o trecho desmatado. “Um deles, que veio de São Pedro da Aldeia com a intenção de caçar, preparava os tocos de madeira pro animal encostar e levar tiro, mas encontrou pulso forte aqui. Já falei: ‘Não é o ambiente propício’. O Ibama apareceu e talvez ele decida até se mudar”, ironiza.

Mas os principais resultados dessa história de participação estão nos rumos positivos que Lúcia vem conseguindo dar para a sustentação da reserva. O ecoturismo e a educação ambiental são fatos consumados na área, pois além da estrutura para receber grupos de até 24 pessoas em três casas que servem como alojamento, ela está reformando a sala de palestras, e também organizando um verdadeiro museu da fauna e flora, um espaço de resgate de conhecimentos tradicionais colhidos em entrevistas feitas com antigos moradores – ambas estruturas financiadas pela Aliança para a Conservação da Mata Atlântica. Na área da propriedade, a professora instalou mais de trinta placas de madeira informando não apenas sobre as espécies, mas também sobre a segurança e a postura adequada numa área natural. Algo como: “Se o ninho está aqui é porque alguém antes de você passou e não tirou” ou “Leve apenas fotografias e recordações, não tire nada da natureza”.

“Procuro dar educação ambiental a todo momento e em todo lugar. Aqui temos cinco lagos com peixes lindos, coloridos; outro dia o rapaz de um dos grupos falou: ‘São jóias flutuantes’ e já me veio a idéia de uma placa. Cada um colabora com uma sugestão e eu adoro as visitas porque é assim, no boca a boca, que vamos divulgar a importância da conservação da Mata Atlântica”, diz a ex-coordenadora dos Amigos da Natureza. Um dia após a entrevista, partia do Sítio Shangri-lá o Grupo Anthropos, da cidade do Rio de Janeiro, formado por médicos, terapeutas, fisioterapeutas, empresários e fonoaudiólogos, deixando belas mensagens no livro de visitas, e para quem a proprietária vendeu produtos do sítio.

A riqueza da RPPN está expressa na paisagem montanhosa, limítrofe ao Complexo do Cristalino da Serra do Mar, com dezenas de espécies nativas – como a canjerana, o ipê, o cedro, o jequitibá e o louro-pardo – e da fauna identificada em levantamento oral com antigos moradores – macaco-prego, tamanduá, jaguatirica, guaxinim, porco-do-mato, ariranha e uma infinidade de aves, como a saíra, a saracura, o tucano e o gavião. Além disso, uma das

comunidades vizinhas, o povoado de Sana, não poderia ser mais bem representada: são antigos hippies que recebem ecoturistas de variadas origens. “É um grupo muito preocupado com a natureza, inclusive na RPPN protejo a água que vai abastecer a comunidade. Estou animada, pois são meus vizinhos e temos a possibilidade de criar encontros comuns. É uma grande esperança, as pessoas podem vir, levar flores, mudas, doces e eu também coloco meus produtos na comunidade.”

Para Lúcia, ser contemplada com recursos do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica é um reconhecimento do ideal de que a reserva “é uma boa, não dá prejuízo”. “Foi uma felicidade, quase ninguém acreditava que conseguiria, mas acredito muito no que faço e me dedico de corpo e alma a esse projeto, então os recursos acabam vindo.”

“

‘Cada um colabora com uma sugestão e eu adoro as visitas porque é assim, no boca a boca, que vamos divulgar a importância da conservação da Mata Atlântica.’

”

amexos

fique por dentro

como criar uma RPPN

A criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) está entre as principais estratégias para enfrentar o cenário de fragmentação da Mata Atlântica e ampliar o espectro e o tamanho do território conservado, já que a maior parte dos remanescentes de vegetação encontra-se em propriedades privadas. Apesar da timidez dos benefícios aos proprietários, a criação das RPPNs mostra-se como mecanismo imprescindível para a formação de corredores que mantenham a biodiversidade e seus processos naturais para as futuras gerações.

Ao ampliar as áreas protegidas do país e possibilitar a participação da iniciativa privada no esforço nacional de conservação, proporcionando ao proprietário o *status* de colaborador da conservação da diversidade biológica, tem-se a dimensão do papel dessas áreas para a recuperação da Mata Atlântica. Antes de iniciar o processo de criação de uma reserva natural, porém, é preciso ter em mente os passos envolvidos no estabelecimento da RPPN:

- Uma RPPN pode ser criada por meio do Ibama ou, em alguns estados, das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.
- No caso de RPPN Federal, inicialmente, o interessado em criar uma reserva deve apresentar ao Ibama um requerimento solicitando sua criação, com a documentação prevista no Decreto nº 5.746/06.
- A Procuradoria Jurídica do Ibama analisa então a documentação entregue e o órgão realiza uma vistoria na área proposta como RPPN, emitindo parecer favorável ou não à criação da reserva.
- A partir de então, realiza-se uma consulta pública, que é a divulgação da intenção de criação da reserva no *Diário Oficial da União* e no site www.ibama.gov.br, ao longo de vinte dias, com as informações sobre a RPPN proposta.
- Passado o prazo, o Ibama avalia os resultados e implicações da criação da reserva, emitindo parecer técnico conclusivo, que leva em conta as propostas do público, sugerindo alterações e adequações à proposta, aprovando ou indeferindo o requerimento.
- A seguir, o proprietário é avisado para que proceda à assinatura do Termo de Compromisso e averbação deste junto à matrícula do imóvel

afetado (no Registro de Imóveis competente), no prazo de sessenta dias após a notificação.

- Por fim, com a averbação do Termo de Compromisso pelo proprietário, comprovada pela certidão do Cartório de Registro de Imóveis, o Ibama publica a portaria de criação da RPPN.

o que diz a lei

Desde o primeiro Código Florestal, de 1934, as áreas particulares protegidas são previstas no Brasil, por meio da figura das “florestas protetoras”. De lá para cá, muitos avanços na legislação consolidaram esse tipo de área protegida no país, até que adquirisse o caráter permanente, sempre por iniciativa do proprietário.

A Lei 9.985/00 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC), com a subsequente regulamentação das RPPNs pelo Decreto nº 5.746/06, diz que a reserva particular é de domínio privado, sem que seu proprietário perca a titularidade do imóvel, e tem como objetivo conservar a diversidade biológica. A RPPN é gravada em perpetuidade à margem da escritura do imóvel, sendo permitidas em seu interior apenas atividades de pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

O avanço mais significativo desde o primeiro Decreto nº 98.914/90, que instituiu a figura da Reserva Particular do Patrimônio Natural no país, está no reconhecimento das RPPNs como Unidades de Conservação, pelo SNUC, dentro do grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Ainda assim, as restrições de uso impostas às RPPNs fazem dela, de fato, Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Todos os procedimentos para a criação de RPPNs, restrições legais e formas de apoio previstas no Decreto nº 5.746/06, de 5 de abril de 2006, encontram-se no site www.ibama.gov.br/rppn. Para o proprietário interessado em criar uma Reserva Particular do Patrimônio Natural vale lembrar a existência de benefícios e incentivos relacionados ao esforço de proteção dessas áreas representativas dos ecossistemas nacionais:

- Direito de propriedade preservado.
- Isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) referente à área criada como RPPN.
- Prioridade na análise de projetos pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA).

- Preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola, junto às instituições oficiais de crédito, para projetos implementados em propriedades que contenham a RPPN em seus perímetros.
- Possibilidade de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção, gestão e manejo da RPPN.
- Direito de receber apoio por meio de medidas compensatórias sempre que o impacto ambiental atingir diretamente a área, além do direito de receber contribuição financeira sempre que empresas de abastecimento de água e produção de energia se beneficiarem dos recursos naturais protegidos pela reserva.

legislações estaduais

Mais de 700 RPPNs protegem hoje cerca de 530 mil hectares no Brasil, a maioria no bioma Mata Atlântica (aproximadamente 500 RPPNs, responsáveis por proteger cerca de 100 mil hectares). Muitas dessas RPPNs, porém, são reconhecidas diretamente pelos estados, que criaram instrumentos próprios para a instituição de reservas particulares. Cabe ao proprietário escolher entre o órgão federal ou estadual para a criação de sua reserva.

A maior parte dos decretos estaduais que institui a figura de RPPN segue o modelo da legislação federal, mas a vantagem de um programa estadual se estabelece pela maior proximidade entre o proprietário e o órgão ambiental, facilitando ações de monitoramento, fiscalização e proteção da área. Entre os estados que já incluíram em suas políticas de meio ambiente a figura da RPPN estão:

- Mato Grosso do Sul
- Paraná
- Pernambuco
- Minas Gerais
- Espírito Santo
- Bahia
- Alagoas
- Ceará, que optou por estabelecer uma categoria diferente de área particular protegida, a Reserva Ecológica Particular.
- O Rio Grande do Sul já conta com um projeto de lei em tramitação na Assembléia Legislativa do estado.

quem é quem

O sucesso das RPPNs no Brasil se deve ao aumento da preocupação das pessoas com o meio ambiente e, principalmente, à forma de organização dos proprietários de reservas, que descobrem a cada dia a necessidade de se fazer ouvir e de desenhar novas estratégias de atuação política e institucional no universo das RPPNs.

Esse papel é exercido pela organização das associações estaduais e da Confederação Nacional de RPPN, cujos objetivos principais têm sido: apoiar a criação de reservas particulares, divulgá-las, criar mecanismos de auxílio à gestão e conservação das áreas, criar fóruns de discussão e até abrir novas linhas de financiamento a projetos e participar do aperfeiçoamento legal das RPPNs. Em todos esses casos, basta ao interessado buscar contato com a associação do seu estado (na lista abaixo).

Além disso, é possível manter canal aberto com o Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica para esclarecer dúvidas e receber orientações, além de participar dos editais e outras linhas de financiamento do Programa.

ACPN – Associação Capixaba do Patrimônio Natural
Sebastião Alves
Rua Chapot Presvot, 99/801 Praia do Canto
CEP 29055-410 Vitória ES
Tel.: 27 9973-1250
acpn.es@uol.com.br

APN – Associação Patrimônio Natural
Yurgen Toberener/Deise Moreira Paulo
Rua Jorge Emílio Fonteli, 450 Bloco 2º Apto. 302
Recreio dos Bandeirantes
22270-140 Rio de Janeiro RJ
Tel.: 21 2437-6903
deiseapn@uol.com.br

APPN – Associação Pernambucana de Proprietários
de RPPNs
Ricardo Souza Leão

Rua Demócrito de Souza Filho, 105 Madalena
CEP 50610-120 Recife PE
Tel.: 81 3342-2068
appn@ig.com.br

APRPPN – Associação dos Proprietários de RPPNs
de Goiás e do Distrito Federal
Donizete José Tokarski
SCN QD 01 Bloco C Sala 309
Ed. Brasília Trade Center
CEP 70711-902 Brasília DF
Tel./fax: 61 3328-3247
rppngodf@ecodata.org.br

ARBIAM – Associação dos Proprietários
de RPPNs do Bioma Amazônico
e Colaboradores da Natureza
Marilene Borges
Rua Cametá, Q. 2, Casa 9 – Conjunto Débora
CEP 69078-510 Manaus AM
Tel.: 92 3611-1601
moradadosol@manaus.br

ARPEMG – Associação de RPPNs e Reservas
Privadas de Minas
Maria Cristina Vieira
Rua Vereador José Ernesto, 374
Bairro Jardim Aeroporto
CEP 37130-000 Alfenas MG
arpemg@yahoo.com.br

Aliança para a Conservação da Mata Atlântica
R. Manoel da Nóbrega, 456 Paraíso
CEP 04001-001 São Paulo SP
Tel.: 11 3055-7899
alianca@sosma.org.br
www.aliancamataatlantica.org.br

ASA BRANCA – Associação de Proprietários
de RPPNs do Ceará, Piauí e Maranhão
Carlos Rodrigo Castro Schaepli
Av. Santos Dumont, 3060 Sala 514
CEP 60150-161 Fortaleza CE
Tel.: 85 4006-8079
caatinga@acaatinga.org.br
www.acaatinga.org.br/asabranca

Confederação Nacional das RPPNs
R. Xavier da Silva, 1644 Centro
CEP 85010-220 Guarapuava PR
Tel.: 42 3622-0800
info@rppnbrasil.org.br
www.rppnbrasil.org.br

Conservação Internacional (CI - Brasil)
Av. Getúlio Vargas, 1300 7ª Andar
CEP 30112-021 Belo Horizonte MG
Tel.: 31 3261-3889
www.conservacao.org

FREPESP – Federação das Reservas Ecológicas
Particulares do Estado de São Paulo
João Rizzieri
Rua João Caetano, 175 2º Andar
Marapé
CEP 11070-311 Santos SP
Tel.: 13 3225-3542
frepep@frepep.org.br
www.frepep.org.br

Fundação SOS Mata Atlântica
R. Manoel da Nóbrega, 456 Paraíso
CEP 04001-001 São Paulo SP
Tel.: 11 3055-7888
www.sosma.org.br

Ibama – Programa de RPPN
Ed. Sede Bloco ASCEN Setor de Clubes
Esportivos Norte Trecho 2
CEP 70818-900 Brasília DF
Tel.: 61 3316-1756
www.ibama.gov.br
rppn.sede@ibama.gov.br

MACAMBIRA – Associação dos Proprietários
de Reservas Particulares dos Estados de RN, AL e PB
Fernando Pinto
Rua Professor José da Silveira Camerino, 464
Bairro do Farol
CEP 57055-630 Maceió AL
Tel.: 82 3032-4669
ass.macambira@click21.com.br

PRESERVA – Associação de Proprietários
de Reservas Particulares da Bahia e Sergipe
Henrique Berbert
Rua Inocêncio Correia, 122
Térreo Pontal
CEP 45654-460 Ilhéus BA
Tel.: 73 3633-7114
preservaba@yahoo.com.br
www.preserva.org.br

REPAMS – Associação de Proprietários
de RPPNs do Mato Grosso do Sul
Lauro Roberto Barbosa de Souza
Rua Michel Scaff, 105 sala 11
Bairro Chácara Cachoeira
Condomínio Alta Vista
CEP 79040-860 Campo Grande MS
Tel.: 67 3025-7462
secretaria@repams.org.br
www.repams.org.br

RPPN Catarinense – Associação dos Proprietários
de RPPNs de Santa Catarina
Lauro Bacca
Rua Jordão, 716 Progresso
CEP 89027-710 Blumenau SC
Tel.: 47 3449-5104

RPPN Charrua
Ana Maria Juliano
Rua Alfredo Juliano, 85
CEP 93220-470 Sapucaia do Sul RS

RPPN Mato Grosso – Associação Mato-grossense
de Proprietários de RPPNs
Arnaldo J. J. Eijsink
Caixa postal 224
CEP 78300-00 Tangará da Serra MT
Tel.: 65 9987-2253

RPPN Paraná – Associação Paranaense
de Proprietários de RPPNs
Josef Schleiss
Rua Xavier da Silva, 1644
Centro
CEP 85010-220 Guarapuava PR

The Nature Conservancy (TNC)
Al. Julia da Costa, 1240
Bigorriho
CEP 80730-070 Curitiba PR
Tel.: 41 2111-8777
tnc@tnc.org.br
www.tnc.org.br

o que é o programa de incentivo às RPPNs

O Programa de Incentivo às RPPNs, criado em 2003 pela Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, é a única linha de financiamento que apóia diretamente os proprietários de reservas particulares no país. Com apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF) e do Bradesco Cartões, o Programa nasceu com o objetivo de contribuir para a conservação *in situ* da biodiversidade e fortalecer o sistema privado de áreas protegidas.

O foco do Programa é estimular o aumento da área protegida da Mata Atlântica, além de fortalecer a figura da RPPN, promover a organização dos proprietários e buscar iniciativas de sustentabilidade das RPPNs, contribuindo para a consolidação dos corredores de biodiversidade e regiões estratégicas nas quais atua: Corredor Central, Corredor da Serra do Mar e, a partir de 2006, Corredor do Nordeste e Ecorregião Florestas com Araucárias.

O lançamento periódico de editais já permitiu o apoio a 33 projetos voltados à gestão de RPPNs e 52 projetos envolvendo a criação de pelo menos 100 novas RPPNs, o que representa um aumento de cerca de 80% na área total das RPPNs existentes nos Corredores Central e da Serra do Mar.

Em 2006, o programa ganhou um novo parceiro, a ONG The Nature Conservancy (TNC), expandindo as áreas de atuação e a parceria entre as instituições para a conservação em terras privadas. Veja mais informações no site www.aliancamataatlantica.org.br.

endereço das RPPNs

corredor central

RPPN Água Branca

Proprietário: Flavio Fontes

Endereço: Fazenda Água Branca distrito Jequiriçá Valença (BA)

Tel: 71 3451-2175/3350-3720/3440

E-mail: flaviofontes@uol.com.br

RPPN Arte Verde

Proprietário: Sérgio Ramos

Endereço: pela BA-415 (Ilhéus-Itabuna),

em Banco da Vitória, ao lado do Seminário das Freiras, entra-se à esquerda; 11 km de estrada até a Estação Arte Verde Ilhéus (BA)

Tel: 73 3633-4836

E-mail: arteverde@bol.com.br

Site: <http://www.arteverde.grapiuna.com/index.htm>

RPPN Cafundó

Proprietário: Luiz Nascimento

Endereço: Instituto Ambiental Cafundó

R. Agripino de Oliveira, 14 Independência CEP 29306-450

Cachoeiro de Itapemirim (ES)

Tel: 28 3511-1248/3226-1139

E-mail: lure@cachoeiro.com.br

RPPN Ecoparque de Una

Proprietário: Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia e Conservação Internacional

Endereço: Rodovia BA-001 (Ilhéus-Una), a 13 km da sede do município de Una (BA)

Tel: 73 3624-1196

E-mail: flavio@iesb.org.br

Site: www.ecoparque.org.br

RPPN Estância Manacá

Proprietário: Enoc Reis

Endereço: R. João Pessoa, 94 CEP 45745-000 Ibicará (BA)

267

anexo 4 endereços

Tel: 73 9132-7991
E-mail: enocreis@bol.com.br

RPPN Fazenda Ararauna

Proprietário: Marc Nuscheler
Endereço: Fazenda Ararauna município de Una (BA)
Tel: 73 3231-6336/3634-2853
E-mail: nuscheler@yahoo.com.br

RPPN Fazenda Carroula

Proprietária: Renata Mellão
Endereço: estrada de terra de Porto Seguro
até Praia do Espelho; barco até Corumbau - Prado (BA)
Tel: 73 3573-1006/11 3061-1872
E-mail: reservas@vilanaia.com.br
Site: www.vilanaia.com.br

RPPN Mãe da Mata

Proprietário: Ronaldo Santana
Endereço: Fazenda Colina de Odé Ilhéus (BA)
Tel: 73 632-7831/9981-8132
E-mail: rdesant@terra.com.br,
maedamata@terra.com.br

RPPN Manona

Proprietária: Annette Eldridge
Endereço: Estrada do Telégrafo, s/nº
Taperapuan Porto Seguro (BA)
E-mail: rppnmanona@terra.com.br

RPPN Pedra do Sabiá

Proprietária: Isa de Rincquesen
Endereço: Estrada de Itacaré-Ubaitá, km 15
CEP 40280-000 Itacaré (BA)
Tel: 73 3617-3284/71 3337-1780
E-mail: isaderincquesen@hotmail.com

RPPN Resgate I

Proprietário: Carlos Alberto Monteiro
Endereço: Caixa Postal 9

CEP 36976-000 Alto Jequitibá (MG)

E-mail: carlosingles@gmail.com

RPPN Rio Capitão

Administrador: Antônio Marcos Campos

Endereço: BA-659, Rodovia Taboquinhas Itacaré (BA)

Tel: 73 3231-1162

E-mail: mar_gil@uol.com.br

RPPN Sapucaia e Juerana

Proprietário: Norberto Hess

Endereço: Fazenda Água Boa, BR-030, km 20
entre Ubaitaba e Maraú Maraú (BA)

Tel: 73 3230-1786 e 73 3231-2741

E-mail: norbertohess@yahoo.com.br

RPPN Serra Bonita

Proprietário: Vitor Becker

Endereço: a 17 km da BR-101, pela entrada no km 10
da estrada de Camacan-Jacareci Camacan (BA)

Instituto Uiraçu Caixa Postal 241

CEP 45653-970 Ilhéus (BA)

Tel: 73 3283-0652/3633-6953

E-mail: vbecker@serrabonita.org.br

Site: www.serrabonita.org.br

RPPN Serra do Teimoso

Proprietário: Henrique Fragoso Berbet de Carvalho

Endereço: Rodovia Jussari-Palmira, km 8

CEP 45610-970 Jussari (BA)

Tel: 73 3624-1196

E-mail: rppnteimoso@yahoo.com.br

corredor da serra do mar

RPPN Alto da Boa Vista

Proprietário: Helvécio Rodrigues Pereira Filho

Endereço: Comunidade da Grama

Serra do Relógio Descoberto (MG)

Tel: 32 3261-1680

E-mail: serradorelogio@yahoo.com.br

269

anexo 4 endereços

RPPN Bom Retiro

Proprietário: Luiz Nelson Farias Cardoso e Ana Paula Blaudt
Endereço: Caixa Postal 109985 CEP 28860-000 Casimiro de Abreu (RJ)
Tel: 22 2668-2701
E-mail: rppnbomretiro@uol.com.br
Site: www.rppnfazendabomretiro.com.br

RPPN Capuavinha

Proprietários: Eugenio Victor Follmann e Kirsten Balonyi
Endereço: R. Joana P.A. Martins, 570 Jardim Henrique Martins
CEP 07600-000 Mairiporã (SP)
Tel: 11 4604-3394/4419-3520

RPPN CEMAG

Proprietário: Centro Metodista Ana Gonzaga
Endereço: Serra da Inhoaíba, próxima ao bairro Campo Grande,
zona oeste do Rio de Janeiro (RJ)
Tel: 21 2220-4569
E-mail: lmendesleal@yahoo.com.br

RPPN El Nagual

Proprietários: Eraldo Kalloch e Mariana Kalloch
Endereço: R. Capitão Antero, s/nº, km 3
Bairro do Pico Santo Aleixo CEP 25920-000 Magé (RJ)
Tel: 21 2630-2625
E-mail: artnagual@hotmail.com

RPPN Fazenda Bela Aurora

Proprietário: Ângelo Pio Mendes Corrêa Jr.
Endereço: Estrada municipal Embaú Mirim–Brejeteúba Cruzeiro (SP)
Tel: 11 3031-1608
E-mail: apmcorrea@terra.com.br

RPPN Mitra do Bispo

Proprietário: Carlos Simas
Endereço: Serra Verde
Santo Antonio do Rio Grande
Bocaina de Minas (MG)
Tel: 35 3341-3774
E-mail: rppnmitradobispo@gmail.com

RPPN Nave da Esperança

Proprietária: Reidiná Pacheco
Endereço: Nave da Esperança
CEP 37450-000 Aiuruoca (MG)
Tel: 35 3344-1603

RPPN Rio dos Pilões

Proprietária: Associação dos Proprietários
em Reserva Ibirapitanga
Endereço: Estrada do Ouro Fino, km 11,2 Santa Isabel (SP)
Tel: 11 4656-0128
E-mail: contato@ibirapitanga.com
Site: www.ibirapitanga.com

RPPN Rizzieri

Proprietário: João Rizzieri
Endereço: Estrada do Morrote Barra do Una São Sebastião (SP)
Tel: 13 3225-3542
E-mail: frepesp@frepesp.org.br

RPPN Roça Grande

Proprietário: Sérgio de Lima
Endereço: Rodovia Saturnino Braga, km 3,5
1º distrito de Rio Claro (RJ)
Tel: 21 9761-6111
E-mail: sergiolima@mssl.com.br

RPPN Santa Fé

Proprietária: Deise Moreira Paulo
Endereço: Fazenda Santa Fé
1º distrito Imbaú Silva Jardim (RJ)
Tel: 21 2437-6903
E-mail: deiseapn@uol.com.br

RPPN Sítio Shangri-lá

Proprietária: Lucia Jatobá
Endereço: Sítio Shangri-lá, região do Peito de Pomba, Sana
8º distrito de Macaé (RJ)
Tel: 22 2566-2408
E-mail: jatobabj@altarede.com.br

